



# Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXVIII - ESTADO DO TOCANTINS, QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2026 Nº 6.999



## ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

### ATO Nº 917.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

#### TORNAR INSUBSISTENTE

a Portaria CCI nº 508 - EX, de 5 de fevereiro de 2026, publicada na edição 6.994 do Diário Oficial do Estado, que exonera KLEBBER MORIAMARAL, restaurando, por conseguinte, a sua nomeação, empreendida por meio do Ato nº 1.148 - NM, de 7 de junho de 2024, publicado na edição 6.585 do Diário Oficial do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 6 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO

Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

## SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	9
CASA CIVIL	10
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	16
POLÍCIA MILITAR	18
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	18
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	22
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	35
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	44
SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	49
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	50
SECRETARIA DA FAZENDA	80
SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL	101
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	101
SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS	101
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	101
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	106
SECRETARIA DA SAÚDE	106
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	110
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	111
SECRETARIA DO TURISMO	111
ADAPEC	117
AGETO	118
ATS	121
DETRAN	123
NATURATINS	124
TOCANTINS PARCERIAS	126
UNITINS	127
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	127
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	132

### ATO Nº 1.011 - NM.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria da Administração, redistribuindo-os, até vacância, com os respectivos ocupantes, para a estrutura operacional da Secretaria Executiva da Governadoria:

1. JÁRLIDO SARAIVALEAL, Assessor Comissionado de Apoio II - CCA-2;
2. JOSÉ RAIMUNDO FERNANDES DE SOUSA, Assessor Comissionado IV - CA-4.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 1.012.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

#### TORNAR INSUBSISTENTE

o Ato nº 487 - NM, de 19 de janeiro de 2026, publicado na edição 6.981 do Diário Oficial do Estado, que nomeia JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário-Geral - DAI-1, da Secretaria Executiva da Governadoria.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 1.013 - NM.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial VI - CEA-6, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria de Assuntos Institucionais, a partir de 2 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.014 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

LO HUAMA MENDONÇA ARAÚJO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado de Apoio I - CCA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.015 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

WALISON ARAÚJO DE CASTRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial III - CEA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil



**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado

**DEOCLECIANO GOMES FILHO**  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**DISNÉA DIAS SERAFIM**  
Assessora Responsável pelo Diário Oficial do Estado

**ATO Nº 1.016 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

LUZINEY CRISTO MARACAIPE para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.017 - DSG.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**DESIGNAR**

JOAQUIM RIBEIRO NETO, matrícula 901018-2, para o exercício da Função Comissionada de Diretor de Colégio Militar do Estado do Tocantins - (da DEIP) - FCPM-4, da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, a partir de 9 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.018 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

ADOLFO BEZERRA DE MENEZES para exercer o cargo de Secretário de Estado da Cultura, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.019 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

MILENA DA LUZ OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado de Apoio I - CCA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.020 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

FAUSTO JOSÉ MENDES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado V - CA-5, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.021 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

ANTONIO CARLOS MARTINS REIS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial I - CEA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.022 - DSG.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**DESIGNAR**

as servidoras adiante indicadas para o exercício das Funções Comissionadas de Administração abaixo especificadas, na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir das seguintes datas:

1. ANA PAULA CAVALCANTE CARVALHO, matrícula 1276808-1, FCA-4, 10 de fevereiro de 2026;
2. DINALVA RODRIGUES DA SILVA, matrícula 995827-3, FCA-2, 10 de fevereiro de 2026;
3. NATÁLIA BATISTA DE OLIVEIRA SILVA, matrícula 800196-1, FCA-2, 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.023 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

GIVALDA MOREIRA DA SILVA FREITAS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial V - CEA-5, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.025 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria da Pesca e Aquicultura:

1. DIEGO BARRIOS FERREIRA ANTUNES, Gerente de Programas e Projetos da Aquicultura - DAI-1;
2. RAFAEL MORAES CAVALCANTE, Gerente de Apoio as Atividades Pesqueiras - DAI-1;
3. VALÉRIA MARIA DE MELO LIMA SILVA, Diretor do Desenvolvimento da Aquicultura - DAS-4.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.026 - DSG.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**DESIGNAR**

ADRIANO CHAVES GALLIETA, matrícula 576752-1, para o exercício da Função Comissionada Técnica III - FC-Técnico III, da Secretaria da Fazenda.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.029 - DSG.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**DESIGNAR**

FERNANDO BEZERRA DAMOTA, matrícula 11455780-1, para o exercício da Função Comissionada de Supervisor de Serviços Operacionais - FC-SSO-III, da Secretaria da Saúde, no Hospital de Referência de Gurupi.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.030 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

DANILLO TERRA DE ARAÚJO para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Elaboração de Editais - DAI-1, da Secretaria da Fazenda.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.032 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

ORLENE DE SOUSA RODRIGUES JÁCOME para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.033 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

JOCIELIA LIMA DOS SANTOS FONSECA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.034 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

DARLON JÁCOME PARRIÃO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil



**ATO Nº 1.035 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

HELENA ABREU FARIAS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial V - CEA-5, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.036 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

MARGARETH RÉGIA FREITAS SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.037 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

EDILMA CARDOSO DE CASTRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Gestão de Pessoas - DAI-1, da Secretaria da Segurança Pública, a partir de 11 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.038 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

MARCOS TEIXEIRA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.039 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

SHEILA DE ABREU DAMASCENO RAMOS SOUSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente Geral de Administração e Execução Financeira, Orçamentária e Contábil - DAI-1, da Secretaria da Igualdade Racial.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.041 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

JORDANA COSTA CAPISTRANO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.042 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

ALESSANDRO CARDOSO DE CASTRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Fazenda.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.043 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

GABRIEL PEREIRA PINHEIRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Fiscalização - DAS-4, da Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.044 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

SORAYA MARIA DANTAS DEUSDARA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.045 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

LUCIVANIA MARTINS BISPO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.046 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

VIVIANE GOMES RIBEIRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.047 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

RODRIGUES DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado de Apoio I - CCA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria dos Esportes e Juventude.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.048 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

ANDRESSA BORGES DA CRUZ para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado de Apoio I - CCA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.049 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria dos Esportes e Juventude, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. EVANDRO PINTO DE ALEXANDRIA, Gerente de Políticas Públicas para a Juventude - DAI-1;
2. JOÃO VITOR BRASIL CARVALHO, Diretor de Juventude - DAS-4.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.050 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

MÁRCIA FARIA E SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Doenças Transmissíveis - DAI-1, da Secretaria da Saúde, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.051 - DSG.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**D E S I G N A R**

FERNANDO GUIDA FERREIRA, matrícula 1292617-1, para o exercício da Função Comissionada de Gestão - FCG-1, na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.052 - DSG.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**D E S I G N A R**

LUZIA PEREIRA DA SILVA, matrícula 1122592-2, para o exercício da Função Comissionada de Gestão - FCG-1, na Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.053 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

MARIA PORTILHO CORREA COSTA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.054 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

LUCIMEIRE BORGES VIEIRA MORAIS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado V - CA-5, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.055 - DSG.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**DESIGNAR**

os servidores adiante indicados para o exercício das Funções Comissionadas, nos níveis que especifica, da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO:

1. FLÁVIO ZANATA TOME SOMBRA, matrícula 11223600-2, FC-AGETO-3;
2. RAIMUNDA DA SILVA CARVALHO, matrícula 521118-1, FC-AGETO-6.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.056 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, a partir das seguintes datas:

1. EMILIANO DE OLIVEIRA E SILVA, Gerente de Transporte - DAI-1, 6 de fevereiro de 2026;
2. NATHALYA BARBOSA AZEVEDO, Gerente de Conservação Viária - DAI-1, 2 de fevereiro de 2026;
3. NEILA MUNIZ BARROS, Gerente de Contabilidade - DAI-1, 2 de fevereiro de 2026;
4. PAULO PACHECO DA SILVA NUNES, Gerente de Manutenção de Equipamentos Viários - DAI-1, 6 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.057 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

CLEDER CAMARGO DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial IV - CEA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria Executiva da Governadoria, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.058 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

DENER SOARES MORAIS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.059 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**NOMEAR**

SILVIA HELENA RAMOS DE MOURA SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

## ATO Nº 1.060 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## NOMEAR

DOMINGAS ARAÚJO DE CASTRO LUZ para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

## ATO Nº 1.061 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## NOMEAR

JACQUELINE ALVES FERNANDES MARTINS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

## ATO Nº 1.062 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## NOMEAR

JACSON MENDES COELHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

## SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA

PORTARIA CONJUNTA SEGOV/SEIR Nº 1,  
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA em conjunto com o SECRETÁRIO DE ESTADO DA IGUALDADE RACIAL, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 42, §1º incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins;

## RESOLVEM:

Art. 1º DESIGNAR a servidora SUELY SOARES FERNANDES, Nº Funcional: 993077-1, Diretora de Finanças, lotada na Diretoria de Finanças da Secretaria Executiva da Governadoria, para, sem prejuízo de suas funções, responder interinamente pela Gerente Geral de Administração e Execução Financeira, Orçamentária e Contábil da Secretaria da Igualdade Racial, até a nomeação do titular.

Art. 2º DESIGNAR a servidora GERCIANA DE SOUZA RIBEIRO BARBOSA, Nº Funcional: 1005596-8, Assessora Especial II, lotada na Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Executiva da Governadoria, para, sem prejuízo de suas funções, responder interinamente pela Gestão de Pessoas da Secretaria da Igualdade Racial, até a nomeação do titular.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES  
Secretária de Estado da Governadoria

SERGIO ROBERTO JORGE ALVES  
Secretário de Estado da Igualdade Racial

## PORTARIA SEGOV Nº 15, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de fiscal de contrato/empenho e respectivo substituto, para no caso de impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, do contrato/empenho citado a seguir:

Contrato	Fornecedor	Fiscal de Contrato	Fiscal Substituto	Objeto
Nº 00025/2026	MC SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA - 5ASEC PALMAS (CNPJ 17.734.330/0001-03)	WEBERTH ROSSINE MARINHO SILVA Nº Funcional 11562196-7	RENATO REOLON Nº funcional 1285459-1	Prestação de serviços de lavanderia, destinada à higienização de itens de cama, mesa, banho e tapeçaria utilizados nas dependências do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos e da Unidade Receptiva do Cantão

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao supervisor do contrato sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades e incidentes encontrados, comunicando de forma imediata por via de relatório ao supervisor do contrato para conhecimento e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias para o final da vigência;



VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligência dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais contratados;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se ao supervisor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;

X - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º Fica designado o Chefe do Departamento de Administração e Finanças como Gestor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES  
Secretária de Estado da Governadoria

#### PORTARIA Nº 16/2026/DIAPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA GOVERNADORIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, e com fulcro no artigo nº 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavanderia, destinada à higienização de itens de cama, mesa, banho e tapeçaria utilizados nas dependências do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos e da Unidade Receptiva do Cantão, vinculadas à Secretaria Executiva da Governadoria, com o propósito de garantir a manutenção da limpeza, conservação e apresentação adequada dos ambientes institucionais;

Considerando que os serviços de lavanderia são essenciais para assegurar a higienização, preservação e durabilidade dos materiais têxteis, contribuindo para a manutenção do padrão de qualidade, conforto e representatividade das instalações que recebem autoridades, servidores e visitantes, além de reforçar as condições sanitárias e de segurança exigidas nos espaços públicos sob a responsabilidade desta Pasta;

Considerando que o preço ofertado é o menor preço do mercado;

Considerando o Parecer Jurídico nº 3/2026/ASSEJUR, exarado pela Assessoria Jurídica da Secretaria Executiva da Governadoria;

Considerando toda a documentação que instruíram o processo administrativo;

RESOLVE:

DISPENSAR a realização da licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia, ofertada pela MC Serviços de Lavanderia Ltda - 5ªSec Palmas (CNPJ 17.734.330/0001-03), pelo valor de R\$ 62.149,00 (sessenta e dois mil cento e quarenta e nove reais), conforme Processo nº 2025/09010/000146.

À Superintendência de Administração e Finanças para procedimentos complementares de liquidação e pagamento.

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES  
Secretária de Estado da Governadoria

#### EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 2025/09010/000146

Contrato nº 00025/2026

Contratante: SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA

Contratado: MC SERVIÇOS LAVANDERIA LTDA.

CNPJ: 17.734.330/0001-03

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia para atender as demandas do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos e Unidade Receptiva do Cantão.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação - PORTARIANº 16/2026/DIAPA

Valor Total: R\$ 62.149,00 (sessenta e dois mil cento e quarenta e nove reais)

Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho: 04.122.1100.2189.0000;

Programa de Trabalho: 04.122.1100.2220.0000

Fonte de despesa: 500.0000.000.666666

Natureza da Despesa: 33.90.39

Data da assinatura: 10/02/2026

Vigência: O contrato vigorará a partir da data de sua assinatura, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, observado o interesse público, a vantajosidade o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Signatários:

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES - Representante da Contratante.

JOVENIL MARTINS NETO - Representante da Contratada.

#### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2024

Processo nº 2023/09010/000029

Contrato nº 01/2024

Contratante: SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA

Contratado: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

CNPJ: 07.797.967/0001-95

Objeto: Constitui objeto deste o 2º Termo Aditivo com a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 01/2024 por 12 (doze) meses, referente a Assinatura de acesso para ferramenta de pesquisa e comparações de preços praticados pela Administração Pública, necessário na instrução de processos em atendimento as demandas da Secretaria Executiva da Governadoria - SEGOV.

Dotação Orçamentária: 04.122.1100.2189

Natureza da Despesa: 33.90.39

Fonte de recurso: 500 0000000 666666

Vigência: 21/02/2026 a 21/02/2027

Valor: R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais).

Data da Assinatura: 10 de fevereiro de 2026.

Signatários:

KATIUSCYA ALVES BARBOSA CHAVES - Representante da Contratante.

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS - Representante da Contratada.

#### CASA CIVIL

#### PORTARIA CCI Nº 568 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

#### EXONERAR

LO HUAMA MENDONÇA ARAÚJO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado de Apoio I - CCA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 569 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

WALISONARAÚJO DE CASTRO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial III - CEA-3, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria Executiva da Governadoria, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 570 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

FABIEL SILVA ROCHA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria Executiva da Governadoria, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 571 - DISP, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**DISPENSAR**

da Função Comissionada de Diretor de Colégio Militar do Estado do Tocantins - (da DEIP) - FCPM-4 o servidor JOSÉ MILTON CAMPOS DE SOUSA, matrícula 999249-5, lotado na Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, a partir de 9 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 572 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

ADOLFO BEZERRA DE MENEZES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Escolar - DAS-4, da Secretaria da Educação, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 573 - CSS, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, no art. 35 da Lei 4.902, de 27 de novembro de 2025, e no art. 25 da Lei Complementar 150, de 20 de dezembro de 2023, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 30, de 9 de novembro de 2023, resolve

**MANTER**

cedida ao Município de Araguaína a Professora da Educação Básica GLÁUCIA PEIXOTO PEDROSA, matrícula 71952-4, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 575 - DISP, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**DISPENSAR**

das Funções Comissionadas de Administração abaixo especificadas, as servidoras adiante indicadas, lotadas na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir das seguintes datas:

1. ANA PAULA CAVALCANTE CARVALHO, matrícula 1276808-1, FCA-2, 10 de fevereiro de 2026;
2. EVA COELHO DE SOUSA, matrícula 953067-2, FCA-2, 13 de fevereiro de 2026;
3. THAYNARA RODRIGUES PRIMO, matrícula 11236280-1, FCA-4, 10 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 576 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

GIVALDA MOREIRA DA SILVA FREITAS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial V - CEA-5, da Secretaria da Administração, redistribuído para o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 579 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR, a pedido,**

SEBASTIANA SUELI GOMES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidade Escolar - DAS-6, da Secretaria da Educação, a partir de 13 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 580 - DISP, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**DISPENSAR**

da Função Comissionada da Segurança Pública - 1 - FCSP-1 a servidora ALINE MARIA MOURA DE OLIVEIRA, matrícula 880465-1, lotada na Secretaria da Segurança Pública, a partir de 4 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 581 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

SUED HENRIQUE ALVES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria dos Esportes e Juventude, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 582 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

ROSANA RODRIGUES SANTOS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria Executiva da Governadoria, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 583 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. LAERT AZEVEDO MENDES;
2. PETRONIO BARREIRA BORGES.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 584 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Secretaria da Saúde, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. BRYENDA FERREIRA ARAÚJO OLIVEIRA;
2. JANE PATRÍCIA CARNEIRO SANTANA;
3. MARLI JERÔNIMO DA SILVA RODRIGUES;
4. POULANNA AMÉLIA GUIMARÃES FIGUEIREDO CAVALCANTE.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 585 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

GUILHERME SOARES MELO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Controladoria-Geral do Estado, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 586 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

VALÉRIA MARIA DE MELO LIMA SILVA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Programas e Projetos da Aquicultura - DAI-1, da Secretaria da Pesca e Aquicultura, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 587 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

JAIRON BEZERRA DE CARVALHO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 588 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

THIAGO FONTOLAN TARDIVO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Diretor do Desenvolvimento da Aquicultura - DAS-4, da Secretaria da Pesca e Aquicultura, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 589 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuídos para o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. FÉLIX VALOR DA SILVA CARNEIRO;
2. RENATA BATISTA DE ARAÚJO.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 590 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

CASSIA BENTO SOBREIRA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio as Atividades Pesqueiras - DAI-1, da Secretaria da Pesca e Aquicultura, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 591 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. FLAURIZON RODRIGUES DOS SANTOS;
2. GISELE ESTER DE BRITO.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 592 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

EOMAR CABRAL GONÇALVES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 593 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuídos para o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. ELIZABETH KARIELLEY ALVES DA SILVA;
2. NARA RUBIA ALVES BARROS DOS SANTOS;
3. RAFAELLA NUNES BENEVIDES DO ROSARIO;
4. WEVERTON DA SILVA CARNEIRO.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 594 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

MARCOS FABRICIO CARLOS LOPES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 595 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

ADALGIZA FERREIRA PIRES DE JESUS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 596 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. ANA PAULA PIRES;
2. THAYNARA CRISTINA RIBEIRO MARQUES.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 597 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

ELENICE CORREIA DA SILVA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe



**PORTARIA CCI Nº 598 - CSS, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e no art. 25 da Lei Complementar 150, de 20 de dezembro de 2023, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 52, de 14 de novembro de 2023, resolve

**C E D E R**

ao Município de Palmas a Assistente Social ANDREA SIQUEIRA MONTALVÃO, matrícula 1239198-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, no período de 12 de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 599 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R**

HELONEIDA BARBOSA DA SILVA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Comunicação, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 600 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R**

de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Secretaria da Fazenda, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. FERNANDA ALBUQUERQUE BARROS;
2. GLAUDIA MARIA GOMES MARCON;
3. LÍDIA FERREIRA SOARES;
4. MÁRCIO ANTÔNIO DOS SANTOS JÚNIOR.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 601 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R**

LORENA SOARES DA SILVA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 602 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R**

SÔNIA DA SILVA OLIVEIRA MARINHO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 603 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R**

HELENA ABREU FARIAS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Saúde.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 604 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R**

de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Secretaria da Saúde, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. ANNE CAROLINY DE SOUZA ALVES;
2. ARNALDO DAS DORES MODESTO DA SILVA;
3. CRISTIANE FERNANDES DA SILVA;
4. DEUSIMAR SILVA PIRES;
5. ELIZABETE CARDOSO TEIXEIRA;
6. MARCELO VIANA MARTINS;
7. NAYARA PEREIRA SOUSA DA SILVA.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 605 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R**, a pedido,

ESDRAS NERES RIBEIRO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Gestão de Pessoas - DAI-1, da Secretaria da Segurança Pública, a partir de 10 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe



**PORTARIA CCI Nº 606 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

MARGARETH RÉGIA FREITAS SILVA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuído para o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 607 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

JORDANA COSTA CAPISTRANO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 608 - DISP, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**DISPENSAR**

da Função Comissionada de Supervisor de Relações de Consumo - FCSRC o servidor GABRIEL PEREIRA PINHEIRO, matrícula 11179910-1, lotado na Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 609 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

MAGNO DA SILVA PINTO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Fiscalização - DAS-4, da Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 610 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

VIVIANE GOMES RIBEIRO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Saúde, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 611 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

JOÃO VITOR BRASIL CARVALHO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Políticas Públicas para a Juventude - DAL-1, da Secretaria dos Esportes e Juventude, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 612 - DISP, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**DISPENSAR**

da Função Comissionada de Administração - FCA-6 a servidora MÁRCIA FARIA E SILVA, matrícula 833530-6, lotada na Secretaria da Saúde, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 613 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

EVANDRO PINTO DE ALEXANDRIA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado de Apoio II - CCA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 614 - DISP, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**DISPENSAR**

da Função Comissionada de Administração - FCA-2 o servidor FERNANDO GUIDA FERREIRA, matrícula 1292617-1, lotado na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 615 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

LUCAS CIRQUEIRA CARVALHO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado V - CA-5, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, a partir de 19 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 616 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão especificados, da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, a partir das seguintes datas:

1. EMILIANO DE OLIVEIRA E SILVA, Gerente de Manutenção de Equipamentos Viários - DAI-1, 6 de fevereiro de 2026;
2. PAULO PACHECO DA SILVA NUNES, Gerente de Transporte - DAI-1, 6 de fevereiro de 2026;
3. PRISCILLA ZANATTA TEIXEIRA MAYA, Gerente de Conservação Viária - DAI-1, 2 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 617 - DISP, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**DISPENSAR**

da Função Comissionada de Gestão - FCG-2 o servidor CLEDER CAMARGO DA SILVA, matrícula 1292080-1, lotado na Secretaria da Segurança Pública, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 619 - EX, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**EXONERAR**

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM, a partir de 13 de fevereiro de 2026:

1. DÉBORA CARDOSO MESQUITA;
2. ROBSON CARDOSO FERNANDES.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**APOSTILA CCI Nº 41 - APT, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**APOSTILAR**

o Ato nº 513 - NM, de 20 de janeiro de 2026, publicado na edição 6.982 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar vigentes, a partir de 2 de fevereiro de 2026, os efeitos da nomeação de SIDINEIA MACHADO COSTA ALVES.

Deocleciano Gomes Filho  
Secretário-Chefe

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR****APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 007/2024**

Fica apostilada a Clausula Décima Oitava, item 18.1, do Contrato nº 007/2024:

Onde se lê:

“18.1 Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder ao período de execução prevista em contrato, e este atraso não esteja atribuído ao Contratado, o contrato poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M), mediante solicitação do Contratado.”

Leia-se:

“18.1 Os preços contratados serão reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, e o índice a ser adotado para fins de reajuste será o INCC-M - Índice Nacional de Custo da Construção - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).”

Palmas/TO, aos 11 de fevereiro de 2026.

PETERSON QUEIROZ DE ORNELAS - Cel QOBM  
Comandante-Geral

**SUPERINTENDÊNCIA DO COMANDO DE AÇÕES DE DEFESA CIVIL****PORTARIA Nº 03/2026/CODEC, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Republicada para correção

Estabelece os requisitos e prazos para a solicitação e realização do curso de brigada florestal para os municípios no âmbito do Comando de Ações de Defesa Civil/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências.

O SUPERINTENDENTE DO COMANDO DE AÇÕES DE DEFESA CIVIL, Ato nº 2.177 - NM, DOE nº 6.899, nos termos do art. 2º, inciso I, art. 11, inciso II e o art. 13 da Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021;

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer os requisitos e prazos para a realização do curso de brigada florestal para os municípios no âmbito do Comando de Ações de Defesa Civil (CODEC)/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO), na forma do disposto nesta Portaria.

Art. 2º O candidato a brigadista florestal deve atender aos seguintes critérios básicos:

I. Possuir boa condição física e de saúde, comprovado por atestado médico;

II. Ser absolutamente capaz;

III. Ter entre 18 e 50 anos;

IV. Ser alfabetizado.

Parágrafo Único. Caso nenhum candidato atenda aos critérios básicos relacionados, devem ser selecionados aqueles que atendam ao maior número de requisitos.

Art. 3º A brigada de incêndio florestal deve ser organizada funcionalmente como segue, e com as respectivas atribuições:

## I - Chefe de Brigada Florestal:

- a) Explicar aos combatentes a natureza do trabalho a ser realizado;
- b) Organizar os combatentes para efetuar eficazmente os trabalhos específicos;
- c) Demonstrar métodos de trabalho seguros e eficientes;
- d) Assegurar que toda a equipe se encontre em perfeito estado;
- e) Registrar os nomes dos combatentes e as horas de trabalho;
- f) Assegurar que as normas de segurança sejam observadas.

## II - Brigadista Florestal:

- a) Prevenir e Combater Incêndios Florestais;
- b) Acionar apoio quando necessário;
- c) Difundir entre a comunidade uma cultura de Prevenção aos incêndios florestais.

Art. 4º Os candidatos a brigadista florestal, selecionados conforme o art. 2º desta Portaria deverá frequentar curso com carga horária mínima de 40 horas/aula, sendo a parte prática não inferior a 24 horas/aula.

§1º A parte teórica do Curso terá a seguinte grade:

## I - Prevenção e Combate aos incêndios Florestais:

- a) Incêndio Florestal: conceitos (diferenciação entre incêndio florestal e queimada);
- b) Técnica de combate a incêndios florestais;
- c) Elementos essenciais do fogo;
- d) Causas do incêndio florestal;
- e) Formas de propagação;
- f) Fatores que interferem na propagação;
- g) Classificação dos incêndios;
- h) Avaliação do incêndio;
- i) Partes do incêndio;
- j) Ferramentas e equipamentos de combate;
- k) Combate aos incêndios florestais;
- l) Fases do combate;
- m) Queima controlada;
- n) Aceiros;
- o) Tática.

## II - Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes:

- a) Definição/Finalidade;
- b) Socorrista;
- c) Parada Respiratória;
- d) Parada Cardíaca;
- e) Hemorragia;
- f) Estado de Choque;
- g) Desmaios/Convulsão;
- h) Asfixia;
- i) Imobilização;
- j) Transporte de acidentados/vítimas;
- k) Animais peçonhentos.

## III - Noções de georreferenciamento.

§2º A parte prática do Curso abrangerá:

I - Aula prática de Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes, abrangendo todos os assuntos abordados nas aulas teóricas;

II - Atividade em campo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais:

- a) Construção e uso de Aceiros;
- b) Tática de combate;
- c) Técnica de combate;
- d) Transporte de equipamentos;
- e) Uso de ferramentas e equipamentos de combate;
- f) Montagem de abrigos provisórios;
- g) Confecção e manutenção de abafadores;
- h) Manutenção de bomba costal e pinga fogo;
- i) Combate a incêndio com o uso de sopradores;
- j) Elaboração de relatório de ocorrência.

Art. 5º O certificado de conclusão do curso de brigadista florestal terá validade de 03 (três) anos, contados a partir da data de término da capacitação.

§1º Findo o prazo de validade previsto no *caput* deste artigo, o brigadista deverá participar de um treinamento prático de atualização, com carga horária mínima de 12 (doze) horas/aula, para fins de renovação do certificado.

§2º Concluído o treinamento prático de atualização com aproveitamento satisfatório, o certificado será renovado por igual período de 03 (três) anos, contado a partir da data de conclusão do treinamento.

§3º O disposto neste artigo aplica-se também aos cursos de brigadista florestal ministrados a partir do ano de 2024, considerando-se, para fins de contagem do prazo de validade, a data de término do respectivo treinamento.

Art. 6º Receberão Certificado de Brigadista Florestal os alunos considerados APTOS pela equipe de instrução ao final do curso, com base no desempenho prático, comportamento disciplinar e capacidade operacional demonstrada durante as atividades.

§1º A avaliação dos alunos dar-se-á por meio de conceito de aptidão ou inaptidão, emitido pela equipe de instrução.

§2º Para fins de certificação, o aluno deverá possuir frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso, sendo obrigatória a participação integral na parte prática, não sendo admitidas ausências, ainda que compensadas por frequência superior na parte teórica.

§3º O aluno que apresentar conduta incompatível com as normas de segurança, disciplina ou com os objetivos do curso poderá ser desligado a qualquer tempo, por decisão fundamentada da equipe de instrução, não fazendo jus à certificação.

Art. 7º No Certificado do brigadista devem constar os seguintes dados:

- a) Nome completo do treinando;
- b) Carga horária;
- c) Período de treinamento;
- d) Citação de que o certificado está em conformidade com esta Portaria;
- e) Validade de 03 (três) anos;
- f) Município a que pertence o Brigadista.

Art. 8º As atribuições da Brigada de Incêndio Florestal são de prevenção e combate ao sinistro, englobando o que segue:

- a) Avaliação dos riscos existentes;
- b) Inspeção geral dos equipamentos e ferramentas de combate a incêndio;
- c) Elaboração de relatório das irregularidades encontradas;
- d) Encaminhamento do relatório de ocorrências à CODEC;
- e) Orientação à população;
- f) Exercícios simulados;
- g) Identificação de situações de emergências;
- h) Combate aos incêndios florestais;
- i) Confecção de aceiros;
- j) Participação em campanhas educativas.

Art. 9º Será responsabilidade dos municípios:

I - Possuir Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e Coordenador nomeado;

## II - Providenciar:

- a. Local para aulas teóricas e práticas;
- b. Projetor Multimídia;
- c. Computador;
- d. Transporte à disposição dos alunos para as instruções;
- e. Equipamentos de proteção individual (EPI) e maleta ou mochila de primeiros socorros.

III - Fornecer material ditático aos alunos.

Art. 10 O prazo final para solicitação de cursos de brigada e entrega/devolução do termo de cooperação devidamente assinado será 17 de abril do presente ano em formato digital para o e-mail informado pelo Comando de Ações de Defesa Civil. A assinatura poderá ser digital por token/assinatura digital ou no documento devidamente assinado e digitalizado.

§1º Considerando o período de estiagem e a sazonalidade local, o curso deverá ser realizado entre os dias 11 de maio a 31 de julho do corrente ano.

§2º O atendimento das solicitações de cursos de brigada fora do prazo previsto nesta Portaria, ficará a critério do Comando de Ações de Defesa Civil.

Art. 11 O Termo de Cooperação entre Prefeitura e o Comando de Ações de Defesa Civil é requisito obrigatório para a realização da capacitação.

Parágrafo único. O Termo de Cooperação que refere o caput deste artigo será enviado pelo CODEC para o município que deverá inserir os dados do Município do Prefeito e devolver devidamente assinado no prazo que refere o caput do artigo 10 desta Portaria.

Art. 12 A Prefeitura deverá efetivar a contratação dos brigadistas florestais por um período mínimo de três meses e enviar a documentação de contratação, no formato digital, até o dia 31 de agosto do ano corrente ao Comando de Ações de Defesa Civil.

Art. 13 O descumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Portaria será motivo para o CODEC não emitir o Certificado de Capacitação do brigadista florestal.

Art. 14 A quantidade mínima de brigadistas será definida conforme a extensão territorial do município em km2:

- I. Nível A - Até 3.468,65 km2 - 7 Brigadistas;
- II. Nível B - De 3.468,66 km2 até 6.787,09 km2 - 9 Brigadistas;
- III. Nível C - De 6.787,10 km2 até 10.105,53 km2 - 10 Brigadistas;
- IV. Nível D - A partir de 10.105,54 km2 - 13 Brigadistas.

Art. 15 Revoga-se a Portaria nº 01/2025/CODEC, de 05 de fevereiro de 2025, publicada no DOE nº 6.752, de 06 de fevereiro de 2025.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS - CEL QOBM  
Superintendente do Comando de Ações de Defesa Civil

POLÍCIA MILITAR

PORTARIA Nº 4/2026 - DAL/PMTO

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I e IV, do §1º, do art. 42, da Constituição Estadual do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, em conformidade com o art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a realização de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a aquisição de materiais para a confecção de documentos de identificação de policiais militares, visando atender as necessidades da(o) Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, em favor da empresa: LICITUDE SOLUÇÕES INTEGRADA & BIDDING, CNPJ 60.027.512.0001-73, R\$ 2.732,00 (dois mil setecentos e trinta e dois reais), conforme Processo SGD nº 2025/09030/000444.

Art. 2º Remeta-se para o Diário Oficial do Estado para publicação.

Quartel do Comando-Geral, em Palmas - TO, 10 de fevereiro de 2026.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM  
Comandante-Geral da PMTO

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Polícia Militar do Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ nº 33.567.785/0001-38, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Turismo - SEDEMAT de Araguaína, a Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) do Licenciamento Ambiental da Guarda do 2º BPM de Araguaína, a ser instalado na Av. Filadélfia, nº 3.860. Setor de Autarquia, zona urbana do município de Araguaína-TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 e a Política Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 1.659/1996) e do Decreto Municipal nº 176/2019, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PORTARIA PGE/GAB Nº 030/2026.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 51 da Constituição do Estado, c/c art. 19, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999,

RESOLVE:

DESIGNAR a Procuradora PATRICIA DE ALVARENGA XAVIER, matrícula funcional nº 33872-1, para substituir a Procuradora CAROLINA MATTOS GOES, matrícula funcional nº 11694297-1, lotada na Subprocuradoria do Centro de Estudos, no período de 05/01/2026 a 29/01/2026 - 25 (vinte e cinco) dias, por motivo de fruição de férias, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, em Palmas/TO, aos 05 dias do mês de janeiro de 2026.

JAX JAMES GARCIA PONTES  
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA PGE/GAB Nº 39/2026.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual nº 20, de 17 de junho de 1999 e suas alterações, tendo em vista que lhe compete a prática de atos de gestão administrativa em conformidade com o art. 104, inc. III, c/c art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 03/2024 - Pleno, de 15/04/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo identificados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Nota de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para responder nos casos de impedimento ou afastamento legal do titular do contrato elencado a seguir:

PROCESSO Nº 2025/09060/003777  
CONTRATO Nº 000030/2026  
EMPRESA: CAIO PERONA TECNOLOGIA LTDA  
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Contratação de serviço de assinatura de plataforma digital de inteligência artificial generativa para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Estado.

Fiscal Titular	Fiscal Substituto
Titular: Flaviane Pereira de Oliveira Carvalho Mat.: 11654180-2 CPF: XXX.XXX.811-10	Titular: Nubia Carneiro Silva Mat.: 530703-3 CPF: XXX.XXX.171-87

Art. 2º São atribuições do fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do objeto descrito no Termo de Contrato e das cláusulas avençadas;



II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à Diretoria Administrativa e Financeira sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e, imediatamente, comunicar, por meio de relatório, à Diretoria Administrativa e Financeira para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não da contratação;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Diretoria Administrativa e Financeira para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - Observar a execução do objeto, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, construa ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas/TO, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2026.

JAX JAMES GARCIA PONTES  
Procurador-Geral do Estado do Tocantins

#### PORTARIA PGE/GAB/SPI Nº 040/2026.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 51, da Constituição do Estado, c/c art. 19, V, XIII, XXI, e XXIII, da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, que atribuem ao Procurador-Geral do Estado a competência para designar representantes em atos de interesse do Estado;

CONSIDERANDO a necessidade de dar prosseguimento aos procedimentos administrativos de doação de bens imóveis do Estado do Tocantins, visando à regularização fundiária e à destinação social dos bens públicos;

CONSIDERANDO que a representação do Procurador-Geral do Estado é indispensável para a formalização de atos de alienação e doação de bens imóveis, nos termos da legislação vigente;

CONSIDERANDO a competência funcional dos Procuradores do Estado para atuar em nome da Procuradoria-Geral do Estado em atos dessa natureza;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de designar representante com poderes específicos para assinatura de instrumentos de doação, garantindo celeridade, eficiência e segurança jurídica aos procedimentos;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Procuradora do Estado, Ana Flávia Ferreira Cavalcante, CPF nº XXX.XXX.601-04, RG nº XXX2044 DGPC/GO, OAB-TO nº 4.114-B/TO, Estado Civil: Divorciada, Endereço Profissional: Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins, Praça dos Girassóis s/n Plano Diretor Norte, CEP: 77001-002, para representar o Procurador-Geral, com o desígnio de Assinar a Doação de Bens Imóveis ao Estado do Tocantins no CNPJ 01.786.029/0001-03, do imóvel: Um Lote de terra para construção urbana de número 03, da Quadra 102, (quadra interna APE - 03) situado na Avenida Castelo Branco, Miranorte - TO, de matrícula 5.308 e de Processo SGD nº 2011/99910/0011487, cujo objeto é dar continuidade ao procedimento de Doação do imóvel ao Centro Comunitário Esperança, situada no município de Miranorte-TO.

#### DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas/TO, 09 dias do mês de fevereiro de 2026.

JAX JAMES GARCIA PONTES  
Procurador-Geral do Estado

#### COMISSÃO DO CONCURSO

IV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS  
E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA  
PARA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

#### EDITAL Nº 15/2026

#### RESULTADO PRELIMINAR DA 2ª FASE- PROVA ESCRITA DISCURSIVA

A COMISSÃO DO CONCURSO, no uso das atribuições legais, tendo em vista o Edital nº 01/2025 de Abertura de Inscrições do IV Concurso Público de Provas e Títulos, para provimento de cargo na carreira de Procurador do Estado - Nível I, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins na edição de 19/08/2025, RESOLVE:

1. Informar que as respostas dos recursos serão levadas ao conhecimento dos candidatos inscritos no Concurso, por meio do site da Fundação Carlos Chagas ([www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)), não tendo qualquer caráter didático, e ficarão disponíveis pelo prazo de 7 (sete) dias a contar da data de sua divulgação.

2. Informar que, a partir da data de publicação deste Edital, os candidatos poderão verificar seus resultados no site da Fundação Carlos Chagas ([www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)).

3. Tornar Pública a lista preliminar dos candidatos habilitados na 2ª Fase-Prova Escrita Discursiva, conforme Capítulo 11 do Edital nº 01/2025 de Abertura de Inscrições conforme, Anexo Único.

4. Estabelecer que, a vista das Provas Escritas Discursivas, no termo do item 15.8, Capítulo 15 do Edital nº 01/2025 de Abertura de Inscrições, estará disponível durante o período recursal no site da Fundação Carlos Chagas ([www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)), de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

5. Informar que os recursos referentes aos resultados das Provas deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste Edital, exclusivamente por meio do site da Fundação Carlos Chagas ([www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)), de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Palmas/TO, 12 de janeiro de 2026.

JAX JAMES GARCIA PONTES  
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS



ANEXO ÚNICO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADOR DO ESTADO - NÍVEL I

CANDIDATOS HABILITADOS EM ORDEM DE NOTA  
(RESULTADO PRELIMINAR PROVA ESCRITA DISCURSIVA)

- LEGENDA:
- (D) CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA.
  - (N) CANDIDATOS NEGROS.
  - (I) CANDIDATOS INDÍGENAS
  - (Q) CANDIDATOS QUILOMBOLAS

CARGO: PROCURADOR DO ESTADO - NÍVEL I								
NÚMERO	NOME	PEÇA/ PARECER	QST 1	QST 2	QST 3	QST 4	NOTA	
0004076j	FELIPE ALBERTO BARROS DE ANDRADE	5.75	1.00	0.90	0.65	0.70	9.00	
0001970h	FLAVIA ELISA DE OLIVEIRA	5.75	1.00	0.70	0.65	0.80	8.90	
0001737b	EDUARDO EDSON CAVALCANTE FERREIRA(N)	5.00	1.00	0.90	0.80	1.00	8.70	
0003000e	GABRIEL PEREIRA PENNA ANDRADE	5.25	0.95	0.90	0.80	0.75	8.65	
0002860f	THIAGO ALVAREZ MADEU	5.00	1.00	0.80	0.75	1.00	8.55	
0003285c	EDUARDO MATEUS SOUZA ROVARIS	4.75	0.85	0.75	0.75	1.00	8.10	
0002579d	LAIS MONTEIRO ALVES TINOCO BARBOSA LEITE	4.25	1.00	0.80	1.00	1.00	8.05	
0002733j	THALISSON COSTA ANDRADE	4.25	1.00	0.75	0.85	1.00	7.85	
0000948j	VICTOR HUGO DOS SANTOS SOUZA	4.50	1.00	0.70	0.85	0.80	7.85	
0001682c	DANIELA CRISTINA MENIN	4.75	1.00	0.60	0.45	1.00	7.80	
0002266e	GABRIEL PORTO SAMPAIO	4.75	1.00	0.75	0.80	0.50	7.80	
0001051a	ALINE ALMEIDA VIEIRA	4.50	1.00	0.80	0.45	1.00	7.75	
0000075j	JOSE ALVES NETO	4.75	1.00	0.80	0.60	0.60	7.75	
0003392d	BRENDA AIRA CARRILHO	4.25	1.00	0.90	0.80	0.70	7.65	
0001172b	FELIPE GLAUBER COSTA SILVA	4.75	0.45	0.75	0.70	1.00	7.65	
0003983e	IGOR PEDROSO MONTE SANTO	4.25	1.00	0.80	0.55	1.00	7.60	
0004328k	ANA JULIA BARBOZA OLIVEIRA DOS SANTOS	4.00	1.00	0.90	0.65	1.00	7.55	
0000121b	GIOVANNI MARTINS DE ARAUJO MASCARENHAS	4.75	1.00	0.65	0.65	0.50	7.55	
0000045a	VICTOR FERNANDEZ FINGERGUT	4.00	0.70	0.90	0.95	1.00	7.55	
0001563f	ALISSON DE ANDRADE BAUMGARTNER	4.00	1.00	0.80	0.70	1.00	7.50	
0001010e	JOSE ALBERTO PINTO DA COSTA RODRIGUES PEREIRA	4.00	1.00	0.85	0.65	1.00	7.50	
0000998c	VICTOR AGUIAR CIARLINI	4.00	1.00	0.70	0.80	1.00	7.50	
0001551j	RAYLSON SILVA DE SOUZA	4.00	1.00	0.65	0.75	1.00	7.40	
0003281f	ARNALDO PEREIRA FILHO	4.25	1.00	0.90	0.40	0.80	7.35	
0003978a	FRANKLIN RIBEIRO	4.50	0.85	0.75	0.75	0.50	7.35	
0003429e	TIEGO MAIA NEO MELO	4.00	1.00	0.70	0.80	0.75	7.25	
0000095e	VANDERSON DE LIMA DA SILVA	4.00	1.00	0.75	0.75	0.75	7.25	
0002107g	ROBERTA MONTEIRO SILVA	4.00	1.00	0.75	0.45	1.00	7.20	
0004412k	ANA LAURA SILVA SOUZA	3.75	0.90	0.90	0.60	1.00	7.15	
0001732c	CRISTEFER LIMA SANTANA	3.75	1.00	0.85	0.55	1.00	7.15	
0001683e	FELIPE LEAL DANTAS VASCONCELOS	4.50	1.00	0.85	0.30	0.50	7.15	
0002850c	JUAN ANDRES CLARAMUNT	4.00	1.00	0.75	0.40	1.00	7.15	
0004320f	SABRINA RIPOLI BIANCHI	4.00	0.85	0.80	0.75	0.70	7.10	
0002817e	LEANDRO CORTES DALAZUANA	3.50	1.00	0.75	0.80	1.00	7.05	
0000330k	MARCUS VINICIUS OLIVEIRA RAMOS	4.00	0.90	0.70	0.45	1.00	7.05	
0001975g	ISADORA CARNEIRO TAPETI FRANCA	4.00	1.00	0.70	0.70	0.60	7.00	
0000993d	RODRIGO CAJUE ARAUJO	3.75	1.00	0.90	0.75	0.60	7.00	
0001819d	SERGIO AUGUSTO BARREIROS BITTENCOURT	4.00	1.00	0.75	0.45	0.80	7.00	
0001573i	GABRIEL CORDEIRO DE OLIVEIRA FERNANDES	3.75	0.95	0.80	0.45	1.00	6.95	
0002620h	MIGUEL MARQUES SPINDOLA	3.75	0.95	0.85	0.40	1.00	6.95	
0002921k	ALBERT SUCKEL	3.75	1.00	0.90	0.55	0.70	6.90	
0000218f	HUGO SAMPAIO CARDOSO	4.00	0.90	0.70	0.70	0.60	6.90	
0000520e	FELIPE AUGUSTO GONZAGA TAVARES	3.50	1.00	0.90	0.45	1.00	6.85	
0000434a	JOSE ROBERTO DE FIGUEIROA VALENCA FILHO	3.75	0.80	0.80	0.50	1.00	6.85	
0001806f	KARINA GARCEZ DE OLIVEIRA PRADO	3.25	1.00	0.85	0.75	1.00	6.85	
0001636g	GABRIELLA LACERDA MONTENEGRO CORDEIRO	3.25	1.00	0.60	0.98	1.00	6.83	
0000571k	HIAGO FREITAS DA SILVA	3.50	1.00	0.75	0.80	0.75	6.80	
0004043f	LUCAS DE MEDEIROS MOURA	3.25	1.00	0.80	0.75	1.00	6.80	
0004142h	RENATA APARECIDA DE OLIVEIRA SOARES	3.75	1.00	0.90	0.40	0.75	6.80	

CARGO: PROCURADOR DO ESTADO - NÍVEL I								
NÚMERO	NOME	PEÇA/ PARECER	QST 1	QST 2	QST 3	QST 4	NOTA	
0001325a	LEONARDO VAZ PEREIRA	3.00	0.95	0.80	1.00	1.00	6.75	
0003610j	MILENA RIBEIRO PEREIRA(Q)	3.75	1.00	0.65	0.65	0.70	6.75	
0003421g	RENATO BERNARDO VIEIRA DE AZEVEDO	3.75	1.00	0.75	0.70	0.50	6.70	
0002745f	CAMILLE LORRANY FLAVIO ALVES	3.75	0.95	0.80	0.35	0.75	6.60	
0003346h	FELIPE SIQUEIRA BONACHI	3.75	1.00	0.80	0.55	0.50	6.60	
0002343h	ANTONIO PEREIRA DE SA JUNIOR(N)	3.50	1.00	0.60	0.45	1.00	6.55	
0002905b	JOHN MAYCON PEREIRA	3.50	1.00	0.80	0.75	0.50	6.55	
0002820e	MATEUS GOIS BARRETO	3.75	0.90	0.70	0.40	0.80	6.55	
0000185f	LUIZ PAULO PAUXIS MOREIRA	3.00	0.95	0.80	0.75	1.00	6.50	
0002144b	MATHEUS MARTINS DA SILVA	4.00	1.00	0.80	0.40	0.30	6.50	
0000690h	RENNAN GALINDO PESSOA E MELO	3.50	1.00	0.65	0.70	0.60	6.45	
0001396b	RICARDO VAZ PEREIRA	3.00	1.00	0.70	0.75	1.00	6.45	
0004368a	WILLIAM GARAY NEVES	3.25	0.85	0.75	0.80	0.75	6.40	
0002237i	JOSE VANDALBERTO DE CARVALHO JUNIOR	3.50	1.00	0.80	0.45	0.60	6.35	
0004069b	BRUNA GOLDENSTEIN	3.25	1.00	0.80	0.70	0.50	6.25	
0000530h	MARCELO BEZERRA FERNANDES FILHO	3.00	1.00	0.75	0.80	0.70	6.25	
0003784j	MATHEUS AURELIO DE OLIVEIRA MACEDO(D)	3.25	1.00	0.80	0.40	0.80	6.25	
0002752c	HENRIQUE SILVEIRA MARTINS	3.00	0.90	0.75	0.50	1.00	6.15	
0003366c	LIS MEIRELES MASCARENHAS MORANDI LUSTOSA	3.25	1.00	0.75	0.55	0.60	6.15	
0003175g	MARCELO DONEDA LOSSO	3.50	0.95	0.60	0.35	0.75	6.15	

69 Candidato(s) nesta opção

CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA HABILITADOS EM ORDEM DE  
NOTA (RESULTADO PRELIMINAR PROVA ESCRITA DISCURSIVA)

CARGO: PROCURADOR DO ESTADO - NÍVEL I								
NÚMERO	NOME	PEÇA/ PARECER	QST 1	QST 2	QST 3	QST 4	NOTA	
0004469g	RAABE STEFANY SABOIA PINTO	5.50	1.00	0.70	0.35	1.00	8.55	
0004139h	PEDRO GUERREIRO DI CHIARA	5.25	1.00	0.90	0.70	0.50	8.35	
0004464h	JULIANA OLIVEIRA EIRO DO NASCIMENTO	5.00	1.00	0.60	0.70	0.75	8.05	
0004532j	TIAGO ROBERTO DE LIMA	5.00	1.00	0.65	0.40	0.75	7.80	
0001407c	ALBERT BARCESSAT GABBAY	4.50	1.00	0.80	0.65	0.70	7.65	
0001086i	MATEUS PASCHOARELLI VEIGA	4.00	1.00	0.90	0.70	0.90	7.50	
0004503c	TIAGO BRUNO PADILHA RODAS	5.00	0.60	0.60	0.50	0.70	7.40	
0002775d	ELENILSON PEREIRA CORREIA	4.75	1.00	0.55	0.25	0.75	7.30	
0002327j	MARCO ANTONIO DO AMARAL FILHO	4.00	1.00	0.65	0.85	0.70	7.20	
0003753j	ALEX DE FREITAS PEREIRA	3.50	1.00	0.90	0.75	1.00	7.15	
0002837k	DOMINGOS NETO PENERA BASTOS	4.25	1.00	0.70	0.45	0.75	7.15	
0003720f	WELLERSON DUARTE NEVES OLIVEIRA	4.50	1.00	0.70	0.45	0.50	7.15	
0000965j	FILIPE CARVALHO ALMEIDA	4.50	1.00	0.80	0.30	0.50	7.10	
0004518e	RUTH SILVA COUTINHO LIMA	4.25	1.00	0.80	0.55	0.50	7.10	
0000352j	ADEMIR BATISTA CASTORINO	5.00	0.40	0.70	0.20	0.75	7.05	
0000103k	ANA KARLA GONCALVES PINHEIRO GOMES	4.50	0.80	0.80	0.45	0.50	7.05	
0000111j	EDUARDO ALVES MEDEIROS	3.75	1.00	0.75	0.80	0.50	6.80	
0003700k	JAIRO HENRIQUEPARENTE DE ANDRADE	3.75	1.00	0.65	0.75	0.60	6.75	
0004387e	GUILHERME CALEGARI CHROMECK	3.75	0.90	0.80	0.65	0.60	6.70	
0004422c	THALES GOMES MACHADO REIS	3.75	1.00	0.60	0.30	1.00	6.65	
0002828j	VINICIUS RENATO DE PAULA PIRES	4.25	0.40	0.70	0.55	0.75	6.65	
0004435a	THALLES ALVES DE OLIVEIRA	3.50	1.00	0.80	0.55	0.75	6.60	
0001069i	ISABELA CARDOZO ANSESQUI RANGEL	3.75	1.00	0.70	0.55	0.50	6.50	
0002384k	ENIO ANTONIO DAS GRACAS SILVA JUNIOR	3.25	0.95	0.75	0.45	1.00	6.40	
0004534c	IVAN AGUIAR DE SOUZA	3.50	0.90	0.70	0.70	0.60	6.40	
0004535e	RAFAEL CARVALHEIRA PINTO	3.50	1.00	0.85	0.30	0.75	6.40	
0004479j	DANIEL SOARES VELOSO	3.00	1.00	0.90	0.95	0.50	6.35	
0003196d	FRANCISCO ROBSON ARAUJO PEDROZA	3.50	0.70	0.70	0.75	0.70	6.35	
0002433i	GUILHERME PORTO MOREIRA	3.50	1.00	0.50	0.60	0.75	6.35	
0001124b	JULIANO CEZAR MELO ALEIXO	3.00	1.00	0.70	0.65	1.00	6.35	
0003784j	MATHEUS AURELIO DE OLIVEIRA MACEDO	3.25	1.00	0.80	0.40	0.80	6.25	
0004468e	MULLER SENA TORRES	3.75	0.90	0.80	0.30	0.50	6.25	
0002359a	LUIZ FERNANDO NETO SILVA	3.75	1.00	0.45	0.50	0.50	6.20	
0001575b	HILDEGLENIA THAISA FERREIRA DE MENDONCA	3.00	1.00	0.80	0.60	0.70	6.10	

34 Candidato(s) nesta opção

CANDIDATOS NEGROS HABILITADOS EM ORDEM DE NOTA  
(RESULTADO PRELIMINAR PROVA ESCRITA DISCURSIVA)

CARGO: PROCURADOR DO ESTADO - NÍVEL I							
NÚMERO	NOME	PEÇA/ PARECER	QST 1	QST 2	QST 3	QST 4	NOTA
0001737b	EDUARDO EDSON CAVALCANTE FERREIRA	5.00	1.00	0.90	0.80	1.00	8.70
0003075c	KELLEN KAROLINE RIBEIRO BATISTA	5.50	1.00	0.75	0.35	1.00	8.60
0001093f	RAFAEL MELO DA ROCHA(SUB JUDICE)	4.75	1.00	0.85	0.80	0.60	8.00
0002684a	VINICIUS ARAUJO DO PRADO VALADARES	4.25	1.00	0.85	0.80	1.00	7.90
0002897g	DANIEL CESAR DO VALE	4.75	1.00	0.90	0.70	0.50	7.85
0002255k	BENSON AUGUSTO DE MEDEIROS BEZERRA	4.50	1.00	0.70	0.50	1.00	7.70
0003056j	ELTON JONEY DIAS PEREIRA	4.25	1.00	0.70	0.75	1.00	7.70
0001671i	ADRIANNE RIBEIRO DUARTE	4.50	1.00	0.70	0.75	0.70	7.65
0004303f	JANAÍNA COSTA DE SOUZA	4.25	0.85	0.90	0.60	1.00	7.60
0004104k	VITOR FRAZAO DA SILVA GREGORIO	4.00	1.00	0.75	0.85	1.00	7.60
0002742k	ANA LUIZA FALCAO SILVA	4.75	1.00	0.75	0.50	0.50	7.50
0004113a	EDUARDO FABRICIO SEGADILHA CARVALHO	4.00	1.00	0.75	0.75	1.00	7.50
0003215d	WILLIAM VICTOR COSTA SOUGEY	4.50	1.00	0.80	0.45	0.75	7.50
0001151e	ADRIANA BISPO BODNAR	4.75	1.00	0.60	0.60	0.50	7.45
0000227g	MATHEUS DE SOUSA BATISTA	4.50	1.00	0.65	0.30	1.00	7.45
0003087j	PEDRO HENRIQUE NUNES DE OLIVEIRA	4.50	0.85	0.55	0.75	0.75	7.40
0000697k	THALES FERREIRA LEITE	4.25	1.00	0.75	0.40	1.00	7.40
0003826k	THAYNARA SANTOS FERNANDES	4.25	1.00	0.65	0.50	1.00	7.40
0004138f	MURILO SOUSA E SILVA	4.50	1.00	0.65	0.40	0.80	7.35
0002775d	ELENILSON PEREIRA CORREIA	4.75	1.00	0.55	0.25	0.75	7.30
0003632i	GIOVANA FARIAS FERNANDES MAGALHAES	4.75	1.00	0.55	0.50	0.50	7.30
0002808d	FILIPPE DOS SANTOS FERREIRA	3.75	1.00	0.75	0.70	1.00	7.20
0000616g	HEMERSON PEREIRA DE SOUZA ALVES	4.50	0.90	0.70	0.35	0.75	7.20
0001321d	KELSON CESAR LACERDA PACIFICO	3.50	1.00	0.90	0.80	1.00	7.20
0003753j	ALEX DE FREITAS PEREIRA	3.50	1.00	0.90	0.75	1.00	7.15
0003198h	GUILHERME DO CARMO DAMAS SILVA	4.25	0.85	0.65	0.70	0.70	7.15
0002740g	YZACK ALBUQUERQUE BATISTA	4.25	1.00	0.70	0.50	0.70	7.15
0002223i	ALEXANDRE EVANGELISTA SILVA FILHO	3.75	1.00	0.85	0.50	1.00	7.10
0000352j	ADEMIR BATISTA CASTORINO	5.00	0.40	0.70	0.20	0.75	7.05
0003232d	KARINE SOARES DA MATA ALMEIDA	4.00	0.70	0.90	0.40	1.00	7.00
0000544h	SAYMON MIKAEL DE JESUS CUNHA	4.00	1.00	0.60	0.65	0.75	7.00
0000209e	CRISTOVAO HENRICK LINO FIGUEREDO	4.00	0.95	0.40	0.60	1.00	6.95
0001030d	MATHEUS OLIVEIRA FERREIRA	4.25	0.90	0.70	0.35	0.70	6.90
0003251h	EDIMO PEREIRA ALVES DE SOUZA	4.00	1.00	0.60	0.50	0.75	6.85
0003772c	JUNIOR LUIS DA SILVA CRUZ	4.00	1.00	0.75	0.30	0.80	6.85
0002296c	JULIANA FERREIRA SOARES PINHEIRO	3.75	0.80	0.85	0.65	0.75	6.80
0003464c	LEVI MARTINS DE MELO TERCEIRO	3.25	1.00	0.80	0.75	1.00	6.80
0000244g	TADEU QUIRINO FARIAS SANTOS	4.00	0.95	0.85	0.40	0.60	6.80
0003218j	ARMANDO FORTES PEIXOTO	3.50	1.00	0.60	0.65	1.00	6.75
0002259h	DIOGO NICOLAU RIBEIRO COIMBRA	4.00	1.00	0.80	0.45	0.50	6.75
0000089j	PAULO RICARDO DE MOURA RODRIGUES	3.75	1.00	0.75	0.65	0.60	6.75
0002196j	ERNANI MARQUES FERREIRA	3.25	1.00	0.70	0.75	1.00	6.70
0003589a	BARBARA RODRIGUES DA LUZ	3.00	1.00	0.90	0.75	1.00	6.65
0002083h	JOHNSON JAMESSON LAZARO DA ROCHA	3.50	0.80	0.90	0.45	1.00	6.65
0003542h	RODRIGO ARAUJO CAMPOS	4.00	1.00	0.70	0.40	0.50	6.60
0004248b	ANTONIO MARCOS DA SILVA FILHO	4.00	1.00	0.55	0.40	0.60	6.55
0002343h	ANTONIO PEREIRA DE SA JUNIOR	3.50	1.00	0.60	0.45	1.00	6.55
0004164g	FRANSERGIO DOS SANTOS PRATA	3.50	1.00	0.80	0.50	0.75	6.55
0002121a	DAYANE BARBOSA SANTOS	4.00	0.95	0.60	0.45	0.50	6.50
0004466a	LUANA LAIANE DOS SANTOS	3.75	1.00	0.75	0.30	0.70	6.50
0001872h	WANDER MORINIGO TEIXEIRA	3.75	0.95	0.60	0.45	0.75	6.50
0002738i	YOLANDA ARAUJO ALVES BALBINO	3.00	1.00	0.75	0.75	1.00	6.50
0004534c	IVAN AGUIAR DE SOUZA	3.50	0.90	0.70	0.70	0.60	6.40
0004402h	RAFAELA DA SILVA FERNANDES	3.25	0.90	0.80	0.70	0.75	6.40
0001138b	REBECA MORENA POZZEBONN ABREU	3.75	1.00	0.65	0.80	0.20	6.40
0002900c	GABRIELA DOS SANTOS BEZERRA	3.25	1.00	0.85	0.75	0.50	6.35
0001124b	JULIANO CEZAR MELO ALEIXO	3.00	1.00	0.70	0.65	1.00	6.35
0003105h	ALLAN DANISIO ARAUJO SILVA	3.25	1.00	0.90	0.65	0.50	6.30
0001330e	LUIZ HENRIQUE DE CRISTO	3.25	0.85	0.85	0.35	1.00	6.30
0001538g	MARCO ANTONIO MARQUES DO NASCIMENTO	3.25	1.00	0.70	0.75	0.60	6.30
0000784f	MARIA FERNANDA SOUSA LIMA MONTEIRO	3.25	1.00	0.80	0.35	0.90	6.30

CARGO: PROCURADOR DO ESTADO - NÍVEL I							
NÚMERO	NOME	PEÇA/ PARECER	QST 1	QST 2	QST 3	QST 4	NOTA
0000342g	REYNALDO GYTMAN VITORIA SANTIAGO	3.75	0.90	0.75	0.30	0.60	6.30
0004497a	THIAGO GABRIEL DOS SANTOS	3.50	1.00	0.70	0.50	0.60	6.30
0002570h	GLEISON PIMENTA SOUSA	3.25	1.00	0.60	0.70	0.70	6.25
0003077g	LEONARDO ALVES MACHADO	3.50	0.95	0.75	0.35	0.70	6.25
0004326g	ALEXANDRE MANOEL DIOZ MARQUES	3.00	1.00	0.80	0.40	1.00	6.20
0001059f	DIOGO GOMES DE SOUSA	3.00	1.00	0.75	0.45	1.00	6.20
0003944f	FRANCISCO ERIVELTO LIMA DOS SANTOS	3.00	1.00	0.80	0.65	0.75	6.20
0003245b	WALLEY XAVIER RAMALHO	3.25	0.90	0.45	0.80	0.75	6.15
0000810c	CAROLINA GUIMARAES DOS SANTOS	3.50	0.60	0.70	0.80	0.50	6.10
0001575b	HILDEGLENIA THAISA FERREIRA DE MENDONCA	3.00	1.00	0.80	0.60	0.70	6.10
0002057g	TIAGO LIMA TAVARES	3.25	1.00	0.75	0.60	0.50	6.10
0001504a	TIAGO TITO PEREIRA DE CARVALHO FILHO	3.00	1.00	0.85	0.65	0.60	6.10
0000178i	JOAO VITOR FERREIRA DA SILVA	3.75	0.70	0.70	0.30	0.60	6.05
0004406e	TARSILIO FARIAS DA SILVA MAIA	3.50	1.00	0.70	0.35	0.50	6.05
0000047e	WALLISON BARBOSA DA SILVA	3.50	1.00	0.75	0.30	0.50	6.05
0000831k	LUIS FERNANDO SILVA MARQUES	3.50	1.00	0.65	0.35	0.50	6.00
0001440a	MAXSUEL PEREIRA DA CRUZ	3.25	1.00	0.60	0.35	0.80	6.00

78 Candidato(s) nesta opção

CANDIDATOS INDÍGENAS HABILITADOS EM ORDEM DE NOTA  
(RESULTADO PRELIMINAR PROVA ESCRITA DISCURSIVA)

CARGO: PROCURADOR DO ESTADO - NÍVEL I							
NÚMERO	NOME	PEÇA/ PARECER	QST 1	QST 2	QST 3	QST 4	NOTA
0004063a	ADI MUNIZ GOMES JUNIOR	3.75	1.00	0.80	0.40	0.10	6.05

1 Candidato(s) nesta opção

CANDIDATOS QUILOMBOLAS HABILITADOS EM ORDEM DE NOTA  
(RESULTADO PRELIMINAR PROVA ESCRITA DISCURSIVA)

CARGO: PROCURADOR DO ESTADO - NÍVEL I							
NÚMERO	NOME	PEÇA/ PARECER	QST 1	QST 2	QST 3	QST 4	NOTA
0003610j	MILENA RIBEIRO PEREIRA	3.75	1.00	0.65	0.65	0.70	6.75
0000903j	ANDERSON DOS ANJOS	3.50	1.00	0.90	0.50	0.80	6.70

2 Candidato(s) nesta opção

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 2025/09060/003777  
Contrato nº 000030/2026  
Contratante: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS  
Contratado: CAIO PERONA TECNOLOGIA LTDA.  
CNPJ: 57.027.539/0001-51  
Objeto do Contrato: Prestação de serviços com assinaturas de plataforma de inteligência artificial generativa.  
Valor do Contrato: R\$ 47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais).  
Natureza da Despesa: 33.90.40  
Fonte de Recurso: 1.500.0000000.1.666666  
Data da Assinatura: 10/02/2026  
Signatários:  
JAX JAMES GARCIA PONTES (Procurador-Geral do Estado do Tocantins)  
CAIO COSTA PERONA (Representante legal da empresa CAIO PERONA TECNOLOGIA LTDA).

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 362/2026/GASEC, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31º de março de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 328/2024/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 26 dias do mês de agosto de 2024, anexado ao Processo nº 2024/30550/004153, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) ANA BISPO DA SILVA, matrícula funcional nº 520795/3, Técnico em enfermagem, CPF nº XXX.XXX.701-04, as Portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 775/2022/GASEC, de 24/06/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.116, de 01/04/2022;
- Portaria nº 437/2024/GASEC, de 20/03/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/03/2024;

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) ANA BISPO DA SILVA, matrícula funcional nº 520795/3, Técnico em enfermagem, CPF nº XXX.XXX.701-04, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela VIII, do Anexo V, bem como, na Tabela V, do Anexo III, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	TRANSPOSIÇÃO/REPOSICIONAMENTO DE TABELA	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
VERTICAL	V-K	IX-L	X-L	01/03/2014	01/04/2014
HORIZONTAL	X-L	XI-J	XI-K	01/03/2014	01/04/2015
VERTICAL	XI-K	-	XII-K	01/03/2016	01/04/2016
HORIZONTAL	XII-K	-	XII-L	01/03/2018	01/04/2018
VERTICAL	XII-L	-	XIII-L	01/03/2020	01/04/2020
HORIZONTAL	XIII-L	XIV-J	XIV-K	01/03/2022	01/04/2022

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 363/2026/GASEC, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31º de março de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025,

CONSIDERANDO que o Despacho nº 355/2024/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 26 dias do mês de agosto de 2024, anexado ao Processo nº 2024/30550/006757, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades;

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) MARLEY NONATO SILVA, matrícula funcional nº 65770/5, assistente social, CPF nº XXX.XXX.401-16, as Portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 395/2022/GASEC, de 31/03/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.061, de 01/04/2022;
- Portaria nº 775/2022/GASEC, de 24/06/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.116, de 28/06/2022;
- Portaria nº 437/2024/GASEC, de 20/03/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/03/2024;
- Portaria nº 1065/2025/GASEC, de 09/05/2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.813, de 12/05/2025.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) MARLEY NONATO SILVA, matrícula funcional nº 65770/5, assistente social, CPF nº XXX.XXX.401-16, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela I, do Anexo V, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
HORIZONTAL	II-B	II-C	01/04/2017	01/05/2017
VERTICAL	II-C	III-C	01/04/2019	01/05/2019
HORIZONTAL	III-C	III-D	01/04/2021	01/05/2021
VERTICAL	III-D	IV-D	01/04/2023	01/05/2023

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 364/2026/GASEC, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31º de março de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 438/2024/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 02 dias do mês de outubro de 2024, anexado ao Processo nº 2024/30550/008131, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) MARIVANIA CANUTO DA SILVA, matrícula funcional nº 3438243, técnico em enfermagem, CPF nº XXX.XXX.858-40, as Portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 583/2022/GASEC, de 10/05/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.087, de 13/05/2022;
- Portaria nº 2323/2023/GASEC, de 11/12/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.469, de 13/12/2023;
- Portaria nº 438/2024/GASEC, de 20/03/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/03/2024.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) MARIVANIA CANUTO DA SILVA, matrícula funcional nº 3438243, técnico em enfermagem, CPF nº XXX.XXX.858-40, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela VIII, do Anexo V, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
HORIZONTAL	II-B	II-C	01/09/2017	01/10/2017
VERTICAL	II-C	III-C	01/09/2020	01/10/2020
HORIZONTAL	III-C	III-D	01/09/2022	01/10/2022
VERTICAL	III-D	IV-D	01/09/2024	01/10/2024

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 365/2026/GASEC, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea "b", da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31º de março de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 330/2024/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 26 dias do mês de agosto de 2024, anexado ao Processo nº 2024/30550/006999, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) CLEONICE ALVES DA SILVA, matrícula funcional nº 1022385/1, auxiliar de enfermagem, CPF nº XXX.XXX.521-53, as Portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 398/2022/GASEC, de 31/03/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.061, de 01/04/2022;
- Portaria nº 1065/2025/GASEC, de 12/05/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.813, de 12/05/2025.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) CLEONICE ALVES DA SILVA, matrícula funcional nº 1022385/1, auxiliar de enfermagem, CPF nº XXX.XXX.521-53, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela do anexo VII, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	REPOSICIONAMENTO/ TRANSPOSIÇÃO DE TABELA	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
HORIZONTAL	IV-L	V-J	V-K	01/01/2018	01/02/2018
HORIZONTAL	V-K	-	V-L	01/01/2022	01/02/2022

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 366/2026/GASEC, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea "b", da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31º de março de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 553/2024/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 22 dias do mês de outubro de 2024, anexado ao Processo nº 2024/30550/008789, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) CLERIA REZENDE SILVEIRA SANTANA, matrícula funcional nº 883326/1, cirurgião-dentista, CPF nº XXX.XXX.936-00, as Portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 394/2022/GASEC, de 31/03/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.061, de 01/04/2022;
- Portaria nº 396/2022/GASEC, de 31/03/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.061, de 01/04/2022;
- Portaria nº 438/2024/GASEC, de 20/03/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/03/2024.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) CLERIA REZENDE SILVEIRA SANTANA, matrícula funcional nº 883326/1, cirurgião-dentista, CPF nº XXX.XXX.936-00, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela II, do Anexo III, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
VERTICAL	XI-G	XII-G	01/03/2016	01/04/2016
HORIZONTAL	XII-G	XII-H	01/03/2018	04/04/2018
VERTICAL	XII-H	XIII-H	01/03/2020	01/04/2020
HORIZONTAL	XIII-H	XIII-I	16/05/2022	01/06/2022
VERTICAL	XIII-I	XIV-I	16/05/2024	16/06/2024



Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 367/2026/GASEC, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31º de março de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025,

CONSIDERANDO que o Despacho nº 418/2024/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 30 dias do mês de setembro de 2024, anexado ao Processo nº 2024/30550/007940, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades,

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) MARA KARINY RIBEIRO MORAIS, matrícula funcional nº 1203746/1, técnico em enfermagem, CPF nº XXX.XXX.511-68, as portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 432/2022/GASEC, de 01/04/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.061, de 01/04/2022;
- Portaria nº 725/2023/GASEC, de 29/05/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.340, de 31/05/2023;
- Portaria nº 438/2024/GASEC, de 20/03/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/03/2024.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) MARA KARINY RIBEIRO MORAIS, matrícula funcional nº 1203746/1, técnico em enfermagem, CPF nº XXX.XXX.511-68, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela I, do Anexo V, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
HORIZONTAL	II-B	II-C	01/08/2018	01/09/2018
VERTICAL	II-C	III-C	01/08/2020	01/09/2020
HORIZONTAL	III-C	III-D	01/08/2022	01/09/2022

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 368/2026/GASEC, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31º de março de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 256/2024/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 12 dias do mês de julho de 2024, anexado ao Processo nº 2024/30550/005714, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) FRANCISCA MARIA COELHO SOARES LUSTOSA, matrícula funcional nº 1200526/1, assistente social, CPF nº XXX.XXX.913-15, as Portarias abaixo elencadas:

- Portaria nº 396/2022/GASEC, de 31/03/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.061, de 01/04/2022;
- Portaria nº 2323/2023/GASEC, de 11/12/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.469, de 13/12/2023;
- Portaria nº 438/2024/GASEC, de 20/03/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/03/2024.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) FRANCISCA MARIA COELHO SOARES LUSTOSA, matrícula funcional nº 1200526/1, assistente social, CPF nº XXX.XXX.913-15, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela I, do Anexo V, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
HORIZONTAL	II-B	II-C	01/07/2018	01/08/2018
VERTICAL	II-C	III-C	01/07/2020	01/08/2020
HORIZONTAL	III-C	III-D	01/07/2022	01/08/2022
VERTICAL	III-D	IV-D	01/07/2024	01/08/2024

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 378/2026/GASEC, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31º de março de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 399/2025/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 10 dias do mês de julho de 2025, anexado ao Processo nº 2025/30550/004312, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);



CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) ANTONIO AMADEU PARISOTTO GIANNASI, matrícula funcional nº 427448/2, médico, CPF nº XXX.XXX.541-53, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela III, do Anexo V, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(à) servidor(a) público(a) ANTONIO AMADEU PARISOTTO GIANNASI, matrícula funcional nº 427448/2, médico, CPF nº XXX.XXX.541-53, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela III, do Anexo V, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
VERTICAL	II-I	III-I	01/01/2015	01/02/2015
HORIZONTAL	III-I	III-J	01/01/2017	01/02/2017
HORIZONTAL	III-J	III-K	01/01/2022	01/02/2022
VERTICAL	III-K	IV-K	01/01/2024	01/02/2024

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 493/2026/GASEC, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, usando a competência que lhe atribui a alínea “d”, inciso II, art. 1º, do Decreto Estadual nº 2.919, de 2 de janeiro de 2007, c/c o inciso VI, art. 15, da Lei Estadual nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro no inciso I, §1º, art. 35, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e consoante o disposto na Instrução Normativa Geral nº 02/2015, de 17 de setembro de 2015 e,

CONSIDERANDO que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Estadual;

CONSIDERANDO que o quantitativo de vagas existente em cada órgão deve ser suprido sob pena de causar prejuízos ao regular andamento dos serviços públicos;

CONSIDERANDO, ainda, a conveniência administrativa,

RESOLVE:

REMOVER, para a Secretaria de Administração, com lotação na Unidade de Serviços de Atendimento ao Cidadão - PRONTO, do Município de Gurupi, o servidor THIAGO LOPES BENFICA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, número funcional: 958454/1, CPF: xxx.xxx.981-04, oriundo do Instituto de Terras do Estado do Tocantins, a partir de 13 de fevereiro de 2026.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 494/2026/GASEC, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, usando a competência que lhe atribui a alínea “d”, inciso II, art. 1º, do Decreto Estadual nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, c/c o inciso VI, art. 15, da Lei Estadual nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro no inciso I, §1º, art. 35, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e consoante o disposto na Instrução Normativa Geral nº 02/2015, de 17 de setembro de 2015 e,

CONSIDERANDO que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Estadual;

CONSIDERANDO que o quantitativo de vagas existente em cada órgão deve ser suprido sob pena de causar prejuízos ao regular andamento dos serviços públicos;

CONSIDERANDO, ainda, a conveniência administrativa manifestada entre os órgãos envolvidos, resolve:

REMOVER, a pedido para a Secretaria da Segurança Pública,

AZIEL AIRES DA SILVA, Motorista, matrícula funcional nº 398187/2, CPF xxx.xxx.831-00, oriundo da Secretaria do Turismo, a partir de 2 de fevereiro de 2026.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 502/2026/GASEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no inciso IV, §1º do art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins, e, com fulcro no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscal, titular e suplente, e gestor do instrumento contratual elencado a seguir:

Contrato	Processo nº	Contratada	Objeto
00032/2026	2025/23000/003514	P P S LTDA - CLINICA INTEGRAR	Contratação de empresa especializada, que possua em seu corpo clínico profissionais especialistas e habilitados, com a finalidade de realizar atendimento multiprofissional pelo método ABA sendo: Psicoterapia comportamental ABA, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Atendente terapêutico ABA, Neuropsicopedagogia, para atendimento ao Transtorno do Espectro Autista - TEA e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH, Autos nº 0000529-80.2024.8.27.2740.
Fiscal do Contrato		Titular:	Isabela Castro Gomes - Matrícula nº 11905549
		Suplente:	Gelka de Sousa Ramalho - Matrícula nº 11726199
Gestor do Contrato		Titular:	Polyana Paula Rodrigues de Siqueira - Matrícula nº 11728604
		Suplente:	Alyne Oliveira de Matos - Matrícula nº 11695781

Art. 2º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato;

II - anotar, em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências adotadas frente às inconsistências verificadas e o resultado dessas medidas;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente, por meio de relatório, o Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras de forma conclusiva em relação ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se, por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do artigo 119 da Lei Federal nº 14.133/21;

XI - comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, nos termos do §2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/21;

XII - o fiscal suplente atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

II - opinar sobre a necessidade de eventuais alterações contratuais;

III - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

IV - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;

V - zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e o seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

VI - comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;

VII - em casos de irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade na forma dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21, que ultrapassem a competência do Gestor, deverão ser comunicadas formalmente à autoridade competente para a adoção das medidas convenientes na forma do §2º do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 503/2026/GASEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no inciso IV, §1º do art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins, e, com fulcro no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscal, titular e suplente, e gestor do instrumento contratual elencado a seguir:

Contrato	Processo nº	Contratada	Objeto
00034/2026	2025/23000/003516	P P S LTDA - CLINICA INTEGRAR	Contratação de empresa especializada, que possua em seu corpo clínico profissionais especialistas e habilitados, com a finalidade de realizar atendimento multiprofissional sendo: Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia, Autos nº 000203-23.2024.8.27.2740
Fiscal do Contrato	Titular:		Isabela Castro Gomes - Matrícula nº 11905549
	Suplente:		Geika de Sousa Ramalho - Matrícula nº 11726199
Gestor do Contrato	Titular:		Polyana Paula Rodrigues de Siqueira - Matrícula nº 11728604
	Suplente:		Alyne Oliveira de Matos - Matrícula nº 11695781

Art. 2º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato;

II - anotar, em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências adotadas frente às inconsistências verificadas e o resultado dessas medidas;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente, por meio de relatório, o Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras de forma conclusiva em relação ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se, por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do artigo 119 da Lei Federal nº 14.133/21;

XI - comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, nos termos do §2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/21;

XII - o fiscal suplente atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

II - opinar sobre a necessidade de eventuais alterações contratuais;

III - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

IV - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;

V - zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e o seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

VI - comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;

VII - em casos de irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade na forma dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21, que ultrapassem a competência do Gestor, deverão ser comunicadas formalmente à autoridade competente para a adoção das medidas convenientes na forma do §2º do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 504/2026/GASEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no inciso IV, §1º do art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins, e, com fulcro no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscal, titular e suplente, e gestor do instrumento contratual elencado a seguir:

Contrato	Processo nº	Contratada	Objeto
00033/2026	2025/23000/003402	P P S LTDA - CLINICA INTEGRAR	Contratação de empresa especializada para fornecimento do TRATAMENTO MULTIPROFISSIONAL DE FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL E PSICOPEDAGOGIA, para o tratamento de TEA- Transtorno de Espectro do Autismo e TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, Autos nº 0000355-71.2024.8.27.2740.
Fiscal do Contrato		Titular:	Isabela Castro Gomes - Matrícula nº 11905549
		Suplente:	Geika de Sousa Ramalho - Matrícula nº 11726199
Gestor do Contrato		Titular:	Polyana Paula Rodrigues de Siqueira - Matrícula nº 11728604
		Suplente:	Alyne Oliveira de Matos - Matrícula nº 11695781

Art. 2º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato;

II - anotar, em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências adotadas frente às inconsistências verificadas e o resultado dessas medidas;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente, por meio de relatório, o Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras de forma conclusiva em relação ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se, por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do artigo 119 da Lei Federal nº 14.133/21;

XI - comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, nos termos do §2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/21;

XII - o fiscal suplente atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

II - opinar sobre a necessidade de eventuais alterações contratuais;

III - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

IV - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;

V - zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e o seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

VI - comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;

VII - em casos de irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade na forma dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21, que ultrapassem a competência do Gestor, deverão ser comunicadas formalmente à autoridade competente para a adoção das medidas convenientes na forma do §2º do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 505/2026/GASEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no inciso IV, §1º do art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins, e, com fulcro no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscal, titular e suplente, e gestor do instrumento contratual elencado a seguir:

Contrato	Processo nº	Contratada	Objeto
00031/2026	2025/23000/003541	INSTITUTO SABER: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL LTDA	Contratação de empresa especializada, com equipe multiprofissional devidamente habilitada nas áreas de Psicoterapia, Neuropsicopedagogia e Atendimento Terapêutico baseado na metodologia ABA (Análise do Comportamento Aplicada), em atendimento a Demanda Judicial, Autos nº 0006110-04.2022.8.27.2722.
Fiscal do Contrato		Titular:	Isabela Castro Gomes - Matrícula nº 11905549
		Suplente:	Geika de Sousa Ramalho - Matrícula nº 11726199
Gestor do Contrato		Titular:	Polyana Paula Rodrigues de Siqueira - Matrícula nº 11728604
		Suplente:	Alyne Oliveira de Matos - Matrícula nº 11695781

Art. 2º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

- I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato;
- II - anotar, em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências adotadas frente às inconsistências verificadas e o resultado dessas medidas;
- III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente, por meio de relatório, o Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;
- IV - relatar o resultado das medidas retificadoras de forma conclusiva em relação ao prosseguimento ou não do contrato;
- V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto;
- VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;
- VIII - observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX - manifestar-se, por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;

- X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do artigo 119 da Lei Federal nº 14.133/21;
- XI - comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, nos termos do §2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/21;
- XII - o fiscal suplente atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

- I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
- II - opinar sobre a necessidade de eventuais alterações contratuais;
- III - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- IV - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;
- V - zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e o seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;
- VI - comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;
- VII - em casos de irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade na forma dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21, que ultrapassarem a competência do Gestor, deverão ser comunicadas formalmente à autoridade competente para a adoção das medidas convenientes na forma do §2º do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 506/2026/GASEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei Estadual nº 3.421, de 8/3/2019, e em cumprimento do acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 0009644-17.2025.8.27.2700, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impetrado em 16/6/2025;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, mediante determinação judicial a evolução funcional abaixo elencada ao(a) servidor(a) público(a) SONIA CARLA FARIAS DE JESUS AIRES, matrícula funcional nº 967030/1, Oficial Investigador de Polícia, CPF nº XXX.XXX.481-68, integrante do Quadro da Polícia Civil do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) na correspondente classe/referência constante do Anexo II da Lei Estadual nº 1.545/2004, cujos valores retroativos provenientes da decisão judicial, anteriores à data da publicação desse ato, deverão ser pagos mediante o Regime de Precatório ou Requisição de Pequeno Valor - RPV, nos termos do artigo 100, da Constituição Federal, conforme tabela abaixo.

TIPO DE PROGRESSÃO	CLASSE/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
HORIZONTAL	I	3/3/2025	1º/4/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 507/2026/GASEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei Estadual nº 3.421, de 8/3/2019, e em cumprimento do acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 0015510-06.2025.8.27.2700, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impetrado em 30/9/2025;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, mediante determinação judicial a evolução funcional abaixo elencada ao(a) servidor(a) público(a) DALTO JOSE BITTENCOURT, matrícula funcional nº 1001477/1, Oficial Investigador de Polícia, CPF nº XXX.XXX.191-72, integrante do Quadro da Polícia Civil do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) na correspondente classe/referência constante do Anexo II da Lei Estadual nº 1.545/2004, cujos valores retroativos provenientes da decisão judicial, anteriores à data da publicação desse ato, deverão ser pagos mediante o Regime de Precatório ou Requisição de Pequeno Valor - RPV, nos termos do artigo 100, da Constituição Federal, conforme tabela abaixo.

TIPO DE PROGRESSÃO	CLASSE/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
VERTICAL	PADRÃO III	10/7/2025	1º/8/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 508/2026/GASEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei Estadual nº 3.421, de 8/3/2019, e em cumprimento do acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 0013358-82.2025.8.27.2700, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impetrado em 25/8/2025;



RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, mediante determinação judicial a evolução funcional abaixo elencada ao(a) servidor(a) público(a) THIAGO DE ALMEIDA FELLER, matrícula funcional nº 643674/1, papiloscopista, CPF nº XXX.XXX.202-68, integrante do Quadro da Polícia Civil do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) na correspondente classe/referência constante do Anexo II da Lei Estadual nº 1.545/2004, cujos valores retroativos provenientes da decisão judicial, anteriores à data da publicação desse ato, deverão ser pagos mediante o Regime de Precatório ou Requisição de Pequeno Valor - RPV, nos termos do artigo 100, da Constituição Federal, conforme tabela abaixo.

TIPO DE PROGRESSÃO	CLASSE/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
HORIZONTAL	J	27/2/2025	1º/3/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 509/2026/GASEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, usando a competência que lhe atribui a alínea “d”, inciso II, do art. 1º, do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, e considerando a Ato nº 95 - CSS, de 30 de janeiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Município de Palmas, nº 3.886 e, em conformidade com o Ofício nº 335/CCI, de 06 de fevereiro de 2026, SGD nº 2026/09029/000777, da Casa Civil do Estado do Tocantins, resolve:

LOTAR,

WEUDES PEREIRA DA ROCHA, Professor, CPF xxx.xxx.461-72, integrante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo do Município de Palmas, à disposição do Poder Executivo do Estado do Tocantins, na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, no período de 1 (um) ano, a partir de 2 de fevereiro de 2026.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 514/2026/GASEC, DE 10/02/2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Estadual nº 6.898/2025, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada, contendo no corpo clínico o profissional especialista, com a finalidade de realizar o TRATAMENTO MULTIPROFISSIONAL, sendo: Equoterapia (02 sessões por semana), Atendente Terapêutico (02 sessões por semana) e Psicopedagogia (02 sessões por semana), em conformidade com o laudo médico e ordem judicial, bem como todos os procedimentos relacionados e necessários ao tratamento, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência nº 96/2025/GEMOP, para atendimento do segurado do Plano de Saúde, em cumprimento à ordem judicial exarada nos autos do Processo Judicial nº 0001190-79.2025.8.27.2722, bem como os demais documentos acostados ao Processo nº 2025/23000/013063;

CONSIDERANDO que, dentre as hipóteses dispostas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, consta a que permite a contratação direta por meio de dispensa de licitação em caráter emergencial, autorizando a Administração Pública, após justificada dispensa, celebrar de forma discricionária a contratação, atendidos aos requisitos legais;

CONSIDERANDO que o valor apurado está de acordo com o praticado no mercado, conforme se verifica no relatório e no mapa de preços constante nos autos;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas com a contratação do referido serviço;

CONSIDERANDO o teor da Justificativa nº 2/2026/GEJUP, quanto a escolha da contratada e a justificativa do preço, em atenção ao disposto nos incisos VI e VII, artigo 72 da Lei nº 14.133/21;

CONSIDERANDO ainda, o Despacho nº 3/2026/GEJUP, emitido pela Gerência de Cumprimento de Ações Judiciais do Plano de Saúde e o Parecer Referencial “SCE” nº 02/2024, emitido pela Procuradoria-Geral do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, em caráter emergencial, a realização de licitação, nos termos do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, para contratação direta das empresas: ESPACO NEUROPSICOPEDAGOGICO MARILDA MONTEIRO LTDA, CNPJ: 63.267.283/0001-52, para realização do serviço de Psicopedagogia (120 sessões anuais), pelo valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), KARITA QUEIROZ CARDOSO, CNPJ: 27.700.580/0001-86, para realização do serviço de Atendente Terapêutico (120 sessões anuais), pelo valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e INSTITUTO SABER: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL LTDA, CNPJ: 20.239.799/0001-80, para realização do serviço de Equoterapia (120 sessões anuais), pelo valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), totalizando o valor anual de R\$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais), para o cumprimento da decisão judicial supramencionada.

Art. 2º DETERMINAR a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 515/2026/GASEC, DE 10/02/2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no inciso IV, §1º do art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins, e, com fulcro no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscal, titular e suplente, e gestor do instrumento contratual elencado a seguir:

Contrato	Processo nº	Contratada	Objeto
00036/2026	2025/23000/004105	P P S LTDA	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Tratamento Multiprofissional, compreendendo as áreas de Psicologia Infantil, Psicopedagogia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional com ênfase em Integração Sensorial e Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada), com disponibilização de assistente terapêutico, em atendimento a Demanda Judicial, Autos nº 0002430-83.2024.8.27.2740.
Fiscal do Contrato		Titular:	Isabela Castro Gomes - Matrícula nº 11905549
		Suplente:	Gelka de Sousa Ramalho - Matrícula nº 11726199
Gestor do Contrato		Polyana Paula Rodrigues de Siqueira - Matrícula nº 11728604	
Suplente		Alyne Oliveira de Matos - 11695781/3	

Art. 2º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato;

II - anotar, em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências adotadas frente às inconsistências verificadas e o resultado dessas medidas;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente, por meio de relatório, o Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;



IV - relatar o resultado das medidas retificadoras de forma conclusiva em relação ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se, por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do artigo 119 da Lei Federal nº 14.133/21;

XI - comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, nos termos do §2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/21;

XII - o fiscal suplente atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

II - opinar sobre a necessidade de eventuais alterações contratuais;

III - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

IV - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;

V - zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e o seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

VI - comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;

VII - em casos de irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade na forma dos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21, que ultrapassem a competência do Gestor, deverão ser comunicadas formalmente à autoridade competente para a adoção das medidas convenientes na forma do §2º do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

#### PORTARIA Nº 551/2026/GASEC, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 7.089/2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos, hospitalares, diagnósticos, especialidades e demais serviços, procedimentos e insumos constantes da tabela própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 06/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2024/23000/004658;

CONSIDERANDO que o referido credenciamento foi realizado mediante chamamento público, assegurando a participação de todos os interessados que atenderam às condições estabelecidas no edital, nos termos do art. 6º, inciso XLIII e do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a contratação decorrente de credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, caracterizada pela ausência de disputa exclusiva entre interessados;

CONSIDERANDO que a empresa Roseane Queiroz Silva Ltda ME, inscrita no CNPJ sob nº 97.543.208/0001-99, foi devidamente habilitada e credenciada para prestação dos serviços, conforme o Termo de Julgamento do pedido de credenciamento, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.995, de 6 de fevereiro de 2026, e demais documentos constante dos autos;

CONSIDERANDO que os serviços executados serão remunerados conforme valores referenciais estabelecidos nas Tabelas Próprias do Plano SERVIR - TPPS;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação;

CONSIDERANDO ainda a Nota Jurídica nº 43/2025/ASJUR, emitida pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração, bem como os pareceres da Controladoria-Geral do Estado/CGE nº 214/2025/SUGACI/CGE e da Procuradoria-Geral do Estado/PGE nº 554/2026/SCE.

#### RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, para, tomando como fundamento, autorizar contratação direta da empresa: Roseane Queiroz Silva Ltda ME, inscrita no CNPJ sob nº 97.543.208/0001-99, na categoria: Clínica, para prestação de serviços acima descritos a serem disponibilizados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR.

Parágrafo único: A despesa referente à execução do contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa: 10.302.1172.4322, elemento de despesa: 33.90.39, fonte: 1.759.0000.242 e 1.500.0000.000.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

#### PORTARIA Nº 552/2026/GASEC, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 7.089/2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos, hospitalares, diagnósticos, especialidades e demais serviços, procedimentos e insumos constantes da tabela própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 06/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2024/23000/004658;

CONSIDERANDO que o referido credenciamento foi realizado mediante chamamento público, assegurando a participação de todos os interessados que atenderam às condições estabelecidas no edital, nos termos do art. 6º, inciso XLIII e do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a contratação decorrente de credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, caracterizada pela ausência de disputa exclusiva entre interessados;

CONSIDERANDO que a empresa Instituto Sinai Serviços Médicos S.A, inscrita no CNPJ sob nº 21.791.633/0002-16, foi devidamente habilitada e credenciada para prestação dos serviços, conforme o Termo de Julgamento do pedido de credenciamento, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.995, de 6 de fevereiro de 2026, e demais documentos constante dos autos;

CONSIDERANDO que os serviços executados serão remunerados conforme valores referenciais estabelecidos nas Tabelas Próprias do Plano SERVIR - TPPS;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação;

CONSIDERANDO ainda a Nota Jurídica nº 43/2025/ASJUR, emitida pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração, bem como os pareceres da Controladoria-Geral do Estado/CGE nº 214/2025/SUGACI/CGE e da Procuradoria-Geral do Estado/PGE nº 554/2026/SCE.

#### RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, para, tomando como fundamento, autorizar contratação direta da empresa: Instituto Sinai Serviços Médicos S.A, inscrita no CNPJ sob nº 21.791.633/0002-16, na categoria: Hospital, para prestação de serviços acima descritos a serem disponibilizados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR.

Parágrafo único: A despesa referente à execução do contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa: 10.302.1172.4322, elemento de despesa: 33.90.39, fonte: 1.759.0000.242 e 1.500.0000.000.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

#### PORTARIA Nº 553/2026/GASEC, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 7.089/2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos, hospitalares, diagnósticos, especialidades e demais serviços, procedimentos e insumos constantes da tabela própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 06/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2024/23000/004658;

CONSIDERANDO que o referido credenciamento foi realizado mediante chamamento público, assegurando a participação de todos os interessados que atenderam às condições estabelecidas no edital, nos termos do art. 6º, inciso XLIII e do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a contratação decorrente de credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, caracterizada pela ausência de disputa exclusiva entre interessados;

CONSIDERANDO que a empresa IMD Tocantins Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 41.202.173/0001-70, foi devidamente habilitada e credenciada para prestação dos serviços, conforme o Termo de Julgamento do pedido de credenciamento, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.995, de 6 de fevereiro de 2026, e demais documentos constante dos autos;

CONSIDERANDO que os serviços executados serão remunerados conforme valores referenciais estabelecidos nas Tabelas Próprias do Plano SERVIR - TPPS;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação;

CONSIDERANDO ainda a Nota Jurídica nº 43/2025/ASJUR, emitida pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração, bem como os pareceres da Controladoria-Geral do Estado/CGE nº 214/2025/SUGACI/CGE e da Procuradoria-Geral do Estado/PGE nº 554/2026/SCE.

#### RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, para, tomando como fundamento, autorizar contratação direta da empresa: IMD Tocantins Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 41.202.173/0001-70, na categoria: Clínica/Serviço Diagnóstico por Imagem, para prestação de serviços acima descritos a serem disponibilizados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR.

Parágrafo único: A despesa referente à execução do contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa: 10.302.1172.4322, elemento de despesa: 33.90.39, fonte: 1.759.0000.242 e 1.500.0000.000.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

#### PORTARIA Nº 554/2026/GASEC, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 7.089/2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos, hospitalares, diagnósticos, especialidades e demais serviços, procedimentos e insumos constantes da tabela própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 06/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2024/23000/004658;

CONSIDERANDO que o referido credenciamento foi realizado mediante chamamento público, assegurando a participação de todos os interessados que atenderam às condições estabelecidas no edital, nos termos do art. 6º, inciso XLIII e do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a contratação decorrente de credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, caracterizada pela ausência de disputa exclusiva entre interessados;

CONSIDERANDO que a empresa Hospital e Maternidade Cristo Rei Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 02.667.487/0001-96, foi devidamente habilitada e credenciada para prestação dos serviços, conforme o Termo de Julgamento do pedido de credenciamento, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.995, de 6 de fevereiro de 2026, e demais documentos constante dos autos;

CONSIDERANDO que os serviços executados serão remunerados conforme valores referenciais estabelecidos nas Tabelas Próprias do Plano SERVIR - TPPS;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação;

CONSIDERANDO ainda a Nota Jurídica nº 43/2025/ASJUR, emitida pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração, bem como os pareceres da Controladoria-Geral do Estado/CGE nº 214/2025/SUGACI/CGE e da Procuradoria-Geral do Estado/PGE nº 554/2026/SCE.

RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, para, tomando como fundamento, autorizar contratação direta da empresa: Hospital e Maternidade Cristo Rei Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 02.667.487/0001-96, na categoria: Serviço Diagnóstico por Imagem/Hospital/Hospital Dia/Day Clinic/UTI 10/Laboratório, para prestação de serviços acima descritos a serem disponibilizados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR.

Parágrafo único: A despesa referente à execução do contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa: 10.302.1172.4322, elemento de despesa: 33.90.39, fonte: 1.759.0000.242 e 1.500.0000.000.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**PORTARIA Nº 555/2026/GASEC, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 7.089/2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos, hospitalares, diagnósticos, especialidades e demais serviços, procedimentos e insumos constantes da tabela própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 06/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2024/23000/004658;

CONSIDERANDO que o referido credenciamento foi realizado mediante chamamento público, assegurando a participação de todos os interessados que atenderam às condições estabelecidas no edital, nos termos do art. 6º, inciso XLIII e do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a contratação decorrente de credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, caracterizada pela ausência de disputa exclusiva entre interessados;

CONSIDERANDO que a empresa Centro de Retina e Vitreo de Palmas S/S EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.424.784.0001-24, foi devidamente habilitada e credenciada para prestação dos serviços, conforme o Termo de Julgamento do pedido de credenciamento, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.995, de 6 de fevereiro de 2026, e demais documentos constante dos autos;

CONSIDERANDO que os serviços executados serão remunerados conforme valores referenciais estabelecidos nas Tabelas Próprias do Plano SERVIR - TPPS;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação;

CONSIDERANDO ainda a Nota Jurídica nº 43/2025/ASJUR, emitida pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração, bem como os pareceres da Controladoria-Geral do Estado/CGE nº 214/2025/SUGACI/CGE e da Procuradoria-Geral do Estado/PGE nº 554/2026/SCE.

RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, para, tomando como fundamento, autorizar contratação direta da empresa: Centro de Retina e Vitreo de Palmas S/S EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.424.784.0001-24, na categoria: Clínica, para prestação de serviços acima descritos a serem disponibilizados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR.

Parágrafo único: A despesa referente à execução do contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa: 10.302.1172.4322, elemento de despesa: 33.90.39, fonte: 1.759.0000.242 e 1.500.0000.000.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**PORTARIA Nº 556/2026/GASEC, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 7.089/2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos, hospitalares, diagnósticos, especialidades e demais serviços, procedimentos e insumos constantes da tabela própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 06/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2024/23000/004658;

CONSIDERANDO que o referido credenciamento foi realizado mediante chamamento público, assegurando a participação de todos os interessados que atenderam às condições estabelecidas no edital, nos termos do art. 6º, inciso XLIII e do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a contratação decorrente de credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, caracterizada pela ausência de disputa exclusiva entre interessados;

CONSIDERANDO que a empresa Centro de Oncologia e Hematologia de Cacoal Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 12.056.427/0002-71, foi devidamente habilitada e credenciada para prestação dos serviços, conforme o Termo de Julgamento do pedido de credenciamento, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.995, de 6 de fevereiro de 2026, e demais documentos constante dos autos;

CONSIDERANDO que os serviços executados serão remunerados conforme valores referenciais estabelecidos nas Tabelas Próprias do Plano SERVIR - TPPS;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação;

CONSIDERANDO ainda a Nota Jurídica nº 43/2025/ASJUR, emitida pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração, bem como os pareceres da Controladoria-Geral do Estado/CGE nº 214/2025/SUGACI/CGE e da Procuradoria-Geral do Estado/PGE nº 554/2026/SCE.



## RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, para, tomando como fundamento, autorizar contratação direta da empresa: Centro de Oncologia e Hematologia de Cacoal Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 12.056.427/0002-71, na categoria: Clínica, para prestação de serviços acima descritos a serem disponibilizados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR.

Parágrafo único: A despesa referente à execução do contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa: 10.302.1172.4322, elemento de despesa: 33.90.39, fonte: 1.759.0000.242 e 1.500.0000.000.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**PORTARIA Nº 557/2026/GASEC, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 7.089/2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos, hospitalares, diagnósticos, especialidades e demais serviços, procedimentos e insumos constantes da tabela própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 06/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2024/23000/004658;

CONSIDERANDO que o referido credenciamento foi realizado mediante chamamento público, assegurando a participação de todos os interessados que atenderam às condições estabelecidas no edital, nos termos do art. 6º, inciso XLIII e do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a contratação decorrente de credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, caracterizada pela ausência de disputa exclusiva entre interessados;

CONSIDERANDO que a empresa Arai, Kaminishi, Costa & Cia Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 04.721.117/0001-15, foi devidamente habilitada e credenciada para prestação dos serviços, conforme o Termo de Julgamento do pedido de credenciamento, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.995, de 6 de fevereiro de 2026, e demais documentos constantes dos autos;

CONSIDERANDO que os serviços executados serão remunerados conforme valores referenciais estabelecidos nas Tabelas Próprias do Plano SERVIR - TPPS;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação;

CONSIDERANDO ainda a Nota Jurídica nº 43/2025/ASJUR, emitida pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração, bem como os pareceres da Controladoria-Geral do Estado/CGE nº 214/2025/SUGACI/CGE e da Procuradoria-Geral do Estado/PGE nº 554/2026/SCE.

## RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, para, tomando como fundamento, autorizar contratação direta da empresa: Arai, Kaminishi, Costa & Cia Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 04.721.117/0001-15, na categoria: Policlínica, para prestação de serviços acima descritos a serem disponibilizados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR.

Parágrafo único: A despesa referente à execução do contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa: 10.302.1172.4322, elemento de despesa: 33.90.39, fonte: 1.759.0000.242 e 1.500.0000.000.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**PORTARIA Nº 558/2026/GASEC, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV da Constituição do Estado do Tocantins e, consoante o disposto no Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 7.089/2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços médicos, hospitalares, diagnósticos, especialidades e demais serviços, procedimentos e insumos constantes da tabela própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 06/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2024/23000/004658;

CONSIDERANDO que o referido credenciamento foi realizado mediante chamamento público, assegurando a participação de todos os interessados que atenderam às condições estabelecidas no edital, nos termos do art. 6º, inciso XLIII e do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a contratação decorrente de credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, caracterizada pela ausência de disputa exclusiva entre interessados;

CONSIDERANDO que a empresa Análisis Laboratório Clínico Ltda EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.933.046/0001-87, foi devidamente habilitada e credenciada para prestação dos serviços, conforme o Termo de Julgamento do pedido de credenciamento, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.995, de 6 de fevereiro de 2026, e demais documentos constantes dos autos;

CONSIDERANDO que os serviços executados serão remunerados conforme valores referenciais estabelecidos nas Tabelas Próprias do Plano SERVIR - TPPS;

CONSIDERANDO a comprovação da existência de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação;

CONSIDERANDO ainda a Nota Jurídica nº 43/2025/ASJUR, emitida pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração, bem como os pareceres da Controladoria-Geral do Estado/CGE nº 214/2025/SUGACI/CGE e da Procuradoria-Geral do Estado/PGE nº 554/2026/SCE.

## RESOLVE:

Art. 1º Inexigir a realização de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, para, tomando como fundamento, autorizar contratação direta da empresa: Análisis Laboratório Clínico Ltda EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.933.046/0001-87, na categoria: Laboratório, para prestação de serviços acima descritos a serem disponibilizados aos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - SERVIR.

Parágrafo único: A despesa referente à execução do contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no programa: 10.302.1172.4322, elemento de despesa: 33.90.39, fonte: 1.759.0000.242 e 1.500.0000.000.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 88/2026/GASEC/SECAD, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em atendimento à(s) solicitação(ões) oriunda(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) abaixo indicado(s), constante(s) do(s) processo(s) mencionado(s), e consoante o disposto no art. 6º, inciso II, c/c art. 4º, inciso IV, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S), a pedido, sem aviso prévio, o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

ORD	Nº FUNCIONAL	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR	ORGÃO
01	11938919/2	BIANCA KAREM OLIVEIRA SANTANA	ANALISTA II	2026/23000/002145	01/02/2026	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
02	11765917/3	KAUANA ALVES SANTANA DA CONCEIÇÃO	ASSISTENTE ESPECIALIZADO II	2026/23000/002146	02/02/2026	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
03	583495/10	LUZILENE VARGAS PEREIRA RODRIGUES	AUXILIAR I	2026/23000/002147	23/01/2026	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
04	11824450/3	MARIA DILVA ALVES DO NASCIMENTO SILVA	AUXILIAR I	2026/23000/002148	31/01/2026	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
05	11713232/5	ANA LEA SOARES CONCEIÇÃO	ENFERMEIRO	2026/23000/002296	01/02/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
06	12035840/1	FLAVIA RODRIGUES DE SOUSA	AUXILIAR EM SERVIÇOS DE SAÚDE I	2026/23000/002328	19/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
07	11858729/3	HELENICE SOUZA DE OLIVEIRA	MÉDICO	2026/23000/002298	01/02/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
08	11976837/1	JUSCILEIA DIAS MELO FREITAS	AUXILIAR EM SERVIÇOS DE SAÚDE	2026/23000/002303	21/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
09	12034606/1	MILCA VALERIA MORAIS COSTA FARIAS	AUXILIAR EM SERVIÇOS DE SAÚDE I	2026/23000/002321	02/02/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
10	11724943/3	VITORIA VAZ GUIMARAES	MÉDICO - RQE	2026/23000/002310	27/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 89/2026/GASEC/SECAD, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em atendimento à(s) solicitação(ões) oriunda(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) abaixo indicado(s), constante(s) do(s) processo(s) mencionado(s), e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S) o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

ORD	Nº FUNCIONAL	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR	ORGÃO
01	728436/9	JORGE LEONAM DA SILVA BARBOSA	ANALISTA III	2026/23000/002644	01/02/2026	INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS
02	11711574/4	AMANDA PEREIRA DA SILVA	ASSISTENTE III	2026/23000/002450	05/02/2026	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS
03	11977060/1	GABRIEL FELLIPE NEVES SOUZA RODRIGUES	ASSISTENTE III	2026/23000/002451	05/02/2026	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS
04	11887982/3	POLIANA DOS REIS DA LUZ	ANALISTA III	2026/23000/002636	06/02/2026	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
05	11599529/7	DENNIS PEREIRA DE FRANCA	ANALISTA I	2026/23000/002427	01/02/2026	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
06	11947837/2	REJANE CORDEIRO DOS SANTOS	AUXILIAR I	2026/23000/002474	01/02/2026	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
07	1142070/5	ODENICE ALVES ROCHA	ANALISTA III	2026/23000/002640	06/02/2026	SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 90/2026/GASEC/SECAD, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em atendimento à(s) solicitação(ões) oriunda(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) abaixo indicado(s), constante(s) do(s) processo(s) mencionado(s), e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S), por necessidade de reajustamento na prestação dos serviços, o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

ORD	Nº FUNCIONAL	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR	ORGÃO
01	12032611/1	DEDIANA PEREIRA DE ALMEIDA	ASSISTENTE ESPECIALIZADO II	2026/23000/002424	01/02/2026	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
02	11493852/4	JOSE ROBERTO QUEIROZ DE SOUZA	ASSISTENTE ESPECIALIZADO I	2026/23000/002420	01/02/2026	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
03	11936240/2	IZABELLA DE BRITO EDIR MILHOMEM	ANALISTA III	2026/23000/002444	01/02/2026	INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS
04	11883987/2	MARCILENE SIKUPTI XERENTE	AUXILIAR I	2026/23000/002447	01/02/2026	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
05	11708107/3	GILZANE SUELLEN GOMES DE ABREU BOAZ	PSICÓLOGO	2026/23000/002421	08/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
06	11892250/2	GUILHERME PARREIRA VAZ	MÉDICO	2026/23000/002402	06/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
07	11517760/5	LUIZ GUILHERME PEREIRA MEDEIROS	MÉDICO	2026/23000/002433	06/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
08	11517760/7	LUIZ GUILHERME PEREIRA MEDEIROS	MÉDICO	2026/23000/002434	06/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
09	11693436/4	PRISCILLA DIAS LEMOS BRANDAO	MÉDICO	2026/23000/002408	06/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE
10	11558164/3	STEFANIA CRISTINA MARACAIPE CARNEIRO	ENFERMEIRO	2026/23000/002418	06/01/2026	SECRETARIA DA SAÚDE

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO  
Secretário de Estado da Administração

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2025/23000/003541  
CONTRATO Nº 00031/2026  
NÚMERO AUTOMÁTICO: 25001067  
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Administração  
CONTRATADO: Instituto Saber: Centro de Desenvolvimento Pessoal LTDA.  
CPF/CNPJ: 20.239.799/0001-80  
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada, com equipe multiprofissional devidamente habilitada nas áreas de Psicoterapia, Neuropsicopedagogia e Atendimento Terapêutico baseado na metodologia ABA (Análise do Comportamento Aplicada), em atendimento a Demanda Judicial, autos nº 0006110-04.2022.8.27.2722.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 24870.10.302.1172.4322  
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.91  
FONTE DETALHADA: 759.242.888888  
DATA DA ASSINATURA: 10/02/2026  
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.  
SIGNATÁRIOS:  
Paulo César Benfica Filho - Representante Legal da Contratante.  
Francisca da Conceição Rodrigues Bezerra - Representante Legal da Contratada.



EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2025/23000/003514  
CONTRATO Nº 00032/2026  
NÚMERO AUTOMÁTICO: 25001073  
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Administração  
CONTRATADO: P P S LTDA - CLINICA INTEGRAR  
CPF/CNPJ: 46.071.156/0001-64  
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada que possua em seu corpo clínico, profissionais especialistas e habilitados, com a finalidade de realizar atendimento multiprofissional pelo método ABA sendo: Psicoterapia comportamental ABA, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Atendente terapêutico ABA, Neuropsicopedagogia, para atendimento ao Transtorno do Espectro Autista - TEA e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH, autos nº 0000529-80.2024.8.27.2740.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 24870.10.302.1172.4322  
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.91  
FONTE DETALHADA: 759.242.888888 e 500.000.666666  
DATA DA ASSINATURA: 10/02/2026  
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.  
SIGNATÁRIOS:  
Paulo César Benfica Filho - Representante Legal da Contratante.  
Pamela Pereira da Silva - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2025/23000/003402  
CONTRATO Nº 00033/2026  
NÚMERO AUTOMÁTICO: 26000035  
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Administração  
CONTRATADO: P P S LTDA - CLINICA INTEGRAR  
CPF/CNPJ: 46.071.156/0001-64  
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para fornecimento do TRATAMENTO MULTIPROFISSIONAL DE FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL E PSICOPEDAGOGIA, para o tratamento de TEA - Transtorno de Espectro do Autismo e TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, autos nº 0000355-71.2024.8.27.2740.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 24870.10.302.1172.4322  
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.91  
FONTE DETALHADA: 759.242.888888  
DATA DA ASSINATURA: 10/02/2026  
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.  
SIGNATÁRIOS:  
Paulo César Benfica Filho - Representante Legal da Contratante.  
Pamela Pereira da Silva - Representante Legal da Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2025/23000/003516  
CONTRATO Nº 00034/2026  
NÚMERO AUTOMÁTICO: 26000046  
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Administração  
CONTRATADO: P P S LTDA - CLINICA INTEGRAR  
CPF/CNPJ: 46.071.156/0001-64

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada, que possua em seu corpo clínico profissionais especialistas e habilitados, com a finalidade de realizar atendimento multiprofissional sendo: Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia, autos nº 000203-23.2024.8.27.2740  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 24870.10.302.1172.4322  
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.91  
FONTE DETALHADA: 759.242.888888  
DATA DA ASSINATURA: 10/02/2026  
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.  
SIGNATÁRIOS:  
Paulo César Benfica Filho - Representante Legal da Contratante.  
Pamela Pereira da Silva - Representante Legal da Contratada.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

FEIRA DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA DO TOCANTINS 2026  
PARQUE AGROTECNÓLOGICO ENGENHEIRO AGRÔNOMO  
MAURO MENDANHA

REGULAMENTO GERAL PARA EXPOSITORES

1 INFORMAÇÕES

1.1 REALIZAÇÃO DO EVENTO

1.1.1 A Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins - AGROTINS tem como idealizadores o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Agricultura e Pecuária - SEAGRO, em parceria com a Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias - Tocantins Parcerias, e suas vinculadas: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC e Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, contando ainda com o apoio de órgãos das esferas municipal, estadual e federal, da iniciativa privada e de entidades de classe ligadas ao setor produtivo, realizando a VIGÉSIMA SEXTA edição do evento.

1.2 OBJETIVO DO EVENTO

1.2.1 A Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins - AGROTINS tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, destacando as potencialidades do agronegócio, assim como apoiar as ações de pesquisas, validação e transferência de tecnologia ao setor produtivo.

1.3 LOCAL DO EVENTO

1.3.1 PARQUE AGROTECNÓLOGICO ENGENHEIRO AGRÔNOMO MAURO MENDANHA

1.3.2 Endereço: Rodovia TO - 050, km 23, estrada vicinal km 8, zona rural, Palmas - TO. Coordenadas geográficas: latitude: -10.398406º; longitude: -48.36681º Fone: (63) 3218-2110; Sítios: www.seagro.to.gov.br/ www.agrotins.to.gov.br; E-mail: agrotins.seagroto@gmail.com

1.4 PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO EVENTO

1.4.1 De 12 a 16 de maio de 2026, das 09h às 19h, com entrada franca.

## 1.5 MODALIDADES DAS ÁREAS E ESPAÇOS PARA EXPOSIÇÃO

1.5.1 Áreas para exposição de máquinas, equipamentos, implementos, veículos e produtos agropecuários - Área aberta divididas em dois setores (amarelo e azul), com dimensões variadas, piso de chão terraplanado, com pontos de energia disponíveis nos postes das redes elétricas e torneiras distribuídas em pontos estratégicos para o uso racionalizado e coletivo de água.

1.5.2 Áreas cobertas destinadas à montagem de estandes pré-moldados - Área coberta, destinada às instituições públicas e de classe, sob pavilhão metálico, com piso de concreto e rede de distribuição de energia, destinada à montagem de estandes, os quais deverão ser montados por empresa autorizada, com projeto e material, observando as condições do local e suas dimensões (altura, largura e profundidade) e após conhecimento e aprovação da organização do evento.

1.5.3 Áreas para implantação de unidades demonstrativas de produtos vegetais - Áreas de campo, preparo de solo (gradagem, nivelamento, ou cobertura vegetal), disponíveis para o plantio de culturas, sendo de responsabilidade do expositor despesas com o plantio, adubação, condução, manutenção, preparação das unidades e implantação de estandes. Após o término do evento ficará a cargo da organização a colheita e destino da produção nas unidades.

1.5.4 Áreas para exposição de animais (piquetes, currais e baias) - Áreas abertas ou cobertas de tamanhos variados, para exposição de animais, com capacidade de suporte de acordo com a espécie e a categoria dos animais e/ou estabelecida pela organização do evento, sendo de responsabilidade do expositor despesas com transporte, regularização sanitária e manutenção dos animais. A organização do evento disponibilizará, sem custos, alimentação "in natura".

a) Piquetes: Área com cercas de arame liso e ou tela campestre, com dimensões variadas, com pastagens, ponto de água e cocheiras, destinadas à exposição de animais (bovinos, bubalinos, equídeos, ovinos e caprinos).

b) Currais: Área com cercas, com dimensões variadas, ponto de água e cocheiras, destinadas à exposição de animais (bovinos, bubalinos, equídeos).

c) Baias: Área com cerca e tábua, com dimensões variadas, ponto de água e cocheira destinada à exposição de animais (bovinos, bubalinos, equídeos).

d) Baias para pequenos animais: Área com baias em madeira ou metalon, com dimensões variadas, ponto de água, destinadas à exposição de animais (ovinos e caprinos).

## 1.6 FORMA DE PARTICIPAÇÃO

1.6.1 A empresa interessada em participar do evento como EXPOSITOR deverá realizar o cadastro junto à Tocantins Parcerias, conforme termos e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público, disponível no endereço eletrônico: [www.tocantinsparcerias.to.gov.br](http://www.tocantinsparcerias.to.gov.br).

## 1.7 DO CUSTO

1.7.1 O custo dos espaços para exposição de máquinas, equipamentos, implementos, veículos, animais, produtos e serviços agropecuários serão calculados em metros quadrados (m²) ou valor por espaço, de acordo com a modalidade e setor, conforme tabela de preços abaixo, que será publicada no diário oficial do estado do Tocantins.

## 1.8 TABELA DE PREÇOS

AGROTINS 2026 - Tabela de Preço e Valores por m²					
ÁREAS	CATEGORIAS	VALORES DAS ÁREAS (m²)			
		ATÉ 09/03/25	de 10/03 a 31/03/25	APÓS 01/04/25	
AZUL - COMERCIAL	EXPOSITORES GERAIS	R\$ 30,00	R\$ 31,50	R\$ 33,00	
AMARELA - PECUÁRIA	COMUM	R\$ 28,80	R\$ 30,24	R\$ 31,68	
AMARELA - PECUÁRIA	EQUINHOS	R\$ 6,50	R\$ 6,83	R\$ 7,15	
AMARELA - PECUÁRIA	LEITE	R\$ 26,70	R\$ 28,04	R\$ 29,37	
AMARELA - PECUÁRIA	HELORE	R\$ 26,70	R\$ 28,04	R\$ 29,37	
AMARELA - PECUÁRIA	OVINHOS	R\$ 30,00	R\$ 31,50	R\$ 33,00	
ÁREA ROSA - ALIMENTAÇÃO	ESPETINHOS	R\$ 133,34	R\$ 140,01	R\$ 146,67	
ÁREA ROSA - ALIMENTAÇÃO	LANCHONETES	R\$ 50,00	R\$ 52,50	R\$ 55,00	
ÁREA ROSA - ALIMENTAÇÃO	FOOD TRUCKS	R\$ 50,00	R\$ 52,50	R\$ 55,00	
MARROM - ÁREAS RESERVADAS SEM COR - DEPÓSITO	PISTA DE TESTE	R\$ 8,40	R\$ 8,82	R\$ 9,24	
	DEPÓSITO	R\$ 13,89	R\$ 14,58	R\$ 15,28	

## 2 INFORMAÇÕES GERAIS (TOCANTINS PARCERIAS)

## 2.1 Envio de documentação:

Anderson Inácio da Silva

Contatos: (63) 3218-7313 (63) 99986-0481  
e-mail: [colic@tocantinsparcerias.to.gov.br](mailto:colic@tocantinsparcerias.to.gov.br)  
[www.tocantinsparcerias.to.gov.br](http://www.tocantinsparcerias.to.gov.br)

## 2.2 Informações:

Fernando Fernandes Garcia  
Diretor de Agrotecnologia, Tecnologias Sociais e Biodiversidade

Contato: (63) 99995-9611  
e-mail: [agrotins@seagro.to.gov.br](mailto:agrotins@seagro.to.gov.br)  
[www.to.gov.br/seagro](http://www.to.gov.br/seagro)  
[www.agrotins.to.gov.br](http://www.agrotins.to.gov.br)

Adenieux Rosa Santana  
Diretor de Agricultura Familiar

Contato: (63) 98441-5108  
[www.to.gov.br/seagro](http://www.to.gov.br/seagro)  
[www.agrotins.to.gov.br](http://www.agrotins.to.gov.br)

José Américo Vasconcelos  
Diretor de Agricultura e Pecuária

Contato: (63) 98447-0296  
[www.to.gov.br/seagro](http://www.to.gov.br/seagro)  
[www.agrotins.to.gov.br](http://www.agrotins.to.gov.br)

Maria Teresa Vasconcelos  
Diretora de Crédito Fundiário

Contato: (63) 98447-2754  
[www.to.gov.br/seagro](http://www.to.gov.br/seagro)  
[www.agrotins.to.gov.br](http://www.agrotins.to.gov.br)

Ézio Silva  
Diretor Administrativo e Financeiro

Contato: (63) 99956-5005  
[www.to.gov.br/seagro](http://www.to.gov.br/seagro)  
[www.agrotins.to.gov.br](http://www.agrotins.to.gov.br)

Amanda França Nunes de Souza Leão  
Gerente de Desenvolvimento Tecnológico

Contato: (63) 98135-0212  
E-mail: [diretoriadeagrotec@gmail.com](mailto:diretoriadeagrotec@gmail.com)  
[www.agrotins.to.gov.br](http://www.agrotins.to.gov.br)

Andressa Rustiguel  
Assessora

Contato: (63) 99327-8174  
E-mail: [diretoriadeagrotec@gmail.com](mailto:diretoriadeagrotec@gmail.com)  
[www.agrotins.to.gov.br](http://www.agrotins.to.gov.br)

## 3 TERMO DE PERMISSÃO DE USO E PAGAMENTOS

3.1 Efetuado o cadastro nos termos do edital o cadastrado será convocado a assinar o termo de permissão de uso, conforme minuta constante nos anexos do edital de chamamento público.

3.2 Conforme disposto no edital, após a assinatura do termo de permissão de uso o cadastrado deverá efetuar o pagamento dos valores correspondente à área destinada no prazo de até 72h (setenta e duas horas), sob pena de não concretização da reserva.

3.3 O acesso ao expositor ao espaço a ele destinado somente será autorizado após confirmação do pagamento.

#### 4 NORMAS GERAIS

4.1 Prazos e horários - Os prazos e horários definidos neste regulamento deverão ser cumpridos rigorosamente, conforme determinação da Organização:

4.1.1 Assinatura do termo de permissão de uso: O cadastramento será concluído mediante assinatura e envio à comissão especial através do e-mail: [colic@tocantinsparcerias.to.gov.br](mailto:colic@tocantinsparcerias.to.gov.br) ou presencialmente na sede da Tocantins Parcerias, do termo de permissão de uso.

4.1.2 Período de montagem: Pavilhões, tendas, estandes e demais estruturas, a partir da data da assinatura do termo de Permissão de uso até a data de 10/05/2026.

4.1.3 A entrada de máquinas e equipamentos bem como produtos e materiais de exposição deverá ser feita até o dia 11/05/2026 às 18:00 horas.

4.1.4 Os casos extraordinários serão decididos pela organização da feira.

4.1.5 Horários de trabalho - período pré-feira: O expediente ocorrerá das 08h às 22h, inclusive aos finais de semana, no período de 30 (trinta) dias anteriores à realização do evento, ou conforme a necessidade mediante a aprovação da comissão técnica.

4.1.6 A retirada dos equipamentos iniciará a partir das 20h do dia 16/05/2026, e devendo ser concluída até o dia 22/05/2026.

4.1.7 A desmontagem da estrutura dos estandes deverá iniciar no dia 16/05/2026, às 20h, devendo ser concluída até o dia 22/05/2026.

4.1.8 Responsabilidade do Expositor: É de inteira responsabilidade do expositor comunicar previamente aos seus prestadores de serviços os horários autorizados para entrada e reposição de produtos alimentícios e outros, conforme disposto neste regulamento.

4.1.9 Reposição de Mercadorias: A reposição de produtos e/ou equipamentos de pequeno a médio porte, durante o período de realização do evento, somente poderá ser realizada por meio de veículo oficial disponibilizado pela organização, no portão de acesso, respeitando os períodos e horários previamente estabelecidos, a saber:

- Período Matutino: das 06h às 07h30.
- Período Noturno: das 19h às 21h.

4.1.10 Saída de equipamentos: A retirada de máquinas, implementos, equipamentos e produtos de grande porte, só será permitida após o término do evento, em 16/05/2026 à partir das 20:00 horas.

#### 4.2 PAGAMENTO

Os pagamentos dos espaços deverão ser efetuados através da agência e conta corrente descritos no termo de permissão de uso e edital.

#### 4.3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.3.1 A montagem do estande é de inteira e exclusiva responsabilidade do expositor.

4.3.2 A decoração e a personalização dos estandes serão de responsabilidade do expositor, realizadas conforme sua conveniência, desde que observadas as normas e disposições deste regulamento.

4.3.3 Todos os estandes, independentemente do material empregado, deverão possuir projeto de prevenção e combate a incêndio, devidamente aprovado pelo órgão competente, o qual deverá ser apresentado no ato da fiscalização *in loco*, sob pena de responsabilização do expositor.

4.3.4 As áreas e os espaços serão demarcados com piquetes ou outra forma, pela organização do evento, e disponibilizados, também, em layout específico de cada setor.

4.3.5 O expositor não poderá transferir, ceder, sublocar total ou parcialmente o estande ou área, bem como qualquer direito ou responsabilidades assumidas com relação ao evento.

4.3.6 O expositor deverá providenciar o descarte adequado dos resíduos gerados em razão da montagem, manutenção e desmontagem dos estandes, antes, durante e após a realização do evento, em conformidade com as normas ambientais e orientações da organização.

4.3.7 Em conformidade com as normas estabelecidas para o evento, FICA EXPRESSAMENTE VEDADA A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS em todos os espaços do Parque Agrotecnológico, inclusive nos estandes dos expositores. O descumprimento desta disposição poderá ensejar a aplicação de penalidades, tais como a paralisação da montagem, a obrigatoriedade de desmontagem do estande e a vedação da participação do expositor em edições futuras do evento.

4.3.8 O uso da faixa de domínio compreendido entre a TO 010 e a entrada do parque é regulado pela Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO e sua utilização se dará mediante autorização, conforme disposto na legislação vigente.

4.3.9 O presente regulamento encontra-se sujeito a alterações, a critério da Comissão Organizadora, sempre que houver necessidade.

#### 4.4 CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DECORAÇÃO DOS ESTANDES

4.4.1 A montagem de estandes nas áreas cobertas descritas, é de inteira responsabilidade do expositor e só poderá ser realizada observando os limites da área contratada, inclusive as paredes comuns entre os estandes.

4.4.2 A montagem de estandes de máquinas, equipamentos, implementos, veículos, vegetal, animal, produtos e serviços, localizados nas áreas abertas, será de inteira responsabilidade do EXPOSITOR, sendo de livre escolha a empresa montadora.

4.4.3 Os prestadores de serviços para os EXPOSITORES na área da feira, somente poderão exercer atividades devidamente identificados através de crachás e uniformes.

4.4.4 O expositor não poderá exceder os limites demarcados para a instalação de seu estande, sendo vedada qualquer projeção ou avanço, inclusive por meio de tirantes, cordas, estais, estruturas auxiliares ou elementos de identificação, antes do recuo obrigatório previsto neste regulamento, bem como qualquer interferência visual ou física no espaço do expositor vizinho.

4.4.5 Os recuos obrigatórios deverão obedecer às seguintes medidas:

- Recuo lateral para a rua: 1,20 m (um metro e vinte centímetros);
- Recuo entre lotes: 1 m (um metro).

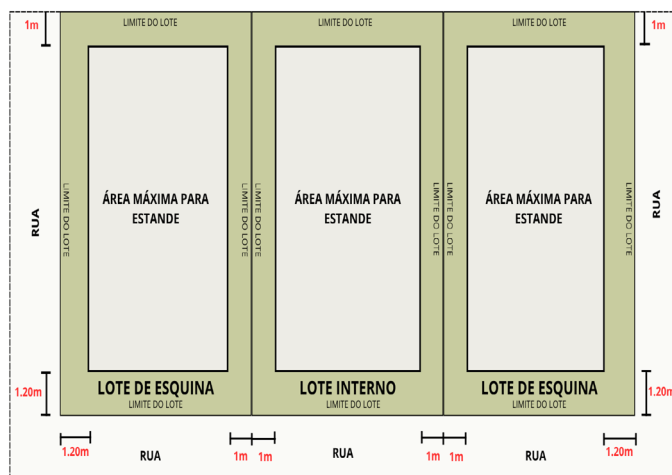


Ilustração prática dos recuos obrigatórios

4.4.6 O EXPOSITOR não poderá promover, divulgar e comercializar produtos ou marcas que não sejam de sua própria fabricação ou representação legal, assumindo o ônus pelo descumprimento.

4.4.7 As estruturas, máquinas, veículos, equipamentos ou quaisquer outros materiais de exposição deverão respeitar as distâncias mínimas estabelecidas pelos recuos obrigatórios previstos neste regulamento, observando-se, adicionalmente, o afastamento mínimo de 2,50 m (dois metros) da rede de alta tensão e de 1,50 m (um metro) da rede de baixa tensão.

4.4.8 A distância mínima horizontal de mastros e bandeiras de qualquer rede elétrica deverá ser igual ou superior à altura do mastro.

4.4.9 A fixação de mastros no solo, além de observar as redes hidráulicas e elétricas, deverá ter a profundidade mínima de 0,60 m e/ou pelo menos 15% do seu comprimento.

4.4.10 As vias, corredores e passarelas são de uso comum, não sendo permitido a colocação de faixas, itens decorativos ou qualquer outra estrutura, nem circulação de máquinas e veículos durante o horário de funcionamento da feira, observando-se o disposto no item 4 - subitem 4.1 - Prazos e Horários e subitem 4.1.10 Acesso de veículos e equipamentos, deste regulamento.

4.4.11 O EXPOSITOR é inteiramente responsável pela estrutura já existente no lote como: (meio fio, ponto d'água, ponto de energia e entre outros) sendo que se necessário rebaixamento/adequação do meio fio para acessar o lote o mesmo deverá entregar toda a estrutura em perfeita condições assim como recebido caso contrario haverá aplicação de multa.

## 5 FISCALIZAÇÃO

5.1 Todos os estandes serão fiscalizados pelo Corpo de Bombeiros, CREA-TO, CAU - TO, Vigilância Sanitária e demais órgãos fiscalizadores, ficando a liberação de funcionamento vinculado ao laudo técnico dos órgãos citados.

5.2 A fiscalização pelos órgãos acima citados NÃO EXIME a fiscalização pela Equipe Organizadora e demais órgão competentes para tal finalidade.

5.3 Documentos necessários para a análise de evento temporário junto ao corpo de bombeiros

5.3.1 O cumprimento nas Normas Técnicas (NT) visa estabelecer os requisitos mínimos necessários para a realização do evento de acesso público. Assim busca a proteção da vida humana e do patrimônio público e privado.

5.3.2 O expositor deverá possuir Alvará de Segurança Contra Incêndio e Emergência (SCIE) emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins, relativo ao seu estande.

5.3.3 O expositor é inteiramente responsável pela obtenção deste alvará, devendo para tanto, cumprir as exigências contidas na NORMA TÉCNICA N° 01 disponível no endereço eletrônico: [https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT\\_01.pdf?v=1.0.64](https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/NT_01.pdf?v=1.0.64).

5.3.4 O não cumprimento das exigências poderá ensejar em penalidades, tais como: multa, paralisação da montagem e em casos mais severos na obrigação de desmontar seu estande.

5.3.5 Para obtenção do Alvará de Segurança Contra Incêndio e Emergência (SCIE), o expositor através de seu Responsável Técnico devidamente registrado no CREA - TO e cadastrado no Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins, deverá acessar a página do Corpo de Bombeiros Militar do Estado Tocantins, através do endereço: <https://prevenir.bombeiros.to.gov.br/> e solicitar a emissão munido dos seguintes documentos:

- TSB (Taxa de Serviço de Bombeiros);
- Projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- ART/RRT - segurança do trabalho;
- Planta baixa do evento com escala, cotas e com as medidas de Segurança Contra Incêndio e Emergência (SCIE); esse documento deverá ser disponibilizado no site da Agrotins;
- Procuração do organizador, quando este transferir seu poder de signatário;
- Quando o evento for realizado em área pública deverá ser apresentada a autorização do Poder Público responsável;

5.3.5.1 Deverá ser apresentada a respectiva ART ou RRT, conforme o caso, referente às seguintes atividades:

- Elaboração do projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- Execução do projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- Montagem de estruturas metálicas, tais como palcos, arquibancadas, camarotes, tendas, armações de circos, entre outras;
- Instalação de sistemas de sonorização;
- Montagem e emissão de laudo técnico de brinquedos de parques de diversão;
- Execução das instalações elétricas;
- Execução do sistema de aterramento;
- Outras montagens de natureza mecânica ou eletroeletrônica;
- Instalação de grupo moto-gerador.

5.3.5.2 Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Cópia do RG e do CPF do organizador do evento;
- Termos de Compromisso, conforme os Anexos "E" e "F" da Norma Técnica (NT) nº 01, em atendimento às exigências da Norma Técnica (NT) nº 26;
- Relação nominal dos brigadistas, acompanhada de cópia dos respectivos certificados.

5.3.6 A documentação será analisada pela área responsável e o acompanhamento será de responsabilidade do expositor ou da pessoa por ele designada.

5.3.7 O não cumprimento das exigências poderá ensejar em penalidades, tais como: multa, paralisação da montagem e em casos mais severos na obrigação de desmontar o estande.

## 5.4 EXIGÊNCIAS QUANTO A UTILIZAÇÃO DE GLP:

5.4.1 Use botijão de gás (GLP) que possua válvula de segurança.

5.4.2 O cilindro de GLP deve estar em local ventilado, com mangueira e registro certificado pelo INMETRO, dentro do prazo de validade.

5.4.3 Se utilizar cilindro de GLP, mantenha, se possível, um extintor de incêndio de pó ABC em local de fácil acesso.

## 5.5 EXIGÊNCIAS PARA SAÍDAS DE EMERGÊNCIAS:

5.5.1 As saídas de emergência deverão estar em conformidade com as Normas Técnicas aplicáveis, observando-se, obrigatoriamente, os seguintes critérios:

- Estarem iluminadas e devidamente sinalizadas, em conformidade com a ABNT NBR 9077, bem como com as demais normas técnicas aplicáveis à iluminação e sinalização de emergência.
- Abrirem no sentido do fluxo.
- Possuir dobradiças e travas que possam abrir com facilidade em casos de emergência.
- Ficar destrancadas durante todo o evento e monitoradas por segurança humana.
- Serão dimensionadas em função do público previsto para o evento.
- As placas de sinalização devem ser iluminadas pelo o sistema de iluminação de emergência ou do tipo fotoluminescente.



5.5.2 O EXPOSITOR deverá apresentar o certificado de regularidade do corpo de bombeiros do seu estande a Seagro até a data 01/05/2026.

5.5.3 É obrigatório e de responsabilidade do expositor a instalação de extintores de incêndio, adequados ao estande e de acordo ao projeto de pânico e incêndio.

5.5.4 O EXPOSITOR deverá apresentar seu projeto até a data 01/05/2026, acompanhado de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA-TO e/ou RRT (Registro de responsabilidade técnica) junto ao CAU-TO.

5.5.5 As normas vigentes deverão ser verificadas junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins:

<https://prevenir.bombeiros.to.gov.br>

Telefone (63) 3218-4729

Atendimento:

Segunda-feira a quinta-feira das 7h às 13h

Sexta-feira das 8h às 12h.

## 6 ACESSIBILIDADE (PCD)

6.1 Em conformidade com a Lei Federal nº 10.098/2000 e com a ABNT NBR 9050, em sua versão vigente à época da realização do evento, cada expositor deverá garantir a acessibilidade em seu estande, assegurando acesso livre, seguro e confortável a todos os usuários, independentemente de suas condições de mobilidade ou capacidade motora.

6.2 O ambiente físico do estande deverá ser acessível e poderá incluir, entre outras medidas, as seguintes adequações:

- Rampas de acesso: Instalação de rampas com inclinação adequada, respeitando o limite máximo de 8,33%, conforme a ABNT NBR 9050;
- Banheiros adaptados: Disponibilização de sanitários acessíveis, com barras de apoio, bacias sanitárias em altura adequada e lavatórios com recuo inferior que permita a aproximação de cadeiras de rodas.
- Circulação interna acessível: Garantia de corredores com largura mínima adequada, livres de obstáculos, permitindo a circulação segura de pessoas com mobilidade reduzida e usuários de cadeira de rodas.
- Portas e vãos acessíveis: Portas com largura mínima adequada, maçanetas de fácil acionamento e ausência de desníveis ou soleiras que dificultem o acesso.

## 7 RESPONSABILIDADES

7.1 O EXPOSITOR ou seus prestadores de serviços NÃO poderão estocar produtos tóxicos, corrosivos ou combustíveis, na área do Parque Agrotecnológico Engenheiro Agrônomo Mauro Mendaña.

7.2 O EXPOSITOR será responsável pelos atos de seus funcionários e ou prestadores contratados.

7.3 O EXPOSITOR é responsável pela movimentação de carga e descarga de qualquer equipamento e produto utilizado para exposição durante a montagem e desmontagem do estande, incluso os transportados pelo veículo oficial do evento.

7.4 O EXPOSITOR será responsável por qualquer dano causado na pavimentação e no meio-fio, caso algum dano seja causado o mesmo deverá arcar com o reparo.

7.5 A desmontagem dos estandes e a retirada das máquinas e equipamentos deverá obrigatoriamente ser efetuada até o dia 22/05/2026 e dos animais até dia 18/05/2026, permanecendo sob guarda e responsabilidade do EXPOSITOR até a sua retirada do local do evento.

## 8 SEGURANÇA

8.1 O EXPOSITOR será responsável pela segurança patrimonial de seu estande e produto de exposição, sendo que a organização não assumirá qualquer responsabilidade por roubos, furtos ou danos que porventura possam ocorrer.

8.2 Caso o EXPOSITOR disponibilize segurança própria, essa somente será permitida dentro do estande, com pessoas identificadas e capacitadas, sob sua inteira responsabilidade, e deverão informar os nomes dos prestadores a organização.

8.3 Caso o EXPOSITOR necessite de segurança armada, deverá informar o órgão de segurança da Polícia Militar, Polícia Federal ou instituição oficial responsável.

8.4 A segurança geral do evento será realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins por meio das Polícias Militar e Civil e da Guarda Metropolitana Municipal e outros.

## 9 SEGURO

9.1 Os estandes, bens, produtos, semoventes, veículos máquinas, equipamentos e pessoal de serviço não estão cobertos por apólice de seguro do evento, cabendo aos expositores providenciar por conta própria.

9.2 A organização do evento disponibilizará aos visitantes e participantes, cobertura de seguro pessoal na modalidade que porventura ocorra nas áreas comuns do evento.

## 10 DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE

10.1 A fixação de cartazes, faixas, bandeiras, balões com hastes, lonas, totens, só serão livres dentro da área do EXPOSITOR, seguindo as normativas presentes neste regulamento.

10.2 Não serão permitidas qualquer tipo de divulgação fora da área ou estande contratado obedecendo as normas de segurança.

10.3 Áreas para divulgação publicitária, instalação de telões, outdoors, minidoors, front light, triedros, painéis de led, display, lonas, cavaletes, banners, blimps e etc. Serão previamente definidas pela organização, atendendo as normas de segurança.

10.4 Blimps deverão estar amarrados com 3 (três) cordas, com distância mínima horizontal da rede elétrica, igual à altura superior do balão. Em nenhuma hipótese serão permitidos balões presos por apenas uma corda (ZEPELIM). FICA PROIBIDA A DISTRIBUIÇÃO OU A SOLTURA DE BALÕES COM GÁS.

## 11 ENERGIA ELÉTRICA

11.1 No Estado do Tocantins a tensão de fornecimento de energia elétrica é de 380/220 volts.

11.2 A organizadora disponibilizará para uso nos estandes das áreas abertas, um (01) ponto de fornecimento de energia nos postes das redes elétricas distribuídos em todas as áreas do evento, cabendo ao EXPOSITOR, fazer a sua distribuição interna.

11.3 A conexão de cabos nas redes elétricas só poderá ser realizada pela ENERGISA, e/ou eletricitista devidamente credenciado para tal atividade.

11.4 O EXPOSITOR deverá informar a organização do evento à necessidade de energia elétrica em kva, no prazo máximo até 30 (trinta) dias antes do evento, sob pena de não poder usar equipamentos que estejam acima da demanda média estipulada pela organização.

## 12 RECOMENDAÇÕES DE SEGURANÇA A SEREM SEGUIDAS

12.1 Caminhões e equipamentos agrícolas deverão manter distância mínima de DOIS metros da rede elétrica de baixa ou alta tensão. Com antecedência, verifique se o percurso dos equipamentos possui cabos elétricos que possam colocar em risco a segurança.



12.2 Muita atenção ao operar equipamentos com grandes implementos como o pulverizador, certifique-se de que o local tem espaço suficiente para não tocar na rede elétrica.

12.3 As instalações de sons, freezers, e barracas devem ser realizadas por um profissional habilitado.

12.4 É proibido deixar cabos sobre o piso. Toda a fiação deverá estar devidamente organizada e protegida por eletrodutos adequados, de modo a eliminar riscos de tropeços, choques elétricos ou danos ao isolamento, assegurando a integridade física dos expositores, prestadores de serviços e do público em geral.

12.5 É expressamente proibido subir em postes, marquises, árvores ou quaisquer outras estruturas localizadas nas proximidades da rede elétrica.

12.6 É vedada a realização de ligações clandestinas de energia elétrica, prática que, além de colocar vidas em risco, configura crime, sujeitando o infrator às penalidades legais cabíveis.

12.7 É proibida a fixação de enfeites, faixas, banners ou quaisquer objetos nos postes, bem como o arremesso de objetos, metálicos ou não, sobre a rede elétrica.

12.8 Balões (blimps) e placas de propaganda e outros devem ser instalados de forma que não toquem na rede elétrica

12.9 Balões (blimps), placas de propaganda e demais elementos suspensos deverão ser instalados de forma a manter distância segura da rede elétrica, sendo vedado qualquer contato com cabos, postes ou equipamentos energizados.

12.10 É obrigatória a instalação de sistema de aterramento em todas as estruturas metálicas, tais como barracas, arquibancadas, palanques e balcões, devendo os serviços ser executados por profissional legalmente habilitado.

12.11 As ligações elétricas provisórias deverão receber atenção especial, especialmente aquelas destinadas a equipamentos elétricos, como sistemas de sonorização e refrigeração, os quais deverão ser mantidos afastados de duchas, piscinas ou quaisquer ambientes sujeitos à presença de água.

12.12 Toda instalação elétrica deverá ser realizada por profissional qualificado, observando-se rigorosamente a capacidade das instalações, dos circuitos e dos equipamentos utilizados.

12.13 Arquibancadas, palanques e demais estruturas metálicas instaladas em locais inadequados ou em proximidade com a rede elétrica representam risco durante a montagem, desmontagem e execução do evento, sendo vedada sua instalação nessas condições.

12.14 Em caso de queda de cabos, rompimento de fios ou qualquer acidente envolvendo a rede elétrica, é proibida a aproximação do local, devendo ser feito contato imediato com a concessionária de energia Energisa, pelo telefone 0800 721 3330.

### 13 INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS

13.1 O local dispõe de duas unidades sanitárias em alvenaria, complementadas de 08 (oito) containeres sanitários masculino/feminino fixos, distribuídos estrategicamente no parque.

13.2 O fornecimento de água será coletivo e por meio de torneiras distribuídas em pontos estratégicos na área do evento, e liberado para uso mínimo, uma vez que o sistema de abastecimento não possui capacidade para outros usos como; lavagem de máquinas, equipamentos, veículos, irrigação, umectação da área do estande, ruas, etc.

13.3 É obrigatório que os expositores que construirão banheiros fixos, também devem observar a construção de fossa ecológica e caixa d'água exclusiva em seus stands.

### 14. ACESSO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

14.1 Durante o período de montagem (pré-feira) só serão permitidos acessos de veículos nas áreas internas, conforme item 4.1 - Prazos e horários.

14.2 No período do evento (12 a 16 de maio de 2026), não serão permitidos a circulação de veículos nas áreas interna da feira.

14.3 A organização não se responsabilizará por pertences, acessórios, guarda e zelo dos veículos na área da feira e suas imediações.

### 15 HORÁRIOS DE REPOSIÇÃO DE ESTANDES

15.1 Horários de reposição dos estandes para produtos de grande porte e volume ou veículos especiais:

Período matutino: das 06h às 07h30min.

Período noturno: das 19h às 20h30min.

15.2 Os materiais de pequeno porte serão transferidos e transportados pelo veículo oficial, o qual estará disponível no portão de acesso, atendendo a uma ordem cronológica de chegada e solicitação para o serviço.

15.3 O veículo especial será acompanhado por um servidor do evento e deverá ficar o mínimo de tempo necessário no interior da feira para fazer a descarga e retornar imediatamente ao estacionamento, sob pena de remoção do veículo.

15.4 Horários especiais de reposição EXCLUSIVO para alimentos:

Período matutino: das 09h às 11h.

Obs.: O fornecedor de alimentos deve avisar ao servidor responsável pelo transbordo a respeito da necessidade de reposição.

### 16 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ÁREA

16.1 Todos os resíduos gerados pelo EXPOSITOR ou por seus PRESTADORES DE SERVIÇOS na montagem, durante a realização da feira e na desmontagem é de responsabilidade dos mesmos (coleta e descarte), conforme consta na Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, definindo a responsabilidade compartilhada pelos resíduos sólidos no artigo 36 e parágrafo único.

16.2 A limpeza dentro dos estandes deverá ser feita pelo EXPOSITOR diariamente ou sempre que necessário, sendo vedada a disposição dos resíduos (rejeitos/lixo, orgânicos e recicláveis) nas vias públicas ou áreas que não compreendam seus estandes.

16.3 Os expositores deverão disponibilizar, em seus estandes, pelo menos dois tipos de recipientes para depósito do resíduo (reciclável e não reciclável) por parte de seus visitantes. Recomenda-se a utilização de coletores específicos para os diferentes tipos de resíduos separados em material reciclável (vidro, plástico, papel, papelão, metal, madeira) e não reciclável (papel-toalha, papel higiênico, guardanapos utilizados, papéis metalizados, adesivos, papéis plastificados) conforme a Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001. Todos os resíduos gerados deverão ser acondicionados adequadamente em sacos plásticos e depositados nos contêineres, específicos por tipo de resíduo, distribuídos pela organização do evento ao longo da Feira.

16.4 Recomenda-se que os stands optem, sempre que possível, pelo uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis.

16.5 Solicita-se o máximo de zelo com o aspecto geral na área do EXPOSITOR, áreas comuns e demais espaços bem como as vitrines de campos, plantações, animais, etc.

16.6 Os restaurantes, bares e quiosques, que geram volume de resíduos orgânicos (restos de alimentos), devem separá-los dos resíduos não recicláveis (rejeitos), bem como dos resíduos recicláveis (metal, plástico, vidro, papel, papelão e madeira). A separação correta permitirá a destinação adequada e o aproveitamento dos diferentes tipos de resíduos.

16.7 Ao fim da desmontagem, sendo que até o QUINTO dia útil após o fim do evento, todo o resíduo gerado por cada expositor deverá ser recolhido em seu lote e arredores, entregando o lote nas mesmas condições de limpeza que recebeu no início da feira. O descumprimento gerará multa e penalidade, visto que ao SEXTO dia útil serão realizadas vistorias em toda a área para verificação do cumprimento da normativa deste regulamento.

## 17 REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO DOS ANIMAIS NO EVENTO

17.1 Todos os animais participantes do evento (bovinos, caprinos, aves, suínos, ovinos, peixes, equinos e muarens) deverão apresentar os pré-requisitos sanitários exigidos pela Agência de Defesa Sanitária do Tocantins.

Disponível em: <https://www.to.gov.br/adapec>

17.2 Os bovinos participantes do FEIRÃO DE REPRODUTORES DE CORTE E LEITE, deverão apresentar:

### I. BOVINOS - TOUROS DE APTIDÃO PARA CORTE:

- Possuir avaliação genética gerada por programa de melhoramento genético reconhecido pelo MAPA;

- Guia de transporte animal - GTA;

- Registro Genealógico Definitivo (RGD) ou Controle de Genealogia Definitivo (CGD), junto às associações de raças autorizadas pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), das raças bovinas voltadas para a produção de carne e leite;

- Pertencer Às categorias Puro de Origem (PO) ou Puro Sintético (PS);

- Ter idade mínima apta à reprodução de acordo com os critérios estabelecidos pelas associações de raças e idade máxima de 42 meses na data de realização do evento;

- Apresentar exame andrológico "apto à reprodução", de no máximo de 60 (sessenta) dias antes do evento;

- Apresentar exames negativos de brucelose e tuberculose, dentro dos prazos de validade, conforme Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT);

### II. BOVINOS - AS FÊMEAS

- GTA

- Registro Genealógico Definitivo (RGD) ou Controle de Genealogia Definitivo (CGD) ou Certificado Controle Genealógico junto às associações de raças autorizadas pelo MAPA;

- Ter idade máxima de 84 (oitenta e quatro) meses na data de realização do evento;

- Apresentar exames negativos de brucelose e tuberculose, dentro dos prazos de validade, conforme PNCEBT;

- Estar prenhas ou em lactação para animais a partir dos 30 (trinta) meses de idade;

### III. EQUÍDEOS

- GTA

- Exame de Anemia Infecciosa Equina - AIE.

- Atestado de vacinação de influenza equina.

17.3 A entrada de animais no perímetro da feira deverá ocorrer impreterivelmente entre os dias 10 a 11/05/2026, no período de 08h às 18h.

17.4 Animais comercializados durante o evento poderão ser retirados somente após o término da feira que se dará no dia 16/05/2026 após 18h, exceto no caso de ovinos e caprinos.

17.5 A alimentação para os animais (silagem de milho e ou volumoso "*in natura*") será disponibilizada permanentemente pela organização do evento e o fornecimento aos cochos deverá ser feita por funcionários (tratador) de cada expositor.

17.6 É de responsabilidade do expositor o fornecimento de rações especiais, manejo e a segurança dos animais e de pessoas de um modo geral.

17.7 Haverá um posto de fiscalização de trânsito de animais da ADAPEC na área de exposição.

17.8 É terminantemente proibida a circulação de animais nas vias internas da área de exposição durante a realização do evento.

## 18 REQUISITOS SANITÁRIOS PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL COM DESTINO A EVENTOS PECUÁRIOS

18.1 Na emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), para a participação de animais em eventos pecuários como exposições, feiras, leilões, eventos esportivos e outras aglomerações, devem ser cumpridos os seguintes requisitos:

18.2 Os animais devem apresentar-se em bom estado de saúde, sem sinais de doença e livres de parasitas externos;

18.3 Os animais devem proceder de estabelecimento onde, nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de emissão da autorização, não tenha havido ocorrência clínica de doença transmissível para a qual a espécie seja suscetível;

18.4 Os animais devem estar identificados de acordo com o estabelecido por Normas Complementares.

18.5 A emissão de GTA para trânsito de bovinos ou bubalinos, qualquer que seja a finalidade, fica condicionada à comprovação de vacinação obrigatória contra brucelose no estabelecimento de criação de origem dos animais (conforme Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT));

### I. BOVINOS E BUBALINOS

a) Na Agrotins está permitida a entrada de bovinos e bubalinos de todos os estados do País, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- Acompanhados de GTA - Guia de Trânsito Animal no momento da chegada ao recinto, emitido pelo SVO, conforme modelo disposto em legislação vigente

- Sejam procedentes de propriedades rurais cadastradas no Serviço Veterinário Oficial do Estado de Origem dos animais

- Serem procedentes de propriedades rurais onde, nos últimos 2 anos, não houve registrado nenhum foco de febre aftosa e que nas suas proximidades, num raio de 25km, também não tenha ocorrido caso no último 1 ano

- Para a brucelose (*Brucella abortus*) Exames negativos válidos durante a permanência do animal no evento:

- Fêmeas com idade igual ou superior a 24 (vinte e quatro) meses, se vacinadas com a B19.

- Fêmeas com idade igual ou superior a 8 (oito) meses, se vacinadas com a RB 51 ou não vacinadas.

- Machos com idade igual ou superior a 8 (oito) meses, destinados à reprodução.

- Animais destinados a leilão podem ser dispensados da apresentação dos exames negativos

b) Para a tuberculose Exames negativos válidos durante a permanência do animal no evento:

- Exame com resultado negativo a teste de diagnóstico para tuberculose, para animais de idade igual ou superior a 6 (seis) semanas, emitido por Médico veterinário habilitado.

- Animais destinados a leilão podem ser dispensados da apresentação dos exames negativos.

## II. EQUÍDEOS

a) Para a anemia infecciosa equina (AIE), teste laboratorial negativo, efetuado nos seguintes prazos, contados antes do início do certame:

- Até 180 (cento e oitenta) dias, para equídeos procedentes do estado do Tocantins;

- Até 60 (sessenta) dias, nos demais estados.

- Equídeos com idade inferior a 6 (seis) meses ficam dispensados do exame negativo para AIE, desde que acompanhados pela mãe e que esta tenha resultado do exame negativo de AIE.

- Animais destinados à exposição, leilão e esporte devem portar atestado de vacinação com as informações da vacinação contra Influenza Equina (seguindo modelo da PORTARIA Nº 209, DE 27 DE JULHO DE 2023), no estabelecimento de origem nos 30 (trinta) dias que antecederam a emissão do documento de trânsito.

## III. SUÍDEOS

a) A origem dos animais deve ser somente de granjas GRSC (Granja de Reprodutores Suídeos Certificada). Cópia do certificado autenticada pelo serviço veterinário oficial do local de origem deverá ser anexada à GTA.

## IV. CAPRINOS E OVINOS

a) GTA (Guia de Trânsito Animal) e atestado sanitário emitido por médico veterinário da iniciativa privada, informando que, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao início do evento pecuário, não houve, no rebanho, manifestação clínica compatível com a Artrite Encefalite Caprina - CAE, ou informando que em exame clínico os animais não apresentam sintomatologia e/ou sinais clínicos de Epididimite Ovina.

## V. AVES - GALINHAS, PERUS, PATOS, MARRECOS, GANSOS, GALINHAS DE ANGOLA E CODORNAS:

a) Enquanto durar o estado de emergência para influenza aviária, fica suspensa a participação de aves em aglomerações de qualquer finalidade. Excepcionalmente, poderão ser autorizadas apenas as participações que atendam as condições abaixo, desde que as aves permaneçam em recintos totalmente telados em todos os lados e também na parte superior de forma a impedir qualquer contato com aves silvestres.

b) É permitida a participação de aves adultas (galinhas, perus, patos, marrecos, gansos, galinhas de angola e codornas) em eventos pecuários acompanhadas de GTA emitida por Médico Veterinário oficial com atendimento das seguintes exigências sanitárias:

c) Procederem do estabelecimento cadastrado no órgão oficial de Defesa Sanitária Animal, registrado e certificado como estabelecimento livre de Mycoplasma e Salmonella pelo MAPA, caso o estabelecimento não seja certificado, atender a IN Nº 10 MAPA, de 11/04/2013;

d) Estarem acompanhadas dos seguintes documentos:

- Atestado de vacinação contra a Doença de Newcastle realizada entre 15 (quinze) e 60 (sessenta) dias do ingresso das aves no recinto do evento pecuário;

- Atestado de vacinação contra Epitelioma Contagioso (Bouba Aviária) realizada em data não inferior a 30 (trinta) dias da emissão da Guia de Trânsito Animal. O atestado de vacinação contra Epitelioma Contagioso poderá ser substituído por declaração da não ocorrência dessa doença no criatório nos últimos 90 (noventa) dias anteriores ao ingresso das aves no recinto do evento;

- Atestado negativo de presença de ectoparasitas em exame clínico realizado em data não superior a 7 (sete) dias do ingresso das aves no recinto do evento;

- Declaração de que as aves procedem de estabelecimento avícola no qual não foi constatado foco de doença infecto-contagiosa aviária nos 90 (noventa) dias que precedem a data de ingresso das aves no recinto do evento.

e) Os atestados e declarações citadas devem ser emitidos pelo Médico Veterinário responsável técnico do criatório.

## VI. AVESTRUZES E EMAS

a) É permitida a participação de avestruzes e emas em eventos pecuários acompanhadas de GTA emitida por Médico Veterinário oficial e o seu ingresso nos respectivos recintos está condicionado ao atendimento das seguintes exigências sanitárias e estarem acompanhadas dos seguintes documentos;

- Procederem de estabelecimento cadastrado no órgão oficial de Defesa Sanitária Animal, registrado e certificado como estabelecimento livre de Mycoplasma e Salmonella no MAPA.

- Laudo com resultado negativo de sorologia para a Doença de Newcastle, emitido por laboratório credenciado pelo MAPA;

- Atestado do Médico Veterinário responsável técnico pelo criatório negativo para a presença de ectoparasitas em exame clínico realizado em prazo não excedente a 7 (sete) dias do ingresso das aves no recinto do evento;

- Declaração do Médico Veterinário responsável técnico do criatório de que as aves procedem de estabelecimento avícola no qual não foi constatado foco de doença infecto-contagiosa aviária nos 90 (noventa) dias que precedem a abertura do evento pecuário;

- As aves vacinadas contra a Doença de Newcastle devem estar acompanhadas de atestado emitido pelo Médico Veterinário responsável técnico pelo criatório especificando a data de vacinação e o tipo de vacina utilizada. A vacinação das aves contra a Doença de Newcastle deve ser realizada entre 15 (quinze) e 60 (sessenta) dias da data de ingresso no evento pecuário.

## VII. AVES ORNAMENTAIS E PASSERIFORMES

a) É permitida a participação em eventos pecuários de aves ornamentais passeriformes, exóticas ou não à fauna nacional, acompanhadas de GTA emitida por Médico Veterinário oficial, laudo de inspeção sanitária emitido por Médico Veterinário e condicionado ao atendimento das seguintes exigências sanitárias:

- Atestado de vacinação contra Epitelioma Contagioso (Bouba Aviária) realizada em data não inferior a 30 (trinta) dias da emissão da Guia de Trânsito Animal. O atestado de vacinação contra Epitelioma Contagioso poderá ser substituído por declaração da não ocorrência dessa doença no criatório nos últimos 90 (noventa) dias anteriores ao ingresso das aves no recinto do evento;

- Atestado negativo da presença de ectoparasitas em exame clínico realizado em data não excedente a 7 (sete) dias do ingresso das aves no recinto do evento;

- Declaração de que as aves procedem de estabelecimento avícola no qual não foi constatado foco de doença infecto-contagiosa aviária nos 90 (noventa) dias que precedem a data de ingresso das aves no recinto do evento.

- Os atestados e declarações citadas devem ser emitidos pelo Médico Veterinário responsável técnico do criatório.

## VIII. AVES SILVESTRES DA FAUNA NATIVA OU EXÓTICA

a) É permitida a participação de aves silvestres da fauna nativa ou exótica em eventos pecuários acompanhadas de GTA emitida por Médico Veterinário oficial e o seu ingresso nos respectivos recintos está condicionado ao atendimento das seguintes exigências sanitárias, e estarem acompanhadas dos seguintes documentos:

- Atestado de vacinação contra a Doença de Newcastle realizada entre 15 (quinze) e 60 (sessenta) dias do ingresso das aves no recinto do evento pecuário.

- Atestado de vacinação contra Epitelioma Contagioso (Bouba Aviária) realizada em data não inferior a 30 (trinta) dias da emissão da Guia de Trânsito Animal. O atestado de vacinação contra Epitelioma Contagioso poderá ser substituído por declaração da não ocorrência dessa doença no criatório nos últimos 90 (noventa) dias.

- Atestado negativo da presença de ectoparasitas em exame clínico realizado em data não superior a 7 (sete) dias do ingresso das aves no recinto do evento.

• Declaração de que as aves procedem de estabelecimento avícola no qual não foi constatado foco de doença infecto-contagiosa aviária nos 90 (noventa) dias que precedem a data de ingresso das aves no recinto do evento.

• Autorização de Transporte - AT para a emissão da Guia de Trânsito Animal obtida junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.

• A GTA deve estar anexada à via original da Autorização de Transporte emitida pelo IBAMA.]

• Os atestados e declarações citadas devem ser emitidos pelo Médico Veterinário responsável técnico do criatório.

#### IX. LAGOMORFOS (COELHOS)

a) Declaração de que os animais procedem de estabelecimento onde não foi constatada a ocorrência de mixomatose nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da emissão da GTA.

#### X. ANIMAIS AQUÁTICOS

a) Para o trânsito intraestadual e interestadual de animais aquáticos de cultivo é exigida apenas a Guia de Trânsito Animal - GTA (Portaria nº 251, de 28 de agosto de 2023).

b) Atestado sanitário (emitido por Médico Veterinário) é requisito obrigatório para a emissão da Guia de Trânsito Animal - GTA para o trânsito de animais aquáticos de cultivo apenas para trânsito com destino aos estados de Ceará (CE) e Minas Gerais (MG), com exceção para abate.

c) Proibir a entrada de peixes vivos oriundos de tanques redes e do extrativismo/pesca (item 12 - outros requisitos).

d) Os répteis hidróbios devem ter autorização/licença fornecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e/ou documentação pertinente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS.

e) No caso de embalagens e estruturas utilizadas durante o transporte dos animais e no próprio evento as mesmas deverão estar previamente lavadas / higienizadas, e os animais deverão ser separados em reservatórios distintos por procedência, sem compartilhamento de água.

f) Se a origem dos animais aquáticos de cultivo for do Estado do Tocantins, os mesmos devem proceder de estabelecimentos devidamente cadastrados na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TO.

#### XI. ABELHAS, BICHO-DA-SEDA E OUTROS INVERTEBRADOS

a) O interessado deverá procurar previamente o IBAMA e o Ministério da Saúde para cumprir as legislações vigentes.

b) Para o trânsito de colméia o número do apiário, conforme cadastro do Serviço Veterinário Oficial, deverá estar gravado a fogo na lateral da colméia e esta deverá ser lacrada.

c) Para o trânsito de rainhas e demais espécies de invertebrados terrestres o número do lacre deve estar relacionado ao número de identificação apostado na embalagem, receptáculo ou recipiente utilizado para o transporte.

d) Para abelhas a GTA deve vir acompanhada de atestado sanitário emitido pelo Médico Veterinário oficial ou pelo responsável técnico do apiário registrado, conforme Programa Nacional de Sanidade Apícola. O certificado deverá atestar que os animais procedem de apiários onde não houve registro de ocorrência de doenças nos últimos 60 (sessenta) dias.

e) O atestado sanitário para abelha, bicho da seda e outros invertebrados deverá atestar que os animais apresentem integridade, aspecto e estrutura compatíveis e que foram acondicionadas de forma a evitar escape ou contaminação e não serão utilizados para finalidades que coloquem em risco a sanidade animal, humana e ambiental.

f) Para bicho da seda e demais invertebrados o atestado só poderá ser emitido pelo Médico Veterinário oficial.

#### XII. OUTROS REQUISITOS

a) A GTA, os atestados ou certificados de exames laboratoriais, de testes alérgicos e de vacinações devem acompanhar os animais e serão apresentados ao Médico Veterinário responsável técnico para participar das aglomerações. A critério do serviço oficial e considerada a situação epidemiológica da Unidade Federativa ou da região onde se realiza o evento pecuário, poderá ser requerido o cumprimento de outros requisitos sanitários, inclusive testes para diagnóstico de doenças e vacinações.

#### XIII. REQUISITOS SANITÁRIOS PARA PLANTIO DE SOJA E ALGODÃO NA FEIRA

a) A semeadura da cultura da soja e algodão, em todo estado do Tocantins, será determinada por janela de plantio, conforme ato normativo da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária.

b) Excepcionalmente a ADAPEC/TOCANTINS poderá autorizar a semeadura e a manutenção de plantas vivas de soja e algodão fora da janela de plantio, exclusivamente para o cultivo destinado à demonstração de cultivares e tecnologias em eventos e feiras agrícolas desde que a colheita não ultrapasse o início do vazio sanitário e a data da semeadura seja informada com antecedência para deferimento através do cadastro anual da área produtora.

c) Fica instituído o Vazio Sanitário para a cultura da soja em todo o Estado do Tocantins, conforme ato normativo da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária. Os produtores com áreas plantadas com soja e algodão deverão eliminar as plantas voluntárias (guaxa ou tiguera) anteriormente ao período do vazio sanitário.

d) Na execução das atividades de plantio de soja e algodão na feira, as instituições de pesquisa e/ou ensino, pública e/ou privada, deverão apresentar antecipadamente, através dos pesquisadores e responsáveis técnicos, obrigatoriamente, o cadastro da área junto ao Escritório da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins-ADAPEC/TOCANTINS de seu município para deferimento, conforme Anexos I, II, III e IV desta Instrução Normativa.

#### 19 NORMAS LEGAIS

##### 19.1 DO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PELAS EMPRESAS NA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES E PRESTADORES:

I. A jornada de trabalho e os intervalos entre jornadas deverão seguir a legislação trabalhista vigente ou acordos coletivos que possuam amparo legal.

II. A organização da feira não se responsabiliza por infrações trabalhistas cometidas pelos expositores, seus empregados e contratados durante a realização do evento bem como os períodos de montagem, desmontagem e transporte.

III. Empregados das empresas expositoras, ainda que temporários, deverão portar por ocasião da feira: crachá contendo nome completo e função.

IV. Empresas de prestação de serviços a terceiros deverão portar o contrato de prestação de serviço, cartão de identificação tipo crachá, contendo: nome completo, função, data de admissão, número do pis/pasep e ficha de registro de ponto em poder do empregado.

V. No caso de vigilantes, somam-se aos demais itens necessários o registro de vigilantes, junto aos órgãos oficiais, em especial a Polícia Federal.

VI. Trabalhadores temporários deverão portar por ocasião da feira: cartão de identificação tipo crachá, contendo nome completo, função, data de admissão, número do pis-pasep, contrato celebrado com a empresa de trabalho temporário, registro da empresa de trabalho temporário junto ao ministério do trabalho e emprego, relação dos trabalhadores que prestam serviço nessa condição, ficha de registro de ponto em poder do empregado.



VII. Todas as empresas deverão manter a disposição dos órgãos fiscalizadores e da organização do evento, relação atualizada dos trabalhadores, desde a montagem até a desmontagem.

#### 19.2 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

I. É de inteira responsabilidade das empresas prestadoras de serviço bem como dos expositores o fornecimento, orientação e controle do uso de equipamento de proteção individual e ou coletivos para os operadores das máquinas, construção e montagem de estandes, ligações elétricas, hidráulicas, uso de produtos diversos, bem como a sua habilitação para condução e operação dos maquinários agrícolas e veículos dentro da área do evento, quando permitido.

#### 19.3 MUNK, GUINCHOS, GUINDASTES E MÁQUINAS EM GERAL

I. Equipamentos como Munks, guinchos, guindastes e máquinas em geral somente poderão ser operados, dentro da área do evento, por pessoas habilitadas e treinadas para tal atividade.

II. Em caso de acidentes causados por inabilidade ou imperícia do operador dos equipamentos constantes deste item serão de inteira responsabilidade do EXPOSITOR e condutores

#### 20 DO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO FISCAL

20.1 Será de inteira responsabilidade dos expositores o cumprimento da legislação fiscal Federal, Estadual e Municipal, quanto à emissão de notas fiscais, guias e demais documentos fiscais necessários ao transporte, estocagem, prestação de serviços e comercialização de produtos dentro do espaço da feira.

#### 20.2 DA EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS DE DEMONSTRAÇÃO

I. A emissão de Notas Fiscais de demonstração para transporte de mercadorias da INDÚSTRIA para a feira deverá ser feita em Nome (Razão Social) e CNPJ próprio do EXPOSITOR.

II. No campo de observação da Nota Fiscal deve constar o seguinte texto: "O bem ou mercadoria destina-se a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins - AGROTINS, que acontecerá de 12 à 16/05/2026, localizado na RODOVIA TO-050, KM 23, ESTRADA VICINAL KM 8, ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO.

III. Deverá ser utilizada a natureza fiscal de operação CÓDIGO 5.914 - Remessa de mercadoria ou bem para exposição ou feira, para empresas do Estado do Tocantins, e CÓDIGO 6.914 para os demais estados da Federação.

#### 20.3 RETORNO DE MERCADORIAS

I. O retorno da AGROTINS para a INDÚSTRIA deverá ser emitida uma Nota Fiscal utilizando a natureza fiscal de operação RETORNO CÓDIGO 1.914, para o Estado do Tocantins e CÓDIGO 2.914 para os demais Estados;

II. No campo de observação da Nota Fiscal deve constar o seguinte texto: "Retorno de bem ou mercadoria enviadas para a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins - AGROTINS realizada em 12 a 16 de maio de 2026".

III. Haverá um posto de atendimento fiscal e sanitário dentro da área do evento.

Observação: Decreto nº 2.912/06, artigo 2º, inciso VII - RICMS.  
Endereços: PRAÇA DOS GIRASSÓIS, S/N - CEP 77.001-908, CENTRO PALMAS - TO. / [www.sefaz.to.gov.br](http://www.sefaz.to.gov.br)  
Telefones: 0800 63 1144 / (63) 3218-2358 - Setor CSOP

#### 21 DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Este regulamento poderá ser alterado sem prévio aviso para atender as necessidades de boa organização do evento, bem como ao atendimento de normas fiscais e sanitárias que possam ser alteradas;

21.2 Os EXPOSITORES se obrigam ao cumprimento das disposições contidas no presente regulamento, assim como de outras normas que porventura venham a ser estabelecidas, levando-as também ao conhecimento de seus funcionários, terceirizados, fornecedores e especialmente às montadoras de pavilhões, tendas, estandes e demais estruturas de apoio ao evento;

21.3 O não cumprimento do presente regulamento atribui à organização do evento, notificar o fato irregular e tomar as medidas legais pertinentes à infração ocorrida;

21.4 A empresa participante, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), autoriza o uso da imagem fotográfica ou em vídeo e/ou quaisquer outra forma de mídia, podendo ser vinculado em divulgações jornalísticas ou publicitárias, produções fotográficas, audiovisuais e de gravações de imagens, em materiais impressos, publicações internas e/ou externas, programas televisivos, nas redes sociais e/ou outros dessa natureza e sem fins lucrativos, inclusive para empresas terceirizadas, que poderão prestar serviços referente ao evento.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026.

FREDERICO SODRÉ DOS SANTOS  
Secretário da Agricultura e Pecuária

#### SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

#### PORTARIA SECIJU Nº 142, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

Remove servidor a pedido

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 35, §1º, inciso II, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o qual prevê a possibilidade de remoção de servidor entre unidades orgânicas do mesmo Órgão,

#### RESOLVE:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA, Assistente III, matrícula 11816880-2, da Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SASPDCA) para a Corregedoria-Geral da Polícia Penal e do Sistema Socioeducativo CGPPSS, a partir do dia 1º de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

HÉLIO PEREIRA MARQUES  
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

**PORTARIA SECIJU Nº 143, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Designa servidora para responder por cargo de Chefia, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins,

CONSIDERANDO a oportunidade e a conveniência administrativas,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, a servidora GISLAYNE CARVALHO, Agente de Segurança Socioeducativo, matrícula nº 11603801-1, para responder, no período de 04 de fevereiro de 2026 a 08 de fevereiro de 2026, sem prejuízo de suas funções, pela Chefia da Unidade de Semiliberdade de Gurupi (USL/SUL), em razão da fruição de férias do titular RICARDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

HÉLIO PEREIRA MARQUES  
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

**PORTARIA SECIJU Nº 145, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Dispõe sobre constituição da Comissão Eleitoral para condução do processo de eleição das entidades representantes da Sociedade Civil no Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa (CERDR/TO), para o biênio 2026/2028.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS (SECIJU/TO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, e demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO a necessidade de dar regular prosseguimento ao processo de chamamento público destinado à composição do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa (CERDR/TO);

CONSIDERANDO que a constituição da Comissão Eleitoral é medida indispensável para assegurar validade, eficácia, transparência e publicidade ao Edital de Convocação do (CERDR/TO);

CONSIDERANDO a Portaria nº 107, de 05 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.997, de 10 de fevereiro de 2026, que extinguiu o Edital de Convocação CERDR/TO nº 03 e dispôs, em seu art. 3º, que eventual nova convocação para a composição do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa será objeto de novo edital, a ser oportunamente publicado;

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir a Comissão Eleitoral responsável pela organização, coordenação e condução do processo eleitoral das organizações da sociedade civil que comporão o Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa (CERDR/TO), para o biênio 2026/2028, na forma que segue:

I - Geraldo Santos de Magela Neto, representante da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça.

II - Manoel Marcos Rodrigues Tavares Sousa, representante da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça.

III - Artur Gomes dos Santos Aguiar, representante da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão Eleitoral será exercida pelo Diretor de Diversidade e Inclusão Social da Secretaria de Cidadania e Justiça.

Art. 2º Compete à Comissão Eleitoral coordenar e executar o processo de escolha das entidades representantes da sociedade civil que promovam o diálogo inter-religioso e assegurem o respeito à diversidade de crenças, especialmente no que concerne aos diferentes segmentos étnicos e religiosos do Estado do Tocantins, observados os critérios estabelecidos no respectivo Edital de Convocação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO INTERINO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

HÉLIO PEREIRA MARQUES  
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

**PROCON****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**FA: 17.001.002.19-0019338**

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 22285  
FORNECEDOR: EMMANUEL DA PIEDADE DALTRO (MAIS BARATO 903 SUL) - CNPJ: 13.031.174/0002-44

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: EMMANUEL DA PIEDADE DALTRO (MAIS BARATO 903 SUL), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.031.174/0002-44, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 255/2024, datado de 08/04/2024, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 6.791,11 (seis mil setecentos e noventa e um reais e onze centavos), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, do Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.19-0029616

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 24809  
FORNECEDOR: BEATRIZ CASTRO LACERDA DOS SANTOS  
00185XXXXXX - CNPJ: 32.024.303/0001-30

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: BEATRIZ CASTRO LACERDA DOS SANTOS 00185XXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.024.303/0001-30, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 921/2024, datado de 24/06/2024, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 2.993,33 (dois mil novecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, do Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.20-0020064

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 23034  
FORNECEDOR: MARVEM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (MARVEM SUPERMERCADO) - CNPJ: 35.946.666/0002-00

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: MARVEM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (MARVEM SUPERMERCADO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.946.666/0002-00, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 146/2024, datado de 05/03/2024, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 5.420,00 (cinco mil quatrocentos e vinte reais), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, do Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.011.21-0000375

CONSUMIDOR: TANIA PEREIRA DA SILVA  
FORNECEDOR: KATIA FASHION EIRELI (BOTELHO FASHION) - CNPJ:  
41.368.154/0001-18

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: KATIA FASHION EIRELI (BOTELHO FASHION), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.368.154/0001-18, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento da Decisão em Segunda Instância nº 162/2024, datada de 22/04/2024, na qual decidiu-se, com base no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, no Código de Defesa do Consumidor e na Instrução Normativa nº 03/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, MANTER o Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 806/2022, datado de 16/09/2022, para EXTINGUIR a reclamação por insubsistência e ARQUIVAR definitivamente os autos.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.19-0004886

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4694  
FORNECEDOR: BARBARA B. BORBA (CONSULTORIO MEDICO DRA BARBARA E JOTA VEICULOS) - CNPJ: 19.847.971/0001-08

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: BARBARA B. BORBA (CONSULTÓRIO MEDICO DRA BARBARA E JOTA VEICULOS), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.847.971/0001-08, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho nº 231/2023, datado de 12/12/2023, no qual decidiu-se, com base no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, no Código de Defesa do Consumidor e na Portaria Normativa nº 03/2023 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, ARQUIVAR os autos e baixá-lo junto ao sistema Sindec, em face da nulidade do ato administrativo pela inobservância da forma prevista em Lei, quanto a inexistência de comprovação da lavratura de Auto de Apreensão de produtos vencidos.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.22-0005992

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 28180  
FORNECEDOR: SUPERMERCADO MEIO A MEIO LTDA (SUPERMERCADO MEIO A MEIO) - CNPJ: 19.827.516/0001-32

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: SUPERMERCADO MEIO A MEIO LTDA (SUPERMERCADO MEIO A MEIO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.827.516/0001-32, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 206/2024, datado de 15/04/2024, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 3.026,67 (três mil vinte e seis reais e sessenta e sete centavos), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997 e do Código de Defesa do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.20-0026700

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 24896  
FORNECEDOR: CLAIR SIRTOLI LTDA (SUPERMERCADO E PANIFICADORA BEL PAO) - CNPJ: 03.731.422/0001-25

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: CLAIR SIRTOLI LTDA (SUPERMERCADO E PANIFICADORA BEL PAO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.731.422/0001-25, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 401/2024, datado de 28/02/2024, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 8.080,01 (oito mil e oitenta reais e um centavo), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997 e do Código de Defesa do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.20-0027280

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 020181  
FORNECEDOR: MESSIAS E OLIVEIRA LTDA (RAFFA S SUPERMERCADO) - CNPJ: 14.311.041/0001-03

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: MESSIAS E OLIVEIRA LTDA (RAFFA S SUPERMERCADO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.311.041/0001-03, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 509/2024, datado de 20/03/2024, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 3.591,11 (três mil quinhentos e noventa e um reais e onze centavos), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, do Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.19-0038960

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 24254  
FORNECEDOR: JUSCELINO MARTINS DA SILVA (CRED RAPIDO) - CNPJ: 03.383.999/0001-93

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: JUSCELINO MARTINS DA SILVA (CRED RAPIDO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.383.999/0001-93, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 377/2024, datado de 01/08/2024, no qual decidiu-se julgar SUBSISTENTE a reclamação em relação ao fornecedor e aplicar a SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA, prevista no art. 67, "a" e "b" da Portaria Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO



## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.20-0011341

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 23019  
FORNECEDOR: PEDE PICANHA LTDA (PEDE PICANHA) - CNPJ:  
24.229.796/0001-17

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: PEDE PICANHA LTDA (PEDE PICANHA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.229.796/0001-17, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 2.697/2023, datado de 26/01/2024, no qual decidiu-se julgar SUBSISTENTE a reclamação em relação ao fornecedor e aplicar a SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA, prevista no art. 67, "a" e "b" da Portaria Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.003.21-0007261

CONSUMIDOR: CLEITON CARDOSO DE SOUSA  
FORNECEDOR: R.P.B. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
(RECANTO PRAIA BELA) - CNPJ: 22.320.079/0001-70

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: R.P.B. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RECANTO PRAIA BELA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.320.079/0001-70, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 1.075/2022, datado de 03/11/2022, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 4.539,82 (quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, artigos 12, III, bem como dos artigos 6º, IV e V, 14, 42, Parágrafo Único, 51, §1º, II do Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.001.21-0006787

CONSUMIDOR: GEOVANA EDUARDA LIMA DE CASTRO  
FORNECEDOR: M.H CELL ELETRONICOS LTDA - CNPJ:  
38.179.569/0001-39

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: M.H CELL ELETRONICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 38.179.569/0001-39, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 628/2022, datado de 11/08/2022, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 378,32 (trezentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, artigos 12, III, VI e 13, IV, XVI, bem como dos artigos 6º, IV, VI, X, 14, §1º, 30, XII, 35, I, 39 do Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.22-0007060

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 25050  
FORNECEDOR: WALTHER JUNNYOR NEPOMOCENO COMERCIO  
VAREJISTA DE ALIMENTOS (BOI NA BRASA MSM) - CNPJ:  
41.756.128/0001-67

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: WALTHER JUNNYOR NEPOMOCENO COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS (BOI NA BRASA MSM), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.756.128/0001-67, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 210/2024, datado de 23/02/2024, no qual decidiu-se julgar PROCEDENTE a reclamação em relação ao fornecedor e aplicar a SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA, prevista no art. 67 da Portaria Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.012.21-0009153

CONSUMIDOR: MARIA DO ESPÍRITO SANTO COSTA ALVES  
FORNECEDOR: LABORATORIO E DISTRIBUIDORA OPTICA BELA VISTA LTDA (LABORATORIO OPTICO BELA VISTA) - CNPJ: 05.491.613/0001-92

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: LABORATORIO E DISTRIBUIDORA OPTICA BELA VISTA LTDA (LABORATORIO OPTICO BELA VISTA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.491.613/0001-92, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 1.271/2022, datada de 08/12/2022, na qual decidiu-se, com base no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, no Código de Defesa do Consumidor e na Instrução Normativa nº 03/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, EXCLUIR o fornecedor do polo passivo do processo administrativo.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.22-0001364

CONSUMIDOR: WILLIAM OLIVEIRA SOARES  
FORNECEDOR: CRED INFINITY MULTIMARCAS E COMERCIO DE VEICULOS LTDA (CRED INFINITY MULTIMARCAS) - CNPJ: 38.065.489/0001-52

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: CRED INFINITY MULTIMARCAS E COMERCIO DE VEICULOS LTDA (CRED INFINITY MULTIMARCAS), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 38.065.489/0001-52, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 848/2024, datado de 02/07/2024, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 756,61 (setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos), prevista no artigo 56, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo em vista que o objeto da presente demanda configura infração nos termos do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, do Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa nº 003/2008 e Portaria Normativa nº 03/2023 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

FA: 17.001.002.19-0037197

CONSUMIDOR: COLETIVIDADE - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 23216  
FORNECEDOR: CELSO LUIZ SIQUEIRA MOURÃO - CPF: 693.44X.XXX-XX

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: CELSO LUIZ SIQUEIRA MOURÃO - CPF: 693.44X.XXX-XX, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 579/2024, datado de 12/04/2024, no qual decidiu-se julgar SUBSISTENTE a reclamação em relação ao fornecedor e aplicar a SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA, prevista no art. 67, da Portaria Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, localizada na Quadra 103 Norte, ACNO-2 - Av. LO 02, Lotes 57/59 - Palmas/TO - CEP: 77.001-022.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Arteniza Sena Araújo  
Gerente Jurídico e do Contencioso  
PROCON-TO

FA: 17.001.003.19-0028969

CONSUMIDOR: ALEXEI DA ROCHA DAS NEVES  
FORNECEDOR: AIGLE AZUR (AIGLE AZUR) - CNPJ: 30.705.459/0001-51

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42-A, II do Decreto Federal nº 2.181/97, determina a INTIMAÇÃO POR EDITAL da empresa: AIGLE AZUR (AIGLE AZUR), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.705.459/0001-51, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de Segunda Instância nº 557/2024, datado de 22/05/2024, no qual decidiu-se, com base no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, do Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa nº 003/2008 da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, RATIFICAR o Termo de Julgamento de Primeira Instância nº 601/2021, datado de 18/05/2021 e determinar o ARQUIVAMENTO definitivos dos autos.

NOTIFIQUEM-SE AS PARTES.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

Euclides Correia Costa  
Superintendente de Proteção aos Direitos do Consumidor  
PROCON-TO

## SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PORTARIA/SECIHD Nº 5/2026/GASEC,  
DE 23 DE JANEIRO DE 2026.

“Dispõe sobre remoção de servidores e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 3.246 - NM, publicado no Diário Oficial nº 6960, de 12 de dezembro de 2025;

RESOLVE;

REGULARIZAR a lotação no Sistema de Gestão de Pessoal - ERGON, da servidora MEIRE LÚCIA DE ARRUDA E SILVA FAIS, matrícula funcional nº 610371-2, Assistente Administrativo, constante na Gerência de Atendimento, Pesquisa e Cadastro Social, para Diretoria de Programas e Projetos Sociais Habitacionais, a partir de 05 de janeiro de 2025.

UBIRATAN CARVALHO FONSECA

Secretário das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional

PORTARIA/SECIHD Nº 6/2026/GASEC,  
DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 3.246 - NM, publicado no Diário Oficial nº 6.960 de 12 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR Comissão de Recursos da Avaliação Periódica de Desempenho, composta pelos servidores titulares ISRAEL BRUXEL DE VASCONCELOS, Diretor Jurídico, matrícula funcional nº 975890-11, BRUNA PATRÍCIA MARTINOVSKI DOS SANTOS, Gerente de Gestão de Pessoas, matrícula funcional nº 11719478-5 e IVACI RODRIGUES DE SOUSA, Superintendente de Planejamento, Administração e Finanças, matrícula funcional nº 623020-2. Servidores suplentes MARIA EDUARDA SALGADO DE OLIVEIRA, Assessor Jurídico de Ass. Urba. Fundi. Hab. e Administrativos, matrícula funcional nº 11852100-1, KAILANY RODRIGUES TORRES, Analista II, matrícula funcional nº 11905530-3 e MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RODRIGUES Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 991214-2, para, sob presidência do primeiro, proceder ao julgamento dos recursos da Avaliação de Desempenho dos servidores efetivos lotados na Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Revogar todas as disposições em contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

UBIRATAN CARVALHO FONSECA

Secretário das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS ESCOLAS ISOLADAS E REUNIDAS  
DA DRE DE ARAGUAÍNA

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio as Escolas Isoladas e Reunidas da DRE de Araguaína, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao Processo Administrativo nº 001/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio as Escolas Isoladas e Reunidas da DRE de Araguaína.

NOME	CNPJ	VALOR
R. R. DANTAS VIANA LTDA	43.822.702/0001-63	R\$ 26.400,00
VALOR TOTAL		R\$ 26.400,00

Araguaína/TO, 02 de janeiro de 2026.

ADRIANO DIAS GOMES KARAJÁ  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESPECIAL  
RAIOS DE LUZ - APAE

PORTARIA Nº 001, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Especial Raios de Luz - APAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao Processo Administrativo nº 001/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio à Escola Especial Raios de Luz - APAE.

NOME	CNPJ	VALOR
Estratégia Contábil Ltda	03.908.897/0001-44	R\$ 26.400,00
VALOR TOTAL		R\$ 26.400,00

Araguaína/TO, 04 de fevereiro de 2026.

VALÉRIA DOMINGUES SOARES  
Presidente da Associação de Apoio

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUATINS

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
ATANÁZIO DE MOURA SEIXAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

PROCESSO Nº 90001/2025  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL ATANÁZIO DE MOURA SEIXAS  
CONTRATADA: EMPRESA R F S SILVEIRA.  
CNPJ: 53.271.330/0001-88  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Atanázio de Moura Seixas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 7.209,85 (sete mil duzentos e nove reais e oitenta e cinco centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Susann Manuella Lopes Fernandes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Rudney da Silva Silveira.

SUSANN MANUELLA LOPES FERNANDES  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025**

PROCESSO Nº 90001/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL ATANÁZIO DE MOURA SEIXAS

CONTRATADA: EMPRESA CASA DE CARNE CARDOSO

CNPJ: 21.330.776/0001-40

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Atanázio de Moura Seixas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 5.820,55 (cinco mil oitocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Susann Manuella Lopes Fernandes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Alexandre Ribeiro Cardoso.SUSANN MANUELLA LOPES FERNANDES  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025**

PROCESSO Nº 90001/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL ATANÁZIO DE MOURA SEIXAS

CONTRATADA: EMPRESA PIASSABA &amp; SOL

CNPJ: 52.690.438/001-42

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Atanázio de Moura Seixas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 9.576,00 (nove mil e quinhentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Susann Manuella Lopes Fernandes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Edinam Ferreira de Azevedo Filho.SUSANN MANUELLA LOPES FERNANDES  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025**

PROCESSO Nº 90001/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL ATANÁZIO DE MOURA SEIXAS

CONTRATADA: VAMIX DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 29.324.164/0001-56

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Atanázio de Moura Seixas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 16.629,75 (dezesesseis mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Susann Manuella Lopes Fernandes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Maria Aparecida de Paula SilvaSUSANN MANUELLA LOPES FERNANDES  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025**

PROCESSO Nº 90001/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL ATANÁZIO DE MOURA SEIXAS

CONTRATADA: EMPRESA DISTRIBUIDORA MATHEUS LTDA.

CNPJ: 10.774.009/001-03

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Atanázio de Moura Seixas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 30.237,15 (trinta mil duzentos e trinta e sete reais e quinze centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Susann Manuella Lopes Fernandes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Edilene Fernandes da Silva Santos.SUSANN MANUELLA LOPES FERNANDES  
Presidente da Associação**ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
INÊS VIANA COSTA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9003/2025**

PROCESSO Nº 90003/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Inês Viana Costa

CONTRATADA: VAMIX DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 29.324.164/0001-56

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Inês Viana Costa por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 42.184,78 (quarenta e dois mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 14 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Erinaldo dos Santos  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Maria Aparecida de Paula SilvaERINALDO DOS SANTOS  
Presidente**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025**

PROCESSO Nº 90003/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Inês Viana Costa

CONTRATADA: Comercial Carvalho Guimarães Ltda.

CNPJ: 04.897.627/0001-48

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Inês Viana Costa por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 46.479,62 (quarenta e seis mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 14 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Erinaldo dos Santos  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Bruno Mourisvaldo Carvalho GuimaraesERINALDO DOS SANTOS  
Presidente da Associação



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025**

PROCESSO Nº 90003/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Inês Viana Costa  
CONTRATADA: TRAMIPE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
CNPJ: 11.0688.908/0001-53  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Inês Viana Costa por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 5.907,28 (cinco mil novecentos e sete reais e vinte e oito centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 14 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Erinaldo dos Santos  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Michael Pércles Baltazar

ERINALDO DOS SANTOS

Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025**

PROCESSO Nº 90003/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Inês Viana Costa  
CONTRATADA: L.C. DE CAZEVEDO.  
CNPJ: 37.790.723.0001/-41  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Inês Viana Costa por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 3.149,25 (três mil cento e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos)  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 14 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Erinaldo dos Santos  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Luís Carlos de Carvalho Azevedo

ERINALDO DOS SANTOS

Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025**

PROCESSO Nº 90003/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio Escola Estadual Inês Viana Costa  
CONTRATADA: COMERCIAL BOA SORTE DE PRODUTOS ALIMENTÍCIO LTDA.  
CNPJ: 37.418.591/0001-16  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Inês Viana Costa por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 3.464,50 (três mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 14 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Erinaldo dos Santos  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: João Paulo da Rocha

ERINALDO DOS SANTOS

Presidente da Associação

**PORTARIA Nº 01, DE 13 DE JANEIRO DE 2026.**

A Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto.

Considerando a necessidade de Contratação de Advogado (a) especializado (a) para a prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria jurídica, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexados ao Processo Administrativo nº 01/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025**

PROCESSO Nº 90003/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Inês Viana Costa  
CONTRATADA: EVA BRANDAO GUIMARAES LTDA.  
CNPJ: 51.278.110/0001-31  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Inês Viana Costa por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 1.104,00 (mil cento e quatro reais)  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 14 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Erinaldo dos Santos  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: EVA BRANDAO GUIMARAES

ERINALDO DOS SANTOS

Presidente da Associação

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, parágrafo 3º, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, para Contratação da especialista TAINÁ RIBEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, OAB/TO 1.899, CNPJ: 62.601.131/0001-81, especializada na prestação dos serviços no âmbito da gestão administrativa, financeira e contábil de Associações de Apoio às Escolas/ Conselhos Escolares, qual seja a Associação de Apoio à Escola Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves.

NOME	DOCUMENTO Nº	VALOR
Tainá Ribeiro Sociedade Individual de Advocacia	OAB/TO 1.899; CNPJ 62.601.131/0001-81	R\$ 3.600,00
Valor Total:		R\$ 3.600,00

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE COLINAS DO TOCANTINS

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
PRESIDENTE CASTELO BRANCO

## EXTRATO DO CONTRATO 01/2026

PROCESSO: 01/2026  
CONTRATO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
PRESIDENTE CASTELO BRANCO  
CONTRATADA: MEGA CONTABILIDADE L A MARINHO LTDA  
CNPJ: 14.937.203/0001-13  
OBJETO: Aquisição de prestação de serviços e soluções contábeis para a administração pública.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo sua finalização em 31 de dezembro 2026.  
DATA DE ASSINATURA: 02 de janeiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS: Lucas Manoel Lima Santos - Representante Legal da Contratante  
LARISSA ANDRADE MARINHO - Representante Legal da Contratada

LUCAS MANOEL LIMA SANTOS  
Presidente da AssociaçãoASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
ANTONIO DELFINO GUIMARÃES

## EXTRATO DO CONTRATO 01/2026

PROCESSO: 01/2026  
CONTRATO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
ANTONIO DELFINO GUIMARÃES  
CONTRATADA: RICARDO OLIVEIRA ALVES  
CNPJ: 54.197.729/0001-29  
OBJETO: A Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pequenos reparos, para atender as necessidades das Associações de Apoio às escolas, qual seja Associação de Apoio à Escola Estadual Antonio Delfino Guimarães, do município de Arapoema - TO.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.672,50 (três mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do (a) Programa Gestão Comunitária Compartilhada, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento 19/01/2027, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 20/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Clésio Souto de Oliveira - Representante Legal da Contratante  
Ricardo Oliveira Alves - Representante Legal da Contratada

CLÉSIO SOUTO DE OLIVEIRA  
Presidente da Associação

## EXTRATO DO CONTRATO 02/2026

PROCESSO: 01/2026  
CONTRATO Nº 02/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
ANTONIO DELFINO GUIMARÃES  
CONTRATADA: EDILSON FERNANDES DA SILVA  
CNPJ: 21.937.517/0001-81  
OBJETO: A Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pequenos reparos, para atender as necessidades das Associações de Apoio às escolas, qual seja Associação de Apoio à Escola Estadual Antonio Delfino Guimarães, do município de Arapoema - TO.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 500,00 (quinhentos reais)  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do (a) Programa Gestão Comunitária Compartilhada, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento 19/01/2027, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 20/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Clésio Souto de Oliveira - Representante Legal da Contratante  
Edilson Fernandes da Silva - Representante Legal da Contratada

CLÉSIO SOUTO DE OLIVEIRA  
Presidente da Associação

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE DIANÓPOLIS

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
CORONEL JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO

## PORTARIA Nº 02, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Coronel José Francisco de Azevedo, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de aquisição de materiais de manutenção predial destinados a manutenção preventiva e reparos do Prédio da Escola Estadual Coronel José Francisco de Azevedo conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº: 02-2026, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) no caso de outros serviços e compras.

## RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à aquisição de materiais de manutenção predial destinados a manutenção preventiva e reparos do Prédio da Escola Estadual Coronel José Francisco de Azevedo em questão, por meio da Associação de Apoio a Escola Estadual Coronel José Francisco de Azevedo para contratação da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR
Adriely Ferreira Curcino	10.909.419/0001-14	R\$ 4.180,00
VALOR TOTAL		R\$ 4.180,00

Conceição do Tocantins/TO, 03 de fevereiro de 2026.

MARCELO TELES AZEVEDO  
Presidente da Associação de Apoio

PORTARIA Nº 08, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL CORONEL JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 08, do Estatuto.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 02/2026  
Número do Contrato: 08/2026  
Fiscal do Contrato: Elyeda Fernandes Bandeira, matrícula: 939654-4  
Substituto de Fiscal: Maryanna Azevedo Evangelista, matrícula: 1061437-2  
Objeto do Contrato: Aquisição de materiais de manutenção predial destinados a manutenção preventiva e reparos do Prédio da Escola Estadual Coronel José Francisco de Azevedo  
Contratada: Adriely Ferreira Curcino - CNPJ: 10.909.419/0001-14

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL CORONEL JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL CORONEL JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL CORONEL JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

MARCELO TELES AZEVEDO  
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO 08/2026

PROCESSO: 02/2026  
CONTRATO Nº 08/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL CORONEL JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO  
CONTRATADA: Adriely Ferreira Curcino  
CNPJ: 10.909.419/0001-14  
OBJETO: Aquisição de materiais de manutenção predial destinados a manutenção preventiva e reparos do Prédio da Escola Estadual Coronel José Francisco de Azevedo  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.180,00 (quatro mil e cento e oitenta reais)  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 03/03/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 03/02/2026  
SIGNATÁRIOS: Marcelo Teles Azevedo - Representante Legal da Contratante  
Adriely Ferreira Curcino - Representante Legal da Contratada

MARCELO TELES AZEVEDO  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
ALFREDO NASSER

PORTARIA Nº 07, DE 02 DE JANEIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Alfredo Nasser, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 07/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de Prestação de Serviços de Consultoria Técnica de Contabilidade Pública, para a Associação de Apoio à Escola Estadual Alfredo Nasser.

NOME	CNPJ	VALOR
E COSTA LEAL CONTABILIDADE	02.403.868/0001-68	R\$ 14.040,00
VALOR TOTAL		R\$ 14.040,00

Porto Alegre do Tocantins/TO, 02 de janeiro de 2026.

ARLINDO FERNANDES NETO  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL  
CEL. ABÍLIO WOLNEY

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio da Escola Estadual Cel. Abílio Wolney, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 01/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio da Escola Estadual Cel. Abílio Wolney

NOME	CNPJ	VALOR
E. COSTA LEAL CONTABILIDADE - ME	02.403.868/0001-68	R\$ 8.112,00
VALOR TOTAL		R\$ 8.112,00

Dianópolis/TO, 02 de janeiro de 2026.

CAROLINE LONGHI  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
ANTÔNIO CARLOS DE FRANÇA

PORTARIA Nº 04, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Designa servidores para, sem prejuízo das atribuições em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO CARLOS DE FRANÇA, no uso das atribuições legais e regimentais, situado no Município de Ponte Alta do Bom Jesus - TO.

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19 do Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, preferencialmente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicado pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos licitatórios e procedimentos auxiliares regidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023:

I - VANESSA DE ALBUQUERQUE TAVARES CUNHA - matrícula nº 973.522-4

Art. 2º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio aos Agentes de Contratação:

I - MARISETE RODRIGUES NOGUEIRA - matrícula nº 1037.102-2;  
II - LIANDER DINIZ CHAVES - matrícula nº 803793-2;

Art. 3º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será denominado pregoeiro.

Art. 4º As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a PORTARIA 05, de 10 de fevereiro de 2025.

JOÃO BATISTA RODRIGUES MORAIS  
Presidente da Associação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

PROCESSO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual Antônio Carlos de França  
CONTRATADA: Comercial de Alimentos Alves LTDA  
CNPJ: 46.254.708/0001-70  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Antônio Carlos de França, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 104.818,10 (cento e quatro mil, oitocentos e dezoito reais e dez centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: João Batista Rodrigues Morais  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Elisângela Alves Ferreira

JOÃO BATISTA RODRIGUES MORAIS  
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

PROCESSO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual Antônio Carlos de França  
CONTRATADA: Comercial Boa Vista LTDA  
CNPJ: 48.592.210/0001-42  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Antônio Carlos de França, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 130.141,87 (cento e trinta mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: João Batista Rodrigues Morais  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Lohane Michelle Albuquerque Moura.

JOÃO BATISTA RODRIGUES MORAIS  
Presidente



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUARÁÍ

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
ARLINDA ROSA

EXTRATO DO CONTRATO 01/2026

PROCESSO: 90022/2025  
CONTRATO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL ARLINDA ROSA  
CONTRATADA: E. A. DE ALBUQUERQUE LTDA  
CNPJ: 02.928.169/0001-31  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 57.838,04 (cinquenta e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e quatro centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do programa Escolar Comunitária, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Estadual ou Federal.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 14/01/2027, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 14/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Luciana Cordeliquo de Aristeu - Representante Legal da Contratante  
Eduardo Assis de Albuquerque - Representante Legal da Contratada

LUCIANA CORDELIQUO DE ARISTEU  
Presidente da Associação de Apoio

EXTRATO DO CONTRATO 02/2026

PROCESSO: 90022/2025  
CONTRATO Nº 02/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL ARLINDA ROSA  
CONTRATADA: L.E.L DE SOUZA LTDA.  
CNPJ: 30.300.327/0001-40  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 41.621,91 (quarenta e um mil, seiscentos e vinte e um reais e noventa e um centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do programa Escolar Comunitária, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Estadual ou Federal.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 14/01/2027, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 14/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Luciana Cordeliquo de Aristeu - Representante Legal da Contratante  
Eduardo Assis de Albuquerque - Representante Legal da Contratada

LUCIANA CORDELIQUO DE ARISTEU  
Presidente da Associação de Apoio a Escola Estadual Arlinda Rosa

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL  
ANTÔNIO ALENCAR LEÃO

PORTARIA Nº 01, DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

A Presidente da Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 11/2025

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão

NOME	CNPJ	VALOR
O M C SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA	01.786.045/0001-04	R\$ 7.800,00
VALOR TOTAL		R\$ 7.800,00

Guarái/TO, 05 de janeiro de 2026.

ALDENICE LEANDRO DE SOUSA SANTOS FERREIRA  
Presidente da Associação de Apoio

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GURUPI

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA INDÍGENA IJAWALA

EXTRATO DO CONTRATO 01/2026

PROCESSO: 01/2026  
CONTRATO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA INDÍGENA IJAWALA  
CONTRATADA: L C DA SILVA CONTABILIDADE  
CNPJ: 58.168.555.0001-27  
OBJETO: Prestação de Serviços Contábeis.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 30/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Kelen Juliane Alves Pereira Javaé - Representante Legal da Contratante  
Ludmilla Correia da Silva - Representante Legal da Contratada

KELEN JULIANE ALVES PEREIRA JAVAÉ  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ESCOLAR DAS ESCOLAS INDIGENAS  
BARRA DO RIO VERDE, IJANARI, TEWADURE, WAHURI E SENAWE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

PROCESSO Nº 01/2025  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO ESCOLAR DAS ESCOLAS INDIGENAS BARRA DO RIO VERDE, IJANARI, TEWADURE, WAHURI E SENAWE  
CONTRATADA: M & A COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA  
CNPJ: 45.893.441/0001-06  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos das ESCOLAS INDIGENAS BARRA DO RIO VERDE, IJANARI, TEWADURE, WAHURI E SENAWE, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DAATA: R\$ 28.705,25 (vinte e oito mil, setecentos e cinco reais e vinte e cinco centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 29 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Marcos Leite da Silva  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Marcos Pereira da Silva

MARCOS LEITE DA SILVA  
Presidente da Associação de Apoio

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

PROCESSO Nº 01/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO ESCOLAR DAS ESCOLAS INDIGENAS BARRA DO RIO VERDE, IJANARI, TEWADURE, WAHURI E SENAWE

CONTRATADA: ELIZABETE DE O BRITO PIRES LTDA

CNPJ: 45.152.193/0001-34

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos das ESCOLAS INDIGENAS BARRA DO RIO VERDE, IJANARI, TEWADURE, WAHURI E SENAWE, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 17.190,95 (dezesete mil, cento e noventa reais e noventa e cinco centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 29 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Marcos Leite da Silva

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Elizabete de Oliveira Brito Pires

MARCOS LEITE DA SILVA  
Presidente da Associação de Apoio**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

PROCESSO Nº 01/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO ESCOLAR DAS ESCOLAS INDIGENAS BARRA DO RIO VERDE, IJANARI, TEWADURE, WAHURI E SENAWE

CONTRATADA: M N B LOGISTICA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 29.831.800/0001-36

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos das ESCOLAS INDIGENAS BARRA DO RIO VERDE, IJANARI, TEWADURE, WAHURI E SENAWE, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 29 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Marcos Leite da Silva

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Maria Neuma Bezerra de Alcantara

MARCOS LEITE DA SILVA  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL TARSO DUTRA

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025**

PROCESSO Nº 16/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Tarso Dutra

CONTRATADA: M &amp; A Comercio De Produtos Alimentícios Ltda.

CNPJ: 45.893.441/0001-06

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Tarso Dutra, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 1.182,50 (mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nair Terezinha Caraça Souza

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Marcos Pereira da Silva

NAIR TEREZINHA CARAÇA SOUZA  
Presidente**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025**

PROCESSO Nº 16/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Tarso Dutra

CONTRATADA: Supermercado Macu Ltda

CNPJ: 54.126.427/0001-60

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Tarso Dutra, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 26.831,26 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nair Terezinha Caraça Souza

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Walisson Gomes da Silva

NAIR TEREZINHA CARAÇA SOUZA  
Presidente**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025**

PROCESSO Nº 16/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Tarso Dutra

CONTRATADA: Elizabete de O Brito Pires Ltda.

CNPJ: 45.152.193/0001-34

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Tarso Dutra, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 22.722,14 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e dois reais e quatorze centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nair Terezinha Caraça Souza

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Elizabete de Oliveira Brito Pires

NAIR TEREZINHA CARAÇA SOUZA  
Presidente**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025**

PROCESSO Nº 16/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Tarso Dutra

CONTRATADA: MNB LOGISTICA DE ALIMENTOS EIRELI

CNPJ: 29.831.800/0001-36

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Tarso Dutra, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 8.110,20 (oito mil, cento e dez reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nair Terezinha Caraça Souza

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Maria Neuma Bezerra de Alcantara

NAIR TEREZINHA CARAÇA SOUZA  
Presidente

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO CENTRO DE ENSINO DE MÉDIO  
ARY RIBEIRO VALADÃO FILHO

PORTARIA Nº 01, DE 26 DE JANEIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio ao Centro de Ensino Médio Ary Ribeiro Valadão Filho, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade da aquisição de serviços de jardinagem, dedetização e higienização caixa d'água, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº 01/2026, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à aquisição de serviços de jardinagem, dedetização e higienização caixa d'água em questão, por meio da Associação de Apoio ao Centro de Ensino Médio Ary Ribeiro Valadão Filho para contratação da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR
ANGELUCIA FERREIRA	04.867.268/0001-86	R\$ 10.600,00
VALOR TOTAL		R\$ 10.600,00

Gurupi/TO, 26 de janeiro de 2026.

STEFANIA DA COSTA SOARES BARBOSA  
Presidente da Associação de Apoio

PORTARIA Nº 02, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO CENTRO DE ENSINO DE MÉDIO ARY RIBEIRO VALADÃO FILHO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 02/2026  
Número do Contrato: 02/2026  
Fiscal do Contrato: Cassandra Ribeiro Brito, matrícula: 738004-2  
Substituto de Fiscal: Chayanne Moreira Fonseca, matrícula: 11702800-5  
Contratada: TOMASI COMERCIO DE GLP LTDA - EPP  
CNPJ: 17.403.694/0001-00  
Objeto do Contrato: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) P13kg.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Associação de Apoio ao Centro de Ensino de Médio Ary Ribeiro Valadão Filho sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a Associação de Apoio ao Centro de Ensino de Médio Ary Ribeiro Valadão Filho para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para Associação de Apoio ao Centro de Ensino de Médio Ary Ribeiro Valadão Filho, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

STEFANIA DA COSTA SOARES BARBOSA  
Presidente da Associação

PORTARIA Nº 05, DE 28 DE JANEIRO DE 2026.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO CENTRO DE ENSINO DE MÉDIO ARY RIBEIRO VALADÃO FILHO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 05/2026  
Número do Contrato: 05/2026  
Fiscal do Contrato: Cassandra Ribeiro Brito, matrícula: 738004-2  
Substituto de Fiscal: Chayanne Moreira Fonseca, matrícula: 11702800-5  
Contratada: TAVARES COMERCIO DE FILTROS E BEBEDOUROS LTDA  
CNPJ: 10.616.603/0001-76  
Objeto do Contrato: Aquisição de serviços de Manutenção em Bebedouros.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Associação de Apoio ao Centro de Ensino de Médio Ary Ribeiro Valadão Filho sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a Associação de Apoio ao Centro de Ensino de Médio Ary Ribeiro Valadão Filho para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para Associação de Apoio ao Centro de Ensino de Médio Ary Ribeiro Valadão Filho, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

STEFANIA DA COSTA SOARES BARBOSA  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA INDÍGENA TXUIRI-HINA  
DA ALDEIA TXUIRI-HINA

PORTARIA Nº 01, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Indígena Txuiri-Hina da Aldeia Txuiri-Hina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 01/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio à Escola Indígena Txuiri-Hina.

NOME	CNPJ	VALOR
L C DA SILVA CONTABILIDADE	58.168.555/0001-27	R\$ 10.800,00
VALOR TOTAL		R\$ 10.800,00

Formoso do Araguaia - TO, 29 de janeiro de 2026.

ROSANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA DE CASTRO  
Presidente da Associação de Apoio a Escola

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA INDÍGENA  
TAINÁ DA ALDEIA CANUANA

PORTARIA Nº 01, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Indígena Tainá da Aldeia Canuana, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 01/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio à Escola Indígena Tainá da Aldeia Canuana.

NOME	CNPJ	VALOR
L C DA SILVA CONTABILIDADE	58.168.555/0001-27	R\$ 10.800,00
VALOR TOTAL		R\$ 10.800,00

Formoso do Araguaia - TO, 29 de janeiro de 2026.

ARNALDO CÉSAR H.O.A. TUXÁ JAVAÉ  
Presidente da Associação de Apoio a Escola

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ESCOLAR DA ESCOLA INDÍGENA  
SANawe DA ALDEIA WARI WARI

PORTARIA Nº 01, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio Escolar da Escola Indígena Sanawe da Aldeia Wari Wari no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 01/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio Escolar da Escola Indígena Sanawe.

NOME	CNPJ	VALOR
L C DA SILVA CONTABILIDADE	58.168.555/0001-27	R\$ 10.800,00
VALOR TOTAL		R\$ 10.800,00

Formoso do Araguaia - TO, 29 de janeiro de 2026.

DANIELA DA SILVA COSTA  
Presidente da Associação de Apoio a Escola



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DOS ALUNOS  
DO COLÉGIO ESTADUAL REGINA SIQUEIRA CAMPOS

**AVISO DE LICITAÇÃO - SRP**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025**

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL REGINA SIQUEIRA CAMPOS, localizada no município de São Valério CNPJ/MF sob o nº 01.431.377/0001-68, por meio do pregoeiro (a) LUZICLEIDE DA COSTA NUNES, promoverá Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônico, para Registro de Preços, para aquisição de Gêneros Alimentícios para demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola. Data de abertura: 26/02/2026, às 9h. O Edital poderá ser examinado ou retirado no site: [www.bnc.gov.br](http://www.bnc.gov.br), ou na unidade escolar Colégio Estadual Regina Siqueira Campos. Maiores informações poderão ser obtidas das 08h às 11h. Tel.: (63) 992849439 e através do e-mail: [financeiroreginacampos@gmail.com](mailto:financeiroreginacampos@gmail.com)

São Valério/TO, 19 de dezembro de 2025.

SANDRA CARDOSO DASILVA  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL DE ALVORADA

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio do Colégio Estadual de Alvorada  
CONTRATADA: ELIZABETE DE O BRITO PIRES LTDA  
CNPJ: 45.152.193/0001-34

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual de Alvorada, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 43.302,45 (quarenta e três mil, trezentos e dois reais e quarenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Marcio Neri Passos de Moraes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Elizabete de Oliveira Brito Pires

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio do Colégio Estadual de Alvorada  
CONTRATADA: M N B LOGÍSTICA DE ALIMENTOS EIRELI  
CNPJ: 29.831.800/0001-36

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual de Alvorada, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 30.435,20 (trinta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Marcio Neri Passos de Moraes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Maria Neuma Bezerra de Alcântara

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio do Colégio Estadual de Alvorada  
CONTRATADA: M & A COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA  
CNPJ: 45.893.441/0001-06

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual de Alvorada, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 704,30 (setecentos e quatro reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Marcio Neri Passos de Moraes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Marcos Pereira da Silva

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio do Colégio Estadual de Alvorada  
CONTRATADA: SUPERMERCADO MAÇÚ LTDA  
CNPJ: 54.126.427/0001-60

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual de Alvorada, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 13.719,70 (treze mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Marcio Neri Passos de Moraes  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Walisson Gomes da Silva

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS  
Presidente da Associação

*SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS*

ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL JESUS DE NAZARÉ  
ESCOLA ESTADUAL JOÃO PAULO II

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026**

PROCESSO Nº 11/2025

CONTRATO Nº 01/2026

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL JESUS DE NAZARÉ - ESCOLA ESTADUAL JOÃO PAULO II  
CONTRATADA: WM COMERCIAL LTDA  
CNPJ: 26.814.906/0001-33

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação, destinados aos alunos matriculados na Escola Estadual João Paulo II.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.495,13 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e treze centavos).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 15/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 29/01/2026

SIGNATÁRIOS: Idalina Correia Oliveira - Representante Legal da Contratante

Wanderley Ferreira dos Santos - Representante Legal da Contratada

IDALINA CORREIA OLIVEIRA  
Presidente da Associação

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2026**

PROCESSO Nº 11/2025  
CONTRATO Nº 02/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL JESUS DE NAZARÉ - ESCOLA ESTADUAL JOÃO PAULO II  
CONTRATADA: PAULISTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
CNPJ: 06.285.410/0001-02  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação, destinados aos alunos matriculados na Escola Estadual João Paulo II.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.810,80 (três mil, oitocentos e dez reais e oitenta centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 15/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 29/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Idalina Correia Oliveira - Representante Legal da Contratante  
Paulo Cesar Santana de Oliveira - Representante Legal da Contratada

IDALINA CORREIA OLIVEIRA  
Presidente da Associação

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2026**

PROCESSO Nº 11/2025  
CONTRATO Nº 03/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL JESUS DE NAZARÉ - ESCOLA ESTADUAL JOÃO PAULO II  
CONTRATADA: CERRADO CONECTA LTDA  
CNPJ: 60.375.738/0001-65  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação, destinados aos alunos matriculados na Escola Estadual João Paulo II.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 15/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 29/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Idalina Correia Oliveira - Representante Legal da Contratante  
Daniel Firmino de Medeiros - Representante Legal da Contratada

IDALINA CORREIA OLIVEIRA  
Presidente da Associação

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2026**

PROCESSO Nº 11/2025  
CONTRATO Nº 04/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL JESUS DE NAZARÉ - ESCOLA ESTADUAL JOÃO PAULO II  
CONTRATADA: JM COMERCIAL BRILHANTE LTDA  
CNPJ: 37.101.270/0001-00  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação, destinados aos alunos matriculados na Escola Estadual João Paulo II.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 15/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 29/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Idalina Correia Oliveira - Representante Legal da Contratante  
Jucyanna Mary Braga - Representante Legal da Contratada

IDALINA CORREIA OLIVEIRA  
Presidente da Associação

**EXTRATO DO CONTRATO 05/2026**

PROCESSO Nº 11/2025  
CONTRATO Nº 05/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL JESUS DE NAZARÉ - ESCOLA ESTADUAL JOÃO PAULO II  
CONTRATADA: SUPER MARIN COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA  
CNPJ: 45.778.439/0001-88  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação, destinados aos alunos matriculados na Escola Estadual João Paulo II.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.753,47 (três mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 15/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 29/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Idalina Correia Oliveira - Representante Legal da Contratante  
Wermeson Alves Marinho - Representante Legal da Contratada

IDALINA CORREIA OLIVEIRA  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL GIRASSOL  
DE TEMPO INTEGRAL RACHEL DE QUEIROZ

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2026**  
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PROCESSO Nº 001/2026  
CONTRATO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL RACHEL DE QUEIROZ  
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROFAMILIARES DE PALMAS (ASPROAGRO)  
CNPJ: 34.275.983/0001-90  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação aos alunos matriculados no Colégio Estadual Girassol de Tempo Integral Rachel de Queiroz por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 29.627,50 (vinte e nove mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).  
DO RECURSO: Os recursos financeiros para custear as despesas deste contrato correrão à conta dos recursos do PNAE, repassado pela Seduc à Associação. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos do PNAE, repassado pela Seduc à Associação.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 22/12/2026, conforme a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 26/01/2025  
SIGNATÁRIOS:  
Leizyane Marcelino dos Santos - Representante Legal da Contratante.  
Régila Pereira da Silva Lima - Representante Legal da Contratada.

LEIZYANE MARCELINO DOS SANTOS  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
MARIA DOS REIS ALVES BARROS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2026**

PROCESSO Nº 024/2025  
CONTRATO Nº 003/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL MARIA DOS REIS ALVES BARROS  
CONTRATADA: CASA DE CARNE CENTRAL  
CNPJ: 32.984.017/0001-17

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda ano letivo 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 40.470,00 (quarenta mil quatrocentos e setenta reais).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, Tesouro Estadual e FNDE.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 30/06/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 26/01/2026

SIGNATÁRIOS:

Vanuzia Amorim de Oliveira Aires - Representante Legal da Contratante.

Waner Ribeiro da Silva - Representante Legal da Contratada.

VANUZIA AMORIM DE OLIVEIRA AIRES

Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

Republicado para correção

PROCESSO Nº 024/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio da Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros

CONTRATADA: CASA DE CARNE BOM FILÉ

CNPJ: 12.376.868/0001-70

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 141.155,07 (cento e quarenta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais e sete centavos)

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2026

Presidente - Unidade Gerenciadora: Vanuzia Amorim de Oliveira Aires  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Sérgio de Sousa Sobrinho

VANUZIA AMORIM DE OLIVEIRA AIRES

Presidente

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL  
DE TEMPO INTEGRAL MEIRA MATOS

**PORTARIA Nº 011, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.**

A Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL MEIRA MATOS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo nº 01/2026

Contrato nº 07/2026

Fiscal do Contrato: Adélia Marise Barbosa Parente, matrícula: 409549-4

Substituto de Fiscal: Cássio Pereira de Amorim, matrícula: 11726997-4

Contratada: R.A DA MOTA PAES

Objeto do Contrato: Aquisição de recargas de gás liquefeito de petróleo (GLP) para atender a demanda do ano letivo 2026 da Associação de Apoio à Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Meira Matos.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL MEIRA MATOS sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL MEIRA MATOS para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL MEIRA MATOS, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

GLAUCIA GOMES DOS SANTOS

Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL  
CRIANÇA ESPERANÇA

**PORTARIA Nº 1, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.**

O (a) Presidente da Associação de Apoio do Colégio Estadual Criança Esperança, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de aquisição de recargas gás liquefeito de petróleo P-45kg, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos nos termos do Processo Administrativo nº: 1/2026, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a aquisição de recargas de gás liquefeito de petróleo P- 45kg em questão, por meio da Associação de Apoio do Colégio Estadual Criança Esperança, para contratação da empresa:



EMPRESA	CNPJ	VALOR
IRENILDE BOTELHO DE SOUSA	27.052.153/0001-39	R\$ 16.800,00
VALOR TOTAL		R\$ 16.800,00

Palmas - TO, 30 de janeiro de 2026.

HUGO TALLYTON LOPES SANTOS  
Presidente da Associação de Apoio

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ESCOLAR DO INSTITUTO  
PRESBITERIANO VALE DO TOCANTINS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

PROCESSO Nº 08/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins  
CONTRATADA: Papelaria Imperial LTDA - ME  
CNPJ: 03.531.132/0001-38  
OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DAATA: R\$ 19.793,35 (dezenove mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e cinco centavos).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.  
DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.  
SIGNATÁRIOS:  
Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante  
João Paulo Ferreira Lima - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

PROCESSO Nº 08/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins  
CONTRATADA: DPEL Distribuidora de Papelaria e Limpeza LTDA  
CNPJ: 53.558.020/0001-49  
OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DAATA: R\$ 3.182,81 (três mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.  
DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.  
SIGNATÁRIOS:  
Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante  
Roberto Carlos Oliveira da Silva - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

PROCESSO Nº 08/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins  
CONTRATADA: JM Silva Papelaria LTDA  
CNPJ: 17.158.68/0001-43  
OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 12.686,30 (doze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.  
DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.  
SIGNATÁRIOS:  
Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante  
Ana Maria da Costa Teixeira - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

PROCESSO Nº 08/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins  
CONTRATADA: JBP da Silva Damacena LTDA  
CNPJ: 09.603.075/0001-31  
OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 3.906,63 (nove mil, novecentos e seis reais e sessenta e três centavos).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.  
DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.  
SIGNATÁRIOS:  
Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante  
Juscilene B. P. da Silva Damacena - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

PROCESSO Nº 08/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins  
CONTRATADA: Baratão Supermercado  
CNPJ: 29.524.989/0001-14  
OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 1.851,00 (mil e oitocentos e cinquenta e um reais).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.  
DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.  
SIGNATÁRIOS:  
Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante  
Arnou Araújo Rocha - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**

PROCESSO Nº 08/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins

CONTRATADA: Hall Shop

CNPJ: 38.171.877/0001-18

OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 4.363,06 (quatro mil, trezentos e sessenta e três reais e seis centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.

DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante

Halef Emanuel Melo Santana da Silva - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**

PROCESSO Nº 08/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins

CONTRATADA: Lucas Santos Lisboa

CNPJ: 54.480.609/0001-34

OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 524,40 (quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.

DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante

Lucas Santos Lisboa - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**

PROCESSO Nº 08/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins

CONTRATADA: M. Alcione dos Santos Gonçalves

CNPJ: 10.934.762/0001-19

OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 1.980,00 (mil e novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.

DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante

M. Alcione dos Santos Gonçalves - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**

PROCESSO Nº 08/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins

CONTRATADA: DM Comercial Importadora e Exportadora de artigos de Iluminação EIRELI

CNPJ: 30.866.576/0002-88

OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 857,50 (oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.

DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante

Daniel YEE Min Ma - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**

PROCESSO Nº 08/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio Escolar do Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins

CONTRATADA: Star Mix Comercio de Variedades LTDA

CNPJ: 56.385.366/0001-80

OBJETO: Materiais de Expediente, Ensino e Apoio Pedagógico, Materiais para Esporte e Recreação e Materiais para Processamento de Dados para manutenção da Unidade Escolar Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, do município Paraíso do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 767,00 (setecentos e sessenta e sete reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 tendo finalização em 12 de outubro 2026.

DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

Eonilda Batista Martins - Representante Legal da Contratante

Robson Rodrigues de Oliveira - Representante Legal da Contratada

EONILDA BATISTA MARTINS  
Presidente da Associação**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL  
DE TEMPO INTEGRAL REGINA SIQUEIRA CAMPOS****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

PROCESSO Nº 03/2026

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL REGINA SIQUEIRA CAMPOS.

CONTRATADA: R. L DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA - ME.

CNPJ: 60.853.396/0001-41

OBJETO: Recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP) P45, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em vasilhame P45.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 25.605,00 (vinte e cinco mil e seiscentos e cinco reais).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Marineis Pereira de Campos Costa.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Liliane Rocha Abreu Ferreira.

MARINEIS PEREIRA DE CAMPOS COSTA  
Presidente

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL "LUZ DA VIDA"

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025**

PROCESSO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio a Escola Especial "Luz da Vida"  
CONTRATADA: M&A COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA  
CNPJ: 45.893.441/0001-06

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Especial "Luz da Vida", por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 10.223,50 (Dez mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Aurizete Maria de Carvalho e Sá  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Marcos Pereira da Silva

AURIZETE MARIA DE CARVALHO E SÁ  
Presidente

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025**

PROCESSO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio a Escola Especial "Luz da Vida"  
CONTRATADA: SUPER MARIN COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.  
CNPJ: 45.778.439/0001-88

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Especial "Luz da Vida", por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 2.500,21 (Dois mil, quinhentos reais e vinte e um centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Aurizete Maria de Carvalho e Sá  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Wemerson Alves Marinho

AURIZETE MARIA DE CARVALHO E SÁ  
Presidente

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025**

PROCESSO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio a Escola Especial "Luz da Vida"  
CONTRATADA: Arnou Araujo Rocha  
CNPJ: 29.524.989/0001-14

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Especial "Luz da Vida", por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 3.484,00 (Três mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Aurizete Maria de Carvalho e Sá  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Arnou Araujo Rocha

AURIZETE MARIA DE CARVALHO E SÁ  
Presidente

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025**

PROCESSO Nº 001/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio a Escola Especial "Luz da Vida"  
CONTRATADA: WM COMERCIAL LTDA -ME

CNPJ: 26.814.906/0001-33

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Escola Especial "Luz da Vida", por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 6.120,00 (Seis mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Aurizete Maria de Carvalho e Sá  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Wanderley Ferreira dos Santos

AURIZETE MARIA DE CARVALHO E SÁ  
Presidente

**ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
DARCY RIBEIRO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

PROCESSO Nº 90005/2026

CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual Darcy Ribeiro  
CONTRATADA: V. M Distribuidora LTDA

CNPJ: 27.886.905/0001-67

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Darcy Ribeiro, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 172.430,08 (Cento e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta reais e oito centavos)

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Eder Vinicius Sousa Costa  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Valdileia Borges Oliveira

EDER VINICIUS SOUSA COSTA  
Presidente

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

PROCESSO Nº 90005/2026

CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual Darcy Ribeiro  
CONTRATADA: Jailton Alves de Souza

CNPJ: 26.363.190/0001-03

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Darcy Ribeiro, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 84.734,83 (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Eder Vinicius Sousa Costa  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Jailton Alves de Souza

EDER VINICIUS SOUSA COSTA  
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

PROCESSO Nº 90005/2026  
CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual Darcy Ribeiro  
CONTRATADA: M & a Comercio de Produtos Alimentícios LTD  
CNPJ: 45.893.441/0001-06  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Darcy Ribeiro, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 83.551,85 (oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Eder Vinicius Sousa Costa  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Marcos Pereira da Silva

EDER VINICIUS SOUSA COSTA  
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

PROCESSO Nº 90005/2026  
CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual Darcy Ribeiro  
CONTRATADA: Emanuel Rocha da Silva  
CNPJ: 42.324.726/0001-20  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual Darcy Ribeiro, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 21.961,30 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta centavos)  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Eder Vinicius Sousa Costa  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Emanuel Rocha da Silva

EDER VINICIUS SOUSA COSTA  
Presidente

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL  
JOSÉ ALVES DE ASSIS

PORTARIA Nº 01, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual José Alves de Assis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto.

Considerando a necessidade de Contratação de Advogado especializado para a prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria jurídica, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexados ao processo administrativo nº 01/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, parágrafo 3º, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para Contratação de Advogado especializado para a prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria jurídica.

NOME	CNPJ	VALOR
Samuel Chaves Sociedade Individual de Advocacia	59.432.869/0001-58	R\$ 9.000,00
VALOR TOTAL		R\$ 9.000,00

Caseara/TO, 03 de fevereiro de 2026.

LUANA ROCHA DOS SANTOS  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL  
JOÃO DIAS SOBRINHO

EXTRATO DO CONTRATO 003/2026

PROCESSO: 9003/2025  
CONTRATO Nº 003/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO DIAS SOBRINHO  
CONTRATADA: ARNOU ARAÚJO ROCHA  
CNPJ: 29.524.989/0001-14  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 37.277,92 (trinta e sete mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 26/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Lucides Vieira Morais Valadares - Representante Legal da Contratante  
Arnou Araújo Rocha - Representante Legal da Contratada

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES  
Presidente da Associação de Apoio de Apoio

EXTRATO DO CONTRATO 004/2026

PROCESSO: 9003/2025  
CONTRATO Nº 004/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO DIAS SOBRINHO  
CONTRATADA: SOUZA & SOUZA LTDA  
CNPJ: 64.159.424/0001-86  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 118.945,33 (cento e dezoito mil, novecentos e quarenta cinco reais e trinta e três centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 26/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Lucides Vieira Morais Valadares - Representante Legal da Contratante  
Marcos Lemes de Souza - Representante Legal da Contratada

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES  
Presidente da Associação de Apoio de Apoio

EXTRATO DO CONTRATO 005/2026

PROCESSO: 9003/2025  
CONTRATO Nº 005/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO DIAS SOBRINHO  
CONTRATADA: V.M. DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ: 27.886.905/0001-67  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



VALOR DO CONTRATO: R\$ 43.841,02 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta um reais e dois centavos).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 26/01/2026

SIGNATÁRIOS: Lucides Vieira Morais Valadares - Representante Legal da Contratante

Valdileia Borges Oliveira - Representante Legal da Contratada

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES  
Presidente da Associação de Apoio de Apoio

#### EXTRATO DO CONTRATO 006/2026

PROCESSO: 9003/2026

CONTRATO Nº 006/2026

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO DIAS SOBRINHO

CONTRATADA: SN TELECOM

CNPJ: 61.017.986/0001-05

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet banda larga via cabo/fibra óptica com velocidade mínima de 600MB (Seiscentos megabytes por segundo) distribuída em dois pontos de acesso, incluindo fornecimento de ativos de rede e serviços de instalação, configuração, suporte técnico contínuo e manutenção corretiva pelo período de 12 (doze) meses

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.480,00 (três mil e quatrocentos e oitenta reais).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 26/01/2026

SIGNATÁRIOS: Lucides Vieira Morais Valadares - Representante Legal da Contratante

Rosângela Ferreira da Silva - Representante Legal da Contratada

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES  
Presidente da Associação de Apoio de Apoio

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9003/2025

PROCESSO Nº 9003/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho

CONTRATADA: ARNOU ARAÚJO ROCHA

CNPJ: 29.524.989/0001-14

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DAATA: R\$ 37.277,92 (Trinta e sete mil, duzentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Lucides Vieira Morais Valadares

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Arnou Araújo Rocha

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES  
Presidente da Associação de Apoio

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9003/2025

PROCESSO Nº 9003/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho

CONTRATADA: SOUZA & SOUZA LTDA

CNPJ: 64.159.424/0001-86

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 118.945,33 (cento e dezoito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Lucides Vieira Morais Valadares

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Marcos Lemes de Souza

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES  
Presidente da Associação de Apoio

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9003/2025

PROCESSO Nº 9003/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho

CONTRATADA: V.M. DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 27.886.905/0001-67

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 43.841,02 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta um reais e dois centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Lucides Vieira Morais Valadares

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Valdileia Borges Oliveira

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES  
Presidente da Associação de Apoio

#### ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS OTÁCILIO MARQUES ROSAL

#### PORTARIA Nº 002, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS OTÁCILIO MARQUES ROSAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º, do Estatuto.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 001/2026

Número do Contrato: 001/2026

Fiscal do Contrato: Adriane Angelina Lussani, matrícula: 762687-1

Substituto de Fiscal: Elaine Cristina Pereira da Silva Mendes, matrícula: 11970383-1

Contratada: PLANALTO CONTABILIDADE ESCOLAR LTDA

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contábeis para associações escolares.



Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS OTACILIO MARQUES ROSAL sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS OTACILIO MARQUES ROSAL para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS OTACILIO MARQUES ROSAL, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

MARLYNÉIA CARLOS DORTA  
Presidente da Associação

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2026

PROCESSO: 001/2026  
CONTRATO Nº 001/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS OTACILIO MARQUES ROSAL  
CONTRATADA: PLANALTO CONTABILIDADE ESCOLAR LTDA  
CNPJ: 09.478.989/0001-18  
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação serviços contábeis.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato e aquele fixado no termo de referência, com encerramento em 31/12/2026, previsto no art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021, e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 12/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Marlynéia Carlos Dorta - Representante Legal da Contratante  
Kezya Aires Leite Araujo - Representante Legal da Contratada.

MARLYNÉIA CARLOS DORTA  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
SÃO JOSÉ OPERÁRIO

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

PROCESSO Nº 003/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário.  
CONTRATADA: Dp Ind. e Com. De Alimentos Ltda.  
CNPJ: 56.929.572/0001-04.  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 7.986,00 (sete mil e novecentos e oitenta e seis reais).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 15 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Nilo de Sousa Rodrigues Filho.  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Jeciane Lopes Pereira.

NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO  
Presidente da Associação

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

PROCESSO Nº 003/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário.  
CONTRATADA: W M Comercial Ltda - ME.  
CNPJ: 26.814.906/0001-33.  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 38.661,91 (trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e um reais e noventa e um centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 15 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Nilo de Sousa Rodrigues Filho  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Wanderley Ferreira dos Santos

NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO  
Presidente da Associação

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025.

PROCESSO Nº 003/2025  
CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário.  
CONTRATADA: V.M Distribuidora Ltda.  
CNPJ: 27.886.905/0001-67.  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 66.853,16 (sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos).  
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
DATA DA ASSINATURA: 15 de janeiro de 2026.  
Presidente - Unidade Gerenciadora: Nilo de Sousa Rodrigues Filho  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Valdineia Borges Oliveira

NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025**

PROCESSO Nº 003/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário.

CONTRATADA: Super Marin Comércio de Alimentos Ltda.

CNPJ: 45.778.439/0001-88.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DAATA: R\$ 5.287,44 (cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 15 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nilo de Sousa Rodrigues Filho

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Wemerson Alves Marinho

NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025**

PROCESSO Nº 003/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário.

CONTRATADA: M e A Comércio de Produtos Alimentos Ltda.

CNPJ: 45.893.441/0001-06

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender os alunos da Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 73.511,54 (setenta e três mil, quinhentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 15 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nilo de Sousa Rodrigues Filho

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Marcos Pereira da Silva

NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 004/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário.

CONTRATADA: R I Varejista Distribuidora Ltda.

CNPJ: 43.152.395/0001-39

OBJETO: Aquisição de prestação de serviço continuados de manutenção preventiva e corretiva, objeto dessa contratação são caracterizados como comuns serão destinados a atender as necessidades da Unidade da Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário de Paraíso do Tocantins-TO, no ano de 2026 por meio do Programa Nacional Gestão Compartilhada Estadual.

VALOR TOTAL DAATA: R\$ 185.157,00 (cento e oitenta e cinco mil e cento e cinquenta e sete reais).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 27 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nilo de Sousa Rodrigues Filho.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Isabela Martins Andrade.

NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 004/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário

CONTRATADA: TH AR-CONDICIONADO LTDA.

CNPJ: 42.096.995/0001-86.

OBJETO: Aquisição de prestação de serviço continuados de manutenção preventiva e corretiva, objeto dessa contratação são caracterizados como comuns serão destinados a atender as necessidades da Unidade da Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário de Paraíso do Tocantins -TO no ano de 2026 por meio do Programa Nacional Gestão Compartilhada Estadual.

VALOR TOTAL DAATA: R\$ 19.274,00 (dezenove mil e duzentos e setenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 27/01/2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nilo de Sousa Rodrigues Filho.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Thiago Silva Martins.

NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO  
Presidente da Associação**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 004/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário

CONTRATADA: MORIÁ DETETIZADORA E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 51.616.551/0001-15.

OBJETO: Aquisição de prestação de serviço continuados de manutenção preventiva e corretiva, objeto dessa contratação são caracterizados como comuns serão destinados a atender as necessidades da Unidade da Associação de Apoio ao Colégio Estadual São José Operário de Paraíso do Tocantins -TO, no ano de 2026 por meio do Programa Nacional Gestão Compartilhada Estadual.

VALOR TOTAL DAATA: R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 28 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Nilo de Sousa Rodrigues Filho

Representante Legal do Fornecedor Registrado: Maria Socorro Dantas Santos.

NILO DE SOUSA RODRIGUES FILHO  
Presidente da Associação**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PEDRO AFONSO****PORTARIA Nº 01, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.**

O (a) Presidente da Associação de Apoio às Escolas Estaduais Indígenas, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 001/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**RESOLVE:**

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio às Escolas Estaduais Indígenas.

NOME	CNPJ	VALOR
OMC SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA	01.786.045/0001-04.	R\$ 9.480,00
VALOR TOTAL		R\$ 9.480,00

Pedro Afonso - TO, 27 de janeiro de 2026.

REGINA MARIA ALVES FERREIRA  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO DE TEMPO INTEGRAL  
PROFESSOR ANTÔNIO BELARMINO FILHO

EXTRATO DO CONTRATO 01/2026

PROCESSO: 01/2026  
CONTRATO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO DE TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ANTÔNIO BELARMINO FILHO.  
CONTRATADA: OMC SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA  
CNPJ: 01.786.045/0001-04  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e soluções contábeis para a administração pública, incluindo execução de rotinas, assessoria e consultoria, para atender no que couber as necessidades da Associações de Apoio ao Colégio de Tempo Integral Professor Antônio Belarmino Filho.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Tesouro estadual.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/01/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 14/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Gretchen Edineia Herpich Lenz - Representante Legal da Contratante  
Felix Barbosa Lima - Representante Legal da Contratada

GRETCHEN EDINEIA HERPICH LENZ  
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO 01/2026

PROCESSO: 03/2025  
CONTRATO Nº 01/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO DE TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ANTÔNIO BELARMINO FILHO  
CONTRATADA: E A DE ALBUQUERQUE LTDA  
CNPJ: 02.928.169/0001-31  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio de Tempo Integral Professor Antônio Belarmino Filho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 132.974,85 (cento e trinta e dois mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Tesouro Estadual e FNDE.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 20/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Gretchen Edineia Herpich Lenz - Representante Legal da Contratante  
Eduardo Assis de Albuquerque - Representante Legal da Contratada

GRETCHEN EDINEIA HERPICH LENZ  
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO 02/2026

PROCESSO: 03/2025  
CONTRATO Nº 02/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO DE TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ANTÔNIO BELARMINO FILHO  
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA SOUSA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI  
CNPJ: 34.573.762/0001-07  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio de Tempo Integral Professor Antônio Belarmino Filho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 67.199,45 (sessenta e sete mil, cento e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Tesouro Estadual e FNDE.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 20/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Gretchen Edineia Herpich Lenz - Representante Legal da Contratante  
Ronaldo Gonçalves da Silva - Representante Legal da Contratada

GRETCHEN EDINEIA HERPICH LENZ  
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO 03/2026

PROCESSO: 03/2025  
CONTRATO Nº 03/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO DE TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ANTÔNIO BELARMINO FILHO  
CONTRATADA: L E L DE SOUZA LTDA  
CNPJ: 30.300.327/0001-40  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio de Tempo Integral Professor Antônio Belarmino Filho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 40.033,97 (quarenta mil, trinta e três reais e noventa e sete centavos).  
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Tesouro Estadual e FNDE.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 20/01/2026  
SIGNATÁRIOS: Gretchen Edineia Herpich Lenz - Representante Legal da Contratante  
Lucas Eduardo Lemes de Souza - Representante Legal da Contratada

GRETCHEN EDINEIA HERPICH LENZ  
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO 04/2026

PROCESSO: 03/2025  
CONTRATO Nº 04/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO DE TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ANTÔNIO BELARMINO FILHO  
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA LIDER LTDA-ME  
CNPJ: 13.892.227/0001-30  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio de Tempo Integral Professor Antônio Belarmino Filho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.



VALOR DO CONTRATO: R\$ 138.010,40 (Cento e trinta e oito mil, dez reais e quarenta centavos)

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Tesouro Estadual e FNDE.

VIGENCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 20/01/2026

SIGNATÁRIOS: Gretchen Edineia Herpich Lenz - Representante Legal da Contratante

Valdir Lino de Oliveira - Representante Legal da Contratada

GRETCHEN EDINEIA HERPICH LENZ  
Presidente da Associação

#### EXTRATO DO CONTRATO 05/2026

PROCESSO: 03/2025

CONTRATO Nº 05/2026

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO DE TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ANTÔNIO BELARMINO FILHO

CONTRATADA: P. SILVA ALVES

CNPJ: 09.342.497/0001-09

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio de Tempo Integral Professor Antônio Belarmino Filho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 75.038,37 (setenta e cinco mil, trinta e oito reais e trinta e sete centavos)

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Tesouro Estadual e FNDE.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 20/01/2026

SIGNATÁRIOS: Gretchen Edineia Herpich Lenz - Representante Legal da Contratante

Polianne Silva Alves - Representante Legal da Contratada

GRETCHEN EDINEIA HERPICH LENZ  
Presidente da Associação

#### EXTRATO DO CONTRATO 06/2026

PROCESSO: 03/2025

CONTRATO Nº 06/2026

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO DE TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ANTÔNIO BELARMINO FILHO

CONTRATADA: SABIO & MANEA LTDA

CNPJ: 07.808.758/0001-08

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio de Tempo Integral Professor Antônio Belarmino Filho, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 30.651,23 (Trinta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e três centavos)

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Tesouro Estadual e FNDE.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 31/07/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 20/01/2026

SIGNATÁRIOS: Gretchen Edineia Herpich Lenz - Representante Legal da Contratante

Marcio Antônio Sábio - Representante Legal da Contratada

GRETCHEN EDINEIA HERPICH LENZ  
Presidente da Associação

#### ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL RECURSO I

##### PORTARIA Nº 53, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Recurso I, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de Contratação da empresa especializada para a prestação de serviços de Emissão de CERTIFICADO DIGITAL E-COF A3 SEM TOKEN com duração de 03 ANOS, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexados ao processo administrativo nº 08/2025.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, os termos do Processo Administrativo nº: 08/2025, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) no caso de outros serviços e compras.

##### RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação do serviço de Emissão de CERTIFICADO DIGITAL E-COF A3 SEM TOKEN com duração de 03 ANOS, por meio da Associação de Apoio à Escola Estadual Recurso I, para contratação da empresa:

NOME	CPF	VALOR
META CERTIFICADO DIGITAL LTDA	22.428.026/0001-78	R\$ 180,00
VALOR TOTAL		R\$ 180,00

Recursolândia, 22 de dezembro de 2025.

KALLINE TAVARES SILVA RIBEIRO  
Presidente da Associação de Apoio

##### PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO A Escola Estadual Recurso I, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

##### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 13/2025

Número do Contrato: 01 e 02/2026.

Fiscal do Contrato: MARIA ANTÔNIA CRISTINA LIMA NUNES DA SOUZA, matrícula: 11174269/10

Substituto de Fiscal: LAEZIO ARAUJO DE SOUZA, matrícula: 11926724/2  
Objeto do Contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola Estadual Recurso I, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Contratada: DPEL DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA E LIMPEZA LTDA  
CNPJ: 53.558.020/0001-49

L E L DE SOUZA LTDA

CNPJ: 30.300.327/0001-40

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL RECURSO I sobre tais eventos;



III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL RECURSO I para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL RECURSO I, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

KALLINE TAVARES DA SILVA RIBEIRO  
Presidente

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Recurso I, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 01/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Apoio à Escola Estadual Recurso I.

NOME	CNPJ	VALOR
OMC SEVIÇOS CONTABIS LTDA	01.786.045/0001-04	R\$ 7.800,00
VALOR TOTAL		R\$ 7.800,00

Recursolândia/TO, 02 de janeiro de 2026.

KALLINE TAVARES SILVA RIBEIRO  
Presidente da Associação de Apoio Escola Estadual Recurso I

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL  
ANA AMORIM

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ana Amorim, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto.

Considerando a necessidade de Contratação de Advogado(a) especializado(a) para a prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria jurídica, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexados ao processo administrativo nº 01/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, parágrafo 3º, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para Contratação de Advogado(a) especializado(a) para a prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria jurídica.

NOME	CNPJ	VALOR
JUMA MARQUES CARDOSO - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)	52.630.824/0001-49	R\$ 8.472,00
VALOR TOTAL		R\$ 8.472,00

Pedro Afonso/TO, 02 de fevereiro de 2026.

VITÓRIA RÉJIA ALVES FERREIRA  
Presidente da Associação de Apoio

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ana Amorim, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de serviços de contador, conforme especificações técnicas e quantitativos no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexados ao processo administrativo nº 02/2026.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, externando acerca da inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de contador para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ana Amorim.

NOME	CNPJ	VALOR
OMC SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA	01.786.045/0001-04	R\$ 7.800,00
VALOR TOTAL		R\$ 7.800,00

Pedro Afonso/TO, 02 de fevereiro de 2026.

VITÓRIA RÉJIA ALVES FERREIRA  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL  
SANTUÁRIO DA VIDA**PORTARIA Nº 02, DE 10 DE JANEIRO DE 2026.**

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL SANTUÁRIO DA VIDA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 01/2025

Número do Contrato: 01/2026

Fiscal do Contrato: Selma Nunes de Oliveira, matrícula: 11559985-5

Substituto de Fiscal: Ronnisce Cirqueira da Cruz, matrícula: 1072846-11

Contratada: OMC SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA, CNPJ: 01.786.045/0001-04.

Objeto do Contrato: Contratação de Serviços Contábeis, visando atender a Associação de Apoio a Escola Especial Santuário da Vida.

**Art. 2º São atribuições do Fiscal:**

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL SANTUÁRIO DA VIDA sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL SANTUÁRIO DA VIDA para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL SANTUÁRIO DA VIDA, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

CARMEN LUCIA PIRES OLIVEIRA  
Presidente da Associação

**PORTARIA Nº 04, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.**

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL SANTUÁRIO DA VIDA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 04/2025

Número do Contrato: 02/2026

Fiscal do Contrato: Selma Nunes de Oliveira, matrícula: 11559985-5

Substituto de Fiscal: Ronnisce Cirqueira da Cruz, matrícula: 1072846-11

Contratada: CLEUTIANO BEZERRA DO VALE CNPJ: 08.934.084/0001-42

Objeto do Contrato: Aquisição de recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP) - botijão de 13 kg para cozinha, visando atender a Associação de Apoio à Escola Especial Santuário da Vida, do município de Pedro Afonso/TO.

**Art. 2º São atribuições do Fiscal:**

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL SANTUÁRIO DA VIDA sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL SANTUÁRIO DA VIDA para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESPECIAL SANTUÁRIO DA VIDA, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

CARMEN LUCIA PIRES OLIVEIRA  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS ESCOLAS ESTADUAIS ISOLADAS

PORTARIA Nº 02, DE 03 DE JANEIRO DE 2026.

A Presidente da Associação de Apoio às Escolas Estaduais Isoladas, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação do serviço de Materiais Gráficos, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, os termos do Processo Administrativo nº: 02/2026, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação do serviço de Materiais Gráficos, por meio da Associação de Apoio às Escolas Estaduais Isoladas, para contratação da empresa:

NOME	CNPJ	VALOR
GRÁFICA PITTONI	07.107.166/0001-50	R\$ 7.450,00
VALOR TOTAL		R\$ 7.450,00

Pedro Afonso/TO, 03 de janeiro de 2026.

LUCYLEIA AIRES DOS SANTOS  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL MARIA DA GLÓRIA

PORTARIA Nº 01, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Maria da Glória, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de Prestação de Serviços de Acesso à Internet, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº 01/2026, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação de Prestação de Serviços de Acesso à Internet, por meio da Associação de Apoio à Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Maria da Glória, para contratação da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR
GENESIS INTERNET	06.129.343/0001-37	R\$ 2.400,00
VALOR TOTAL		R\$ 2.400,00

Tupirama - TO, 03 de fevereiro de 2026.

JOSÉ MARTINS DE FRANÇA  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO ESCOLAR COMUNITÁRIA DO COLÉGIO ESTADUAL OTONIEL CAVALCANTE DE JESUS

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

PROCESSO: 05/2025  
CONTRATO Nº 10/2025  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO ESCOLAR COMUNITÁRIA DO COLÉGIO ESTADUAL OTONIEL CAVALCANTE DE JESUS  
CONTRATADA: A. A. DE LIRA  
CNPJ: 33.781.953/0001-93  
OBJETO: A contratante resolve, em conformidade com o artigo 138, incisos II da Lei Federal nº 14.133/2021, rescindir de forma amigável o contrato nº 010/2025.  
DA RESCISÃO: Fica rescindido a partir de 03 de fevereiro de 2026.  
ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS: Cleide Alves Oliveira - Representante Legal da Contratante  
Alfredo Alves de Lira - Representante Legal da Contratada

CLEIDE ALVES OLIVEIRA  
Presidente

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ

PORTARIA Nº 003, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 04/2025  
Número do Contrato: 07/2026.  
Fiscal do Contrato: Juciledy Francisca de Oliveira, matrícula: 11662506-4  
Substituto de Fiscal: Taluana Alves da Silva, matrícula: 11743212-3  
Objeto do Contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual de Itacajá, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.  
Contratada: Supermercado Líder LTDA-ME - CNPJ: 13.892.227/0001-30

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

KLENES PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO  
Presidente da Associação de Apoio

#### PORTARIA Nº 004, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

##### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 04/2025

Número do Contrato: 08/2026.

Fiscal do Contrato: Juciledy Francisca de Oliveira, matrícula: 11662506-4  
Substituto de Fiscal: Taluana Alves da Silva, matrícula: 11743212-3

Objeto do Contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual de Itacajá, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Contratada: Distribuidora Matheus LTDA - CNPJ: 10.774.009/0001-03

##### Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

KLENES PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO  
Presidente da Associação de Apoio

#### PORTARIA Nº 005, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

##### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 04/2025

Número do Contrato: 09/2026.

Fiscal do Contrato: Juciledy Francisca de Oliveira, matrícula: 11662506-4  
Substituto de Fiscal: Taluana Alves da Silva, matrícula: 11743212-3

Objeto do Contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual de Itacajá, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Contratada: E A Albuquerque LTDA - CNPJ: 02.928.169/0001-31

##### Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

KLENES PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO  
Presidente da Associação de Apoio

#### PORTARIA Nº 006, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

##### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:



Processo: 04/2025

Número do Contrato: 010/2026.

Fiscal do Contrato: Juciledy Francisca de Oliveira, matrícula: 11662506-4  
Substituto de Fiscal: Taluana Alves da Silva, matrícula: 11743212-3

Objeto do Contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual de Itacajá, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Contratada: L E L de Souza LTDA - CNPJ: 30.300.327/0001-40

**Art. 2º São atribuições do Fiscal:**

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

KLENES PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO  
Presidente da Associação de Apoio

**PORTARIA Nº 007, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.**

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 04/2025

Número do Contrato: 011/2026.

Fiscal do Contrato: Juciledy Francisca de Oliveira, matrícula: 11662506-4  
Substituto de Fiscal: Taluana Alves da Silva, matrícula: 11743212-3

Objeto do Contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual de Itacajá, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Contratada: Gildean Gomes de Oliveira - CNPJ: 50.192.873/0001-11

**Art. 2º São atribuições do Fiscal:**

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

KLENES PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO  
Presidente da Associação de Apoio

**PORTARIA Nº 008, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.**

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 04/2025

Número do Contrato: 012/2026.

Fiscal do Contrato: Juciledy Francisca de Oliveira, matrícula: 11662506-4  
Substituto de Fiscal: Taluana Alves da Silva, matrícula: 11743212-3

Objeto do Contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual de Itacajá, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Contratada: Geovane N. De Souza- ME - CNPJ: 30.586.202/0001-28

**Art. 2º São atribuições do Fiscal:**

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

KLENES PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO  
Presidente da Associação de Apoio

#### PORTARIA Nº 009, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10, do Estatuto.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo: 04/2025

Número do Contrato: 013/2026.

Fiscal do Contrato: Juciledy Francisca de Oliveira, matrícula: 11662506-4  
Substituto de Fiscal: Taluana Alves da Silva, matrícula: 11743212-3

Objeto do Contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual de Itacajá, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Contratada: Jefferson dos Anjos Ferreira - CNPJ: 31.327.959/0001-60

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL DE ITACAJÁ, para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

KLENES PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO  
Presidente da Associação de Apoio

#### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO NACIONAL

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL  
JOÃO PIRES QUERIDO

#### AVISO DE LICITAÇÃO - SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90000/2026 UASG 929216

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL JOÃO PIRES QUERIDO, localizada no município de Silvanópolis - TO, CNPJ/MF sob o nº 01.284.632/0001-97 por meio do pregoeiro (a) Jheysiane da Silva Putêncio Garcia, promoverá Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para Registro de Preços, para aquisição de Gêneros Alimentícios para demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola. Data de abertura: 19/02/2026, às 08h30min. O Edital poderá ser examinado ou retirado no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), ou na Escola Estadual João Pires Querido, maiores informações poderão ser obtidas das 8h às 17h. Tel.: (63) 3542-1460 e através do e-mail: [jaoquerido@ue.seduc.to.gov.br](mailto:jaoquerido@ue.seduc.to.gov.br).

Silvanópolis/TO, 26 de janeiro de 2026.

DJALMA GOMES ALVES DOS SANTOS  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA NOSSA SENHORA  
DA NATIVIDADE - COLÉGIO AGROPECUÁRIO

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025

PROCESSO Nº 2025/27009/339313

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE - COLÉGIO AGROPECUÁRIO

CONTRATADA: C O NASCIMENTO LTDA

CNPJ: 20.700.295/0001-16

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda no ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola Nossa Senhora da Natividade - Colégio Agropecuário.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 73.340,35 (setenta e três mil, trezentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Hellen Rayssa Nunes Rodrigues  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Claudiomar Oliveira Nascimento

HÉLLEN RAYSSA NUNES RODRIGUES  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 2025/27009/339313

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE - COLÉGIO AGROPECUÁRIO  
CONTRATADA: MORENO & RODRIGUES LTDA (SUPER JK)  
CNPJ: 38.143.011/0001-01

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda no ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola Nossa Senhora da Natividade - Colégio Agropecuário.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 124.898,98 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Hellen Rayssa Nunes Rodrigues  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Fabiola Moreno S. R. Camelo

HÉLLEN RAYSSA NUNES RODRIGUES  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 2025/27009/339313

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE - COLÉGIO AGROPECUÁRIO  
CONTRATADA: M&A COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA  
CNPJ: 45.893.441/0001-06

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda no ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola Nossa Senhora da Natividade - Colégio Agropecuário.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 48.896,04 (quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Hellen Rayssa Nunes Rodrigues  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Marcos Pereira da Silva

HÉLLEN RAYSSA NUNES RODRIGUES  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 2025/27009/339313

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE - COLÉGIO AGROPECUÁRIO  
CONTRATADA: V DOS S SOUZA LTDA - ME (DISTRIBUIDORA SOUZA)  
CNPJ: 58.360.862/0001-05

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda no ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola Nossa Senhora da Natividade - Colégio Agropecuário.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 119.391,06 (cento e dezenove mil, trezentos e noventa e um reais e seis centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Hellen Rayssa Nunes Rodrigues  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Vilma dos Santos Souza

HÉLLEN RAYSSA NUNES RODRIGUES  
Presidente da Associação

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025**

PROCESSO Nº 2025/27009/339313

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE - COLÉGIO AGROPECUÁRIO  
CONTRATADA: GENESIO DE SOUSA BRAGA NETO (SERVE BEM SUPERMERCADO)

CNPJ: 22.312.988/0001-67

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda no ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola Nossa Senhora da Natividade - Colégio Agropecuário.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 164.306,20 (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e seis reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

Presidente - Unidade Gerenciadora: Hellen Rayssa Nunes Rodrigues  
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Genésio de Sousa Braga Neto

HÉLLEN RAYSSA NUNES RODRIGUES  
Presidente da Associação

**ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL  
TENENTE SALVADOR RIBIEIRO****AVISO DE LICITAÇÃO - SRP  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90000/2026  
UASG 928663**

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL TENENTE SALVADOR RIBIEIRO, localizada no município de Santa Rosa do Tocantins/TO, CNPJ/MF sob o nº 01.066.424/0001-11 por meio do pregoeiro (a) Deuzelina de França Dias, promoverá Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para Registro de Preços, para aquisição de Gêneros Alimentícios para demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola. Data de abertura: 13/02/2026, às 08h30min. O Edital poderá ser examinado ou retirado no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), ou na Escola Estadual Tenente Salvador Ribeiro, maiores informações poderão ser obtidas das 8h às 17h, pelo telefone (63) 3388-1145 e através do e-mail: [tenenteribeiro@ue.seduc.to.gov.br](mailto:tenenteribeiro@ue.seduc.to.gov.br).

Santa Rosa do Tocantins/TO, 21 de janeiro de 2026.

LUCIANA MOREIRA DOS SANTOS  
Presidente da Associação

**ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL  
JOÃO DA SILVA GUIMARÃES****AVISO DE LICITAÇÃO - SRP  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90000/2026  
UASG 928702**

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL JOÃO DA SILVA GUIMARÃES, localizada no município de Silvanópolis - TO, CNPJ/MF sob o nº 01.557.779/0001-03 por meio do pregoeiro (a) MARIA JOSE RODRIGUES PINTO, promoverá Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para Registro de Preços, para aquisição de Gêneros Alimentícios para demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola. Data de abertura: 12/03/2026, às 08h30min. O Edital poderá ser examinado ou retirado no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), ou na Escola Estadual João da Silva Guimarães, maiores informações poderão ser obtidas das 8h às 17h, pelo telefone (63) 3542-1161 e através do e-mail: [guimaraes@ue.seduc.to.gov.br](mailto:guimaraes@ue.seduc.to.gov.br).

Silvanópolis/TO, 22 de janeiro de 2026.

IVONETE ALMEIDA MORENO  
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
PADRE GAMA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2025**

PROCESSO Nº 007/2025

CONTRATO Nº 07/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
PADRE GAMA

CONTRATADA: J G C DE CARVALHO JUNIOR EIRELI

CNPJ:02.412.145/0001-25

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene da unidade escolar  
Colégio Estadual Padre Gama, do município de Monte do Carmo/TO.VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.715,09 (quinze mil setecentos e quinze  
reais e nove centavos)DO RECURSO: As despesas decorrentes do presente contrato estão  
programadas do tesouro estadual, conta da gestão compartilhada.VIGENCIA: O prazo de vigência desse termo de contrato será de 1(um)  
ano com início na data 19/12/2025 e encerramento em 19/12/2026,  
previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 18 de dezembro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

EDILSON RODRIGUES DA SILVA - Representante Legal da Contratante.

GENILDO JUNIOR DE CARVALHO - Representante Legal da Contratada.

EDILSON RODRIGUES DA SILVA  
Presidente da AssociaçãoASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
ODOLFO SOARES**PORTARIA Nº 01, DE 07 DE JANEIRO DE 2026.**O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO  
ESTADUAL ODOLFO SOARES, no uso de suas atribuições legais;**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas  
atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem  
como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e  
afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo nº 01/2026

Contrato nº 001/2026

Fiscal do Contrato: GLAUCIANE JOSÉ SOARES, matrícula: 11795026-3

Substituto de Fiscal: TAYLLANE AIRES LIRA, matrícula: 11551607-7

Contratada: INFOTEL FIBRTA LTDA

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em prestação  
de serviços de acesso à internet com velocidade 1GB (um gigabyte)**Art. 2º São atribuições do Fiscal:**

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das  
cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as  
irregularidades encontradas, as providências que determinam os  
incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar  
por escrito a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL  
ODOLFO SOARES sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades  
encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a  
ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL ODOLFO SOARES  
para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma  
conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação  
de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta)  
dias do final da vigência, logo após encaminhar para ASSOCIAÇÃO DE  
APOIO AO COLÉGIO ESTADUAL ODOLFO SOARES, para as devidas  
providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem  
necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle  
Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados  
e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos  
créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de  
relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste  
contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato,  
principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou  
substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em  
que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução  
ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

AUDIER SOARES MENDES  
Presidente da AssociaçãoASSOCIAÇÃO DE APOIO COLÉGIO ESTADUAL  
"DR. QUINTILIANO DA SILVA"**EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026**

PROCESSO Nº 01/2026

CONTRATO Nº 01/2026

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO COLÉGIO ESTADUAL  
"DR. QUINTILIANO DA SILVA"

CONTRATADA: C O NASCIMENTO LTDA

CNPJ:20.700.295/0001-16

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de  
alimentação para a demanda no ano letivo de 2026, destinados aos alunos  
matriculados no Colégio Estadual Dr. Quintiliano da Silva, no município  
de Natividade/TO.VALOR DO CONTRATO: R\$ 30.007,02 (trinta mil sete reais e dois  
centavos).DO RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação  
correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação  
Escolar/PNAE.VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele  
fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do  
contrato e encerramento em 01/02/2027, previsto no artigo 105, da Lei  
nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

SIGNATÁRIOS:

JULYANE ARAUJO MEDEIROS DA SILVA - Representante Legal da  
Contratante.CLAUDIOMAR OLIVEIRA NASCIMENTO - Representante Legal da  
Contratada.JULYANE ARAUJO MEDEIROS DASILVA  
Presidente da Associação de Apoio



EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2026

PROCESSO Nº 001/2026  
CONTRATO Nº 02/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO COLÉGIO ESTADUAL “DR. QUINTILIANO DA SILVA”  
CONTRATADA: M & A COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA  
CNPJ: 45.893.441/0001-06  
OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda no ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual Dr. Quintiliano da Silva, no município de Natividade/TO.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.537,36 (nove mil quinhentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos).  
DO RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 01/02/2027, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS:  
JULYANE ARAUJO MEDEIROS DA SILVA - Representante Legal da Contratante.  
MARCOS PEREIRA DA SILVA - Representante Legal da Contratada.

JULYANE ARAUJO MEDEIROS DA SILVA  
Presidente da Associação de Apoio

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2026

PROCESSO Nº 001/2026  
CONTRATO Nº 03/2026  
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO COLÉGIO ESTADUAL “DR. QUINTILIANO DA SILVA”  
CONTRATADA: MORENO & RODRIGUES LTDA (SUPER JK)  
CNPJ: 38.143.011/0001-01  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação para a demanda no ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados no Colégio Estadual Dr. Quintiliano da Silva, no município de Natividade/TO.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 68.195,18 (sessenta e oito mil cento e noventa e cinco reais e dezoito centavos).  
DO RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 01/02/2027, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.  
DATA DE ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS:  
JULYANE ARAUJO MEDEIROS DASILVA - Representante Legal da Contratante.  
FABIOLA MORENO SUARTE RODRIGUES CAMELO - Representante Legal da Contratada.

JULYANE ARAUJO MEDEIROS DA SILVA  
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL BOA NOVA

PORTARIA Nº 042, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025.

A Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Boa Nova, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de Aquisição de Material Pedagógico e de Expediente, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº: 007/2025 com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a aquisição de material pedagógico e de expediente em questão, por meio da Associação de Apoio a Escola Estadual Boa Nova para a contratação da empresa:

NOME	CNPJ	VALOR
JP COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E FERRAMENTAS LTDA - ME	47.333.666/0001-25	R\$ 36.586,40
VALOR TOTAL		R\$ 36.586,40

Santa Rita do Tocantins - TO, 30 de dezembro de 2025.

ROSIELE PEREIRA DA COSTA BARROS  
Presidente da Associação de Apoio

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIA SEFAZ Nº 70/2026/GABSEC, DE 23/01/2026.

Altera o Anexo I da Portaria Sefaz Nº 314, de 03 de março de 2009.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado, e nos termos do Processo Nº 2025/6040/505057.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar o item 138 ao Anexo I da Portaria SEFAZ Nº 314, de 03 de março de 2009, com a seguinte redação:

ORDEM	INSC. EST.	RAZÃO SOCIAL	MARCA	MUNICÍPIO
138	29.544.120-8	PRIMAVERA FRANCE COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA	CITROËN	ARAGUAÍNA/TO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DONIZETH A. SILVA  
Secretário de Estado da Fazenda

ATO SEFAZ Nº 01 - DSG.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual, e considerando o art. 54 do Decreto Federal nº 12.433, de 14 de abril de 2025, resolve

DESIGNAR

Para compor o Conselho de Participação do Fundo de Equalização Federativa e do Fundo Garantidor Federativo - CPFEF, como representantes do Estado do Tocantins, os seguintes servidores:

Titular: Donizeth Aparecido Silva  
Suplente: Ana Cristina Ribeiro M. Veras

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em Palmas/TO, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026

DONIZETH A. SILVA  
Secretário de Estado da Fazenda

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE METAS

**RESOLUÇÃO Nº 04, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Dispõe sobre a fixação da meta global de arrecadação do ICMS para a Secretaria da Fazenda, referente ao mês de fevereiro de 2026.

A COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE METAS, instituída nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei nº 1.209, de 21 de fevereiro de 2001 e composta na conformidade do parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.209/2001, e o art. 8º do Decreto nº 5.164/2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a meta global de arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para o mês de fevereiro de 2026 em R\$ 435.088.319,34.

Parágrafo único. A meta de arrecadação foi calculada conforme parágrafo único, art. 3º da Lei nº 1.209/2001, combinado com o art. 8º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

DONIZETH A. SILVA  
Secretário de Estado da Fazenda

PAULO HENRIQUE SOUZA VARGAS  
Secretário Executivo de Gestão Tributária

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA  
Superintendente de Administração Tributária

PAULO AFONSO TEIXEIRA  
Chefe da Assessoria Técnica Fazendária

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA

**EDITAL DE PARECER REFAZ Nº 01/2026**

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de São Miguel do Tocantins, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288/2001, com redação dada pela Lei nº 2832/2014, em face do PARECER REFAZ HSL Nº 60/2025 que recomenda A REFORMA da SENTENÇA REVISIONAL DECLARATÓRIA, conforme o(s) valor(es) original(is) descrito(s) abaixo, NOTIFICA o sujeito passivo abaixo identificado do referido PARECER REFAZ.

SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	CAMPO	VALOR ORIGINÁRIO
PACIFIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	29.459.309-8	2017/001962	4.11	888,64
			5.11	8.882,72

São Miguel do Tocantins - TO, 10/02/2026.

Ellem Raquel Barros Lima  
Supervisora da Agência

**EDITAL DE PARECER REFAZ Nº 02/2026**

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de São Miguel do Tocantins, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288/2001, com redação dada pela Lei nº 2832/2014, em face do PARECER REFAZ HSL Nº 61/2025 que recomenda A REFORMA da SENTENÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, conforme o(s) valor(es) original(is) descrito(s) abaixo, NOTIFICA o sujeito passivo abaixo identificado do referido PARECER REFAZ.

SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	CAMPO	VALOR ORIGINÁRIO
PACIFIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	29.459.309-8	2017/001962	4.11	16.954,02

São Miguel do Tocantins - TO, 10/02/2026.

Ellem Raquel Barros Lima  
Supervisora da Agência

**EDITAL DE SENTENÇA Nº 01/2026**

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de São Miguel do Tocantins, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288/2001, com redação dada pela Lei nº 2832/2014, em face da SENTENÇA REVISIONAL DECLARATÓRIA que julgou TOTALMENTE EXTINTO o(s) crédito(s) tributário(s) abaixo descritos(s), NOTIFICA o sujeito passivo da sentença do referido processo.

SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	CAMPO	VALOR ORIGINÁRIO
PACIFIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	29.459.309-8	2017/001962	4.11	888,64
			5.11	8.882,72

São Miguel do Tocantins - TO, 10/02/2026.

Ellem Raquel Barros Lima  
Supervisora da Agência

**EDITAL DE SENTENÇA Nº 02/2026**

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de São Miguel do Tocantins, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288/2001, com redação dada pela Lei nº 2832/2014, em face da SENTENÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA que julgou TOTALMENTE NULO o(s) crédito(s) tributário(s) abaixo descritos(s), NOTIFICA o sujeito passivo da sentença do referido processo.

SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	CAMPO	VALOR ORIGINÁRIO
PACIFIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	29.459.309-8	2017/001963	4.11	16.954,02

São Miguel do Tocantins - TO, 10/02/2026.

Ellem Raquel Barros Lima  
Supervisora da Agência

**EDITAL DE INTIMAÇÃO 021/2025**  
Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de Gurupi, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo identificado(s) a promover, no prazo de trinta dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) abaixo(s) indicado(s), constituído(s) por intermédio do(s) auto(s) de infração respectivo(s), mais os acréscimos legais, ou apresentar impugnação nesta Agência de Atendimento, situada à Rua Pres. Getúlio Vargas, nº 1194, Gurupi-TO, sob pena de revelia.

SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	PROCESSOS	AUTO DE INFRAÇÃO	Campo	Valor Originário R\$
RICO BARROS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.	29.430.463-0	2022/6860/500590	2022/000445	4.11	664.031,99
		2022/6860/500591	2022/000446	4.11	95.270,00
				5.11	583.200,00
		2022/6860/500592	2022/000447	4.11	114.295,70
		2022/6860/500593	2022/000448	4.11	1.237.897,44
		2022/6860/500594	2022/000449	4.11	2.181.832,11
				4.11	8.893.780,19
		2022/6860/500598	2022/000453	4.11	8.004.402,17
				5.11	1.386.682,53
		2022/6860/500623	2022/000470	4.11	354.240,00
		2022/6860/500652	2022/000485	5.11	583.200,00
				6.11	41.560,60
		2022/6860/501870	2022/001508	4.11	17.446.220,44
		2022/6860/501872	2022/001510	4.11	1.216.843,78
		2022/6860/501873	2022/001511	4.11	1.182.509,56
		2022/6860/501874	2022/001512	4.11	21.613.728,30
		2022/6860/501875	2022/001513	4.11	421.200,00
		2022/6860/501876	2022/001514	4.11	20.088.827,09
		2022/6860/501877	2022/001515	4.11	3.070.428,78
				4.11	8.638.819,70
		2022/6860/501878	2022/001516	5.11	7.774.937,73

Gurupi - TO, 11 de fevereiro de 2026.

LETÍCIA ALVES DE BRITO  
Supervisora da Agência de Atendimento de Gurupi

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÕES

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS 001/SEPEA/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90096/2025  
PROCESSO Nº 2025/85010/00055

A Superintendente da SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO da SECRETARIA DA FAZENDA, com base no Decreto nº 6.606/2023 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90096/2025, da SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA - SEPEA, do tipo MENOR PREÇO, realizada por intermédio do site: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresa: GRÁFICA E EDITORA ALIANÇA LTDA - EPP  
CNPJ: 02.472.396/0002-86

ITEM	CÓDIGO SIGA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	00051263	UN	200	Agenda personalizada - Capa: Dura, papel couchê, 170 g/m², cor 4/0; Quantidade de folhas: 400, off set, 75 g/m²; Medida: 15 x 21 cm (L x A); Encadernação: wire-o;	PRÓPRIA	R\$ 44,98	R\$ 8.996,00
05	00053607	UN	2.000	Bloco de anotações personalizado - Papel: off-set, sem pauta; Medida: 10 x 15 cm (L x A); Gramatura: 75 g/m²; Quantidade de folhas: 25; Encadernação: espiral; Informações adicionais: capa em papel couchê 250 g/m²;	PRÓPRIA	R\$ 2,82	R\$ 5.640,00
12	00050458	UN	1.000	Calendário de mesa personalizado - Medida: 21 x 15 cm (L x A); Papel: off set; Gramatura: 210 g/m²; Páginas: 24;	PRÓPRIA	R\$ 6,76	R\$ 6.760,00
18	00025730	UN	5000	Cartilha- Finalidade: conscientização/ informativo; Modelo: personalizado; Miolo: 40 páginas; Medida: 15 x 21 cm fechada (L XA); Cor: 4/4; Material: papel couchê, fosco; Gramatura: 150g/m²; Capa: papel couchê fosco, 150 g/m, acabamento canoa 2 grampos.	PRÓPRIA	R\$ 2,81	R\$ 14.050,00
22	00042480	UN	3.000	Crachá - Categoria: personalizado; Material: papel couchê; Medida: 100 x 150 mm (L x A); Gramatura: 300 g/m²; Cor: 4/0; com cordão	PRÓPRIA	R\$ 1,46	R\$ 4.380,00
28	00051223	UN	3.000	Panfleto/Folheto/Flyer - Medida: 15 x 21 cm (L x A); Cor: 4/4; Material: papel couchê; Gramatura: 150 g/m²; Acabamento: brilho; Impressão: offset	PRÓPRIA	R\$ 0,36	R\$ 1.080,00
29	00051194	UN	2.000	Pasta canguru - Categoria: com bolso; Modelo: personalizado; Medida: 31 x 46 cm (L x A); Cor: 4/0; Material: papel couchê brilho; Gramatura: 300 g/m²; Bolso: em papel triplex, 250 g/m², tamanho: 22 x 9 cm (L x A)	PRÓPRIA	R\$ 2,49	R\$ 4.980,00
VALOR TOTAL							R\$ 45.886,00

Empresa: AMPLA COMERCIAL LTDA - EPP  
CNPJ: 05.891.838/0001-36

ITEM	CÓDIGO SIGA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	00030622	UN	15	Banner - Finalidade: para eventos; Material: lona fosca; Medida: 200 x 100 cm (L x A); Impressão: digital; Gramatura: 280 g/m²; Cor: 4/0; Requisito: com bastão e ponteira na parte superior e inferior;	IMPRIMAIS	R\$ 181,50	R\$ 2.722,50
03	00022226	UN	15	Banner - Finalidade: para eventos; Material: lona fosca; Medida: 90 x 140 cm (L x A); Impressão: digital; Gramatura: 440g/m²; Cor: 4/0; Requisito: com bastão e ponteira na parte superior e inferior;	IMPRIMAIS	R\$ 114,35	R\$ 1.715,25
11	00045120	UN	01	Caixa de som ativa - com potência de 700 W rms, resposta de frequência 47 Hz a 23 kHz Conexão XLR e RCA. Tensão elétrica: 220 V. Requisito: woofer de 12" e bluetooth.	BRITÂNIA	R\$ 1.980,05	R\$ 1.980,05
16	00042294	UN	150	Camiseta polo - Tecido: piquet; Manga: curta; Cor: a definir; Tamanho: a definir; Informações adicionais: com logotipo/logomarca em silk screen;	AMPLA	R\$ 55,12	R\$ 8.268,00
30	00044220	UN	02	Pedestal para microfone, categoria: girafa, base articulada, cor: preta, material: aço. Altura mínima: 150 cm.	LOVELY POINT	R\$ 189,89	R\$ 379,78
VALOR TOTAL							R\$ 15.065,58

Empresa: A M MACEDO DA SILVA - ME  
CNPJ: 49.950.971/0001-91

ITEM	CÓDIGO SIGA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
15	00042319	UN	50	CAMISETA COM PROTEÇÃO SOLAR - TECIDO: POLIAMIDA E ELASTANO; GOLA: REDONDA; MANGA: LONGA; COR: A DEFINIR; Tamanho: A DEFINIR; Requisito: FATOR 50, MÍNIMO; INFORMAÇÕES ADICIONAIS: COM LOGOTIPO/ LOGOMARCA EM SILK SCREEN E TECNOLOGIA DRY FIT;	PRÓPRIA	R\$ 42,90	R\$ 2.145,00
VALOR TOTAL							R\$ 2.145,00

Empresa: 59.918.208 RENATA BATISTA DA SILVA - ME  
CNPJ: 59.918.208/0001-37

ITEM	CÓDIGO SIGA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	00026625	UN	1.000	Bonê - Categoria: personalizado; Tecido: brim 100% algodão; Frente: americana; Cor: Azul; Fechamento: com fivela ajustável na parte traseira; Requisito: forro duplo e bordado frontal e nas duas laterais de logotipo/logomarca institucional;	PRÓPRIA	R\$ 28,50	R\$ 28.500,00
VALOR TOTAL							R\$ 28.500,00

Empresa: 50.478.977 ESTHER GEDALIA SUEZ CALDERON - ME  
CNPJ: 50.478.977/0001-97

ITEM	CÓDIGO SIGA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	00026626	UN	2.000	Bolsa/sacola - Modelo: ecobag; Categoria: personalizada; Material: tecido algodão cru; Medida: 25 x 35 cm (L x A); Cor: bege; Alça: 2, sendo de 50 cm, cada;	PRÓPRIA	R\$ 8,25	R\$ 16.500,00
VALOR TOTAL							R\$ 16.500,00

Empresa: 59.872.525 ROBSONVALDO CORREIA DE ARAUJO - ME  
CNPJ: 59.872.525/0001-60

ITEM	CÓDIGO SIGA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
32	00024893	UN	02	Tripé fotográfico - Categoria: universal; Material da estrutura: alumínio; Altura: 1,70 m; Capacidade de carga: 4 kg; Requisito: com cabeça 360°; Informações adicionais: compacto, com bolsa para transporte;	BODEN	R\$ 479,67	R\$ 959,34
VALOR TOTAL							R\$ 959,34

Empresa: 60.424.398 ROBERTSON DANIEL RAUTER DA SILVA FILHO - ME  
CNPJ: 60.424.398/0001-15

ITEM	CÓDIGO SIGA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	00053368	UN	100	Bloco de nota - Modelo: personalizado; Medida: 15 x 21 cm (L x A); Papel: off-set, cor: 1/0; Gramatura: 75 g/m²; Quantidade de folhas: 100; Capa: em papel couchê 250 g/m², cor 4/0; Encadernação: Espiral.	SUZANO	R\$ 7,00	R\$ 700,00
VALOR TOTAL							R\$ 700,00

Empresa: LUIZ TADEO DAMASCHI - EPP  
CNPJ: 01.424.128/0001-45

ITEM	CÓDIGO SIGA	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
20	00022752	UN	100	Chapéu - Modelo: australiano; Material: juta resinada; Tamanho: diversos (PM G); Requisito: com fita em recouro; Informações adicionais: com logotipo/logomarca em silk screen;	CHAPEBRAZ	R\$ 58,00	R\$ 5.800,00
VALOR TOTAL							R\$ 5.800,00

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 115.555,92

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Prazo de vigência da ata de registro de preços

a) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação, e poderá ser prorrogado por igual período, renovando-se os quantitativos registrados, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada nos moldes da Instrução Normativa nº 008/2023/GASEC/SEFAZ.

1.2 Da revisão

a) Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal no 14.133/2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

1.3. Do local e prazo de entrega - Entregar na ARSO 42, conj. Hm-06, Alameda 32, lote 03, segundo andar, Secretaria da Pesca e Aquicultura, em horário do expediente (das 8 às 14h), em até 30 (trinta) dias após a emissão do empenho.

a) Os materiais deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações da proposta, de acordo com o prazo de entrega estipulado neste edital, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

1.4. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.

c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Pagamentos:

O pagamento será realizado no prazo estipulado no Termo de Referência, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do CONTRATO.

O contratado deverá emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em estrita observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações, para fins de liquidação de despesa.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, as empresas abaixo descritas, através de seus representantes credenciados no certame, juntamente com os demais responsáveis e os consignatários abaixo elencados:

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA  
Superintendente de Compras e Central de Licitações

RODRIGO DE CARVALHO AYRES  
Secretário de Estado da Pesca e Aquicultura - SEPEA

Empresas:

GRÁFICA E EDITORA ALIANÇA LTDA - EPP

AMPLA COMERCIAL LTDA - EPP

A M MACEDO DA SILVA - ME

59.918.208 RENATA BATISTA DA SILVA - ME

50.478.977 ESTHER GEDALIA SUEZ CALDERON - ME

60.424.398 ROBERTSON DANIEL RAUTER DA SILVA FILHO - ME

LUIZ TADEO DAMASCHI - EPP

59.872.525 ROBSONVALDO CORREIA DE ARAUJO - ME

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/RURALTINS/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90082/2024  
PROCESSO Nº 2024/34490/00046

A Superintende da SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO da SECRETARIA DA FAZENDA, com base no Decreto nº 6.606/2023 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90082/2024, do Instituto de Desenvolvimento Rural, do tipo MENOR PREÇO, realizada por intermédio do site: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), para a empresa abaixo relacionada e classificada no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresas: RIGO & RIGO COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA EM INFORMÁTICA LTDA - ME

CNPJ: 11.063.454/0001-28

ITEM	QTD	UND	COD. SIGA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	124	UND	36246	MICROCOMPUTADOR AVANÇADO	POSITIVO	R\$ 5.584,32	R\$ 692.455,68
VALOR TOTAL							R\$ 692.455,68

Empresas: FL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

CNPJ: 26.930.358/0001-07

ITEM	QTD	UND	COD. SIGA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	07	UND	36246	MICROCOMPUTADOR AVANÇADO	DELL	R\$ 6.389,00	R\$ 44.723,00
06	25	UND	41671	NOTEBOOK BÁSICO	DELL	R\$ 6.429,00	R\$ 160.725,00
VALOR TOTAL							R\$ 205.448,00

Empresas: 4U DIGITAL COMÉRCIO E SERVICOS LTDA - EPP

CNPJ: 21.982.891/0001-07

ITEM	QTD	UND	COD. SIGA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	16	UND	43715	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	PANTUM	R\$ 2.124,00	R\$ 33.984,00
VALOR TOTAL							R\$ 33.984,00

Empresas: MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 01.590.728/0009-30

ITEM	QTD	UND	COD. SIGA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	12	UND	31938	NOTEBOOK INTERMEDIÁRIO	Lenovo	R\$ 8.293,53	R\$ 99.522,36
VALOR TOTAL							R\$ 99.522,36

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 1.031.410,04

Observação: Para fins de adesão deverão ser observadas as especificações contidas no edital.



1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Prazo de vigência da ata de registro de preços

- a) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.
- b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada nos moldes da Instrução Normativa nº 008/2023/GASEC/SEFAZ.

1.2 Da revisão

- a) Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

1.3. Do local e prazo de entrega

- a) Os materiais deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações da proposta, de acordo com o prazo de entrega estipulado neste edital, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

1.4. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.
- b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.
- c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- d) Os serviços ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.
- c) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
- d) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.
- e) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Pagamentos:

O pagamento será realizado no prazo estipulado no Termo de Referência, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos serviços acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do CONTRATO.

O contratado deverá emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em estrita observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações, para fins de liquidação de despesa.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, as empresas abaixo descritas, através de seus representantes credenciados no certame, juntamente com a Superintendente e os consignatários abaixo elencados:

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA  
Superintendente

EDMILSON RODRIGUES DE SOUSA  
Presidente do Ruraltins

Empresas:

RIGO & RIGO COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA  
EM INFORMÁTICA LTDA - ME

FL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

4U DIGITAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP

MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA

**CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**  
**PROCESSO Nº 2024/23000/004658**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A Presidente da Comissão de Contratação da Superintendência de Compras e Central de Licitação da Secretaria da Fazenda, no uso de suas atribuições, decide tornar público o julgamento do pedido de Credenciamento, conforme documentos acostados aos autos, que tem por finalidade credenciar Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas para Prestação de Serviços Médicos, Hospitalares, Diagnósticos, Especialidades e Demais Serviços, Procedimentos e Insumos Constantes na Tabela Própria do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Tocantins, conforme segue:

CREDENCIADOS DEFERIDOS:

CNPJ/CPF	CREDENCIADO	CIDADE	CATEGORIA
07.169.771/0001-56	HOSPITAL ORTOPEDICO DO TOCANTINS LTDA	Palmas - TO	Hospital/Hospital Dia/Day Clinic
33.527.135/0001-69	LABORATÓRIO PROLAB DIAGNÓSTICO LTDA ME	Alvorada - TO	Laboratório
05.809.969/0001-21	LABORATÓRIO SÃO JOSÉ LTDA ME	Miranorte - TO	Laboratório

DOS RECURSOS: Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso, conforme item 08 do edital.

Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2026.

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA  
Presidente da Comissão de Contratação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025														RS 1,00
ROF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	LIQUIDADAS													
DESPESA COM PESSOAL	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	860.519.997,13	806.172.427,10	815.366.931,00	814.908.177,72	950.540.721,71	878.261.542,66	921.966.456,29	905.178.485,55	890.497.373,51	891.791.418,20	876.171.406,47	1.284.656.916,65	10.896.031.856,98	
Pessoal Ativo	602.884.729,76	598.990.062,59	633.419.353,57	600.449.253,55	716.668.472,28	703.348.288,86	691.648.841,75	649.009.509,73	671.204.563,57	675.869.974,43	662.401.266,68	944.002.225,28	8.149.896.542,45	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	498.807.868,28	495.476.009,96	518.055.774,34	500.822.774,70	589.437.956,88	595.107.249,49	558.648.895,40	534.953.807,94	550.269.275,50	581.202.062,40	556.200.404,09	740.918.712,36	6.715.702.791,31	
Obrigações Patronais	103.076.861,48	103.510.052,83	115.383.979,23	89.626.479,25	127.230.515,40	107.841.038,40	134.799.946,35	114.065.701,75	120.935.389,07	94.667.812,03	106.200.862,59	203.083.512,92	1.430.193.751,14	
Pessoal Inativos e Pensionistas	257.632.962,78	207.161.309,98	161.940.877,15	214.290.955,00	235.864.698,98	174.632.445,78	230.187.217,78	256.110.702,41	218.936.237,77	215.559.394,96	213.369.501,98	285.445.337,61	2.689.121.640,16	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	237.906.225,39	189.488.201,44	165.179.129,82	212.136.727,93	161.000.134,10	206.180.489,58	235.039.002,42	200.233.849,47	197.371.576,51	195.213.398,97	195.213.398,97	258.850.346,54	2.454.674.446,51	
Pensões	19.726.737,39	17.673.105,52	16.761.747,33	18.005.566,16	21.727.969,05	13.632.311,68	24.006.748,80	21.071.701,99	18.702.388,30	18.187.815,48	16.156.105,15	26.794.990,97	234.447.193,65	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	2.304,58	21.054,55	6.770,38	177.968,77	7.552,45	280.888,02	130.396,76	68.278,41	356.572,17	362.048,81	400.837,81	55.209.353,76	57.013.674,38	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	274.270.561,36	213.148.423,69	198.626.967,79	212.266.447,78	234.621.829,54	189.488.731,67	255.295.392,19	257.300.799,43	157.031.280,13	202.831.132,00	232.714.012,88	327.396.988,83	2.754.682.567,16	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	25.842.789,05	12.940.789,07	35.148.622,97	39.592.768,70	39.592.768,70	32.955.595,93	36.538.322,77	28.355.115,82	30.205.189,99	28.637.155,41	25.968.447,85	27.148.427,08	359.836.045,40	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.677.238,10	4.866.516,10	2.191.768,26	9.768.254,53	39.311.765,21	72.556.327,71	
Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	33.827.351,30	27.319.545,40	19.568.846,19	32.617.149,88	25.209.552,11	37.028.591,20	21.817.141,78	23.011.793,91	23.460.230,65	27.747.603,15	32.535.947,97	34.380.091,93	338.523.845,37	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	214.600.421,01	189.951.578,03	141.010.711,59	140.062.838,40	159.431.681,40	110.275.945,27	191.565.409,76	201.428.518,98	96.031.558,83	140.998.670,71	162.646.632,47	221.100.221,58	1.949.004.287,94	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §1º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Plantão (ADOT, art. 38, § 2º)	0,00	2.936.511,09	2.900.587,20	2.987.718,47	2.969.069,22	2.986.369,40	2.853.731,29	2.828.131,62	2.728.784,56	3.055.934,47	2.894.730,33	5.638.493,03	34.760.060,68	
Outras Despesas Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	586.249.435,77	593.024.003,51	616.739.963,21	602.651.729,94	715.918.892,17	688.772.810,99	666.671.064,10	647.877.689,12	733.466.093,38	689.260.286,20	643.457.393,62	957.259.927,82	8.141.349.289,83	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		15.668.042.973,26	-
(1) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A § 1º da CF) (VI)		1.246.960,98	-
(2) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)		43.303.772,83	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		16.923.452.306,73	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VIII) = (III + II)		8.168.193.497,64	48,43
LIMITE MÁXIMO (IX) (índices I, II e III, art. 20 da LRF)		9.314.071.386,44	60,00
LIMITE PROVISIONAL (X) = (IX x 0,95 x I) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		8.848.367.811,42	57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) = (IX x 0,50) (inciso I do §1º do art. 59 da LRF)		4.657.064.243,38	30,00

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, são consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: Não foram consideradas para efeito de pessoal as contribuições patronais referente ao plano de saúde - PLANSÁUDE nos montantes de R\$ 208.218.289,35 (Executivo), R\$ 6.385.922,50 (AL), R\$ 554.411,91 (TCE), R\$ 2.771.983,90 (TJ) e R\$ 1.449.072,09 (MP), por não estar abrangido pelo art. 18 LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

Nota 3: Conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 14ª Edição, foi incluída a linha "Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente" para que sejam destacados no demonstrativo as despesas com pessoal que não foram devidamente empenhadas e liquidadas.

Nota 4: O montante de despesas bruta de pessoal Inativos e Pensionistas no valor de R\$ 2.885.123.387,87 foram deduzidas o valor R\$ 1.940.006.033,65 em razão de apenas esses recursos terem cobertura financeira através da arrecadação patronal e dos servidores vinculados ao RPPS. Conforme Anexo 4 do RREO - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias e das Receitas e Despesas Associadas as Pensões e Inativos Militares e Instrução do MDF 14ª edição, página 458 e alterando alterações efetuadas no Decreto-Lei nº 113.954, de 16 de dezembro de 2019.

Nota 5: Foram incluídos no cálculo para efeito do limite de despesas com pessoal os valores executados por constritos, conforme Anexo I. Resulta-se que o Contradito Interstatal para Desenvolvimento da Amazônia Legal não apresentou prestação de contas referente ao corrente ano, mas foi computado para cálculos do Limite deste demonstrativo o montante de R\$ 206.000,00 repassado através do contrato de rateio.

Nota 6: Na linha dedução de despesas de exercícios anteriores foram deduzidas as despesas - anos 2019 a 2024 abonos de permanência, reenquadramentos e ATS.

Nota 7: AL: Foram incluídas Despesa com Pessoal Inativos e Pensionistas no valor de R\$ 39.854.812,74 e Despesas não computadas referente a Despesas Liquidadas com Recursos Vinculados no valor de R\$ 39.854.812,74, conforme relatórios SAFE-TO - ID013641 e ID13651, distribuídas conforme abaixo:

- 1 R\$ 35.830.875,99 PESSOAL INATIVOS E PENSIONISTAS - incluídas na linha - APOSENTADORIAS, RESERVA E REFORMAS;

- 1 R\$ 4.023.933,65 PESSOAL INATIVOS E PENSIONISTAS - incluídas na linha - PENSÕES;

- 1 R\$ 39.854.812,74 DESPESAS NÃO COMPUTADAS - incluídas na linha - INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS; Plano Financeiro.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025													
R\$ 1.00													
Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (f)	Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em Restos a Pagar não Processados) (g) = (a + b + c + d + e) - f	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (h)	Empenhos não Liquidados Cancelados (inscrição por Insuficiência Financeira) (i)	Disponibilidade de Caixa Líquida (após a inscrição em Restos a Pagar não Processados) (j) = (g-h)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)								
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)										
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>633.291.434,38</b>	<b>51.747.837,12</b>	<b>252.510.826,85</b>	<b>155.498.628,56</b>	<b>126.255.499,08</b>	<b>0,00</b>	<b>47.278.542,97</b>	<b>343.406.381,14</b>	<b>0,00</b>	<b>-296.127.838,17</b>			
Recursos não Vinculados de Impostos	500	586.122.502,77	51.538.956,10	243.177.363,50	154.531.934,61	117.196.069,33	0,00	19.618.179,23	321.163.772,83	0,00	-301.565.593,60		
Outros Recursos não Vinculados	0,00	47.169.931,61	208.981,02	9.333.463,15	906.693,95	9.059.429,75	0,00	27.680.363,74	22.222.608,31	0,00	5.437.755,43		
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>2.095.116.939,96</b>	<b>24.999.915,92</b>	<b>57.370.477,14</b>	<b>69.028.291,42</b>	<b>115.412.414,32</b>	<b>0,00</b>	<b>1.828.704.840,78</b>	<b>450.541.747,40</b>	<b>0,00</b>	<b>1.378.163.093,38</b>			
<b>Recursos Vinculados à Educação</b>	<b>000</b>	<b>316.809.121,74</b>	<b>17.488.511,33</b>	<b>22.625.724,92</b>	<b>16.325.874,46</b>	<b>937.384,28</b>	<b>0,00</b>	<b>259.431.626,75</b>	<b>66.832.847,84</b>	<b>0,00</b>	<b>190.798.778,91</b>		
Transferências do FUNDEB	000	91.948.855,71	13.397.032,13	13.166.442,31	13.913.296,74	0,00	0,00	51.472.084,53	23.573.918,33	0,00	27.888.166,20		
Outros Recursos Vinculados à Educação	000	224.860.266,03	4.091.479,20	9.459.282,61	2.412.577,72	937.384,28	0,00	207.959.542,22	45.058.929,51	0,00	162.900.612,71		
<b>Recursos Vinculados à Saúde</b>	<b>000</b>	<b>250.051.623,24</b>	<b>47.721,64</b>	<b>166.705,83</b>	<b>10.237.620,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>239.114.525,75</b>	<b>84.336.169,52</b>	<b>0,00</b>	<b>154.778.356,23</b>		
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	000	204.532.068,42	47.721,64	72.900,80	9.991.708,90	0,00	0,00	193.994.687,08	75.804.290,23	0,00	118.190.396,85		
Outros Recursos Vinculados à Saúde	000	45.519.554,82	0,00	93.805,03	305.911,12	0,00	0,00	45.119.838,67	8.531.879,29	0,00	36.587.959,38		
Recursos Vinculados à Assistência Social	000	17.203.396,91	0,00	31.165,03	10.713,59	0,00	0,00	17.161.518,29	1.489.542,63	0,00	15.671.975,66		
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	803	39.543,30	689,50	2.518,00	0,00	21.559.689,41	0,00	-21.523.353,61	0,00	0,00	-21.523.353,61		
<b>Demais Vinculações Decorrentes de Transferências</b>	<b>000</b>	<b>481.012.841,98</b>	<b>2.671.351,13</b>	<b>2.804.993,90</b>	<b>36.850.964,64</b>	<b>23.476,81</b>	<b>0,00</b>	<b>438.662.055,50</b>	<b>70.119.454,89</b>	<b>0,00</b>	<b>368.542.600,61</b>		
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	000	203.331.171,72	1.708.470,65	2.523.563,99	36.035.247,07	0,00	0,00	163.063.890,01	37.967.717,88	0,00	125.096.172,13		
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	000	277.681.670,26	962.880,48	281.429,91	815.717,57	23.476,81	0,00	275.598.165,49	32.151.737,01	0,00	243.446.428,48		
<b>Demais Vinculações Legais</b>	<b>000</b>	<b>959.973.487,11</b>	<b>3.960.855,56</b>	<b>31.739.369,46</b>	<b>5.544.119,11</b>	<b>25.242.605,56</b>	<b>0,00</b>	<b>893.486.537,42</b>	<b>225.963.579,67</b>	<b>0,00</b>	<b>667.522.957,75</b>		
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação, Saúde e Assistência)	754	280.275.120,63	1.568.408,35	14.666.197,60	3.204,99	11.881.525,28	0,00	252.155.784,43	99.402.668,62	0,00	152.753.115,81		
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	000	17.540.873,63	575.383,97	996.326,33	35.151,12	13.316,99	0,00	15.950.785,22	1.256.317,94	0,00	14.694.467,28		
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde e Assistência)	759	197.480.334,33	726.956,65	8.198.978,07	3.214.329,33	2.489.484,20	0,00	182.850.586,08	38.140.751,00	0,00	144.709.834,93		
Outras Vinculações Legais	000	464.677.158,52	1.090.106,59	7.907.957,46	2.291.433,67	10.580.276,11	0,00	442.529.381,69	87.163.842,01	0,00	355.365.539,68		
Recursos Extraordinários	000	67.876.843,03	0,00	0,00	0,00	67.649.258,26	0,00	227.584,77	0,00	0,00	227.584,77		
Outras Vinculações	000	2.150.082,67	5.736,76	0,00	0,00	0,00	0,00	2.144.345,91	152,85	0,00	2.144.193,06		
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)</b>	<b>78.499.506,83</b>	<b>0,00</b>	<b>4.573.440,72</b>	<b>489.414,95</b>	<b>31.922.292,22</b>	<b>0,00</b>	<b>41.514.358,94</b>	<b>3.059.229,34</b>	<b>0,00</b>	<b>38.455.129,60</b>			
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	800	11.952.186,14	0,00	3.421.812,47	0,00	0,00	0,00	8.530.373,67	0,00	0,00	8.530.373,67		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	801	55.659.838,37	0,00	937.101,85	0,00	31.921.412,70	0,00	22.801.323,82	1.747,71	0,00	22.799.576,11		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	802	10.887.482,32	0,00	214.526,40	489.414,95	879,52	0,00	10.182.661,15	3.057.481,63	0,00	7.125.179,92		
<b>TOTAL (IV) = (I + II + III)</b>	<b>2.806.907.881,19</b>	<b>76.347.853,04</b>	<b>314.454.744,51</b>	<b>225.017.335,33</b>	<b>273.590.205,62</b>	<b>0,00</b>	<b>1.917.497.742,69</b>	<b>797.007.483,68</b>	<b>0,00</b>	<b>1.120.490.384,81</b>			

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO CONSOLIDADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente líquida		15.568.042.573,26	
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo dos Limites e Endividamento		15.566.756.073,26	
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo da Despesa com Pessoal		15.523.452.300,73	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		8.155.193.407,64	52,53
Limite Máximo (inciso II, art. 19 da LRF)		9.314.071.380,44	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		8.848.367.811,42	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		8.382.664.242,39	54,00
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE DE CAIXA	
		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		797.007.357,88	1.120.490.384,81

FONTE: SIAFE-TO - SEFAZ-TO em 04/02/2026

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

MURILO FRANCISCO CENTENO  
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

DONIZETH A. SILVA  
Secretário de Estado da Fazenda

MARIA HELANY DA SILVA  
Superintendente de Contabilidade Geral  
Contadora CRC-TO 002113/05

WENDER TEODORO DA SILVA  
Diretor de Responsabilidade Fiscal  
Contador CRC-TO 1925 O-5

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO  
Republicado para correção

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R\$ 1,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS		ACIMA DA LINHA	
		PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025
			RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	16.186.164.800,67	16.139.955.566,91	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.014.534.720,82	5.875.088.120,19	
ICMS	4.227.729.146,38	3.848.911.812,01	
IPVA	213.787.734,00	243.020.383,33	
ITCD	74.266.052,00	84.436.145,99	
IRRF	1.080.686.920,00	1.299.591.296,22	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	418.064.868,44	399.128.482,64	
Contribuições	1.011.533.954,00	995.953.841,33	
Receita Patrimonial	751.540.038,83	500.770.763,24	
Aplicações Financeiras (II)	593.752.623,52	341.411.219,26	
Outras Receitas Patrimoniais	157.787.415,31	159.359.543,98	
Transferências Correntes	8.087.774.124,21	8.589.014.593,04	
Cota-Parte do FPE	5.614.361.898,93	6.228.320.294,68	
Transferências da LC 61/1989	9.676.465,00	12.641.975,36	
Transferências do FUNDEB	1.485.326.201,00	1.485.700.110,38	
Outras Transferências Correntes	978.409.559,28	862.352.212,62	
Demais Receitas Correntes	320.781.962,81	179.128.249,11	
Outras Receitas Financeiras (III)	593.130,00	656.842,11	
Receitas Correntes Restantes	320.188.832,81	178.471.407,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	15.591.819.047,15	15.797.887.505,54	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	1.727.012.050,51	1.646.541.812,11	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	243.871.791,49	266.791.280,83	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.637.138.463,70	674.995.601,68	
Operações de Crédito (VIII)	2.173.646.263,00	494.623.601,16	
Amortização de Empréstimos (IX)	11.329.967,70	10.792.902,01	
Alienação de Bens	44.657.116,00	42.409.365,87	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	600.000,08	
Outras Alienações de Bens	44.657.116,00	41.809.365,79	
Transferências de Capital	407.505.117,00	127.169.732,64	
Convênios	266.466.548,28	89.795.184,42	
Outras Transferências de Capital	141.038.568,72	37.374.548,22	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	452.162.233,00	168.979.098,43	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	60.000,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	17.771.053.330,66	17.613.408.416,08	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	16.043.981.280,15	15.966.866.603,97	
Continua (1/4)			

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					Continuação	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS Pagas (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	16.151.229.632,29	15.606.361.865,60	15.104.263.318,33	14.836.733.829,12	305.204.819,62	317.156.892,70	311.342.070,07	
Pessoal e Encargos Sociais	9.487.901.430,37	9.422.998.219,41	9.408.567.731,26	9.277.448.612,53	237.035.331,44	767.793,06	767.793,06	
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	392.249.882,41	392.249.637,45	392.249.637,45	390.993.357,05	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	6.271.078.319,51	5.791.114.008,74	5.303.445.949,62	5.168.291.859,54	68.169.488,18	316.389.099,64	310.574.277,01	
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	6.271.078.319,51	5.791.114.008,74	5.303.445.949,62	5.168.291.859,54	68.169.488,18	316.389.099,64	310.574.277,01	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	15.758.979.749,88	15.214.112.228,15	14.712.013.680,88	14.445.740.472,07	305.204.819,62	317.156.892,70	311.342.070,07	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	1.851.247.689,55	1.661.541.296,87	1.658.541.467,53	1.653.968.026,81	2.422.765,52	1.011.524,99	1.011.524,99	
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	3.858.256.481,50	1.467.659.977,63	1.175.810.396,36	1.133.458.581,78	68.852.482,22	268.747.746,99	265.146.919,03	
Investimentos	1.735.548.213,48	1.003.060.921,17	711.211.339,90	671.962.244,06	68.852.482,22	268.669.250,24	265.068.422,28	
Inversões Financeiras	52.532.700,00	51.183.368,90	51.183.368,90	51.183.368,90	0,00	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	12.307.988,00	10.958.656,90	10.958.656,90	10.958.656,90	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	40.224.712,00	40.224.712,00	40.224.712,00	40.224.712,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XXVII)	2.070.175.568,02	413.415.687,56	413.415.687,56	410.312.968,82	0,00	78.496,75	78.496,75	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	1.775.772.925,48	1.043.285.633,17	751.436.051,90	712.186.956,06	68.852.482,22	268.669.250,24	265.068.422,28	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	325.342,00	323.374,29	263.974,29	263.974,29	0,00	212,00	212,00	
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>DESPAESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)</b>	<b>19.386.325.706,91</b>	<b>17.919.262.532,48</b>	<b>17.122.255.174,60</b>	<b>16.812.159.429,23</b>	<b>376.480.067,36</b>	<b>586.837.879,93</b>	<b>577.422.229,34</b>	
<b>DESPAESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)</b>	<b>17.534.752.675,36</b>	<b>16.257.397.861,32</b>	<b>15.463.449.732,78</b>	<b>15.157.927.428,13</b>	<b>374.057.301,84</b>	<b>585.826.142,94</b>	<b>576.410.492,35</b>	
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]								-152.653.309,85
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]								-141.528.618,35
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO								
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência								-24.493.535,00
JUROS NOMINAIS								
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)								435.734.419,13
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)								436.820.728,59
<b>RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)</b>								<b>-142.614.927,81</b>

ABAIXO DA LINHA			Continua (2/4)
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		Continuação
	Em 31/Dez/2024 (a)	Até o Bimestre 2025 (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	4.022.615.519,84		4.793.073.825,50
DEDUÇÕES (XL)	2.424.216.910,44		2.272.141.912,54
Disponibilidade de Caixa	2.120.092.300,02		2.176.928.451,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.735.949.854,87		2.670.915.888,43
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	447.289.715,36		381.870.157,69
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	168.567.839,49		112.117.279,03
Demais Haveres Financeiros	304.124.610,42		95.213.460,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	1.598.398.609,40		2.520.931.912,96
<b>RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)</b>			<b>-922.533.303,56</b>
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL			
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			120.378.304,00
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2025	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)			-65.419.557,67
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)			600.000,08
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)			147.856.201,08
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)			0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)			151.516.805,69
OUTROS AJUSTES (XLIX)			842.277.328,89
<b>RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]</b>			<b>-142.614.927,81</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)</b>			<b>-141.528.618,35</b>
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.198.081.708,97
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS			0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais			1.198.081.708,97
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			131.269.670,00

FONTE: Siafe-TO / SEFAZ-TO em 21/01/2026

Obs.: Republicado para correção dos quadros "Cálculo do Resultado Nominal" e "Ajuste Metodológico".

1. Este relatório foi elaborado em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 14ª Edição, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins.

2. Nas Demais Receitas Correntes foram considerados as Receitas de Serviços.

3. No Quadro Juros Nominais foram utilizadas as seguintes contas contábeis:

Juros, Encargos e Variações Monetárias (Exceto RPPS)	Valor
441119901 - Outros Juros e Encargos e Empréstimos Internos Concedidos	476.706,66
442110101 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos	75.715,14
443510101 - Variações Monetárias de Empréstimos e Finan. Obtidos - Consolidação	95.336.808,10
445110101 - Remuneração Depósitos Bancários - Consolidação	339.256.429,93
445210101 - Remuneração Depósitos Bancários Vinculados	588.759,30
<b>Total dos Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)</b>	<b>435.734.419,13</b>
341110102 - JUROS DA DÍVIDA CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - -	296.416.394,83
341110200 - ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	15.846.242,28
341210101 - JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA NO EXTERIOR	24.176,75
341210201 - ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA NO EXTERIOR	11.075,10
341130105 - JUROS DA DÍVIDA CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTER OFSS - UNIÃO - -	62.360.392,02
341130202 - ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRA INTER OFSS - UNIÃO - -	906.643,34
342520201 - MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELADAS - PATRONAL - -	120.037,19
342520202 - MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELADAS - PATRONAL - -	16.564.675,94
343110102 - VARIAÇÕES MONETÁRIAS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDAÇÃO - -	39.778.846,38
343130102 - VARIAÇÕES MONETÁRIAS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - UNIÃO - -	4.792.244,63
345210100 - REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	0,13
<b>Total dos Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)</b>	<b>436.820.728,59</b>



4. No montante da Dívida Consolidada item XXXIX, consta os passivos reconhecidos por insuficiência orçamentária-financeira, conforme lista abaixo:

Continuação

Passivo Patrimonial	dez/25
211110101 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	34.917.620,84
211110102 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	289.412,80
211110103 - FÉRIAS	9.277.273,55
211210101 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	42.316.913,78
211420101 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS	19.477.579,80
211410801 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	60,83
211429901 - PLANSAUDE	2.738.633,59
211420501 - CONTRIBUIÇÃO AO SISTEMA SOCIAL DE PROTEÇÃO MILITAR - SPSM	439.466,55
211430101 - CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	3.674.656,36
211430501 - FGTS	842,71
211440301 - CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	443,53
211450301 - CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	29.020,88
213110101 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	47.191.514,81
213110301 - CONTAS NÃO PARCELADAS A PAGAR	112.516,78
214131101 - PIS/PASEP A RECOLHER	131.422,64
218910101 - INDENIZAÇÕES A SERVIDORES	680.615,87
218910102 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	6.330,70
218910201 - DIÁRIAS A PAGAR	401.078,80
<b>TOTAL</b>	<b>161.665.404,82</b>

5. No quadro Ajuste Metodológico no item XLVI - Variação Cambial, a metodologia utilizada foi:



Variação Patrimonial	Valor
(-) 343210200 - Variações Cambiais de Dívida Contratual Externa	96.577.269,00
(+) 443210200 - Variações Cambiais de Dívida Contratual Externa	244.433.470,08
<b>Saldo</b>	<b>147.856.201,08</b>

6. No Quadro Ajuste Metodológico na linha Variação do Saldo das Demais Obrigações Integrantes da DC (XLVIII), refere-se à diferença entre o valor do Passivo P do quinto bimestre R\$ 10.148.599,13 e do sexto bimestre R\$ 161.665.404,82, resultando R\$ 151.516.805,69.

7. Detalhamento Outros Ajustes XLIX, as contas informadas nas classificações abaixo na sequência 113819... correspondem a pagamentos pendentes de regularizações.

OUTROS AJUSTES	Valor
113819900 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	37.461.348,10
113819905 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - F	-
113819906 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - F	-
113819907 - PASEP - COTA PARTE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS - F	-
113819908 - REGULARIZAÇÕES - F	-
113819909 - OUTROS DEVEDORES A RECEBER - F	19.267.214,33
Demais Ajustes	785.548.766,46
<b>TOTAL</b>	<b>842.277.328,89</b>

(4/4)



SISTEMA DE INFORMAÇÕES  
SOBRE ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

Tabela 8.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - ESTADOS

TO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: 6º Bimestre/2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
<b>1- RECEITA DE IMPOSTOS</b>	<b>8.230.131.651,38</b>	<b>8.413.596.609,53</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	6.522.142.825,38	6.400.909.146,71
1.1.1- ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	6.482.685.815,38	6.359.077.532,54
1.1.2- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	39.457.010,00	41.831.614,17
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCD	92.832.565,00	105.545.182,31
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	534.469.341,00	607.550.984,29
1.4- Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.080.686.920,00	1.299.591.296,22

<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>6.923.369.997,93</b>	<b>7.806.470.326,58</b>
2.1- Cota-Parte FPE	6.907.242.556,93	7.785.400.367,91
2.2- Cota-Parte IPI-Exportação	16.127.441,00	21.069.958,67
2.3- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.4- Outras transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
<b>3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>1.364.220.065,00</b>	<b>1.898.811.982,57</b>
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 25% de 1.1.1) <sup>1</sup>	1.147.206.840,00	1.589.769.042,51
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 50% de 1.3) <sup>1</sup>	213.787.737,00	303.775.450,30
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 25% de 2.2) <sup>1</sup>	3.225.488,00	5.267.489,76
<b>4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)</b>	<b>13.789.281.584,31</b>	<b>14.321.254.953,54</b>
<b>5- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3) + (2.4))<sup>1</sup></b>	<b>2.541.718.932,86</b>	<b>2.604.333.045,95</b>
<b>6- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3) + (2.4)) + 25% DE (1.4 + 2.3)</b>	<b>905.601.463,22</b>	<b>975.981.006,92</b>

**FUNDEB****RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**

PREVISÃO  
ATUALIZADA (a)

RECEITAS  
REALIZADAS Até  
o Bimestre (b)

<b>7- RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS</b>	<b>1.504.656.741,00</b>	<b>1.504.005.976,98</b>
7.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.493.616.741,00	1.488.481.896,50
7.1.1- Principal	1.474.573.701,00	1.472.763.721,38
7.1.2- Rendimento de Aplicação Financeira	19.032.500,00	15.696.828,35
7.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	10.540,00	21.346,77
7.2- FUNDEB- Complementação da União - VAAF	0,00	8.123.836,75
7.2.1- Principal	0,00	8.059.727,20

7.2.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	64.109,55
7.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7.3- <del>7.4</del> - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
7.3.1- Principal	0,00	0,00
7.3.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	11.040.000,00	7.400.243,73
7.4.1- Principal	10.752.500,00	4.876.661,80
7.4.2- Rendimento de Aplicação Financeira	287.500,00	2.523.581,93
7.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
<b>8- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (7.1.1 - 5)</b>	<b>-1.067.145.231,86</b>	<b>-1.131.569.324,57</b>
<b>RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)</b>	<b>VALOR</b>	
<b>9- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT</b>		<b>29.967.221,11</b>
9.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		2.623.307,10
9.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		27.343.914,01

10- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (7 + 9)						1.533.973.198,09
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
<b>11- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>1.507.882.663,47</b>	<b>1.497.287.940,40</b>	<b>1.473.714.022,07</b>	<b>1.460.547.579,76</b>		<b>23.573.918,33</b>
11.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.100.252.622,00	1.098.868.680,10	1.098.868.680,10	1.088.396.195,85		0,00
11.1.1- Ensino Fundamental	538.280.170,27	537.610.177,07	537.610.177,07	532.378.378,17		0,00
11.1.2- Ensino Médio	481.150.813,29	480.551.935,55	480.551.935,55	475.875.296,85		0,00
11.1.3- Educação de Jovens e Adultos	32.824.844,89	32.778.110,05	32.778.110,05	32.549.028,53		0,00
11.1.4- Educação Especial	47.996.793,55	47.928.457,43	47.928.457,43	47.593.492,30		0,00
11.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
11.2- OUTRAS DESPESAS	407.630.041,47	398.419.260,30	374.845.341,97	372.151.383,91		23.573.918,33
11.2.1- Ensino Fundamental	204.640.141,95	201.098.523,31	189.066.027,05	187.661.010,09		12.032.496,26
11.2.2- Ensino Médio	182.928.723,77	179.762.807,68	169.006.485,29	167.750.485,28		10.756.322,39
11.2.3- Educação de Jovens e Adultos	6.021.352,22	5.957.154,37	5.957.154,37	5.957.147,11		0,00
11.2.4- Educação Especial	8.804.477,24	8.710.606,54	8.710.606,54	8.710.595,92		0,00
11.2.5- Administração Geral	5.235.346,29	2.890.168,40	2.105.068,72	2.072.145,51		785.099,68
11.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
11.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

**INDICADORES DO FUNDEB**

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) <sup>7</sup> (h)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO <sup>5 e 9</sup> (i)
12- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.494.062.017,93	1.470.488.099,60	1.457.321.657,29	23.573.918,33	0,00	0,00
12.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.487.799.600,61	1.467.600.907,82	1.454.436.710,58	20.198.692,79	0,00	0,00
12.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	6.262.417,32	2.887.191,78	2.884.946,71	3.375.225,54	0,00	0,00

13- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.098.868.680,10	1.098.868.680,10	1.088.396.195,85	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal<sup>2</sup></b>			<b>VALOR EXIGIDO (j)</b>	<b>VALOR APLICADO (k)</b>	<b>VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)</b>	<b>% APLICADO<sup>10</sup> (m)</b>
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica			1.047.624.013,28	1.098.868.680,10	1.098.868.680,10	73,42
16- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)<sup>3</sup></b>	<b>VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)</b>	<b>VALOR NÃO APLICADO (o)</b>	<b>VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)</b>	<b>VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)</b>	<b>% NÃO APLICADO (r)</b>	
17- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	150.400.597,70	9.943.959,05	9.943.959,05	0,00	0,66	
<b>INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)<sup>3</sup></b>	<b>VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)</b>	<b>VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)</b>	<b>VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)</b>	<b>VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)</b>	<b>VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)</b>	<b>VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)</b>
18- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	140.850.920,06	2.623.307,10	2.623.307,10	0,00	0,00	0,00
18.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	138.146.275,32	18.614,23	18.614,23	0,00	0,00	
18.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	2.704.644,74	2.604.692,87	2.604.692,87	0,00	0,00	

**DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)**

<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)</b>	<b>DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)</b>



<b>19- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>995.786.164,17</b>	<b>993.799.888,00</b>	<b>821.456.943,03</b>	<b>743.512.862,44</b>	<b>172.342.944,97</b>
19.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- ENSINO FUNDAMENTAL	387.709.374,57	386.898.838,62	316.630.898,51	280.077.893,93	70.267.940,11
19.3- ENSINO MÉDIO	346.565.079,84	345.840.526,43	283.025.246,62	250.351.301,41	62.815.279,81
19.4- ENSINO SUPERIOR	44.435.647,89	44.235.961,56	42.005.974,27	41.972.973,73	2.229.987,29
19.5- ENSINO PROFISSIONAL	7.175.409,60	7.171.791,80	6.133.673,22	5.430.254,55	1.038.118,58
19.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	9.374.797,10	9.368.206,83	9.368.206,83	8.484.269,01	0,00
19.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	13.742.284,17	13.732.623,67	13.732.623,67	12.436.880,98	0,00
19.8- ADMINISTRAÇÃO GERAL	186.783.571,00	186.551.939,09	150.560.319,91	144.759.288,83	35.991.619,18
19.9- TRANSPORTE (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.10- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) <sup>6</sup>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB</b>	<b>2.503.668.827,64</b>	<b>2.491.087.828,40</b>	<b>2.295.170.965,10</b>	<b>2.204.060.442,20</b>	<b>195.916.863,30</b>
20.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.176.949.092,15	1.170.616.565,02	1.070.008.294,67	1.025.079.612,16	100.608.270,35
20.3- ENSINO MÉDIO	1.170.815.907,22	1.164.865.770,01	1.074.928.073,79	1.032.023.307,50	89.937.696,22
20.4- ENSINO SUPERIOR	148.728.418,67	148.433.701,57	144.100.923,42	141.527.267,99	4.332.778,15
20.5- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	7.175.409,60	7.171.791,80	6.133.673,22	5.430.254,55	1.038.118,58

**APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL**

**VALOR**

21- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = (L19 (d ou e))	993.799.888,00
22- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L5)	2.604.333.045,95
23- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = (L17q)	0,00
24- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L18(x)	0,00
25- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS <sup>4</sup>	0,00
26- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L29.1(af)	1.940.076,23
<b>27- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (21 + 22 - 23 - 24 - 25 - 26)</b>	<b>3.596.192.857,72</b>

<b>APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL<sup>2 e 5</sup></b>	<b>VALOR EXIGIDO (z)</b>	<b>VALOR APLICADO (aa)</b>	<b>% APLICADO (ab)</b>
28- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE <sup>8</sup>	3.580.313.738,38	3.596.192.857,72	25,11
<b>29- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE</b>	<b>494.180.605,05</b>	<b>260.962.570,26</b>	<b>331.107.713,50</b>
29.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	419.700.643,85	234.269.227,61	275.150.989,68
		<b>19.894.283,17</b>	<b>143.178.608,38</b>
		1.940.076,23	142.609.577,94

29.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	60.189.005,57	12.907.904,30	42.056.827,97	17.938.080,59	194.097,01
29.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	14.290.955,63	13.785.438,35	13.899.895,85	16.126,35	374.933,43

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	
30- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			282.495.195,00	195.285.850,85	
30.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)			211.468.829,00	152.341.549,90	
30.1.1- Salário-Educação			69.317.400,00	84.192.543,47	
30.1.2- PDDE			866.481,00	106.839,60	
30.1.3- PNAE			36.235.344,00	21.989.676,23	
PNAE.4- PNATE			770.173,00	184.022,57	
30.1.5- Outras Transferências do FNDE			104.279.431,00	45.868.468,03	
30.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			36.824.801,00	19.743.206,35	
30.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			34.201.565,00	23.201.094,60	
30.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00	0,00	
30.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB			0,00	0,00	
30.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
(Por Subfunção) <sup>6</sup>		Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	
31- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	474.613.179,84	268.361.819,93	216.085.457,07	205.390.285,31	52.276.362,86
31.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.2- ENSINO FUNDAMENTAL	114.534.484,14	32.548.505,79	14.654.229,32	14.318.606,32	17.894.276,47
31.3- ENSINO MÉDIO	102.386.887,33	29.096.391,53	13.099.992,89	12.799.966,25	15.996.398,64
31.4- ENSINO SUPERIOR	3.224.998,16	1.596.780,58	1.565.831,08	1.565.831,08	30.949,50
31.5- ENSINO PROFISSIONAL	34.417.501,00	20.731.663,71	12.047.712,89	9.964.474,38	8.683.950,82
31.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.8- OUTRAS	220.049.309,21	184.388.478,32	174.717.690,89	166.741.407,28	9.670.787,43
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
	Até o Bimestre (c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	
32- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (11 + 19 + 31)	2.978.282.007,48	2.759.449.648,33	2.511.256.422,17	2.409.450.727,51	248.193.226,16
32.1- Despesas Correntes	2.731.502.968,04	2.636.638.713,79	2.455.735.739,62	2.359.135.200,12	180.902.974,17
32.1.1- Pessoal Ativo	1.759.964.071,66	1.755.822.215,34	1.755.822.215,34	1.708.006.098,72	0,00
32.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	108.657.378,20	94.405.576,71	94.304.805,91	88.259.074,60	100.770,80
32.1.4- Outras Despesas Correntes	862.881.518,18	786.410.921,74	605.608.718,37	562.870.026,80	180.802.203,37
32.2- Despesas de Capital	246.779.039,44	122.810.934,54	55.520.682,55	50.315.527,39	67.290.251,99
32.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	534.765,00	510.000,00	0,00	0,00	510.000,00
32.2.2- Outras Despesas Capital	246.244.274,44	122.300.934,54	55.520.682,55	50.315.527,39	66.780.251,99
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA			FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
33- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024			104.447.182,31	46.667.373,18	
			1.504.005.976,98	84.192.543,47	

34- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		
35- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.516.504.303,58	58.179.085,63
36- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	91.948.855,71	72.680.831,02
37- (+) AJUSTES POSITIVOS ( RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
38- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,01
39- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	91.948.855,71	72.680.831,01

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão: 28/1/2026 Hora da Emissão: 8:56:49

<sup>1</sup>Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.

<sup>2</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>3</sup>Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: “Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>5</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>6</sup>As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

<sup>7</sup>Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

<sup>8</sup>Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

<sup>9</sup>Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

<sup>10</sup>Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

XX



## Republicado para correção

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Exercício de 2025  
Dados Homologados em 09/02/26 12:08:34

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	7.484.165.904,00	8.230.131.651,38	8.413.596.609,53	102,23
Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	5.776.177.078,00	6.522.142.825,38	6.400.909.146,71	98,14
ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	5.736.720.068,00	6.482.685.815,38	6.359.077.532,54	98,09
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	39.457.010,00	39.457.010,00	41.831.614,17	106,02
Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCD	92.832.565,00	92.832.565,00	105.545.182,31	113,69
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	534.469.341,00	534.469.341,00	607.550.984,29	113,67
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.080.686.920,00	1.080.686.920,00	1.299.591.296,22	120,26
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	6.480.530.731,00	6.923.369.997,93	7.806.470.326,58	112,76
Cota-Parte FPE	6.464.403.290,00	6.907.242.556,93	7.785.400.367,91	112,71
Cota-Parte IPI-Exportação	16.127.441,00	16.127.441,00	21.069.958,67	130,65
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	1.364.220.065,00	1.364.220.065,00	1.898.811.982,57	139,19
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	1.147.206.840,00	1.147.206.840,00	1.589.769.042,51	138,58
PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50%)	213.787.737,00	213.787.737,00	303.775.450,30	142,09
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	3.225.488,00	3.225.488,00	5.267.489,76	162,31
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (IV) = (I) + (II) - (III)	12.600.476.570,00	13.789.281.584,31	14.321.254.953,54	103,86

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (V)	39.226.671,00	24.483.629,00	24.483.627,50	100,00	19.336.694,50	78,98	18.697.132,00	76,37	5.146.933,00
Despesas Correntes	34.375.213,00	19.152.307,00	19.152.305,50	100,00	14.825.372,50	77,41	14.495.810,00	75,69	4.326.933,00
Despesas de Capital	4.851.458,00	5.331.322,00	5.331.322,00	100,00	4.511.322,00	84,62	4.201.322,00	78,80	820.000,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	1.460.332.051,00	1.791.027.658,31	1.787.028.295,87	99,78	1.739.280.421,85	97,11	1.700.519.871,82	94,95	47.747.874,02
Despesas Correntes	1.363.977.865,00	1.714.056.948,31	1.710.116.696,32	99,77	1.666.895.753,28	97,25	1.635.376.603,25	95,41	43.220.943,04
Despesas de Capital	96.354.186,00	76.970.710,00	76.911.599,55	99,92	72.384.668,57	94,04	65.143.268,57	84,63	4.526.930,98
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	17.300.000,00	14.989.837,00	15.616.464,49	104,18	13.048.149,67	87,05	12.825.976,99	85,56	2.568.314,82
Despesas Correntes	17.300.000,00	14.989.837,00	15.616.464,49	104,18	13.048.149,67	87,05	12.825.976,99	85,56	2.568.314,82
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	5.490.720,00	4.249.474,00	4.249.470,17	100,00	3.876.959,98	91,23	3.680.155,99	86,60	372.510,19
Despesas Correntes	3.105.940,00	3.505.260,00	3.505.257,10	100,00	3.319.237,98	94,69	3.205.834,06	91,46	186.019,12
Despesas de Capital	2.384.780,00	744.214,00	744.213,07	100,00	557.722,00	74,94	474.321,93	63,73	186.491,07
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	310.029.878,00	698.919.422,31	698.895.121,71	100,00	686.078.066,16	98,16	682.314.032,40	97,62	12.817.055,55
Despesas Correntes	307.039.878,00	696.928.708,31	696.904.408,62	100,00	685.127.850,77	98,31	681.363.817,01	97,77	11.776.557,85
Despesas de Capital	2.990.000,00	1.990.714,00	1.990.713,09	100,00	950.215,39	47,73	950.215,39	47,73	1.040.497,70
TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)	1.832.379.320,00	2.533.670.020,62	2.530.272.979,74	99,87	2.461.620.292,16	97,16	2.418.037.169,20	95,44	68.652.687,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPs (XIII) = (XII)	2.530.272.979,74	2.461.620.292,16	2.418.037.169,20
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV)	62.945.785,65	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)	2.467.327.194,09	2.461.620.292,16	2.418.037.169,20
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)			1.718.550.594,42
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVIII) = (IV) x % (Constituição Estadual)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII)†	748.776.599,67	743.069.697,74	699.486.574,78
Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC nº 141/2012 ou % da Constituição Estadual)	17,22	17,18	16,88

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) <sup>1</sup> (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XXI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

[illegible]



Empenhos de 2013	545.031.124,95	939.355.685,45	394.324.560,50	0,00	450.414,27	0,00	0,00	0,00	0,00	394.774.974,77
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (soma dos saldos negativos da coluna "r")										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XXIII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) <sup>1</sup> (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXX)	845.612.000,00	845.612.000,00	602.416.657,14	71,24
Provenientes da União	845.612.000,00	845.612.000,00	602.416.657,14	71,24
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXII)	14.500.000,00	14.500.000,00	7.290.783,43	50,28
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXIII) = (XXX + XXXI + XXXII)	860.112.000,00	860.112.000,00	609.707.440,57	70,89

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIV)	145.000,00	1.993.688,75	24.149,69	1,21	24.149,69	1,21	24.149,69	1,21	0,00
Despesas Correntes	145.000,00	1.993.688,75	24.149,69	1,21	24.149,69	1,21	24.149,69	1,21	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXV)	939.965.992,00	1.166.451.556,09	823.700.605,81	70,62	722.051.105,90	61,90	721.852.451,62	61,88	101.649.499,91
Despesas Correntes	715.160.212,00	916.513.820,56	792.906.734,49	86,51	720.120.361,48	78,57	719.972.769,51	78,56	72.786.373,01
Despesas de Capital	224.805.780,00	249.937.735,53	30.793.871,32	12,32	1.930.744,42	0,77	1.879.682,11	0,75	28.863.126,90
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXVI)	1.680.000,00	3.399.097,00	2.808.988,21	82,64	1.432.661,32	42,15	1.432.661,32	42,15	1.376.326,89
Despesas Correntes	1.580.000,00	3.299.097,00	2.808.988,21	85,14	1.432.661,32	43,43	1.432.661,32	43,43	1.376.326,89
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVII)	940.664,00	1.929.208,62	806.344,23	41,80	683.192,92	35,41	683.192,92	35,41	123.151,31
Despesas Correntes	920.664,00	1.625.577,55	728.958,08	44,84	605.806,77	37,27	605.806,77	37,27	123.151,31
Despesas de Capital	20.000,00	303.631,07	77.386,15	25,49	77.386,15	25,49	77.386,15	25,49	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVIII)	11.336.056,00	29.747.083,14	14.418.119,75	48,47	9.458.292,51	31,80	9.442.202,76	31,74	4.959.827,24
Despesas Correntes	10.489.336,00	20.340.653,00	12.534.357,00	61,62	9.442.202,76	46,42	9.442.202,76	46,42	3.092.154,24
Despesas de Capital	846.720,00	9.406.430,14	1.883.762,75	20,03	16.089,75	0,17	0,00	0,00	1.867.673,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XL)	56.083.288,00	132.925.528,66	63.103.019,10	47,47	58.773.551,76	44,22	58.261.005,02	43,83	4.329.467,34
Despesas Correntes	32.096.788,00	112.123.750,92	62.032.847,30	55,33	58.105.179,76	51,82	58.105.179,76	51,82	3.927.667,54
Despesas de Capital	23.986.500,00	20.801.777,74	1.070.171,80	5,14	668.372,00	3,21	155.825,26	0,75	401.799,80
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XLI) = (XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX + XL)	1.010.151.000,00	1.336.446.162,26	904.861.226,79	67,71	792.422.954,10	59,29	791.695.663,33	59,24	112.438.272,69

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLII) = (V + XXXIV)	39.371.671,00	26.477.317,75	24.507.777,19	92,56	19.360.844,19	73,12	18.721.281,69	70,71	5.146.933,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLIII) = (VI + XXXV)	2.400.298.043,00	2.957.479.214,40	2.610.728.901,68	88,28	2.461.331.527,75	83,22	2.422.372.323,44	81,91	149.397.373,93
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIV) = (VII + XXXVI)	18.980.000,00	18.388.934,00	18.425.452,70	100,20	14.480.810,99	78,75	14.258.638,31	77,54	3.944.641,71
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLV) = (VIII + XXXVII)	940.664,00	1.929.208,62	806.344,23	41,80	683.192,92	35,41	683.192,92	35,41	123.151,31
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLVI) = (XIX + XXXVIII)	16.826.776,00	33.996.557,14	18.667.589,92	54,91	13.335.252,49	39,23	13.122.358,75	38,60	5.332.337,43
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVII) = (X + XXXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVIII) = (XI + XL)	366.113.166,00	831.844.950,97	761.998.140,81	91,60	744.851.617,92	89,54	740.575.037,42	89,03	17.146.522,89
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLIX) = (XII + XLI)	2.842.530.320,00	3.870.116.182,88	3.435.134.206,53	88,76	3.254.043.246,26	84,08	3.209.732.832,53	82,94	181.090.960,27
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>2</sup>	845.142.000,00	1.053.737.992,45	675.401.754,83	64,10	593.141.933,41	56,29	593.069.032,61	56,28	82.259.821,42
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (L)	1.997.388.320,00	2.816.378.190,43	2.759.732.451,70	97,99	2.660.901.312,85	94,48	2.616.663.799,92	92,91	98.831.138,85

Obs.: Republicado para correção do quadro "Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS".

Notas:

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - De acordo com o Manual de Demonstrações Fiscais 14ª edição, para maior transparência, devem ser apresentado em demonstrativo as despesas executadas em consórcio público, com os valores que compõem a despesa total com ASPS do ente para cálculo do limite. De acordo com o art. 11 da Portaria STN nº 274/2016 as informações ora enviadas devem ser utilizadas na elaboração do RREO, porém o § 2º, e Portarias subsequentes STN/MF nº 699/2023 e STN/MF nº 989/2024, destaca que "a fim de eliminar duplicidades na elaboração dos demonstrativos enumerados no caput, não deverão ser computadas as despesas executadas pelos entes da Federação consorciados na modalidade de aplicação, referente a transferências a consórcios públicos em virtude de contrato de rateio". No entanto, foram incluídos a execução do Consórcio Brasil Central, da seguinte forma: com recursos próprios (ASPS) o montante empenhado de R\$ 626.906,72 e R\$ 253.054,07. Liquidado e pago; e com recursos de outras fontes, o valor empenhado de R\$ 1.258.539,70, R\$ 530.272,90, liquidado e pago, respectivamente; sendo o total inscrito em Restos a Pagar não processados o montante de R\$ 1.102.119,45 (recursos do ASPS e outras fontes), conforme relatório apresentado pelo Consórcio Brasil Central. Os documentos de que trata o art. 14 da Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016 do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC, consórcio formado sob a forma de autarquia da qual este ente federativo é consorciado, estão disponíveis no portal do BrC: [www.brasilcentral.gov.br](http://www.brasilcentral.gov.br) > menu "Transparência" > seção "Balanços, Demonstrações e Relatórios".

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC nº 141/2012 art.35)								
R\$ 1,00								
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS: (CONSÓCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO BRASIL CENTRAL)	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADA		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (e)
		Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o bimestre (c)	% (c/a) x 100	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (V)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	432.852,15	626.906,72	144,83%	253.054,07	58,46%	253.054,07	100,00%	373.852,65
Despesas Correntes	432.852,15	626.906,72	144,83%	253.054,07	58,46%	253.054,07	100,00%	373.852,65
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)	432.852,15	626.906,72	144,83%	253.054,07	58,46%	253.054,07	100,00%	373.852,65

1. Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais-MDF, 14ª edição, para maior transparência, devem ser apresentadas em demonstrativo, as despesas executadas em consórcio público, com os valores que compõem a despesa total com ASPS do ente para cálculo do limite. De acordo com art.12 da Portaria STN nº 274/2016. As informações ora enviadas devem ser utilizadas na elaboração do RREO, porém o § 2º destaca que "a fim de eliminar duplicidades na elaboração dos demonstrativos enumerados no caput, não deverão ser computadas as despesas executadas pelos entes da Federação consorciados na modalidade de aplicação, referente a transferências a consórcios públicos em virtude de contrato de rateio".

2. Foi empenhado, liquidado e pago o montante de R\$ 432.852,15, na modalidade de consórcio pelo Estado. Enquanto, o consórcio Brasil Central empenhou o montante de R\$ 626.906,72, liquidou e pagou o montante de R\$ 253.054,07, respectivamente, foram inscritos em Restos a Pagar não Processados o valor de R\$ 373.852,65.

3- Os valores registrados nas colunas de despesas são informações declaradas pelos consórcios. Disponíveis no portal do BrC: [www.brasilcentral.gov.br](http://www.brasilcentral.gov.br) > menu "Transparência" > seção "Balanços, Demonstrações e Relatórios"

4- Os valores registrados na coluna "valores transferidos por contrato de rateio" são dados extraídos do SIAFE/TO. Destaca-se que em dezembro de 2024 constava um saldo de Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 57.669,55. Desse montante foi pago o valor de R\$ 46.398,80 e cancelado o valor de R\$ 11.270,75, conforme tabela abaixo:

SALDO CONSÓRCIO PÚBLICO:	SALDO VALORES TRANSFERIDOS DEZ/2024 (a)	RESTOS A PAGAR PAGO (b)	VR CANCELADO	SALDO DE VR TRANSFERIDO (a-b-c)
Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Brasil Central)	57.669,55	46.398,80	11.270,75	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Natureza da Despesa	NÃO PROCESSADOS				PROCESSADOS			SALDO A PAGAR
	Vr. Inscrição	Vr. Liquidado	Vr. Pago	Vr. Cancelado	Vr. Inscrição	Vr. Liquidado	Vr. Pago	
3.3.90.30 - Material de Consumo	57.669,55	46.398,80	46.398,80	0,00	0,00	0,00	0,00	11.270,75

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Republicado para correção

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		R\$ 1.00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial		17.393.276.915,00
Previsão Atualizada		20.794.247.106,37
Receitas Realizadas		18.728.284.261,53
Déficit Orçamentário		7.602.252,86
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.198.081.708,97
DESPESAS		
Dotação Inicial		17.213.887.245,00
Dotação Atualizada		21.861.059.145,34
Despesas Empenhadas		18.735.886.514,39
Despesas Liquidadas		17.938.879.156,51
Despesas Pagas		17.624.424.412,00
Superávit Orçamentário		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		18.735.886.514,39
Despesas Liquidadas		17.938.879.156,51
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida		15.568.042.573,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites do Endividamento		15.566.756.073,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		15.523.452.300,73

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Até o Bimestre
<b>Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	606.173.234,86
Despesas Previdenciárias Empenhadas	427.540.251,59
Despesas Previdenciárias Liquidadas	427.540.251,59
Despesas Previdenciárias Pagas	424.118.439,12
Resultado Previdenciário	178.632.983,27
<b>Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	1.258.804.009,81
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.420.464.100,16
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.420.462.352,45
Despesas Previdenciárias Pagas	1.419.525.250,60
Resultado Previdenciário	-161.660.090,35
<b>Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas</b>	
Receitas Realizadas	340.842.195,99
Despesas Empenhadas	814.264.075,55
Despesas Liquidadas	814.264.075,55
Despesas Pagas	814.261.557,55
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	-473.421.879,56

continua (1/3)

continuação

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha	-24.493.535,00	-141.528.618,35	-577,82
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	120.378.304,00	922.533.303,56	766,36

RESTOS A PAGAR A POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	449.721.603,04	6.309.333,23	376.480.067,36	66.932.202,45
Poder Executivo	434.534.006,54	6.271.035,31	362.200.891,91	66.062.079,32
Poder Legislativo	5.312.082,48	0,00	5.002.512,58	309.569,90
Poder Judiciário	2.984.445,54	38.297,92	2.385.929,97	560.217,65
Ministério Público	70.924,56	0,00	70.924,56	0,00
Defensoria Pública	6.820.143,92	0,00	6.819.808,34	335,58
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	916.945.814,09	105.012.102,08	577.500.726,09	234.432.985,92
Poder Executivo	860.480.057,48	95.542.536,66	534.973.855,59	229.963.665,23
Poder Legislativo	14.038.478,25	1.965.210,09	11.618.058,55	455.209,61
Poder Judiciário	24.444.175,11	6.490.635,37	16.372.150,03	1.581.389,71
Ministério Público	11.357.107,88	596.892,31	10.738.170,77	22.044,80
Defensoria Pública	6.625.995,37	416.827,65	3.798.491,15	2.410.676,57

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.596.192.857,72	25	25,11
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.098.868.680,10	70	73,42
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		50	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		15	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	494.623.601,16	1.679.022.661,84
Despesa de Capital Líquida	1.467.983.351,92	2.390.598.471,58

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)</b>				
Receitas Previdenciárias	581.669.938,77	688.175.087,56	811.069.025,78	842.723.932,04
Despesas Previdenciárias	380.994.076,33	348.083.394,16	409.485.921,17	661.460.347,22
Resultado Previdenciário	200.675.862,44	340.091.693,40	401.583.104,61	181.263.584,82
<b>Fundo em Repartição (Plano Financeiro)</b>				
Receitas Previdenciárias	1.081.508.942,80	744.650.954,23	329.076.209,22	115.075.491,22
Despesas Previdenciárias	2.184.782.071,06	2.850.403.330,59	3.129.180.091,98	1.658.539.959,52
Resultado Previdenciário	-1.103.273.128,26	-2.105.752.376,36	-2.800.103.882,76	-1.543.464.468,30
<b>Pensões e Inativos Militares</b>				
Receitas de Contribuições	338.241.297,35	296.212.192,29	172.101.812,22	65.309.373,16
Despesas com Pensões e Inativos	776.532.634,03	851.084.179,01	1.027.846.244,80	788.309.668,75
Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares	-438.291.336,68	-554.871.986,72	-855.744.432,58	-723.000.295,59

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	42.787.498,12	2.136.617,88
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	117.800.248,99	14.683.814,67

continua (2/3)

continuação

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.467.327.194,09	12	17,22

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limites/ RCL (%)	0,00

FONTE: Siafe -TO / SEFAZ-TO em 9/2/2026

(3/3)

WANDERLEI BARBOSA CASTRO  
Governador do Estado

MURILO FRANCISCO CENTENO  
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

DONIZETH A. SILVA  
Secretário de Estado da Fazenda

MARIA HELANY DA SILVA  
Superintendente de Contabilidade Geral  
Contadora CRC-TO 002113/O5

WENDER TEODORO DA SILVA  
Diretor de Responsabilidade Fiscal  
Contador CRC-TO 1925 O-5

Continua (1/2)



OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATORIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATORIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	1.000.746.947,02	1.009.885.394,93	995.782.730,13	305.345.841,16
PASSIVO ATUARIAL	40.695.073.444,30	40.695.073.444,30	49.426.779.916,56	49.747.796.851,37
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	915.150.596,83	557.717.552,66	328.869.520,26	1.018.476.048,92
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	31.895.343,77	11.419.046,77	0,00

FONTE: Siafe-TO / SEFAZ-TO 20/01/2026

Obs.: Republicado para correção do quadro "Dívida Consolidada".

NOTA:

1. Este relatório foi elaborado em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 14ª Edição, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins.

2. No Quadro Outros Valores não Integrantes da DC, na linha Precatórios Posteriores a 05/05/2005 (Não Inclusos na DC), refere-se a precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

3. Na linha Outras Dívidas, foram computados os passivos reconhecidos com atributo P, que representam as despesas que não foram devidamente empenhadas, excluindo-se os passivos com fontes de Recursos vinculadas ao RPPS em atendimento ao MDF 14ª Edição, conforme quadro a seguir:

4. Em atendimento a alteração do MDF foi feita Exclusão da Conta Especial – Precatórios (1.1.3.5.1.08) da linha "Demais Haveres Financeiros" e inclusão na linha "Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) – vencidos e não pagos", para refletir corretamente o impacto no cálculo da dívida consolidada, em conformidade com §30 do art. 100 da Constituição Federal, incluído pela EC nº 136/2025. O dispositivo determina a exclusão imediata do estoque da dívida dos valores aportados em contas especiais destinadas ao pagamento de precatórios, vedando a incidência de encargos após a transferência. A alteração terá vigência a partir do exercício de 2025, com efeitos aplicáveis aos demonstrativos do 3º quadrimestre de 2025.

Passivo Patrimonial	dez/25
211110101 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	34.917.620,84
211110102 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	289.412,80
211110103 - FÉRIAS	9.277.273,55
211210101 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	42.316.913,78
211420101 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS	19.477.579,80
211410801 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA	60,83
211429901 - PLANSAUDE	2.738.633,59
211420501 - CONTRIBUIÇÃO AO SISTEMA SOCIAL DE PROTEÇÃO	439.466,55
211430101 - CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	3.674.656,36
211430501 - FGTS	842,71
211440301 - CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - PESSOAL REQUISITADO	443,53
211450301 - CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - PESSOAL REQUISITADO	29.020,88
213110101 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	47.191.514,81
213110301 - CONTAS NÃO PARCELADAS A PAGAR	112.516,78
214131101 - PIS/PASEP A RECOLHER	131.422,64
218910101 - INDENIZAÇÕES A SERVIDORES	660.615,87
218910102 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	6.330,70
218910201 - DIÁRIAS A PAGAR	401.078,80
TOTAL	161.665.404,82

2/2

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

Republicado para correção

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente líquida	15.568.042.573,26	
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo dos Limites e Endividamento	15.566.756.073,26	
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo da Despesa com Pessoal	15.523.452.300,73	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.878.739.552,38	44,31
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.606.491.627,36	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	7.226.167.045,99	46,55
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.845.842.464,62	44,10
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.520.931.912,96	16,19
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	31.133.512.146,52	200,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.424.686.336,12	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	494.623.601,16	3,18
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.490.680.971,72	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.089.672.925,13	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	731.758.862,81	907.248.166,73

FONTE: SIAFE-TO - SEFAZ-TO em 21/01/2026

WANDERLEI BARBOSA CASTRO

MURILO FRANCISCO CENTENO

Governador do Estado

Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

DONIZETH A. SILVA

MARIA HELANY DA SILVA

Secretário de Estado da Fazenda

Superintendente de Contabilidade Geral

Contadora CRC-TO 002113/O5

WENDER TEODORO DA SILVA

Contador CRC-TO 1925 O-5

Diretor de Responsabilidade Fiscal

**SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL****PORTARIA SEIR Nº 004, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA IGUALDADE RACIAL DO TOCANTINS, no exercício das atribuições que lhe são legalmente conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e pela Lei Estadual nº 4.379, de 14 de março de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar procedimentos de controle patrimonial e o fluxo documental para garantir a eficiência administrativa desta Pasta;

CONSIDERANDO que a gestão de insumos e o trâmite processual são pilares para a execução orçamentária e financeira adequada;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora DENISE MAGALHÃES, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.221-34, Matrícula Funcional nº 11221160-1, para responder pelas atribuições de Almoxarifado e Protocolo da Secretaria da Igualdade Racial do Estado do Tocantins.

Art. 2º As atribuições de Almoxarifado e Protocolo ficam tecnicamente subordinadas à Gerência Geral de Administração e Execução Financeira, Orçamentária e Contábil - GFOC, competindo à servidora designada a organização, guarda, distribuição de materiais e a gestão do fluxo de documentos internos e externos.

Art. 3º As atribuições constantes nesta Portaria serão exercidas sem prejuízo das demais funções ordinárias da servidora, em regime de colaboração com a estrutura administrativa da Pasta.

Art. 4º A presente designação não implica a criação de cargo, nem gera acréscimo remuneratório, sendo exercida em regime de acumulação funcional autorizada por necessidade de serviço público relevante.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

SÉRGIO ROBERTO JORGE ALVES  
Secretário de Estado da Igualdade Racial

**SECRETARIA DA INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO E SERVIÇOS****CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****PORTARIA Nº 01/2026/CDE-TO/SICS**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS (CDE-TO), no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado, art. 42, §1º, incisos I e IV, o Ato Governamental nº 3.160 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.955, de 06 de dezembro de 2025, e a Lei Estadual nº 1.746, de 15 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o poder e dever da Administração Pública de rever seus próprios atos, conforme a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO razões de conveniência e oportunidade administrativas, bem como o interesse público superveniente;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização e atualização dos procedimentos administrativos relacionados à concessão de lotes em Áreas Empresariais e Distritos Industriais de propriedade do Estado do Tocantins;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica REVOGADO, em todos os seus termos, o EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2024/GASEC/SICS, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.532, de 15 de março de 2024, que tratou da notificação às empresas que apresentaram projetos de solicitação de lote em Área Empresarial e Distrito Industrial em Palmas/TO, amparados pela Lei Estadual nº 1.799, de 21 de junho de 2007, pelo Decreto Estadual nº 3.079, de 02 de julho de 2007, e pelo Decreto Estadual nº 3.757, de 18 de agosto de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON NERIS DE SANTANA  
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços  
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE-TO)

**SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS****PORTARIA Nº 50/2026/GABSEC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO INTERINO DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e na conformidade ao disposto no Decreto nº 5.890, de 18 de dezembro de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores públicos para compor a Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho da Secretaria de Parcerias e Investimentos:

I - Membro, como Presidente: LÍVIA BARRETO AMORIM CARDOSO, matrícula 1162845;

Suplente: LAILLA NAIZE CLAUDINO SANTOS RIBEIRO, matrícula 12015067;

II - Membro: IGOR DE SOUSA LEMOS FERNANDES, matrícula 1277642;

Suplente: MARCOS ROBERTO MOURA DE SOUZA, matrícula 11230550;

III - Membro: JOÃO GERALDINO DE SOUZA FILHO, matrícula 179910;

Suplente: ANA SOLIMAR GONÇALVES ALVES, matrícula 11740493;

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 4/2026/GABSEC/SPI, de 09 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial nº 6.977, de 13 de janeiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GERALDINO DE SOUZA FILHO  
Secretário Interino de Parcerias e Investimentos

**SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA****MINUTA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026/  
GABSEC/SEPEA CIRCUITO TOCANTINENSE  
DE PESCA ESPORTIVA**

Adesão ao Circuito Tocantinense de Pesca Esportiva - CTPE

O Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (SEPEA), torna público, para conhecimento dos interessados, o presente Edital de Chamamento Público para Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em inscrever suas competições para compor o Circuito Estadual de Pesca Esportiva, em observância aos princípios da administração pública e ao Decreto nº 7.100/2026 e demais legislações correlatas. Este chamamento público será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas, devendo os proponentes atender a todos os requisitos técnicos, jurídicos e administrativos aqui descritos.

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto o credenciamento e a habilitação de pessoas jurídicas organizadoras de torneios de pesca esportiva para integração ao calendário oficial do CTPE.

1.2. A adesão implica observância às diretrizes técnicas, ambientais, esportivas e institucionais estabelecidas pelo Comitê de Organização do CTPE.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

### 2.1. Poderão participar:

I - associações, federações, ligas, clubes, entidades esportivas ou empresas regularmente constituídas;

II - com atuação comprovada na organização de eventos de pesca esportiva;

III - que atendam às exigências legais, fiscais e técnicas previstas neste Edital.

### 2.2. É vedada a participação de pessoa jurídica:

I - declarada inidônea ou suspensão de contratar com o Poder Público;

II - em situação irregular perante a Fazenda Pública e com o FGTS;

III - que possua dirigentes com condenação por improbidade administrativa ou crime contra a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da decisão.

## 3. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

### 3.1. Habilitação Jurídica

I - ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado;

II - ata de eleição da atual diretoria (quando aplicável);

III - CNPJ ativo;

IV - documento de identidade e CPF do representante legal.

### 3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

Federais;

I - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos

II - Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal (no município de realização do evento);

IV - Certidão de Regularidade do FGTS;

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### 3.3. Qualificação Técnica

I - Comprovação de experiência prévia na organização e execução de torneios ou eventos de pesca esportiva, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, tais como órgãos públicos, prefeituras, associações, federações, empresas patrocinadoras, entidades representativas ou comissões organizadoras de eventos;

II - Poderão ser apresentados, de forma complementar, registros documentais e materiais comprobatórios, tais como relatórios de execução, portfólio institucional, registros fotográficos, matérias de divulgação, resultados de competições ou outros documentos que evidenciem a efetiva realização de eventos similares;

III - plano preliminar do evento contendo:

a) local;

b) estimativa de participantes;

c) regras de competição;

d) medidas ambientais (pesque-e-solte, destinação de resíduos);

e) plano básico de segurança e logística.

A capacidade técnica de pessoas jurídicas poderá ser atestada por um ou mais membros, pessoa física que compõem a pessoa jurídica. O evento anterior deverá ter contado com no mínimo 20 participantes ou estrutura equivalente, comprovada por lista de inscritos, fotos ou regulamento.

### 3.4. Regularidade Ambiental

I - declaração de observância da legislação ambiental vigente;

II - compromisso formal de obtenção das autorizações necessárias junto aos órgãos competentes.

## 4. DA INTEGRAÇÃO AO CALENDÁRIO OFICIAL

4.1. A inclusão no calendário oficial do CTPE dependerá de deliberação do Comitê de Organização, observados critérios técnicos, regionalização e compatibilidade de datas.

4.2. A aprovação não gera direito adquirido à manutenção automática em edições futuras.

## 5. DO APOIO INSTITUCIONAL DO ESTADO

5.1. Nos termos do Decreto nº 7.100/2026, o Estado do Tocantins poderá prestar apoio institucional aos eventos integrantes do CTPE.

5.2. O apoio poderá compreender, conforme avaliação técnica e disponibilidade:

Evento;

I - suporte institucional e divulgação;

II - articulação interinstitucional;

III - disponibilização de infraestrutura básica compatível com a natureza do

IV - apoio operacional nas áreas afetas às competências das Secretarias integrantes do Comitê;

V - O apoio institucional não caracteriza transferência voluntária de recursos, nem celebração automática de convênio.

5.3. Cada Secretaria participante atuará dentro de sua área finalística, podendo disponibilizar recursos humanos, técnicos ou estruturais vinculados às respectivas competências legais.

### 5.4. Eventual apoio material ou operacional:

I - estará condicionado à previsão orçamentária de cada órgão;

II - dependerá de disponibilidade financeira;

III - observará integralmente as normas de direito financeiro, responsabilidade fiscal, licitações e contratos administrativos.

5.5. A adesão ao CTPE não implica repasse de recursos financeiros, assim como não gera qualquer vínculo contratual, trabalhista ou de prestação de serviços entre o Estado e os organizadores credenciados.

5.6. A eventual seleção do evento para compor o calendário oficial não gera expectativa de direito a apoio financeiro em exercícios futuros.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DOS ORGANIZADORES

I - cumprir integralmente a legislação ambiental e de pesca aplicável;

II - observar normas de segurança pública e náutica;

III - manter estrutura organizacional mínima compatível com o porte do evento;

IV - permitir fiscalização pelos órgãos competentes;

V - utilizar a identidade visual oficial do CTPE conforme diretrizes do Comitê.

## 7. DO PROCESSAMENTO

7.1. A documentação deverá ser protocolada junto à SEPEA ou enviada por meio eletrônico oficial.

7.2. O Comitê poderá solicitar diligências ou documentos complementares.

7.3. O resultado será publicado no Diário Oficial do Estado.

7.4. O indeferimento do pedido de credenciamento deverá ser motivado, assegurada a possibilidade de reapresentação da proposta com adequações.

## 8. CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO	PERÍODO / DATA
1	Publicação do Edital de Credenciamento	13/02/2026
2	Período para impugnação do edital	13/02/2026 a 16/02/2026
3	Período para pedidos de esclarecimentos	13/02/2026 a 16/02/2026
4	Período de inscrição e envio da documentação	18/02/2026 a 23/02/2026
5	Análise técnica e documental das propostas	24/02/2026
6	Divulgação do resultado preliminar	25/02/2026
7	Prazo para interposição de recursos	26/02/2026
8	Análise dos recursos	27/02/2026
9	Divulgação do resultado final e homologação	02/03/2026

### Observações

• As datas poderão ser ajustadas por motivo de interesse público devidamente justificado, mediante publicação nos canais oficiais da SEPEA.

• A homologação do resultado não gera obrigação de apoio financeiro estatal, ficando qualquer apoio institucional condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

• O cronograma operacional de cada etapa deverá constar no Plano de Evento apresentado pela entidade credenciada e aprovado pela SEPEA.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A adesão ao CTPE caracteriza integração institucional ao calendário oficial estadual.

9.2. O presente Chamamento não constitui procedimento licitatório, tampouco gera obrigação de contratação ou despesa pública.

9.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, revogar ou alterar o presente chamamento por razões de interesse público devidamente justificadas.

9.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Organização do CTPE.

Palmas - TO, 12 de fevereiro de 2026.

RODRIGO DE CARVALHO AYRES  
Secretário do Estado da Pesca e Aquicultura

## ANEXO I - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

[Este modelo poderá ser utilizado por terceiros (contratantes ou parceiros) para atestar a experiência do proponente em realização de eventos similares. Deverá ser emitido em papel timbrado da entidade emitente ou conter carimbo CNPJ e assinado por representante autorizado.]

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo),  
cargo/função \_\_\_\_\_, da \_\_\_\_\_  
(nome da entidade/empresa emitente do atestado), inscrita no  
CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_  
(endereço completo), atesto para os devidos fins que a  
entidade \_\_\_\_\_ (nome do  
proponente credenciado), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
realizou/organizou, de forma satisfatória, o seguinte evento/serviço:

- Evento: \_\_\_\_\_  
(nome do evento de pesca ou projeto realizado)

- Natureza: \_\_\_\_\_  
(ex: Torneio de Pesca Esportiva embarcada em dupla, Campeonato de Pesca Juvenil etc.)

- Local: \_\_\_\_\_  
(nome do rio/lago e cidade/UF)

- Data/Período de realização: \_\_\_\_\_  
(ex: 15 e 16 de agosto de 2023)

- Quantidade de participantes: \_\_\_\_\_  
(ex: 50 equipes de 2 pescadores, total 100 pescadores; público estimado 500 pessoas)

- Principais atividades executadas pelo atestado:

- Organização geral e logística do torneio (inscrições, regulamento, infraestrutura básica);

- Condução da competição segundo regras estabelecidas (pesagem/medição de peixes, julgamento, classificação);

- Promoção do evento junto à comunidade e autoridades, incluindo cerimônia de premiação;

- [Outros detalhes relevantes sobre o papel do proponente no evento].

Declaro que as atividades acima foram desempenhadas com competência e qualidade, cumprindo as expectativas desta instituição/empresa. O evento alcançou seus objetivos, ocorrendo sem intercorrências graves e com boa aceitação dos participantes e do público.

Este atestado é emitido a pedido da parte interessada, para fins de comprovação de capacidade técnica em processos de credenciamento/licitação perante órgãos públicos.

Por ser verdade, firmo o presente.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

[NOME COMPLETO DE QUEM ASSINA O ATESTADO]

Cargo: \_\_\_\_\_  
Entidade/Empresa: \_\_\_\_\_ (carimbo/CNPJ)  
Contato: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ / e-mail: \_\_\_\_\_

(Caso a entidade emitente não possua papel timbrado, poderão ser anexadas cópias de documentos que comprovem o vínculo, como contrato ou declaração à parte com firma reconhecida.)



ANEXO II - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO  
EVENTO  
(PLANO DO EVENTO)

(Este roteiro serve como guia para os proponentes estruturarem as informações do projeto do evento de forma organizada. É recomendável segui-lo na elaboração do documento, abordando todos os itens pertinentes.)

Identificação do Proponente: Nome ou Razão Social, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, nome do responsável legal e do coordenador do projeto (se diferente), breve histórico da entidade (opcional, mas útil para contextualizar experiência).

Título do Evento: Nome da competição de pesca esportiva proposta e edição (se houver, ex: "I Torneio de Pesca Esportiva de [Local]").

Descrição Resumida: Uma sinopse do evento em 5-10 linhas, mencionando o formato (pesca embarcada/de barranco), objetivo (confraternização, campeonato regional, etc.) e público-alvo.

Local de Realização: Descrição detalhada do local (nome do rio/lago e trecho específico, município, acesso, infraestrutura existente). Incluir fotos ou mapa do local como anexo, se possível.

Data Prevista: Data ou período pretendido. Se tiver flexibilidade, mencionar alternativas. Indicar se coincide com feriado ou temporada turística (pode ser um ponto positivo).

Duração e Programação Básica: Quantos dias de evento, horários (ex: 2 dias de competição + 1 de abertura). Se for apenas 1 dia, destacar isso.

Modalidade da Competição: Especificar tipo de pesca (espécie-alvo principal, se é por peso ou tamanho, sistema de pontos, se permite iscas artificiais apenas etc.), se é individual, dupla ou equipe, se haverá categorias (master, juvenil, feminina).

Número de Participantes: Quantidade máxima de pescadores ou equipes que pretende aceitar. Se já tem expectativa com base em edições anteriores ou pré-cadastro, mencionar. Detalhar se haverá convite a competidores de outros estados ou se restrito a locais.

Regras Principais: Resumo do regulamento esportivo: critérios de pontuação, itens proibidos (ex: uso de determinadas iscas ou áreas de pesca restritas), procedimentos de fiscalização (ex: haverá fiscais embarcados, pesagem de peixe no fim do dia, uso de fotos com medição etc.). Mencionar se o regulamento completo já existe e será anexado (pode anexar minuta se disponível).

Itens Providos pelo Proponente/Parceiros: Listar o que a organização já tem ou vai conseguir sem precisar do Estado. Exemplo: "Estrutura de alimentação: Prefeitura fornecerá 1 tendas para praça de alimentação e equipe de limpeza; Ambulância do município confirmada; 10 rádios de comunicação emprestados pela Defesa Civil local; palco já existente na praça (precisa apenas de som); equipe de 5 bombeiros voluntários cedidos; etc."

Equipe Organizadora: Nomear os responsáveis e equipes: comissão organizadora (nomes e funções), júri ou comissão de pesagem (quem serão, qual experiência), apoio (voluntários, ex: escoteiros ajudarão na logística), etc. Confirmar se a Polícia Ambiental local apoiará (ex: "3 policiais ambientais estarão presentes para fiscalizar pesca, conforme ofício protocolado").

Segurança e Emergência: Detalhar plano: presença de ambulância (qual, de onde), profissionais de saúde no local (enfermeiro ou médico? turnos?), comunicação para emergência (celular satélite se local sem sinal?), pontos de apoio na água (ex: barco da Marinha ou bombeiros rondando), etc. Previsão meteorológica será acompanhada dias antes e plano B se tempestade (adiar prova para dia seguinte, por ex.).

Autorização Ambiental e Legal: Informar o status: "Licença Naturatins: solicitada em dd/mm/2026, processo nº..., previsão de deferimento até dd/mm; Marinha: comunicado enviado, sem exigências adicionais; Bombeiros: Plano de Segurança contra Incêndio não aplicável por ser espaço aberto sem estruturas fixas além de tendas; Prefeitura: alvará de evento requisitado, em trâmite." Apresentar anexos (protocolos, ofícios) se disponíveis.

Divulgação: Como será feita: "Mídia: chamaremos TV local e rádios regionais - Já confirmado espaço na Rádio X; Rede social: perfis no Instagram e Facebook do clube com X seguidores, posts patrocinados para região; Cartazes: 100 cartazes em cidades próximas e lojas de pesca; Lançamento: faremos live pelo Instagram 1 mês antes; Inscrições: online pelo site tal, ou presencial na loja tal." Se haverá coletiva de imprensa ou algo especial, citar.

Cronograma Detalhado: Tabela com datas e horários de atividades desde a véspera até encerramento. Ex:

Dia 0 (véspera): Montagem das tendas e estrutura, 08h-18h; Recepção de competidores que chegam antecipado, camping aberto 18h.

Dia 1: 06h - abertura do credenciamento; 08h - solenidade abertura oficial (execução hino, autoridades); 09h - largada da prova; 15h - término da prova (todos devem estar no posto de controle); 15h30 - início da pesagem; 17h - divulgação dos resultados; 18h - cerimônia de premiação com banda local; 20h - encerramento.

Dia 2: (se for dois dias de pesca, ajustar accordingly).

Dia 3: (caso tenha segundo dia de prova ou programação turística extra etc.) Observação: Cronograma sujeito a ajustes conforme condições climáticas etc. Premiação do Torneio: Tabela do que cada colocação recebe.

Orçamento Estimado: Demonstrar tabela simples:

Obs: Estes valores são estimativos para demonstrar a contrapartida econômica e o compromisso; a execução real pode variar. O proponente não receberá estes recursos do Estado, sendo itens fornecidos diretamente.

Resultados Esperados: Narrar expectativas: "Esperamos cerca de 100 turistas na cidade por conta do evento, ocupando pousadas e movimentando comércio. Pretendemos inserir o evento no calendário anual do município, fortalecendo a imagem local. Ambientalmente, faremos campanha de doação de mudas para cada competidor plantar uma árvore, mitigando nossa pegada. Socialmente, envolveremos 15 jovens da comunidade como voluntários, capacitando-os em organização de eventos. Acreditamos que o Circuito Estadual ajudará a consolidar a cultura do pesque-e-solte e conscientizar pescadores locais da importância de conservar o estoque pesqueiro." (Esse é um exemplo, cada um coloca sua visão).

Anexos do Projeto: Lista de anexos que acompanham o plano:

Mapa do local do evento com marcação da área de pesca e áreas de apoio. Fotos do local (rampa, área para público).

Cópia de ofícios de solicitação de apoio (Prefeitura, Bombeiros, etc.), se houver respostas.

Currículos resumidos de membros-chave da organização (opcional, se quiser reforçar capacidade).

Regulamento preliminar da competição (opcional, se já tiver elaborado). Qualquer outro documento de suporte que julgar relevante.

(O projeto deve ser escrito de forma clara, podendo usar itens ou parágrafos, no máximo 15 páginas de conteúdo principal + anexos, para facilitar análise. Usar linguagem formal e ao mesmo tempo acessível. Evitar termos técnicos sem explicação. A comissão julgará com base nesse documento, portanto ele deve "vender" bem a proposta, demonstrando organização e responsabilidade.)

## ANEXO III - CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

(Este checklist tem o objetivo de auxiliar o proponente a reunir todos os documentos exigidos, bem como servir de guia de conferência para a Comissão. Recomenda-se que o proponente preencha marcando "X" nos itens inclusos e anexe esta folha como capa do envelope. Itens que não se aplicarem podem ser riscados ou marcados como "N/A".)

Identificação do Proponente:

Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Representante legal: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Documentos Entregues (marcar com "✓"):

Habilitação Jurídica:

Cartão/Certidão de CNPJ (consulta atualizada Receita Federal).  
Contrato Social/Estatuto + últimas Alterações ou Consolidação. Ata de  
Eleição da Diretoria (se aplicável, para associações).

Procuração (se representante não for sócio administrador) +  
RG procurador.

Registro em órgão competente (se exigível, ex: registro de  
associações - opcional).

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de  
Débitos Federais e Dívida Ativa da União.

Certidão FGTS (CRF - Caixa Econômica Federal).

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT - Justiça  
do Trabalho). Certidão Negativa de Tributos Estaduais (Estado sede do  
proponente).

Certidão Negativa de Tributos Municipais (Município sede do  
proponente).

Qualificação Técnica:

Atestados de Capacidade Técnica - Quantidade  
apresentados: \_\_\_\_\_ (mínimo 1) - conforme modelo Anexo I ou  
equivalente.

Currículos/Declarações de equipe técnica (opcional) -  
apresentados: \_\_\_\_\_. Declaração de equipamentos/estrutura  
(opcional) - apresentada: sim/não.

Plano do Evento:

Projeto do Evento (Plano Técnico) - conforme requisitos do  
edital/Anexo II, contendo \_\_\_\_\_ páginas + anexos.

Anexos do Projeto: mapa/fotos do local [ ], ofícios/licenças [ ],  
regulamento [ ], outros: \_\_\_\_\_.

Declarações e Formulários:

Requerimento de Credenciamento assinado pelo representante  
(solicitando inscrição e declarando concordância com edital).

Declaração de inexistência de impedimentos (pode estar incluída  
no requerimento).

Declaração art. 7º, XXXIII CF (não empregar menores  
irregularmente). Declaração de veracidade dos documentos.

Checklist de documentos (presente este formulário preenchido).

Informações Adicionais:

Comprovante de inscrição/filiação em Federação de Pesca ou  
similar, se tiver Carta de apoio de Prefeitura/órgão local ao evento, se tiver.

Conferência Final pelo Proponente:

Eu, \_\_\_\_\_ (nome do responsável),  
representante do proponente acima identificado, declaro que verifiquei  
a documentação anexada e marquei os itens correspondentes. Tenho  
ciência de que a falta de quaisquer documentos obrigatórios pode acarretar  
inabilitação, e assumo responsabilidade pela veracidade e autenticidade  
de todos os apresentados.

Local e data: \_\_\_\_\_, //.

Assinatura do representante legal:

Conferência pela Comissão de Credenciamento:

(Uso interno) Recebido em /02 /2026 por \_\_\_\_\_  
(nome membro).

Documentação conferida: [ ] Completa [ ] Incompleta  
Observações:

Assinatura: \_\_\_\_\_ Comissão.

## ANEXO IV - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

## 1. REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

A entidade abaixo identificada vem, por meio de seu  
representante legal, requerer sua inscrição no procedimento de  
credenciamento destinado à composição do Circuito Tocantinense de  
Pesca Esportiva - CTPE 2026, declarando, para os devidos fins, que  
conhece e aceita integralmente as condições estabelecidas no edital  
correspondente.

## DADOS DA ENTIDADE ORGANIZADORA

Nome da entidade: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Município/UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

## DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Declara, ainda, que a entidade possui interesse em integrar o  
calendário oficial do Circuito Tocantinense de Pesca Esportiva - edição  
2026, comprometendo-se a cumprir as diretrizes técnicas, ambientais e  
organizacionais previstas no edital e demais normativas aplicáveis.

Declara, ainda, que a adesão ao CTPE possui caráter  
institucional e não gera direito a apoio financeiro do Estado.

Termos em que, Pede deferimento.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## 2. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro, para os devidos fins, que a entidade acima identificada:

- não se encontra suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública;
- não foi declarada inidônea por qualquer órgão público;
- não possui dirigentes condenados por improbidade administrativa ou crimes contra a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da decisão;
- encontra-se em situação regular quanto às obrigações legais e fiscais.

Declaro, ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## 3. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaro, para os devidos fins, em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que a entidade acima identificada:

- não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos da legislação vigente.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## 4. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS

Declaro, sob as penas da lei, que todos os documentos e informações apresentados para fins de credenciamento no Circuito Tocantinense de Pesca Esportiva - CTPE 2026:

- são autênticos e correspondem fielmente à realidade da entidade;
- foram apresentados de boa-fé;
- encontram-se válidos na data de protocolo.

Declaro estar ciente de que a prestação de informações falsas ou a apresentação de documentos inverídicos poderá implicar:

- indeferimento do credenciamento;
- descredenciamento a qualquer tempo;
- responsabilização administrativa, civil e penal.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PROCESSO: 2025/13010/52

UNIDADE: Secretaria do Planejamento e Orçamento

ASSUNTO: Indenizações a servidores instrutores/tutoria

CREDOR: Servidoras da Pasta.

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA  
Nº 02/2026/GEOFC/SEPLAN

Tratam os autos despesa para atender pagamento referente ao mês de dezembro de 2025, Indenizações a servidores instrutores/tutoria, no valor de R\$ 6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais), sendo R\$ 2.220,00 para Vivian Dias Diniz, R\$ 2.220,00 para Carmem Lucia Mattje Feres e R\$ 1.800,00 para Andressa Santana de Castro.

Considerando que as servidoras agiu de boa fé, tendo, por isso, o direito de receber os valores devidos e o Estado, a obrigação de pagá-los, sob pena de enriquecimento sem causa.

Considerando os documentos juntados aos autos, visando legitimar a despesa em questão, e, que o reconhecimento de dívida é o instrumento legal que dispõe o administrador público para pagar as dívidas contraídas no exercício anterior.

Reconhece-se a dívida, nos termos do art. 37, da Lei nº 4.320/1964 c/c o art. 22, §1º e 2º, alínea a do Decreto Federal nº 93.872/86, a despesa referente ao mês de dezembro de 2025.

Gabinete do Secretário do Planejamento e Orçamento, em Palmas, aos 29 dias do mês janeiro de 2026.

MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO  
Secretário do Planejamento e Orçamento

## SECRETARIA DA SAÚDE

## PORTARIA Nº 97/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual, considerando o art. 129, da Lei Nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

## RESOLVE:

Art. 1º Retificar o item Nº 02 da Portaria Nº 38/2026/SES/SGPES/DGP/GGP, de 13 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 6.981, de 19 de janeiro de 2026, que lotou a servidora KERCIA VALE PARRIAO MARQUES, Matrícula Nº 880891-4 CPF: XXX. XXX.061-53 na Diretoria da Gestão da Hemorrede, mantendo e/ou alterando o pagamento da insalubridade conforme a lotação, até nova análise técnica *in loco*, tratando-se de um caso específico, de modo excepcional, retroativo a 1º de dezembro de 2025.

Onde se lê: retroativo a 1º de dezembro de 2025.

Leia-se: a partir de 09/12/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

**PORTARIA Nº 98/2026/SES/SGPES/DGP/GGP**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição Estadual, considerando o art. 129, da Lei Nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar interinamente a servidora ANA KARINA DE ANDRADE FERREIRA, Médica, Matrícula Nº 214672/2, CPF: XXX.XXX.458-01, para responder cumulativamente pela Diretoria Técnica do Hospital de Referência de Alvorada do Tocantins, a partir de 01 de fevereiro de 2026, redistribuindo da seguinte forma: 20h na Direção Técnica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado, aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

**PORTARIA Nº 99/2026/SES/SGPES/DGP/GGP**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 35, da Lei Nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Considerando a Portaria DGRT Nº 598, de 05 de maio de 2008.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover

A pedido a servidora WILMA APARECIDA ALBUQUERQUE COSTA, Auxiliar de Serviços de Saúde, Matrícula Nº 1041533/1, CPF: XXX.XXX.341-00, lotada na Diretoria de Assistência Farmacêutica para a Diretoria de Contabilidade, retroativo a 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

**PORTARIA Nº 100/2026/SES/SGPES/DGP/GGP**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 35, da Lei Nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Considerando a Portaria DGRT Nº 598, de 05 de maio de 2008.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover

A pedido o servidor CESAR LAMARY ALVES DE CARVALHO, Motorista, Matrícula Nº 927974/1, CPF: XXX.XXX.944-87, lotado na Diretoria de Gestão e Informação de Vigilância em Saúde para a Gerência de Transporte retroativo a 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

**PORTARIA - 101/2026/SES/GASEC,**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, combinado com os art. 39 e 41 do Decreto Estadual nº 5.816, de 10 de maio de 2018.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal, Fiscal substituto e Gestor do Termo elencado a seguir:

FISCAL TITULAR	FISCAL SUBSTITUTO	GESTOR DA PARCERIA	TERMO DE COLABORAÇÃO	OBJETO	PARCEIRA
Lucimaria Alves Ferreira Matricula: 11656689-2	Millena Rodrigues Pereira Matricula: 11783419-2	Dahyene Cris Alves Silva Matricula: 12002224-1	016/2025	Realização de procedimentos oftalmológicos (carreta da saúde)	Instituto Cidadania Amazônia

Art. 2º As atribuições dos fiscais e gestor estão previstas na Cláusula Décima, Subcláusula segunda, e Cláusula Décima Primeira do Termo de Colaboração supracitado, fundamentadas no Decreto Estadual Nº 5.816, de 10 de maio de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

**PORTARIA Nº 103/2026/SES/SGPES/DGP/GGP**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 35, da Lei Nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Considerando a Portaria DGRT Nº 598, de 05 de maio de 2008.

**RESOLVE:**

Art. 1º Remover

A pedido a servidora FLAVIANY VIEIRA DE ARAUJO MILHOMEM, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Nº 752384/1, CPF: XXX.XXX.831-87, lotada na Diretoria de Regulação para a Diretoria de Apoio a Gestão Hospitalar, retroativo a 04 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado, aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

**PORTARIA Nº 104/2026/SES/SGPES/DGP/GGP**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual e consoante no disposto no art. 23, §2º, da Lei Nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Lotar a servidora HAJUSSA FERNANDES GARCIA, Fisioterapeuta, Matrícula Nº 1113054/1 CPF: XXX.XXX.011-09, na DIRETORIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA, retroativo a 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado, aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde



PORTARIA Nº 105/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual, considerando o art. 129, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Excluir o item Nº 03 da PORTARIA Nº 31/2026/SES/SGPES/DGP/GGP, de 08 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 6.981, de 19 de janeiro de 2026, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CPF	MATRICULA	CARGO
SANTANA FERNANDES BRITO TAVARES	XXX. XXX. 731-68	811261/2	Técnico em Enfermagem

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado, aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 107/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins,

Considerando que a parceria firmada tem como objeto específico a cessão de pessoal (servidores públicos estaduais efetivos e estabilizados do quadro da saúde), de acordo com a disponibilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, visando apoiar as instituições no desenvolvimento de ações e serviços de saúde voltada ao atendimento dos usuários do SUS;

Considerando que a Constituição Federal, especificamente no seu artigo 196, garante que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”;

Considerando o Decreto Estadual Nº 5.282, de 23 de julho de 2015, alterado pelo Decreto Estadual Nº 5.303, de 09/09/2015;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica Nº 01/2026, firmado entre a Secretaria Estadual da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas - TO;

RESOLVE:

Art. 1º Ceder a partir de 12/02/2026 a 08/02/2031 para à Secretaria Municipal de Saúde de Palmas - TO, os servidores adiantem indicados, integrantes do quadro de pessoal desta, com ônus para origem.

ITEM	NOME	MATRICULA	CARGO	CPF
01	ALEXANDRE MATTIELLO	628831-4	CIRURGIÃO DENTISTA	XXX.XXX.160-87
02	ANA PAULA MARQUES DOS SANTOS	103187-2	ENFERMEIRO	XXX.XXX.414-30
03	ANDREZA DOMINGOS DA SILVA	120811-2	FONOAUDIÓLOGO	XXX.XXX.424-40
04	ANTONIO GURGEL DO AMARAL JUNIOR	482903-4	MÉDICO	XXX.XXX.539-87
05	DARCYLEIDE SARAIVA DA SILVA	725551-1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	XXX.XXX.371-68
06	EDENICE DOS SANTOS ALECRIM	852720-1	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	XXX.XXX.531-72
07	GEORGES OLIVA DE OLIVEIRA	150293-1	CIRURGIÃO DENTISTA	XXX.XXX.696-09
08	MAILDE SANTOS DE ARAUJO SILVA	611351-1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	XXX.XXX.431-68
09	MEIREVALDA SOARES DE SOUZA	642980-1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	XXX.XXX.311-34
10	SILVIO BARSZCZ	698377-1	CIRURGIÃO DENTISTA	XXX.XXX.529-68
11	TATIANA MIYUKI MIADA NAKAMURA	352436-1	CIRURGIÃO DENTISTA	XXX.XXX.478-51

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palmas capital do estado, aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 108/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual e consoante no disposto no art. 23, §2º, da Lei Nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Lotar a servidora SANTANA FERNANDES BRITO TAVARES, Técnico em Enfermagem, Matrícula Nº 811261/2 CPF: XXX. XXX.731-68, na DIRETORIA DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA - LACEN -TO, retroativo a 01 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado, aos 11 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR  
Secretário de Estado da Saúde

EXTRATO DA PORTARIA DE CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO - 2/2026/SES/GASEC/SESAU

PROCESSO Nº 2026.30550.000730  
PORTARIA Nº 0002/2026/SES/GASEC  
CONCEDENTE: Secretaria da Saúde  
SUPRIDO: FERNANDO PINHEIRO DE MELO  
ATESTADOR(ES): RIVANILDO DE SOUSA BATISTA, CONFUCIO JOSE ANDRADE AIRES  
CLASSIFICAÇÃO, NATUREZA E VALOR: 10.302.1165.4539 - 3.3.90.30 - R\$ 23.000,00  
10.302.1165.4539 - 3.3.90.39 - R\$ 7.000,00  
VALOR CONCEDIDO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)  
PRAZO DE APLICAÇÃO: 90 (noventa) dias  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 30 (trinta) dias  
FINALIDADE: Realização de despesas de pequeno vulto e pronto pagamento

EXTRATO DA PORTARIA DE CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO - 4/2026/SES/GASEC/SESAU

PROCESSO Nº 2026.30550.000844  
PORTARIA Nº 0004/2026/SES  
CONCEDENTE: Secretaria da Saúde  
SUPRIDO: HELLYSMARDA ALVES TEIXEIRA  
ATESTADOR(ES): ROMERO GOMES PEREIRA JACOMO, VINICIUS SOUSA BENVINDO  
CLASSIFICAÇÃO, NATUREZA E VALOR: 10.302.1165.4539 - 3.3.90.30 - R\$ 25.000,00  
10.302.1165.4539 - 3.3.90.39 - R\$ 5.000,00  
VALOR CONCEDIDO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)  
PRAZO DE APLICAÇÃO: 90 (noventa) dias  
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 30 (trinta) dias  
FINALIDADE: Realização de despesas de pequeno vulto e pronto pagamento

EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 357/2013

PROCESSO PRINCIPAL Nº 2013/30550/001912  
PROCESSO ADITIVO Nº 2016/37000/00106  
CONTRATO Nº 357/2013  
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - SES  
CONTRATADA: Construtora LDN LTDA  
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 270 (duzentos e setenta) dias e o prazo de execução por mais 270 (duzentos e setenta) dias. Referente à CONTRATAÇÃO INTEGRADA de empresa especializada para prestação de serviços de Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Arquitetura e Engenharia, Licenciamento Ambiental e de Execução de Obra de Ampliação, Reforma e Adequação do Hospital Geral de Palmas, com área total de 26.530,00 m², localizado no endereço ACSO-SO 20, Conjunto 2, Lote 1, na cidade de Palmas/TO.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.3120  
NATUREZA DE DESPESA: 44.90.51;  
FONTE: 754.0000.000;  
VALOR: R\$ 902.731,44 (novecentos e dois mil setecentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), para a vigência contratual de 270 (duzentos e setenta) dias.  
PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 13/02/2026 até 10/11/2026  
PRAZO DE EXECUÇÃO: 05/09/2025 até 02/07/2026  
DATA DA ASSINATURA: 10/02/2026  
SIGNATÁRIOS: Carlos Felinto Júnior - P/CONTRATANTE  
Construtora LDN LTDA - P/CONTRATADA

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO NA SAÚDE**

**PORTARIA Nº 102/2026/SES/SGPES/DGP/GGP**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante, a PORTARIA Nº 480/2023/SES/SGPES/DGP/GGP, de 21 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 6.420.

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender por necessidade do serviço, as férias da servidora, MARISTELA MARIANI CARVALHO, Diretora de Gestão dos Recursos do SUS, Matrícula Nº 644939/3, CPF: XXX.XXX.701-68, relativa ao período aquisitivo, 2024/2025, previstas para o dia 03.02.2026 a 27.02.2026, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

LEIDE IDAINE BARROS DA SILVA

Superintendente de Gestão Profissional e Educação na Saúde

**CORREGEDORIA DA SAÚDE**

**PORTARIA - 5/2026/SES/GASEC/GABCOR-CORREGEDOR**

A CORREGEDORA DA SAÚDE, nomeada por meio do Ato nº 3.555 - NM, publicado no DOE nº 6.967, de 23 de dezembro de 2025 e, no uso de suas atribuições legais, definidas por meio da PORTARIA SES/GASEC Nº 42/2026, de 15 de janeiro de 2026, publicada no DOE Nº 6.967, de 29 de janeiro de 2026, conforme art. 1º, inciso II e demais legislações pertinentes;

Considerando os indícios de descumprimento contratual, nos autos do Processo Administrativo abaixo, enviado à Corregedoria da Saúde para apuração de responsabilidade, que em tese, infringem o arts. 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666/93, o art. 25 do Decreto Estadual nº 2.434/2005 e o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e art. 155 da Lei 14.133/2021, os arts. 319 a 323, do Decreto Estadual nº 6.606/2023:

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador de Fornecedor - PASF, em face do fornecedor I. S. LTDA, CNPJ nº 03.XXX.XXX/0001-80, destinado à apuração da verdade real dos fatos informados no processo nº 2025.30550.000957.

Art. 2º Convocar os membros da Comissão Permanente de Processos Administrativos de Responsabilização - CPAR, instituída pela Portaria nº 205/2020/SES/GASEC, de 13 de abril de 2020, publicada no DOE Nº 5.583, de 16 de abril de 2020, composição alterada pela Portaria nº 69/2026/SES/GASEC, de 05 de fevereiro de 2026, publicada no DOE nº 6.994, de 05 de fevereiro de 2026, para apurar os processos constantes no art. 1º, devendo apresentar Relatório de Recomendações dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ocorrer prorrogações, devidamente justificadas.

Art. 3º Determinar a instalação dos trabalhos no prazo legal de 03 (três) dias, após a publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAIR APARECIDA FERREIRA  
Corregedora da Saúde

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO Nº 2024/30550/007125**

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS na competência de Órgão Gerenciador, conforme prevê o Decreto Estadual nº 6.606/2023, vem registrar Intenção de Registro de Preços para o fornecimento de material de consumo (medicamentos e insumos), para atender as necessidades do Hospital Geral de Palmas, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para esta Comissão de Contratação manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

I - Solicitação de Compras;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do Órgão Participante, aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

O Termo de Referência deverá ser solicitado via e-mail: airp.sesauto@gmail.com.

O prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro é de 08 (oito) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Maiores informações poderão ser obtidas na SES/CC que fica localizada na Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007 ou através dos telefones: (063) 3027-4361/4362.

Palmas, capital do estado, aos 11 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA  
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO Nº 2025/30550/009306**

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS na competência de Órgão Gerenciador, conforme prevê o Decreto Estadual nº 6.606/2023, vem registrar Intenção de Registro de Preços para MATERIAIS HOSPITALARES - GRUPO 5 - DISPOSITIVOS DE INFUSÃO: EQUIPOS, SERINGAS, TRANSDUTORES, CLAMP E OUTROS - 2026-2027, padronizados destinados aos hospitais do Estado, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para esta Comissão de Contratação manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

I - Solicitação de Compras;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do Órgão Participante, aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

O Termo de Referência deverá ser solicitado via e-mail airp.sesauto@gmail.com.

O prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro é de 08 (oito) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Maiores informações poderão ser obtidas na SES/CC que fica localizada na Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007 ou através dos telefones: (063) 3027-4361/4362.

Palmas, capital do estado, aos 11 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA  
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO Nº 2025/30550/010820**

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS na competência de Órgão Gerenciador, conforme prevê o Decreto Estadual nº 6.606/2023, vem registrar Intenção de Registro de Preços para SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO DE ÓRTESE E PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME para os serviços da especialidade de CIRURGIA ORTOPÉDICA, padronizados destinados aos hospitais do Estado, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para esta Comissão de Contratação manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

I - Solicitação de Compras;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do Órgão Participante, aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

O Termo de Referência deverá ser solicitado via e-mail [airp.sesauto@gmail.com](mailto:airp.sesauto@gmail.com).

O prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro é de 08 (oito) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Maiores informações poderão ser obtidas na SES/CC que fica localizada na Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007 ou através dos telefones: (063) 3027-4361/4362.

Palmas, capital do estado, aos 11 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

JORGE MÁRIO SOARES DE SOUSA  
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE PRORROGAÇÃO  
HORÁRIO DE BRASÍLIA**

A Secretaria de Estado da Saúde/TO, através da Comissão de Contratação, torna público que realizará a prorrogação dos pregões eletrônicos relacionados abaixo:

Pregão Eletrônico nº 90181/2025 - Processo: 2025/30550/007338.  
Objeto: Registro de Preços para provável aquisição de veículos automóvel destinados a implementação da frota de veículos da Hemorrede do Estado do Tocantins, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 06/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeiro: Thiago Borges Silva.

Pregão Eletrônico nº 90182/2025 - Processo: 2025/30550/006997.  
Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares padronizados, grupo 2 - equipamento de proteção individual (EPI) - luvas cirúrgicas estéreis, antialérgicas, luvas de procedimento de nitrilo e látex - 2026-2027, padronizados destinados aos hospitais do Estado, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 13/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeira: Auxiliadora de Fátima Luz de Menezes.

Pregão Eletrônico nº 90185/2025 - Processo: 2024/30550/009643.  
Objeto: Registro de Preços para aquisição por sistema de consignação de órtese e prótese e materiais especiais - OPME para os serviços de cirurgia da especialidade de cirurgia cardíaca - eletrofisiologia, padronizados destinados aos hospitais do Estado, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 11/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeiro: Thiago Borges Silva.

Pregão Eletrônico nº 90186/2025 - Processo: 2024/30550/009774.  
Objeto: Registro de Preços Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares do grupo 8 - Material de sutura, 2025-2026, padronizados destinados aos hospitais do Estado, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 17/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeiro: Thiago Borges Silva.

Pregão Eletrônico nº 90187/2025 - Processo: 2024/30550/007074.  
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos destinados ao abastecimento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 20/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeira: Auxiliadora de Fátima Luz de Menezes.

Pregão Eletrônico nº 90002/2026 - Processo: 2024/30550/009564.  
Objeto: Registro de Preços para aquisição por sistema de consignação de órtese e prótese e materiais especiais - OPME para os serviços da especialidade de cirurgia ginecológica, padronizados destinados aos hospitais do Estado, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 19/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeira: Weslaine Lacerda Ávila.

Pregão Eletrônico nº 90006/2026 - Processo: 2024/30550/009073.  
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados, 2025-2026 destinados aos hospitais do Estado, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 16/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeiro: Danilo Veloso Oliveira.

Pregão Eletrônico nº 90012/2026 - Processo: 2025/30550/002043.  
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos destinados ao Centro de Atenção Psicossocial CAPS II e CAPS Infantil de Araguaína para atender o segundo semestre do ano de 2025 e primeiro semestre do ano de 2026, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 05/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeiro: Danilo Veloso Oliveira.

Pregão Eletrônico. 90013/2026 - Processo: 2025/30550/004935.  
Objeto: Registro de Preços para aquisição de nutrições parenterais e complementos industrializados - 2025-2026 destinados aos hospitais do Estado, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 18/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeira: Auxiliadora de Fátima Luz de Menezes.

Pregão Eletrônico nº 90014/2026 - Processo: 2024/30550/008377.  
Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares - GRUPO 04 - cânulas, tubos e materiais de contenção, 2025-2026, padronizados destinados aos hospitais do Estado, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 16/03/2026, às 08h30min. Sistema: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Pregoeira: Weslaine Lacerda Ávila.

Os editais retificados também encontram-se disponíveis no site: [www.saude.to.gov.br](http://www.saude.to.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefones: (063) 3027-4361/4362/4363/4364 ou pelo whatsapp institucional: (63) 99966-1349.

Palmas, capital do Estado, aos 11 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

JOSÉ MÁRIO SOARES DE SOUSA  
Superintendente da Central de Licitação

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA****PORTARIA SSP Nº 69, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 3.150 - NM, de 06 de dezembro de 2025, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, c/c art. 16, da Lei nº 3.421/19 e art. 258, da Lei nº 3.461/19, com as alterações incluídas pela Lei nº 3.608/19,

**RESOLVE:**

I - SUSPENDER, por necessidade do serviço, 15 (quinze) dias das férias da servidora CIBELE MORAES FONTINELLE, oficial investigadora de polícia, matrícula nº 941363-2, previstas para o período de 13/03/2026 a 27/03/2026, referentes ao período aquisitivo de 2024/2025, garantindo-lhe o direito de usufruí-las em período oportuno;



II - SUSPENDER, por necessidade do serviço, 20 (vinte) dias das férias do servidor ANDERSON GEORGE DE LIMA CASÉ, delegado de polícia, matrícula nº 11606576-1, previstas para o período de 02/03/2026 a 21/03/2026, referentes ao período aquisitivo de 2024/2025, garantindo-lhe o direito de usufruí-las em período oportuno.

Palmas/TO, 10 de fevereiro de 2026.

BRUNO SOUSA AZEVEDO  
Secretário de Estado da Segurança Pública

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº: 2026/31000/000140  
Contrato nº: 011/2012  
Termo Aditivo: 14º  
Número automático do Siafe/TO: 03101440  
Contratante: Secretaria da Segurança Pública  
Contratado: Francisco Martins Chaves  
CPF: XXX.XXX.601-04  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado, referente à locação do imóvel onde abriga o 5º Núcleo Regional de Medicina Legal de Paraíso do Tocantins - TO.  
Valor mensal: R\$ 2.951,00 (dois mil novecentos e cinquenta e um reais)  
Natureza da despesa: 3.3.90.36  
Fonte de recursos: 500  
Data de assinatura: 10/02/2026  
Vigência: 14/02/2026 à 13/02/2027  
Signatários: Bruno Sousa Azevedo - Secretário  
Francisco Martins Chaves - Locador

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº: 2026/31000/000223  
Contrato nº: 007/2023  
Termo Aditivo: 4º  
Número automático do Siafe/TO: 23000262  
Contratante: Secretaria da Segurança Pública  
Contratada: M.A. Negócios Imobiliários LTDA  
CNPJ: 10.365.396/0001-24  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado, referente à locação do imóvel onde abriga o Complexo de Unidades Policiais da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins.  
Valor mensal: R\$ 42.189,00 (quarenta e dois mil cento e oitenta e nove reais)  
Natureza da despesa: 3.3.90.39  
Fonte de recursos: 500  
Data de assinatura: 10/02/2026  
Vigência: 01/03/2026 à 28/02/2027  
Signatários: Bruno Sousa Azevedo - Secretário  
Marco Antonio Pietsch Cunha - Representante/Contratada

SECRETARIA DO TRABALHO  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PORTARIA SETAS Nº 52, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR os servidores relacionados abaixo, a conduzir veículo oficial pertencente a esta Secretaria, para fins de desempenho de atividades institucionais, em conformidade com as normas vigentes.

NOME	MATRÍCULA	CARGO
Cristiano Eduardo dos Reis Rodrigues	120413780-1	Assistente I
Mateus Oliveira Barreto	12040967-1	Assistente III

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETAS, em Palmas, Capital do Estado, aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2026.

CLEIZENIR DIVINA DOS SANTOS  
Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

SECRETARIA DO TURISMO

PORTARIA Nº 15/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 FEVEREIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 3.321 - NM, de 15 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.961.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Wingly Silva Rodrigues matrícula nº 11777621-4, como FISCAL TITULAR, e o servidor Marcelo Thuan Farias de Sousa, matrícula nº 11952083-2, como FISCAL SUBSTITUTO, para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do CONTRATO Nº 000040/2026, Processo nº 2026/87011/000018, firmado com a empresa: REDUTO SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 21.315.603/0001-52.

Objeto: Contratação de Serviços de Empresa Especializada em Segurança Patrimonial;

Art. 2º Compete aos fiscais ora designados:

I - Acompanhar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências;

II - Atestar as medições e notas fiscais para fins de pagamento;

III - Relatar à autoridade superior quaisquer irregularidades que exijam medidas corretivas.

Art. 3º O fiscal substituto assumirá as atribuições nos casos de afastamentos, férias ou licenças do titular.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS - SETUR, aos 11 dias do mês de Fevereiro de 2026.

ANA MARIA MONTEIRO DE CASTRO  
Secretária De Estado Do Turismo

PORTARIA Nº 18/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e altera a Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019 e o Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de músico que represente a atividade artística cultural, para apresentação de show, durante a realização do evento de carnaval, no 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026, a fim de fomentar os eventos culturais e turísticos do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a aquisição pretendida possui reserva orçamentária financeira demonstrada nos autos e que os valores são compatíveis com os preços praticados no mercado;



CONSIDERANDO que, por se tratar de apresentação artística musical regional, esta contratação está amparada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e nos autos do Processo nº 2026/87011/00057;

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a realização de licitação, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023, em favor da pessoa jurídica a seguir relacionadas no valor total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

I - pessoa jurídica: PELA EMPRESA, PAPOKO RECORDS AGENCIA LTDA, CNPJ: 60.104.293/0001-89, nome fantasia "PAPOKO RECORDS" (CANTOR BRENO MAJOR);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária Do Turismo Do Estado

**PORTARIA Nº 19/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e altera a Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019 e o Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de músico que represente a atividade artística cultural, para apresentação de show, durante a realização do evento de carnaval, no 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 14 de fevereiro de 2026, a fim de fomentar os eventos culturais e turísticos do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a aquisição pretendida possui reserva orçamentária financeira demonstrada nos autos e que os valores são compatíveis com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDO que, por se tratar de apresentação artística musical regional, esta contratação está amparada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e nos autos do Processo nº 2026/87011/0055;

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a realização de licitação, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023, em favor da pessoa jurídica a seguir relacionadas no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

I - pessoa jurídica: PELA EMPRESA, EXATA ASSESSORIA LTDA, CNPJ 47.668.753/0001-33, nome fantasia "GIG SHOWS" (BANDA FORRÓ DE LUXXO);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro de Castro  
Secretária do Turismo do Estado

**PORTARIA Nº 20/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e altera a Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019 e o Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de músico que represente a atividade artística cultural, para apresentação de show, durante a realização do evento de carnaval, no 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 14 de fevereiro de 2026, a fim de fomentar os eventos culturais e turísticos do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a aquisição pretendida possui reserva orçamentária financeira demonstrada nos autos e que os valores são compatíveis com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDO que, por se tratar de apresentação artística musical regional, esta contratação está amparada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e nos autos do Processo nº 2026/87011/0053;

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a realização de licitação, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023, em favor da pessoa jurídica a seguir relacionadas no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

I - pessoa jurídica: PELA EMPRESA, I R DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL, CNPJ 23.708.060/0001-69, nome fantasia "I R PRODUÇÃO" (CANTORA HARELY SANTOS);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária Do Turismo Do Estado

**PORTARIA Nº 21/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e altera a Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019 e o Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de músico que represente a atividade artística cultural, para apresentação de show, durante a realização do evento de carnaval, no 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026, a fim de fomentar os eventos culturais e turísticos do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a aquisição pretendida possui reserva orçamentária financeira demonstrada nos autos e que os valores são compatíveis com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDO que, por se tratar de apresentação artística musical regional, esta contratação está amparada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e nos autos do Processo nº 2026/87011/00063;

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a realização de licitação, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023, em favor da pessoa jurídica a seguir relacionadas no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

I - pessoa jurídica: PELA EMPRESA, MARIO CEZAR E FILIPE LTDA, CNPJ 29.521.733/0001-53, nome fantasia “MC & F PRODUÇÕES” (MARIO CEZAR E FILIPE);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária Do Turismo Do Estado

PORTARIA Nº 22/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e altera a Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019 e o Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de músico que represente a atividade artística cultural, para apresentação de show, durante a realização do evento de carnaval, no 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026, a fim de fomentar os eventos culturais e turísticos do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a aquisição pretendida possui reserva orçamentária financeira demonstrada nos autos e que os valores são compatíveis com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDO que, por se tratar de apresentação artística musical regional, esta contratação está amparada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e nos autos do Processo nº 2026/87011/00054;

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a realização de licitação, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023, em favor da pessoa jurídica a seguir relacionadas no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

I - pessoa jurídica: PELA EMPRESA, I R DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL, CNPJ 23.708.060/0001-69, nome fantasia “I R PRODUÇÃO” (DUPLA NALBERTH E MURILO);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária Do Turismo Do Estado

PORTARIA Nº 23/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019 e Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo identificado, para sem nenhum prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de fiscal de contrato, bem como, designar o respectivo substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, conforme:

NÚMERO DE CONTRATO	NÚMERO DO PROCESSO	FISCAL DE CONTRATO	FISCAL SUBSTITUTO	OBJETO DO CONTRATO
3/2026/GABSEC/SETUR	2026/87011/00053	Nome: Wingly Silva Rodrigues Matricula: 11777621-4	Nome: Giselle Parente Carvalho Matricula: 12011940-1	Contratações de apresentações artísticas musicais regionais - durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2026.
4/2026/GABSEC/SETUR	2026/87011/00063			
5/2026/GABSEC/SETUR	2026/87011/00054			
7/2026/GABSEC/SETUR	2026/87011/00057			
8/2026/GABSEC/SETUR	2026/87011/00055			

Art. 2º São atribuições do fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato das cláusulas avençadas;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à Diretoria Administrativa e Financeira;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes e imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria Administrativa e Financeira para ciência e apreciação;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após, encaminhar para a Diretoria Administrativa e Financeira para as devidas providências;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, construa ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária Do Turismo Do Estado

PORTARIA Nº 24/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e altera a Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019 e o Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de músico que represente a atividade artística cultural, para apresentação de show, durante a realização do evento de carnaval, no 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026, a fim de fomentar os eventos culturais e turísticos do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a aquisição pretendida possui reserva orçamentária financeira demonstrada nos autos e que os valores são compatíveis com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDO que, por se tratar de apresentação artística musical nacional, esta contratação está amparada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e nos autos do Processo nº 2026/87011/0047;

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a realização de licitação, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023, em favor da pessoa jurídica a seguir relacionadas no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

I - pessoa jurídica: PELA EMPRESA, IL SHOWS LTDA, CNPJ 39.942.698/0001-08, nome fantasia "IL PRODUÇÕES" (IGUINHO E LULINHA);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária Do Turismo Do Estado

PORTARIA Nº 25/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e altera a Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019 e o Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de músico que represente a atividade artística cultural, para apresentação de show, durante a realização do evento de carnaval, no 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026, a fim de fomentar os eventos culturais e turísticos do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a aquisição pretendida possui reserva orçamentária financeira demonstrada nos autos e que os valores são compatíveis com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDO que, por se tratar de apresentação artística musical nacional, esta contratação está amparada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e nos autos do Processo nº 2026/87011/0051;

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a realização de licitação, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 6.606/2023, em favor da pessoa jurídica a seguir relacionadas no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

I - pessoa jurídica: PELA EMPRESA, KADU MARTINS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, CNPJ 57.226.251/0001-06, nome fantasia "KADU MARTINS" (CANTOR KADU MARTINS);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária Do Turismo Do Estado

PORTARIA Nº 26/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019 e Ato nº 3.321 - NM, publicado no DOE edição nº 6.961, do dia 15 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo identificado, para sem nenhum prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de fiscal de contrato, bem como, designar o respectivo substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, conforme:

NÚMERO DE CONTRATO	NÚMERO DO PROCESSO	FISCAL DE CONTRATO	FISCAL SUBSTITUTO	OBJETO DO CONTRATO
6/2026/GABSEC/SETUR 9/2026/GABSEC/SETUR	2026/87011/00047 2026/87011/00051	Nome: Wingly Silva Rodrigues Matrícula: 11777621-4	Nome: Giselle Parente Carvalho Matrícula: 12011940-1	Contratações de apresentações artísticas musicais regionais - durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 e de fevereiro de 2026.

Art. 2º São atribuições do fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato das cláusulas avençadas;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à Diretoria Administrativa e Financeira;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes e imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria Administrativa e Financeira para ciência e apreciação;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após, encaminhar para a Diretoria Administrativa e Financeira para as devidas providências;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, construa ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária do Turismo do Estado

**PORTARIA Nº 28/2026/GABSEC/SETUR,  
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.**

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual e altera a Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019 e o Ato nº 3.321 - NM. Conforme Diário Oficial nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo identificados, para sem nenhum prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscais de Convênio/Colaboração, dos termos elencados a seguir:

NÚMERO DO PROJETO	NÚMERO DO TERMO (TRANSFERE - TO)	NÚMERO DO PROCESSO	OBJETO DO TERMO	FISCAL/ MATRÍCULA	FISCAL SUPLENTE/ MATRÍCULA	CIDADE
010200.00016/2026	87010.000005/2026	2026/87011/000039	APOIO A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS - TO.	ANDERSON NEVES RIMAR Matrícula: 11993227-1	WICKER PEREIRA COSTA Matrícula: 11815825-3	PALMEIRAS DO TOCANTINS

Parágrafo único. Os fiscais designados nesta Portaria receberá comunicação interna de ordem de fiscalização, três dias antes do evento.

Art. 2º São atribuições dos fiscais:

I - ler atentamente o termo de convênio, plano de trabalho, cronograma de execução, especialmente quanto à especificação do objeto;

II - ter conhecimento das normas disciplinadoras de convênios e Colaborações para fiscalizar sua correta aplicação;

III - verificar o cumprimento das condições acordadas no termo de Convênio/Colaboração e plano de trabalho, técnicas e administrativas, em todos os aspectos;

IV - orientar o conveniente sobre a correta execução do Convênio/Colaboração, bem como, levar aos mesmos o conhecimento das situações de risco, recomendando medidas e estabelecendo prazos para a solução;

V - anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do Convênio/Colaboração, informando à concedente, aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas e defeitos observados;

VI - representar à concedente, contra irregularidades, ainda que não diretamente relacionadas à execução do Convênio/Colaboração, mas acerca de circunstâncias de que tenha conhecimento em razão do ofício;

VII - buscar, em caso de dúvida, auxílio junto às áreas técnicas competentes sobre assuntos alheios ao seu conhecimento.

VIII - fazer relatório circunstanciado quanto a execução do projeto e anexar ao projeto em até 5 dias úteis após sua fiscalização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Janeiro de 2026.

GABINETE DA SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS - SETUR, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026.

Ana Maria Monteiro De Castro  
Secretária de Estado do Turismo

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 2026/87011/0053  
Contrato nº 3/2026/GECONV/SETUR  
Contratante: SECRETARIA DO TURISMO - SETUR  
CNPJ sob nº 49.942.422/0001-75.  
Contratada: I R DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL  
CNPJ: 23.708.060/0001-69.  
Objeto do Contrato: Apresentação Musical - Show Artístico - com a cantora Hariely Santos, durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 14 de fevereiro de 2026.  
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação  
Valor do Contrato: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)  
Natureza da Despesa: 33.90.39  
Fonte de Recurso: 104  
Data da Assinatura: 10/02/2026  
Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita à execução até os respectivos créditos orçamentários para 2026 ou até a utilização do quantitativo, a partir da data de sua assinatura.  
Signatários:  
ANAMARIA MONTEIRO DE CASTRO - Representante Legal da Contratante.  
IBANEIDE RODRIGUES DOS SANTOS - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 2026/87011/00063  
Contrato nº 4/2026/GECONV/SETUR  
Contratante: SECRETARIA DO TURISMO - SETUR  
CNPJ sob nº 49.942.422/0001-75.  
Contratada: MARIO CEZAR E FILIPE LTDA  
CNPJ: 29.521.733/0001-53.  
Objeto do Contrato: Apresentação Musical - Show Artístico - com a dupla Mário Cezar e Filipe, durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026.  
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação  
Valor do Contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)  
Natureza da Despesa: 33.90.39  
Fonte de Recurso: 104  
Data da Assinatura: 10/02/2026  
Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita à execução até os respectivos créditos orçamentários para 2026 ou até a utilização do quantitativo, a partir da data de sua assinatura.  
Signatários:  
ANAMARIA MONTEIRO DE CASTRO - Representante Legal da Contratante.  
FILIPE MOURA REZENDE - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 2026/87011/0054  
Contrato nº 5/2026/GABSEC/SETUR  
Contratante: SECRETARIA DO TURISMO - SETUR  
CNPJ sob nº 49.942.422/0001-75.  
Contratada: I R DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL  
CNPJ: 23.708.060/0001-69.  
Objeto do Contrato: Apresentação Musical - Show Artístico - com a dupla Nalberth e Murilo, durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026.  
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação  
Valor do Contrato: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)  
Natureza da Despesa: 33.90.39  
Fonte de Recurso: 104  
Data da Assinatura: 10/02/2026  
Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita à execução até os respectivos créditos orçamentários para 2026 ou até a utilização do quantitativo, a partir da data de sua assinatura.  
Signatários:  
ANA MARIA MONTEIRO DE CASTRO - Representante Legal da Contratante.  
I R DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL - Representante Legal da Contratada.



**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 2026/87011/0047  
Contrato nº 6/2026/GABSEC/SETUR  
Contratante: SECRETARIA DO TURISMO - SETUR  
CNPJ sob nº 49.942.422/0001-75.  
Contratada: IL SHOWS LTDA  
CNPJ: 39.942.698/0001-08.  
Objeto do Contrato: Apresentação Musical - Show Artístico - com a dupla Iguinho e Lulinha, durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026.  
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação  
Valor do Contrato: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)  
Natureza da Despesa: 33.90.39  
Fonte de Recurso: 500  
Data da Assinatura: 11/02/2026  
Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita à execução até os respectivos créditos orçamentários para 2026 ou até a utilização do quantitativo, a partir da data de sua assinatura.  
Signatários:  
ANAMARIA MONTEIRO DE CASTRO - Representante Legal da Contratante.  
ALBERTO SALOMÃO CAVALCANTI SIMÕES - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 2026/87011/00057  
Contrato nº 7/2026/GECONV/SETUR  
Contratante: SECRETARIA DO TURISMO - SETUR  
CNPJ sob nº 49.942.422/0001-75.  
Contratada: PAPOKO RECORDS AGENCIA LTDA  
CNPJ: 60.104.293/0001-89.  
Objeto do Contrato: Apresentação Musical - Show Artístico - com o cantor Breno Major, durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026.  
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação  
Valor do Contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)  
Natureza da Despesa: 33.90.39  
Fonte de Recurso: 104  
Data da Assinatura: 10/02/2026  
Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita à execução até os respectivos créditos orçamentários para 2026 ou até a utilização do quantitativo, a partir da data de sua assinatura.  
Signatários:  
ANAMARIA MONTEIRO DE CASTRO - Representante Legal da Contratante.  
GUILHERME MARINHO FEITOSA - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 2026/87011/00055  
Contrato nº 8/2026/GECONV/SETUR  
Contratante: SECRETARIA DO TURISMO - SETUR  
CNPJ sob nº 49.942.422/0001-75.  
Contratada: EXATA ASSESSORIA LTDA  
CNPJ: 47.668.753/0001-33.  
Objeto do Contrato: Apresentação Musical - Show Artístico - com a Banda Forró de Luxo, durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 14 de fevereiro de 2026.  
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação  
Valor do Contrato: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)  
Natureza da Despesa: 33.90.39  
Fonte de Recurso: 104  
Data da Assinatura: 10/02/2026  
Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita à execução até os respectivos créditos orçamentários para 2026 ou até a utilização do quantitativo, a partir da data de sua assinatura.  
Signatários:  
ANAMARIA MONTEIRO DE CASTRO - Representante Legal da Contratante.  
JANN CARLOS ALVES LUCENA JUNIOR - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 2026/87011/00051  
Contrato nº 9/2026/GABSEC/SETUR  
Contratante: SECRETARIA DO TURISMO - SETUR  
CNPJ sob nº 49.942.422/0001-75.  
Contratada: KADU MARTINS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA  
CNPJ: 57.226.251/0001-06.  
Objeto do Contrato: Apresentação Musical - Show Artístico - com o cantor Kadu Martins, durante a realização do 5º Carna Praça de 2026, na Praça dos Girassóis no município de Palmas - TO, a realizar no dia 13 de fevereiro de 2026.  
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação  
Valor do Contrato: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)  
Natureza da Despesa: 33.90.39  
Fonte de Recurso: 104  
Data da Assinatura: 11/02/2026  
Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita à execução até os respectivos créditos orçamentários para 2026 ou até a utilização do quantitativo, a partir da data de sua assinatura.  
Signatários:  
ANAMARIA MONTEIRO DE CASTRO - Representante Legal da Contratante.  
SUELYTON DIOGENES FERNANDES DE LIMA - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO nº 2026/87011/000018  
CONTRATO nº 000040/2026  
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Turismo - TO  
CONTRATADO: REDUTO SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 21.315.603/0001-52  
OBJETO: Contratação de Serviços de Empresa Especializada em Segurança Patrimonial;  
VALOR : R\$ 469.000,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.695.1179.1158;  
Natureza da Despesa 33.90.36  
Fonte 0500.  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses com início no mês de fevereiro de 2026 e término no mês de fevereiro de 2027  
MODALIDADE: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90029/2025  
DATA DA ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS:  
ANA MARIA MONTEIRO DE CASTRO - Secretária de Estado do Turismo do Tocantins, Contratante.  
WANDERSON ROCHA ARAÚJO - Representante Legal da Contratada.

**EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO**

Processo nº: 2026/87011/000030  
Convênio nº: 87010.000005/2026  
Concedente: SECRETARIA DO TURISMO  
Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS - TO.  
CNPJ: 25.064.056/0001-30  
Objeto: APOIO A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS - TO.  
Valor Concedido: R\$ 280.000,00  
Valor da Contrapartida: R\$ 1.000,00  
Valor Total: R\$ 281.000,00  
Data da Assinatura: 10/02/2026  
Vigência: 31/12/2026  
Natureza da Despesa: 3.3.40.41  
Fonte de Recurso: 500  
Signatários: ANA MARIA MONTEIRO DE CASTRO - Secretária  
FRANCISCO NOLETO JUNIOR - Prefeito

## ADAPEC

**PORTARIA Nº 39, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O presidente da Agência de Defesa Agropecuária do estado do Tocantins - ADAPEC no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Lei nº 193, de 19 de junho de 1999 c/c §1º do art. 2 do Decreto nº 860/99 e ainda, a Portaria nº 193, de 19 de setembro de 1994, do Ministério da Agricultura e Pecuária art. 12 da Portaria nº 171, de 06 de setembro de 2004 desta Agência,

Considerando que esta Autarquia é a executora das ações estaduais de Defesa Sanitária Animal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os nomes, abaixo relacionados, para comporem o Comitê Consultivo do Programa Estadual de Sanidade Avícola no Estado do Tocantins - COESA/TO conforme segue:

Agência de Defesa Agropecuária - ADAPEC

I - Mariana Teles da Cunha - TITULAR

II - Sergio Armando Castro Souza Liocádio - SUPLENTE

Superintendência Federal da Agricultura - SFA

I - Welciton de Assunção Alves - TITULAR

II - Luiz Eduardo Cardoso da ROCHA - SUPLENTE

Sociedade dos Médicos Veterinários do Tocantins - SOVETTO

I - Simone Santos Oliveira Barros - TITULAR

II - Giovane Fernandes Brito - SUPLENTE

Iniciativa Privada (Responsáveis Técnicos)

I - Renata Fernanda Fernandes de Melo - TITULAR

II - João Vitor de Santana Rezende - SUPLENTE

Secretaria da Agricultura e Pecuária - SEAGRO

I - Janaína Maria da Silva Centrone Campos - TITULAR

II - Guilherme Parente do Nascimento - SUPLENTE

Associação de Avicultores do Norte do Tocantins - AVINTO

I - Arley Matias Rodrigues - TITULAR

II - Ronilei Pereira de Araújo - SUPLENTE

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Tocantins - CRMV/TO

I - Isadora Mello Cardoso Castro - TITULAR

II - Felipe Carrilho Arantes Ribeiro - SUPLENTE

Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

I - Mayumi Caetano Matuoca - TITULAR

II - Oscar Barroso Vitorino Junior - SUPLENTE

Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS

I - Helio de Souza - TITULAR

II - Antonio Carlos Damasceno Santos - SUPLENTE

Secretária da Saúde

I - Rita Coelho dos Santos - TITULAR

II - Iza Alencar Sampaio de Oliveira - SUPLENTE

Art. 2º Esta Portaria entra e vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 09 dias do mês de fevereiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA

Presidente

**PORTARIA Nº 40, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso X, do Regimento interno, aprovado pelo Decreto nº 6.384, de 4 de janeiro de 2022, c/c art. 4º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 1.082, de 1º de julho de 1999, c/c o art. 1º, §2º e art. 2º, §1º, do Decreto nº 860, de 11 de novembro de 1999,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), aprovada pela Instrução Normativa SDA MAPA Nº 10, de 03 de março de 2017, a Portaria ADAPEC/TO Nº 297, de 27 de setembro de 2018 e Portaria ADAPEC/TO Nº 214, de 03 de agosto de 2023.

**RESOLVE:**

Art. 1º Cadastrar junto à ADAPEC/TO o Médico Veterinário MATEUS RODRIGUES DOS SANTOS inscrito no CRMV-TO sob o nº 02699 residente neste Estado, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal, referente à vacinação de fêmeas bovinas e bubalinas entre três a oito meses de idade, em dose única, com amostra 19 de Brucella abortus e/ou amostra RB 51, de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º O profissional supracitado utilizará o nº 628 e atuará em todos os municípios do Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 09 dias do mês de fevereiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA

Presidente

**PORTARIA Nº 41, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso XI, do Regimento Interno, aprovado pelo do Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008 c/c art. 42, §1º, inciso II da Constituição do Estado e, ainda, em conformidade com o art. 31, §4º, inciso II, do Decreto Estadual nº 3.943, de 20 de janeiro de 2010.

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento de fiscal para todos os contratos públicos;

CONSIDERANDO que os atos de gestão devem sempre ser fiscalizados;

## RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora MARIELY SILVA RICHTER DOS SANTOS, matrícula funcional nº 11961430-1, como titular, para exercer o cargo de fiscal do seguinte contrato:

Art. 2º Contrato nº 16/2025, vinculado ao processo nº 2025 34530 000031, firmado com a empresa RC CARTUCHOS INFORMATICA E PAPELARIA LTDA, CNPJ nº 06.015.659/0001-06.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;

II - anotar em registro próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou e o resultado das medidas tomadas;

III - opinar sobre oportunidade e conveniência de aditamento contratual;

IV - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

V - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado do previsto;

VI - informar à unidade de programação orçamentária e financeira, até 15 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

VII - encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício o pedido de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte.

Art. 4º Designar a servidora ALINE NADJA LIMA VIEIRA DE CARVALHO, matrícula funcional nº 968599-1 como suplente, pelo acompanhamento e fiscalização do citado contrato, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

Art. 5º Revoga-se a Portaria 175, de 26/06/2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 09 dias do mês de fevereiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA  
Presidente

**PORTARIA Nº 42, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso X, do Regimento interno, aprovado pelo Decreto nº 6.384, de 4 de janeiro de 2022, c/c art. 4º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 1.082, de 1º de julho de 1999, c/c o art. 1º, §2º e art. 2º, §1º, do Decreto nº 860, de 11 de novembro de 1999,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), aprovada pela Instrução Normativa SDA MAPA Nº 10, de 03 de março de 2017, a Portaria ADAPEC/TO Nº 297, de 27 de setembro de 2018 e Portaria ADAPEC/TO Nº 214, de 03 de agosto de 2023.

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 22, de 27 de janeiro de 2023, junto à ADAPEC/TO da Médica Veterinária MAGDA CILENE LIBÓRIO MIRANDA, inscrita no CRMV-TO sob o nº 01818 e utilizava o nº 511,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA  
Presidente

**PORTARIA Nº 43, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso X, do Regimento interno, aprovado pelo Decreto nº 6.384, de 4 de janeiro de 2022, c/c art. 4º, inciso II, alínea "a", da Lei nº 1.082, de 1º de julho de 1999, c/c o art. 1º, §2º e art. 2º, §1º, do Decreto nº 860, de 11 de novembro de 1999,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), aprovada pela Instrução Normativa SDA MAPA Nº 10, de 03 de março de 2017, a Portaria ADAPEC/TO Nº 297, de 27 de setembro de 2018 e Portaria ADAPEC/TO Nº 214, de 03 de agosto de 2023.

## RESOLVE:

Art. 1º Cadastrar junto à ADAPEC/TO o Médico Veterinário BRUNO MENDONÇA MOURA COSTA inscrito no CRMV-TO sob o nº 02661 residente neste Estado, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal, referente à vacinação de fêmeas bovinas e bubalinas entre três a oito meses de idade, em dose única, com amostra 19 de Brucella abortus e/ou amostra RB 51, de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º O profissional supracitado utilizará o nº 629 e atuará em todos os municípios do Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA  
Presidente

**RETIFICAÇÃO**

RETIFICAR O PARECER JURÍDICO 172/2025, TERCEIRO TERMO ADITIVO E EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO, do Processo Administrativo nº 2023.34530.000067, entre a AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS e a Senhora FRANCIRENE ROSA MOURA RIBEIRO, referente à Locação de Imóvel na Cidade de Barra do Ouro-TO.

Onde se lê:  
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Leia-se:  
TERCEIRO TERMO ADITIVO

Palmas-TO, 09 de fevereiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA  
Presidente

**AGETO****PORTARIA AGETO Nº 19/2026, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, nomeado através do Ato nº 3.619 - NM, Diário Oficial nº 6.969, de 29 de dezembro de 2025, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora LÚCIA LEIKO TACAOCA MURAISHI GARCIA, matrícula funcional nº 674361, para, sem prejuízo de suas atribuições e após prévia permissão formal do Gestor da Pasta, representar esta Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO no tocante aos interesses institucionais desta autarquia, perante:

- I - Universidade Federal do Tocantins- UFT;
- II - Instituições internacionais de crédito;
- III - demais órgãos ou entidades internas ou externas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria AGETO nº 133/2024, de 1º de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.630, de 09 de agosto de 2024.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, aos 05 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

TÚLIO PARREIRA LABRE  
Presidente

PORTARIA AGETO Nº 20/2026, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, nomeado através do Ato nº 3.619 - NM. Diário Oficial nº 6.969, de 29 de dezembro de 2025, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, com fundamento na Portaria AGETO nº 047/2025, que regulamenta o Procedimento de Apuração de Responsabilidade de Fornecedores - PARF,

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR, no âmbito da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, a Comissão Processante - COP, de natureza permanente, com a finalidade de conduzir os procedimentos de apuração de responsabilidade de fornecedores, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para compor a referida Comissão:

- a) ENIELY MAISA DE MORAES FERREIRA, matrícula nº 11637650, como Presidente da Comissão;
- b) ROBSON TEIXEIRA DA SILVA, matrícula nº 67870-2, como membro titular;
- c) GILMAR OLIVEIRA BRITO, matrícula nº 749725-1, como membro titular;
- d) RAIMUNDA DA SILVA CARVALHO, matrícula nº 521118-1, como membro suplente;

§1º Em caso de impedimento ou ausência do Presidente, a presidência da Comissão poderá ser assumida por qualquer dos membros titulares, mediante designação interna e comunicação à autoridade competente.

§2º No caso de impedimento dos membros titulares, os membros suplentes da Comissão poderão praticar todos os atos delegados àqueles, independentemente da existência de ato de substituição;

Art. 3º A Comissão ora designada atuará sem prazo determinado, observando os princípios da legalidade, imparcialidade, eficiência e demais diretrizes estabelecidas na Portaria AGETO nº 047/2025, assegurando a regularidade e a transparência dos procedimentos de apuração instaurados no âmbito desta Agência.

Art. 4º Os membros da Comissão deverão declarar-se impedidos ou suspeitos nas hipóteses previstas no art. 5º da Portaria AGETO nº 047/2025, sob pena de nulidade dos atos praticados.

Art. 5º As atribuições da Comissão ora designada são aquelas previstas na Portaria AGETO nº 047/2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, REVOGANDO a PORTARIA AGETO Nº 83/2025, DE 12 DE MAIO DE 2025.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

TÚLIO PARREIRA LABRE  
Presidente

APOSTILAMENTO DE FONTE Nº 01/2026/DFIN

TERMO DE APOSTILAMENTO DE FONTES AO CONTRATO Nº 061/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO TOCANTINS, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA DE TRANSPORTE, OBRAS E INFRAESTRUTURA. NESTE ATO REPRESENTADO PELAS EMPRESAS CONSTRUTORA BRIDGE LTDA INSCRITO NO CNPJ 26.827.066/0001-43, CONSTRUTORA JARDIM LTDA 00.123.661/0001-04 E PREMIER EDIFICAÇÕES LTDA 19.258.352/0001-70 PROCESSO: 2025/38960/003570

O ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nessa Capital, por intermédio da AGÊNCIA DE TRANSPORTE, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, inscrita no CNPJ sob nº 17.684.344/0001-60, representada por seu Vice - Presidente TÚLIO PARREIRA LABRE, portador da Cédula de Identidade nº XXX.796 SSP-TO e do CPF: XX.XXX.831-41, residente domiciliado em Palmas - TO, doravante denominado CONTRATANTE, resolve apostilar o Contrato nº 061/2025, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Apostilamento tem por objeto corrigir erro material na cláusula 4.1 do contrato sob referência, para incluir as informações completas exigidas no inciso VIII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.1 - A cláusula 4.1 do Contrato nº 061/2025, passa a ter a seguinte redação:

4.1. As despesas para execução dos serviços, com base na presente licitação, correrão por conta da classificação à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado do Tocantins deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 38960/0003
- II. Fonte de Recursos: 5.00, 7.50, 7.54 e 7.99
- III. Programa de Trabalho: 3111
- IV. Elemento de Despesa: 4.4.90.51
- V. Plano Interno: 26.782.1152.3111
- VI. Nota de Empenho: 2025NE006619, 2025NE006620, 2025NE006621



## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - A alteração em tela tem fundamento na necessidade de cumprimento da exigência legal contida no inciso VIII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.

2.2 - O Apostila, como instrumento próprio para formalização de correções de erro material que não caracterizam alteração contratual, está prevista no *caput* do art. 136 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo (...).

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1 - Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo de Apostilamento.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 - Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

TÚLIO PARREIRA LABRE  
Presidente da AGETO

ADRIANO CORREIA DA SILVA  
Superintendente de Adm. Finanças

## APOSTILAMENTO DE FONTE Nº 02/2026/DFIN

TERMO DE APOSTILAMENTO DE FONTES AO CONTRATO Nº 030/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO TOCANTINS, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA DE TRANSPORTE, OBRAS E INFRAESTRUTURA. NESTEATO REPRESENTADO PELAS EMPRESAS CONSTRUTORA BRIDGE LTDA INSCRITO NO CNPJ 26.827.066/0001-43, CONSTRUTORA JARDIM LTDA 00.123.661/0001-04 E PREMIER EDIFICAÇÕES LTDA 19.258.352/0001-70 PROCESSO: 2025/38960/003386

O ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nessa Capital, por intermédio da AGÊNCIA DE TRANSPORTE, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, inscrita no CNPJ sob nº 17.684.344/0001-60, representada por seu Vice - Presidente TÚLIO PARREIRA LABRE, portador da Cédula de Identidade nº XXX.796 SSP-TO e do CPF: XXX.XXX.831-41, residente domiciliado em Palmas - TO, doravante denominado CONTRATANTE, resolve apostilar o Contrato nº 030/2025, mediante as seguintes cláusulas:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Apostilamento tem por objeto corrigir erro material na cláusula 4.1 do contrato sob referência, para incluir as informações completas exigidas no inciso VIII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.1 - A cláusula 4.1 do Contrato nº 030/2025, passa a ter a seguinte redação:

4.1. As despesas para execução dos serviços, com base na presente licitação, correrão por conta da classificação à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado do Tocantins deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

VII. Gestão/Unidade: 38960/0003

VIII. Fonte de Recursos: 5.00, 7.50, 7.54 e 7.99

IX. Programa de Trabalho: 3111

X. Elemento de Despesa: 4.4.90.51

XI. Plano Interno: 26.782.1152.3111

XII. Nota de Empenho: 2025NE003247

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - A alteração em tela tem fundamento na necessidade de cumprimento da exigência legal contida no inciso VIII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.

2.2 - O Apostila, como instrumento próprio para formalização de correções de erro material que não caracterizam alteração contratual, está prevista no *caput* do art. 136 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo (...).

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1 - Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo de Apostilamento.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 - Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Palmas/TO, 09 de fevereiro de 2026.

TÚLIO PARREIRA LABRE  
Presidente da AGETO

ADRIANO CORREIA DA SILVA  
Superintendente de Adm. Finanças

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento do Contrato nº 014/2024  
Processo nº 2025/38960/003596  
Contratante: Agência De Transportes, Obras E Infraestrutura - AGETO.  
Contratada: Premier Edificações Ltda.  
Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento, o reajustamento de preços para atualização nominal da 9ª medição de reajustamento no valor de R\$ 7.032,67 (sete mil e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos), 10ª medição de reajustamento no valor de R\$ 7.032,67 (sete mil e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos), 11ª medição de reajustamento no valor de R\$ 3.305,29 (três mil e trezentos e cinco reais e vinte e nove centavos), 12ª medição de reajustamento no valor de R\$ 13.453,36 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), 13ª medição de reajustamento no valor de R\$ 43.491,24 (quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos), 14ª medição de reajustamento no valor de R\$ 6.726,39 (seis mil, setecentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos), 15ª medição de reajustamento no valor de R\$ 12.822,73 (doze mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e três centavos), 16ª medição de reajustamento no valor de R\$ 37.015,95 (trinta e sete mil, quinze reais e noventa e cinco centavos) e a 17ª medição de reajustamento no valor de R\$ 4.331,95 (quatro mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), totalizando o montante de R\$ 135.212,25 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e doze reais e vinte e cinco centavos), em razão da necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, obedecendo a variação de preços prevista no contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia civil para construção de pontes em concreto armado nas: I) rodovia TO-110, trecho: São Félix do Tocantins/Lizarda; II) rodovia TO-247, trecho: Lagoa do Tocantins/São Félix do Tocantins, no estado do Tocantins, em conformidade com o edital, projeto básico e seus anexos. Valor: R\$ 135.212,25 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e doze reais e vinte e cinco centavos).  
Funcional programática: 38960.26.782.1152.3111, Natureza da Despesa 449051, Fonte 1 754 0000000.  
Data da Assinatura: 06 de fevereiro de 2026.  
Signatário: Túlio Parreira Labre - Representante da Contratante.



PORTARIA Nº 8/2026/GABPRES/ATS,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado do Tocantins, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de gestor, fiscal técnico e fiscal substituto do contrato elencado a seguir:

CONTRATO	109/2021	EMPRESA	TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A
OBJETO DO CONTRATO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE FROTAS, PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÕES DE VEÍCULOS		
GESTOR DO CONTRATO	MARLUS VINICIUS MOURA MAMEDE DINIZ Mat. 1047825-1		
FISCAL DO CONTRATO	ALEXANDRE MAIA CARDOSO Mat. 95312-9		
FISCAL SUBSTITUTO	PELIANE SOARES DA SILVA Mat. 1225111-2		

Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

II - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parcelada;

III - Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;

V - Comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

VI - Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

VII - Acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

VIII - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX - Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X - Notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias.

Art. 3º São atribuições do Fiscal Técnico do Contrato:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato das cláusulas avençadas;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas.

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes e imediatamente comunicar através de relatório ao Setor Responsável para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 dias do final da vigência, logo após encaminhar para o setor responsável para as devidas providências;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

XI - acompanhar junto à unidade de programação orçamentária e financeira, até 15 de dezembro de cada ano (ou data designada no competente decreto de encerramento de exercício financeiro), as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

Parágrafo único: O fiscal substituto atuará nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares dos titulares.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, em Palmas, aos 11 de fevereiro de 2026.

PEDRO CARDOSO  
Presidente - ATS

PORTARIA Nº 13/2026/GABPRES/ATS,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado do Tocantins, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de gestor, fiscal técnico e fiscal substituto do contrato elencado a seguir:

CONTRATO	61/2025	EMPRESA	L. DE NARDIN LTDA - ME
OBJETO DO CONTRATO	Aquisição de equipamentos de proteção individual e uniformes, para atender as necessidades, para atendimento aos Municípios de Concessão para atender as demandas da ATS.		
GESTOR DO CONTRATO	Fernando Fabrizio Lemes Ferreira Mat. 11639539-3		
FISCAL DO CONTRATO	Pedro Henrique Moraes De Andrade Mat. 11507810-5		
FISCAL SUBSTITUTO	Guilherme David Gonçalves Mat: 11661445-2		

Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

II - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parcelada;

III - Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;

V - Comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

VI - Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

VII - Acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

VIII - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX - Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X - Notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias.

Art. 3º São atribuições do Fiscal Técnico do Contrato:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato das cláusulas avençadas;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas.

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes e imediatamente comunicar através de relatório ao Setor Responsável para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 dias do final da vigência, logo após encaminhar para o setor responsável para as devidas providências;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

XI - acompanhar junto à unidade de programação orçamentária e financeira, até 15 de dezembro de cada ano (ou data designada no competente decreto de encerramento de exercício financeiro), as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

Parágrafo único: O fiscal substituto atuará nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares dos titulares.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, em Palmas, 11 de fevereiro de 2026.

PEDRO CARDOSO  
Presidente - ATS

## DETRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 002195/2026

O Departamento Estadual de Trânsito, com base nas competências elencadas nos arts. 21 e 281 da Lei 9.503/97 - CTB, e também nas disposições da Lei nº 9.873/99, resolve dar ciência dos respectivos Autos de Infração constantes do edital e estabelece o prazo de 30 dias para interposição de recursos. Os dados das infrações de trânsito estão na seguinte ordem: Placa/UF; Órgão Autuador; Nº Auto de Infração; Data do cometimento; Hora Cometimento e Código/Desdobramento. Demais informações e segunda via das notificações devem ser obtidas através do endereço eletrônico: [multas@detran.to.gov.br](mailto:multas@detran.to.gov.br).

PLACA/UF	Órgão Autuador	Nº Auto de Infração	Data do cometimento	Hora do cometimento	Código/Desdobramento
JHN6J75/TO	DETRAN	MB00051437	09/02/2026	08:04	6920-1
QWF6I97/TO	DETRAN	MB00051438	09/02/2026	08:31	6920-1
OAK7G26/TO	DETRAN	MB00051439	09/02/2026	08:38	6920-1
MWN6639/TO	DETRAN	MB00051440	09/02/2026	08:46	6920-1
GTN4A05/TO	DETRAN	MB00051441	09/02/2026	08:56	6920-1
SSK2J44/TO	DETRAN	MB00051442	09/02/2026	09:16	6920-1
OLJD51/TO	DETRAN	MB00051443	09/02/2026	09:24	6920-1
QKLQJ32/TO	DETRAN	MB00051444	09/02/2026	09:37	6920-1
QKH8C31/TO	DETRAN	MB00051445	09/02/2026	09:41	6920-1
QVSOA73/TO	DETRAN	MB00051446	09/02/2026	09:47	6920-1
JIO1H53/TO	DETRAN	MB00051447	09/02/2026	09:56	6920-1
JZA3E57/TO	DETRAN	MB00051448	09/02/2026	09:59	6920-1
PAM8G385/TO	DETRAN	MB00051449	09/02/2026	10:29	6920-1
MXV4I37/TO	DETRAN	MB00051450	09/02/2026	10:31	6920-1
QEQ5J57/TO	DETRAN	MB00051451	09/02/2026	10:35	6920-1
NGIOJ86/TO	DETRAN	MB00051452	09/02/2026	10:43	6920-1
MWM4I14/TO	DETRAN	MB00051453	09/02/2026	10:53	6920-1
QWB3G60/TO	DETRAN	MB00051454	09/02/2026	10:59	6920-1
NMI5H88/TO	DETRAN	MB00051455	09/02/2026	11:01	6920-1
MWM4I46/TO	DETRAN	MB00051456	09/02/2026	11:03	6920-1
ELW3D95/TO	DETRAN	MB00051457	09/02/2026	11:04	6920-1
RWP2J80/TO	DETRAN	MB00051458	09/02/2026	11:05	6920-1
KEF1I00/TO	DETRAN	MB00051459	09/02/2026	11:17	6920-1
OCA6H16/TO	DETRAN	MB00051460	09/02/2026	11:27	6920-1
CJQ6E89/TO	DETRAN	MB00051461	09/02/2026	11:31	6920-1
RMA1I20/TO	DETRAN	MB00051462	09/02/2026	11:36	6920-1
RSC9I42/TO	DETRAN	MB00051463	09/02/2026	11:43	6920-1
QWE9B66/TO	DETRAN	MB00051464	09/02/2026	11:47	6920-1
IRJ2E50/TO	DETRAN	MB00051465	09/02/2026	11:51	6920-1
MWD3E35/TO	DETRAN	MB00051466	09/02/2026	11:58	6920-1
SVZ1I70/TO	DETRAN	MB00051467	09/02/2026	12:01	6920-1
SMR0F61/TO	DETRAN	MB00051468	09/02/2026	12:02	6920-1
MWM7H81/TO	DETRAN	MB00051469	09/02/2026	12:23	6920-1
MXE6G19/TO	DETRAN	MB00051470	09/02/2026	12:24	6920-1
ELX7F38/TO	DETRAN	MB00051471	09/02/2026	12:25	6920-1
MXG7C49/TO	DETRAN	MB00051472	09/02/2026	12:26	6920-1
QWC8H36/TO	DETRAN	MB00051473	09/02/2026	12:29	6920-1
JBM2H14/TO	DETRAN	MB00051474	09/02/2026	12:52	6920-1
QKK5932/TO	DETRAN	MB00051475	09/02/2026	12:53	6920-1
CZD9G77/TO	DETRAN	MB00051476	09/02/2026	12:53	6920-1
QKE8929/TO	DETRAN	MB00051477	09/02/2026	13:07	6920-1
RTD8F36/TO	DETRAN	MB00051478	09/02/2026	13:07	6920-1
GND2F50/TO	DETRAN	MB00051479	09/02/2026	13:10	6920-1
PSR4A45/TO	DETRAN	MB00051480	09/02/2026	13:15	6920-1
HMR4A20/TO	DETRAN	MB00051481	09/02/2026	13:15	6920-1
QWB4I70/TO	DETRAN	MB00051482	09/02/2026	13:43	6920-1
QKC1H05/TO	DETRAN	MB00051483	09/02/2026	13:47	6920-1
PKH9G89/TO	DETRAN	MB00051484	09/02/2026	14:00	6920-1

RIM4C58/TO	DETRAN	MB00051485	09/02/2026	14:01	6920-1
RSF1A48/TO	DETRAN	MB00051486	09/02/2026	14:29	6920-1
OLJ3D19/TO	DETRAN	MB00051487	09/02/2026	14:51	6920-1
QKF0337/TO	DETRAN	MB00051488	09/02/2026	15:00	6920-1
OLK1137/TO	DETRAN	MB00051489	09/02/2026	16:36	6920-1
MVT4I70/TO	DETRAN	MB00051490	09/02/2026	16:37	6920-1
QKK9I31/TO	DETRAN	MB00051491	09/02/2026	18:03	6920-1
FJW9B74/TO	DETRAN	MB00051492	09/02/2026	18:30	6920-1
HMO8E23/TO	DETRAN	SJ00NV400P	08/02/2026	23:51	6548-0
HPS1563/MA	DETRAN	SJ00H610CO	09/02/2026	01:48	6530-0
OLU5523/TO	DETRAN	SJ00R71053	09/02/2026	02:26	5169-1
SCH7G45/GO	DETRAN	SJ00UQ1001	09/02/2026	09:20	5819-1
MWW7685/TO	DETRAN	SJ00P2300R	09/02/2026	14:15	6599-2
OTT6556/PA	DETRAN	SJ00TA501S	09/02/2026	17:33	6599-2
OTT6556/PA	DETRAN	SJ00TA501T	09/02/2026	17:41	6653-1
OTT6556/PA	DETRAN	SJ00TA501U	09/02/2026	18:07	7030-1
OTT6556/PA	DETRAN	SJ00TA501V	09/02/2026	18:11	5010-0
OTT6556/PA	DETRAN	SJ00TA501W	09/02/2026	18:15	6556-4
TVB5B48/TO	DETRAN	SJ00QE500G	09/02/2026	18:54	7056-1
OLM8J73/TO	DETRAN	SJ00NW504G	09/02/2026	19:27	6599-2
OLM8J73/TO	DETRAN	SJ00NW504H	09/02/2026	19:31	6726-1
OLM8J73/TO	DETRAN	SJ00NW504I	09/02/2026	19:33	5835-0
OLM8J73/TO	DETRAN	SJ00NW504J	09/02/2026	19:33	5010-0
OLM8J73/TO	DETRAN	SJ00NW504K	09/02/2026	19:35	5274-1
OLM8J73/TO	DETRAN	SJ00NW504L	09/02/2026	19:36	5207-0
OLM8J73/TO	DETRAN	SJ00NW504M	09/02/2026	19:37	6610-2
OLM8J73/TO	DETRAN	SJ00NW504N	09/02/2026	19:41	6637-2
MVT8540/TO	DETRAN	SJ00P0601O	09/02/2026	20:12	5452-1
RIM9I64/TO	DETRAN	SJ00MM4013	09/02/2026	20:35	6599-2
RIM9I64/TO	DETRAN	SJ00MM4014	09/02/2026	20:48	5010-0
PTV3F16/TO	DETRAN	SJ00LF0001	09/02/2026	18:45	5010-0
PTO7959/MA	DETRAN	SJ00O9D001	09/02/2026	22:16	5010-0
PTO7959/MA	DETRAN	SJ00O9D002	09/02/2026	22:23	5274-2
PTO7959/MA	DETRAN	SJ00O9D003	09/02/2026	22:27	6769-0
PTO7959/MA	DETRAN	SJ00O9D004	09/02/2026	22:30	6599-2
MXG2546/TO	DETRAN	SJ00ML4015	09/02/2026	22:51	5010-0
MXG2546/TO	DETRAN	SJ00ML4016	09/02/2026	22:54	6653-1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 001657/2026

O Departamento Estadual de Trânsito, com base nas competências elencadas nos arts. 21 e 281 da Lei 9.503/97 - CTB, e também nas disposições da Lei nº 9.873/99, resolve dar ciência da imposição de penalidade de multa constantes do edital, dispondo até 16/03/2026 para efetuar o pagamento com desconto de 20% (vinte por cento) e/ou, interpor, até a mesma data, recurso, que será julgado pela JARI. Os dados das infrações de trânsito estão na seguinte ordem: Placa/UF; Órgão Autuador; Nº Auto de Infração; Data do cometimento; Hora Cometimento e Código/Desdobramento. Demais informações podem ser obtidas através do endereço eletrônico: [multas@detran.to.gov.br](mailto:multas@detran.to.gov.br).

PLACA/UF	Órgão Autuador	Nº Auto de Infração	Data do cometimento	Hora do cometimento	Código/Desdobramento
JFW4A89/TO	DETRAN	DT00046713	03/01/2026	17:13	5185-1
JFW4A89/TO	DETRAN	DT00046714	03/01/2026	17:13	6599-2
QKF4G08/TO	DETRAN	SJ00RS500D	02/01/2026	08:39	5738-0
RMU4E37/TO	DETRAN	SJ00N9200J	02/01/2026	17:08	5487-0
OYA5350/TO	DETRAN	SJ00N9200M	02/01/2026	17:36	5487-0
MWY9J82/TO	DETRAN	MB00050118	05/01/2026	11:24	6920-1
MVY7A81/TO	DETRAN	MB00050119	05/01/2026	12:27	6920-1
QKK6444/TO	DETRAN	SJ00PD102P	04/01/2026	12:07	5010-0
OOB1E87/TO	DETRAN	MB00050120	05/01/2026	13:11	6920-1
SOX7C70/TO	DETRAN	MB00050121	05/01/2026	13:18	6920-1
SDW4G43/TO	DETRAN	MB00050122	05/01/2026	13:25	6920-1
MWQ9F05/TO	DETRAN	MB00050123	05/01/2026	13:28	6920-1
QWA4F18/TO	DETRAN	MB00050124	05/01/2026	13:30	6920-1
RSDBC19/TO	DETRAN	MB00050125	05/01/2026	13:35	6920-1
QWE5J71/TO	DETRAN	MB00050126	05/01/2026	13:50	6920-1
JFX5B79/TO	DETRAN	MB00050127	05/01/2026	13:56	6920-1
QKI5A01/TO	DETRAN	MB00050128	05/01/2026	14:00	6920-1
PSA2D07/TO	DETRAN	MB00050129	05/01/2026	14:17	6920-1
OLH7A14/TO	DETRAN	MB00050130	05/01/2026	16:01	6920-1
OTC9I37/TO	DETRAN	MB00050131	05/01/2026	16:33	6920-1
HCO7505/TO	DETRAN	MB00050132	05/01/2026	16:37	6920-1
QKL7H13/TO	DETRAN	MB00050133	05/01/2026	16:47	6920-1
OYB8E15/TO	DETRAN	MB00050134	05/01/2026	16:48	6920-1
MWR7F88/TO	DETRAN	MB00050135	05/01/2026	17:47	6920-1
PRM3E57/TO	DETRAN	MB00050136	05/01/2026	18:27	6920-1
RSD2D98/TO	DETRAN	SJ00PX105Z	05/01/2026	11:39	6637-1
RMC5H38/TO	DETRAN	SJ00QT100D	05/01/2026	12:31	6580-0



RMC5H38/TO	DETRAN	SJ00QT100F	05/01/2026	12:41	5010-0
RMB5E21/TO	DETRAN	SJ00PX1060	05/01/2026	16:08	6637-1
MWGSF09/TO	DETRAN	SJ00RS500Q	05/01/2026	16:31	5010-0
MWGSF09/TO	DETRAN	SJ00RS500R	05/01/2026	16:36	6637-1
MVQ7361/TO	DETRAN	SJ00QL201P	05/01/2026	17:12	7048-1
MVQ7361/TO	DETRAN	SJ00QL201Q	05/01/2026	17:22	6599-2
OXQ9882/TO	DETRAN	SJ00OVI003	05/01/2026	17:28	5010-0
OXY8328/TO	DETRAN	SJ00L39003	05/01/2026	19:00	5010-0
OXY8328/TO	DETRAN	SJ00L39004	05/01/2026	19:08	7340-0
OXY8328/TO	DETRAN	SJ00L39005	05/01/2026	19:13	6599-2
FQUOF31/TO	DETRAN	SJ00NB9003	05/01/2026	18:54	5274-1
FQUOF31/TO	DETRAN	SJ00NB9004	05/01/2026	19:30	5207-0
NTA2A21/TO	DETRAN	SJ00TA501F	05/01/2026	20:51	5010-0
JVG7602/TO	DETRAN	SJ00IB104Q	05/01/2026	21:42	6599-2
JVG7602/TO	DETRAN	SJ00IB104R	05/01/2026	21:53	5010-0
MVS9B08/TO	DETRAN	SJ00MS200J	05/01/2026	22:25	5010-0
JUR7G26/TO	DETRAN	SJ00I7400B	05/01/2026	22:27	6637-1
JUS2964/TO	AGETO	FL00360310	01/01/2026	07:47	7455-0

NATURATINS

PORTARIA Nº 33/2026/NATURATINS/GABIN,  
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, através do Ato 3425 - NM, de 17 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6963, de 17 de dezembro de 2025, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Jorge da Costa Valeriano, matrícula nº 11460423-3, como Gestor Setorial de Patrimônio do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA.

Art. 2º DISPENSAR Eduardo Messias Alves Silva, matrícula nº 1248766-2, da função de Gestor Setorial de Patrimônio do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CLEDSON DA ROCHA LIMA  
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

TERMO DE COMPROMISSO PROGRAMA DE  
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA DO IMÓVEL RURAL

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2023/40311/004537  
OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastramento Ambiental Rural (CAR) Nº 1182047.  
VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.  
DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.  
Compromissado: José Augusto de Oliveira Neto, CPF: XXX.938.XXX-49

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL Nº 86/2026/ASJUR.

Que Entre Si Celebrem O Instituto Natureza Do Tocantins - Naturatins E O (A) Senhor (A) REGINALDO ROLDI, visando a Regularização Ambiental De Propriedade Localizada Na Área De Proteção Ambiental Apa Ilha Do Bananal/Cantão

PROCESSO: 2023/40311/009805  
OBJETO: O presente Termo de Compromisso Ambiental tem por objeto estabelecer as condições para a continuidade das atividades econômicas de 41,8875 há já existentes na propriedade do (a) COMPROMISSÁRIO (A), situada na Área de Proteção Ambiental APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO.  
VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência até a conclusão e aprovação do Plano de Manejo da respectiva APA.  
As licenças ambientais a serem emitidas pelo NATURATINS, no âmbito deste Termo de Compromisso Ambiental, compreendendo a Autorização Ambiental (AA), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), terão validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão. Poderá ser solicitada a renovação destas licenças enquanto perdurar o processo de aprovação do Plano de Manejo da respectiva Área de Proteção Ambiental, observadas as condições e prazos estabelecidos na legislação ambiental vigente.  
DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.  
Compromissado: Reginaldo Roldi, CPF: XXX.771.XXX-17

TERMO DE COMPROMISSO PROGRAMA DE  
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA DO IMÓVEL RURAL

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2023/40311/014113  
OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastramento Ambiental Rural (CAR) Nº 358887.  
VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.  
DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.  
Compromissado: Willian Bonaparte Correa Ferreira, CPF: XXX.586.XXX-59

TERMO DE COMPROMISSO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO  
AMBIENTAL - PRA DO IMÓVEL RURAL Nº 113/2025

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2023/40311/015069  
OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastramento Ambiental Rural (CAR) Nº 187013.  
VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.  
DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.  
SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.  
Compromissado: André Santos Vilela, CPF: XXX.572.XXX-45

**TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL Nº 69/2026/ASJUR**

Que Entre Si Celebram O Instituto Natureza Do Tocantins - Naturatins E O (A) Senhor (A) KARLLA BARBOSA LIMA, visando a Regularização Ambiental De Propriedade Localizada Na Área De Proteção Ambiental Apa Ilha Do Bananal/Cantão

PROCESSO: 2023/40311/018502

OBJETO: O presente Termo de Compromisso Ambiental tem por objeto estabelecer as condições para a continuidade das atividades econômicas de 9,027839 há já existentes na propriedade do (a) COMPROMISSÁRIO (A), situada na Área de Proteção Ambiental APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO. VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência até a conclusão e aprovação do Plano de Manejo da respectiva APA.

As licenças ambientais a serem emitidas pelo NATURATINS, no âmbito deste Termo de Compromisso Ambiental, compreendendo a Autorização Ambiental (AA), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), terão validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão. Poderá ser solicitada a renovação destas licenças enquanto perdurar o processo de aprovação do Plano de Manejo da respectiva Área de Proteção Ambiental, observadas as condições e prazos estabelecidos na legislação ambiental vigente.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.

Compromissada: Karlla Barbosa Lima, CPF: XXX.826.XXX-91

**TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL Nº 70/2026**

Que Entre Si Celebram O Instituto Natureza Do Tocantins - Naturatins E O (A) Senhor (A) LUZIA KARINA DE CASTRO, visando a Regularização Ambiental De Propriedade Localizada Na Área De Proteção Ambiental Apa Ilha Do Bananal/Cantão

PROCESSO: 2023/40311/001727

OBJETO: O presente Termo de Compromisso Ambiental tem por objeto estabelecer as condições para a continuidade das atividades econômicas de 53,8639 há já existentes na propriedade do (a) COMPROMISSÁRIO (A), situada na Área de Proteção Ambiental APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO. VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência até a conclusão e aprovação do Plano de Manejo da respectiva APA.

As licenças ambientais a serem emitidas pelo NATURATINS, no âmbito deste Termo de Compromisso Ambiental, compreendendo a Autorização Ambiental (AA), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), terão validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão. Poderá ser solicitada a renovação destas licenças enquanto perdurar o processo de aprovação do Plano de Manejo da respectiva Área de Proteção Ambiental, observadas as condições e prazos estabelecidos na legislação ambiental vigente.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.

Compromissada: Luzia Karina De Castro, CPF: XXX.088.XXX-91

**TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL Nº 102/2026**

Que Entre Si Celebram O Instituto Natureza Do Tocantins - Naturatins E O (A) Senhor (A) ADELIA BARBOSA SOUZA, visando a Regularização Ambiental De Propriedade Localizada Na Área De Proteção Ambiental Apa Ilha Do Bananal/Cantão

PROCESSO: 2025/40311/000641

OBJETO: O presente Termo de Compromisso Ambiental tem por objeto estabelecer as condições para a continuidade das atividades econômicas de 214,3447 há já existentes na propriedade do (a) COMPROMISSÁRIO (A), situada na Área de Proteção Ambiental APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO. VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência até a conclusão e aprovação do Plano de Manejo da respectiva APA.

As licenças ambientais a serem emitidas pelo NATURATINS, no âmbito deste Termo de Compromisso Ambiental, compreendendo a Autorização Ambiental (AA), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), terão validade de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão. Poderá ser solicitada a renovação destas licenças enquanto perdurar o processo de aprovação do Plano de Manejo da respectiva Área de Proteção Ambiental, observadas as condições e prazos estabelecidos na legislação ambiental vigente.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.

Compromissada: Adelia Barbosa Souza, CPF: XXX.863.XXX-61

**TERMO DE COMPROMISSO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA DO IMÓVEL RURAL**

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2024/40311/022820

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastro Ambiental Rural (CAR) Nº 117457.

VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.

Compromissado: Malbor Coatings Brasil, CNPJ: XXX.369.XXX/0001-XX

**TERMO DE COMPROMISSO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA DO IMÓVEL RURAL**

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2024/40311/022655

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastro Ambiental Rural (CAR) Nº 450981.

VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.

Compromissado: Leandro Elias Luzini, CPF: XXX.005.XXX-91

TERMO DE COMPROMISSO PROGRAMA DE  
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA DO IMÓVEL RURAL

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2024/40311/022652

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastramento Ambiental Rural (CAR) Nº 2038198.

VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.

Compromissada: Morgana Ferreira de Vasconcelos, CPF: XXX.726.XXX-33

TOCANTINS PARCERIAS

PORTARIA/TOCANTINS PARCERIAS Nº 21/2026,  
DE 28 DE JANEIRO DE 2026.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TOCANTINS PARCERIAS, conforme ata da Septuagésima Quarta Reunião do Conselho de Administração desta Companhia, ocorrida em 13 de janeiro de 2025, bem como com o disposto no art. 61, inciso VI, do Estatuto Social que rege a Sociedade.

RESOLVE,

Art. 1º Colocar: Danilo Dias Brito, assessor jurídico, matrícula nº 276, funcionário da Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias do Estado do Tocantins à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para prestar serviços junto a esse órgão, com ônus para o órgão de origem, no período de 20/01/2026 a 19/01/2027.

Parágrafo 1º O presente ato encontra respaldo no Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2022, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a Tocantins Parcerias, e visa atender à necessidade de reforço técnico-jurídico das atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária - NUPREF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Aleandro Lacerda Gonçalves  
Diretor-Presidente

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026

O Pregoeiro da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS - TOCANTINS PARCERIAS, com fundamento no Decreto nº 6.081/2020 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados a Ata de Registro de Preços, originada do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2025 do tipo MENOR PREÇO, realizada por intermédio do site: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos.

Empresas: LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 50.958.011/0001-57

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	Webcam Full HD 1080p Com Microfone Estéreo	UN.	10	R\$ 212,85	R\$ 2.128,50
TOTAL					R\$ 2.128,50

1. CONDIÇÕES GERAIS
- 1.1. Prazo de validade
- a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso I do art. 101 da Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Tocantins Parcerias.
- 1.2. Do local e prazo de execução dos serviços
- a) Os serviços serão executados no município de Palmas - TO.
- b) A empresa quando convocada terá o prazo de 5 (cinco) dias para assinatura do presente termo.
- 1.3. Condições para Contratação:
- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Tocantins Parcerias, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Tocantins Parcerias.
- b) O contrato terá a sua validade de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura dos instrumentos legais de contrato. O Contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses nos termos do art. 71 da Lei 13.303/2016, devendo ser oficialmente motivada e desde que comprovada a vantagem econômica.
- c) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.
- d) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
- e) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 22 do Decreto 6.081/2020.
- f) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.
- 1.4. Condições de Pagamentos:
- O pagamento será efetuado nas condições e prazos estipulados na minuta do contrato anexo ao instrumento convocatório.
- 1.5. Das Assinaturas:
- Assinam a presente Ata de Registro de Preços, as empresas abaixo descritas, através de seus representantes credenciados no certame, juntamente com o Pregoeiro e o Presidente da Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias - Tocantins Parcerias.
- Palmas - TO, 3 de fevereiro de 2026.
- Aleandro Lacerda Gonçalves  
Diretor-Presidente
- Anderson Inácio da Silva  
Pregoeiro
- LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA  
50.958.011/0001-57



## UNITINS

**PORTARIA/UNITINS/Nº 072/2026/GABREITOR,  
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 40, incisos X e XI, da Constituição do Estado, e na conformidade dos §§6º e 7º do artigo 3º da Lei Estadual nº 3.124, e pelo Ato nº 1.564 - NM, de 31 de julho de 2023, com base no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora ROSILENE BARBOSA DE SOUZA, matrícula: 830259, para exercer, sem prejuízo de suas atribuições normais, o encargo de Fiscal Titular para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 023/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 2025/20320/000650, firmado entre esta Instituição e a SINDICATO RURAL DE PARAÍSO, CNPJ sob o nº 01.810.456/0001-80, cujo objeto é a locação de imóvel composto pelas áreas denominadas Área 01, com 441,42 m², e Área 02, com 2.539,17 m², integrantes do Parque Agroindustrial do Sindicato Rural (área total de 9,93 ha), situado na Avenida Perimetral nº 05, Setor Aeroporto, Paraíso do Tocantins - CEP 77760-000, para abrigar as instalações do CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO DO CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PARAÍSO. E no caso de impedimento ou afastamento legal do titular, fica designado a servidora CECÍLIA ALVES RIBEIRO, matrícula: 830181, como fiscal substituta.

Art. 2º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no instrumento contratual ou ata de registro de preços;

II - Relatar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

III - Relatar o resultado das medidas saneadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

IV - Zelar pela fiel execução dos serviços, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais e acompanhar o cumprimento, pela contratada no prazo de execução;

V - Confrontar os preços, marcas e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato.

VI - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos bens adquiridos;

Art. 3º Designar o servidor ISABELLA FALCÃO REIS, matrícula: 830384 para exercer o encargo de Gestor do Contrato supracitado.

Art. 4º São atribuições do Gestor:

I - Encaminhar a nota de empenho para empresa contratada;

II - Solicitar a empresa contratada a prestação do serviço conforme as especificações descritas no instrumento contratual;

III - Verificar junto ao fiscal de contrato se as especificações e quantidades contratadas, bem como as prestações de serviços, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

IV - Comunicar à Pró-reitora de Administração e Finanças, formalmente sobre as irregularidades cometidas, passíveis de penalidade, após os contatos prévios e gestões realizadas com a contratada;

V - Notificar a empresa contratada em caso de inexecução contratual;

VI - Emitir certidões de regularidade fiscal (RFB/PFN, FGTS, INSS, municipal, estadual, CNDT), conforme previsto na Lei 14.133/2021, bem como solicitar ao fornecedor a sua regularização e envio, caso estejam vencidas, bem como;

VII - Encaminhar os autos a diretoria financeira para pagamento/ liquidação, após a juntada das certidões de regularidade fiscal e atesto da nota pelo fiscal de contrato;

VIII - Observar a execução do contrato/ata de registro de preços, dentro dos limites dos créditos orçamentários ou vigência para ele determinados;

IX - Acompanhar junto à unidade de programação orçamentária e financeira, até 15 de dezembro de cada ano (ou data designada no competente decreto de encerramento de exercício financeiro), as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

X - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de aditamento de contrato, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência;

XI - Manter sob sua guarda e responsabilidade, zelando pela integridade física e/ou alimentação do processo nato-digital, os autos que lhe forem designados sob pena de responsabilização administrativa, mediante devido processo legal, por qualquer ato de perda, extravio, má conduta, inobservância da legislação vigente, dentre outros.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS-UNITINS, em Palmas - TO, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS  
Reitor

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE RETIFICAÇÃO**

No Aviso de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026, Processo nº 2025/20320/000408, publicado no Diário Oficial nº 6.997, de 10 de fevereiro de 2026,

ONDE SE LÊ: "do tipo Menor Preço por Grupo"  
LEIA-SE: "do tipo Menor Preço por Item"

Demais informações permanecem inalteradas.

Palmas, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Eduardo Carvalho Martins  
Pregoeiro

**PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS****ALVORADA****EXTRATO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026/ADM  
ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026/ADM**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00/2026/ADM  
CONTRATANTE: Secretária Municipal de Administração de Alvorada/TO, CNPJ nº 01.800.242/0001-22.

CONTRATADA: J. Câmara & Irmãos S/A, inscrita no CNPJ nº 01.536.754/0003-95

OBJETO: Contratação de empresa de serviços para publicação de atos licitatórios, extratos, contratos, decretos, editais e demais publicidade legais em jornal de circulação diária com cobertura em todo o Estado do Tocantins para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Administração de Alvorada/TO.

VALOR ESTIMADO: R\$ 50.025,00 (cinquenta mil e vinte e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 10 de fevereiro de 2026.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por interesse da Administração, e vigência máxima de até 05 (cinco) anos.

Alvorada/TO, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2026.

THAYNARA DE MELO MOURA  
PREFEITA MUNICIPAL DE ALVORADA/TO



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
DO CONTRATO Nº 015/2025/ADM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2024/FMAS  
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CNPJ nº 01.800.242/0001-22  
CONTRATADA: CALOGISTICA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.239.461/0001-07  
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 45.740,00 (quarenta e cinco mil e setecentos e quarenta reais).  
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/12/2026, com o adimplemento do objeto contratual.

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

THAYNARA DE MELO MOURA  
Prefeita do Município de Alvorada

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº 094/2025/ADM

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ALVORADA/TO, inscrito no CNPJ: 01.800.242/0001-22  
Contratado: YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 23.874.408/0001-98.  
Objeto: Referente à aquisição de materiais de limpeza e higiene. Contrato de rescisão nº 036/2025 - firmado no dia 02 de setembro de 2025 entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ALVORADA/TO e YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Valor Total do Contrato: R\$ 4.662,75 (quatro mil e seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

THAYANARA DE MELO MOURA  
Prefeita do Município de Alvorada/TO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
DO CONTRATO Nº 016/2025/ADM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2024/FMAS  
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CNPJ nº 01.800.242/0001-22  
CONTRATADA: SUPERMERCADO SAMILLA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.484.811/0001-69  
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 71.481,00 (setenta e um mil e quatrocentos e oitenta e um reais).  
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/12/2026, com o adimplemento do objeto contratual.

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

THAYNARA DE MELO MOURA  
Prefeita Municipal de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
DO CONTRATO Nº 017/2025/FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2024/FMAS  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 13.022.718/0001-20  
CONTRATADA: CALOGISTICA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.239.461/0001-07  
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 140.803,04 (cento e quarenta mil oitocentos e três reais e quatro centavos).  
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/12/2026, com o adimplemento do objeto contratual.

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

ODENILDES ROCHA GOMES  
Fundo Municipal de Assistência Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026/FMAS  
ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026/FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026/FMAS  
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Alvorada/TO, CNPJ nº 13.022.718/0001-20.  
CONTRATADA: J. Câmara & Irmãos S/A, inscrita no CNPJ nº 01.536.754/0003-95.  
OBJETO: Contratação de empresa de serviços para publicação de atos licitatórios, extratos, contratos, decretos, editais e demais publicidade legais em jornal de circulação diária com cobertura em todo o Estado do Tocantins para suprir a necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Alvorada/TO.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, a critério das partes, ser prorrogado até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021;  
DATA DA ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2026.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 12.305,00 (doze mil e trezentos e cinco reais).

Alvorada/TO, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ODENILDES ROCHA GOMES  
Fundo Municipal de Assistência Social de Alvorada/TO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
DO CONTRATO Nº 018/2025/FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2024/FMAS  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 13.022.718/0001-20  
CONTRATADA: SUPERMERCADO SAMILLA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.484.811/0001-69  
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 61.253,23 (sessenta e um mil e duzentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos).  
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/12/2026, com o adimplemento do objeto contratual.

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

ODENILDES ROCHA GOMES  
Fundo Municipal de Assistência Social

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº 017/2025/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ: 13.022.718/0001-20  
Contratado: YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 23.874.408/0001-98.  
Objeto: Referente à aquisição de materiais de limpeza e higiene. Contrato de rescisão nº 036/2025 - firmado no dia 02 de setembro de 2025 entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALVORADA/TO e YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Valor Total Do Contrato\$: 3.863,75 (três mil e oitocentos e sessenta três reais e setenta e cinco centavos).

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

ODENILDES ROCHA GOMES  
Fundo Municipal de Assistência Social

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2026/FME  
ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026/FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026/FME,  
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação de Alvorada/TO, CNPJ nº 19.108.179/0001-23  
CONTRATADA: J. Câmara & Irmãos S/A, inscrita no CNPJ nº 01.536.754/0003-95.  
OBJETO: Contratação de empresa de serviços para publicação de atos licitatórios, extratos, contratos, decretos, editais e demais publicidade legais em jornal de circulação diária com cobertura em todo o Estado do Tocantins para suprir a necessidade do Fundo Municipal de Educação de Alvorada/TO.

VIGÊNCIA: Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo a critério das partes, ser prorrogado até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021;  
ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de fevereiro de 2026.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 30.360,00 (trinta mil trezentos e sessenta reais).

Alvorada/TO, aos 06 dias do mês de fevereiro de 2026.

VERA SONIA TOMASI DE ALMEIDA  
Gestora do Fundo Municipal de Educação de Alvorada/TO

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2025/FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2024/FMAS  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 19.108.179/0001-23  
CONTRATADA: CALOGISTICA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.239.461/0001-07  
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 118.532,50 (cento e dezoito mil e quinhentos e trinta e dois reais cinquenta centavos).  
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/12/2026, com o adimplemento do objeto contratual.

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

VERA SONIA TOMASSI ALMEIDA  
Fundo Municipal de Educação

#### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº 081/2025/FME

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALVORADA/TO, inscrito no CNPJ: 19.108.179/0001-23  
Contratado: YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 23.874.408/0001-98.  
Objeto: Referente a contratação de empresa especializada para a locação de brinquedos, equipamentos e atrações infantis, com montagem, desmontagem, manutenção preventiva e corretiva durante a utilização, bem como fornecimento de monitores capacitados para acompanhar as atividades, destinados à realização do dia das crianças promovido pelo Fundo Municipal de Educação de Alvorada/TO. Contrato de rescisão nº 081/2025 - firmado no dia 07 de outubro de 2025 entre o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA/TO e YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Valor Total do Contrato: R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

VERA SÔNIA TOMASSI DE ALMEIDA  
Fundo Municipal de Educação

#### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº 054/2025/FME

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALVORADA/TO, inscrito no CNPJ: 19.108.179/0001-23  
Contratado: YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 23.874.408/0001-98.  
Objeto: Referente à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento da alimentação escolar. Contrato de rescisão nº 054/2025 - firmado no dia 09 de setembro de 2025 entre o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA/TO e YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Valor Total do Contrato: R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais).

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

VERA SÔNIA TOMASSI DE ALMEIDA  
Fundo Municipal de Educação

#### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº 059/2025/FME

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALVORADA/TO, inscrito no CNPJ: 19.108.179/0001-23  
Contratado: YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 23.874.408/0001-98.  
Objeto: Referente à aquisição de materiais de limpeza e higiene. Contrato de rescisão nº 059/2025 - firmado no dia 02 de setembro de 2025 entre o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA/TO e YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Valor Total do Contrato: R\$ 10.507,92 (dez mil e quinhentos e sete reais e noventa e dois centavos).

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

VERA SÔNIA TOMASSI DE ALMEIDA  
Fundo Municipal de Educação

#### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº 067/2025/FME

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALVORADA/TO, inscrito no CNPJ: 19.108.179/0001-23  
Contratado: YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 23.874.408/0001-98.  
Objeto: Referente à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento da alimentação escolar. Contrato de rescisão nº 067/2025 - firmado no dia 16 de setembro de 2025 entre o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA/TO e YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Valor Total do Contrato: R\$ 3.830,20 (três mil e oitocentos e trinta reais e vinte centavos).

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

VERA SÔNIA TOMASSI ALMEIDA  
Fundo Municipal de Educação

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026/FMS ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026/FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026/FMS,  
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Alvorada/TO, CNPJ nº 12.099.581/0001-40.  
CONTRATADA: J. Câmara & Irmãos S/A, inscrita no CNPJ nº 01.536.754/0003-95  
OBJETO: Contratação de empresa de serviços para publicação de atos licitatórios, extratos, contratos, decretos, editais e demais publicidade legais em jornal de circulação diária com cobertura em todo o Estado do Tocantins para suprir a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Alvorada/TO.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 27.715,00 (vinte e sete mil setecentos e quinze reais).  
DATA DA ASSINATURA: 06 de fevereiro de 2026.  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura, podendo ser prorrogados por interesse da Administração, e vigência máxima de até 05 (cinco) anos.

Alvorada/TO, aos 06 dias do mês de fevereiro de 2026.

FELIPE PORFIRIO DE OLIVEIRA  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALVORADA/TO

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2025/FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2024/FMAS  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 12.099.581/0001-40  
CONTRATADA: CALOGISTICA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.239.461/0001-07  
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 123.760,88 (cento e vinte e três mil setecentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos).  
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/12/2026, com o adimplemento do objeto contratual.

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

FELIPE PORFIRIO DE OLIVEIRA  
Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
DO CONTRATO Nº 020/2025/FMS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2024/FMAS  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 12.099.581/0001-40  
CONTRATADA: SUPERMERCADO SAMILLA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.484.811/0001-69  
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 40.073,03 (quarenta e cinco mil e noventa reais e setenta e dois centavos).  
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/12/2026, com o adimplemento do objeto contratual.

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

FELIPE PORFIRIO DE OLIVEIRA  
Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº 085/2025/FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALVORADA/TO, inscrito no CNPJ: 12.099.581/0001-40  
Contratado: YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ: 23.874.408/0001-98.  
Objeto: Referente à aquisição de materiais de limpeza e higiene. Contrato de rescisão nº 085/2025 - firmado no dia 02 de setembro de 2025 entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALVORADA/TO e YULJE EMPREENDIMENTOS LTDA.  
Valor Total do Contrato: R\$ 5.505,80 (cinco mil e quinhentos e cinco oitenta centavos).

Alvorada/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

FELIPE PORFIRIO DE OLIVEIRA  
Fundo Municipal de Saúde

**AURORA DO TOCANTINS****COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

O município de Aurora do Tocantins - TO, por intermédio do Fundo Municipal de Educação, por meio de sua Comissão de Contratação, torna público que fará realizar o Concorrência Eletrônico 001/2026, com o objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preço global para execução de obras e serviços de engenharia com vistas na reforma da Escola Marcolina de Almeida Tavares, conforme especificações constantes no edital e anexos; Início da disputa: dia 02/03/2026 às 09hs00min, horário de Brasília-DF.

O certame ocorrerá através do site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), o edital e seus respectivos anexos estarão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal ou ainda no site <https://auroradotocantins.to.gov.br>, maiores informações estarão disponíveis pelo telefone: (63)3685-1466 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@auroradotocantins.to.gov.br](mailto:licitacao@auroradotocantins.to.gov.br).

Aurora do Tocantins - TO, 10 de fevereiro de 2026.

Jhenife Sousa dos Santos Vaz  
Pregoeira

**ARAGUANÃ****AVISO DE LICITAÇÃO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANÃ-TO, CNPJ nº 25.063.892/0001-09, torna público, que realizará licitação:

Pregão Eletrônico SRP - 02/2026, Menor Valor Unitário, abertura 27/02/2026 às 08:30 horas, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS PARA APOIAR A INFRAESTRUTURA PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE ARAGUANÃ-TO.

Maiores informações se encontram à disposição no portal da transparência no link; <https://www.araguana.to.gov.br/portaldatransparencia/no sistema https://bnc.org.br/no PNCP> e no endereço acima citado, durante horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas.

Araguanã/TO, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2026.

Gislana Campos Silva  
Ordenadora de despesas da Prefeitura Municipal de Araganã-TO

**ARAGUATINS****AVISO DE LICITAÇÃO**

Prefeitura de Araguatins através da Secretaria Municipal de Educação, comunica aos interessados que realizará no dia 27/02/2026, às 10:00h (horário de Brasília), licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº PE/2026.04-SME, tipo Menor Preço por item, objeto: Aquisição de micro-ônibus para atendimento da equipe pedagógica e alunos. a secretaria municipal de educação, no uso de suas atribuições legais, vem justificar a necessidade da aquisição de um micro-ônibus destinado ao atendimento das demandas operacionais da equipe pedagógica e ao transporte de alunos da rede municipal de ensino.

Maiores informações se encontram à disposição no portal da transparência no link; <https://www.araguatins.to.gov.br/portaldatransparencia/no sistema https://bnc.org.br/> no PNCP e no endereço acima citado, durante horário de expediente das 07:30 às 13:30.

Araguatins/TO, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2026.

Railda de Sousa Santos  
Agente de Contratação/Pregoeira

**BARRA DO OURO****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****PREGÃO ELETRÔNICO - 01/2026**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO OURO, realizará-se PREGÃO ELETRÔNICO.  
INÍCIO REC. PROPOSTA: 13/02/2026, às 8:00  
FIM REC. PROPOSTA: 02/03/2026, às 08:00  
INÍCIO DISPUTA: 02/03/2026, às 09:00  
OBJETO DO PROCESSO:  
AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO A, SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO OURO/TO.

Para demais informações contato via e-mail: [licitacao@barradoouro.to.gov.br](mailto:licitacao@barradoouro.to.gov.br), telefone: 63992458884 ou acesso pelo link: [https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DX5BjQe4bklf7uyHGSS1IO58XFwoAJursulkqAaXHPoyPPRDaO9NpEed7YZOV2cMEEDcr\\_2cOBA1IMkRMypDPaJxwhuDuH2dtufen0IMzYVck%3D](https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DX5BjQe4bklf7uyHGSS1IO58XFwoAJursulkqAaXHPoyPPRDaO9NpEed7YZOV2cMEEDcr_2cOBA1IMkRMypDPaJxwhuDuH2dtufen0IMzYVck%3D)

Barra do Ouro-TO, 11/02/2026.

EUDILENE SOUSA BRITO  
Pregoeira

**AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 02/2026**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO OURO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará-se CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

INÍCIO REC. PROPOSTA: 13/02/2026, às 08:00  
FIM REC. PROPOSTA: 03/03/2026 às 08:30  
INÍCIO DISPUTA: 03/03/2026 às 09:00  
OBJETO DO PROCESSO: CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL E VESTIÁRIO NO POVOADO MORRO GRANDE, MUNICÍPIO DE BARRA DO OURO/TO.

Para demais informações contato via e-mail: [licitacao@barradoouro.to.gov.br](mailto:licitacao@barradoouro.to.gov.br), telefone: 63992458848 ou acesso pelo link: [https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DLP9fwq0dlO9VpE80hstOw7mZqY2UmDf5bU7IBLAYvz5\\_Vi\\_rT2GUvk0II2YvL3gAQ1k8RPDIg3jZmVZOW%2FrgqiwhmPEpharOnVuuobTAY%3D](https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DLP9fwq0dlO9VpE80hstOw7mZqY2UmDf5bU7IBLAYvz5_Vi_rT2GUvk0II2YvL3gAQ1k8RPDIg3jZmVZOW%2FrgqiwhmPEpharOnVuuobTAY%3D)

Barra do Ouro-TO, 11/02/2026.

EUDILENE SOUSA BRITO  
Agente de contratação



**CRISTALÂNDIA****AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cristalândia, Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, conforme os dispositivos da Lei nº 14.133/21, que realizará licitação na modalidade PREGÃO Nº 02/2026 ADM na forma ELETRÔNICA, tipo Menor Preço por item, objetivando a eventual, futuro e parcelada Contratação de empresa especializada em locação de materiais (palco, iluminação, stand, som, entre outros) para eventos de pequeno e grande porte, para atender a Prefeitura municipal de Cristalândia/TO.

Onde ocorrerá para todos os efeitos jurídicos legais, na página do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)), com abertura de disputa prevista para o dia 09/03/2026 às 09h00min (horário de Brasília). O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://www.cristalandia.to.gov.br>, e podendo ser retirado também na página eletrônica onde se realizará a licitação.

Giselma Dias Silva Maciel  
Pregoeiro (a)

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Cristalândia - TO, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio, torna público conforme os dispositivos da Lei nº 14.133/21, que realizará licitação na modalidade PREGÃO nº 01/2026, na forma presencial, tipo Menor Preço por item, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços em assessoria de marketing digital, planejamento, desenvolvimento e execução de soluções de comunicação digital institucional, pesquisas e desenvolvimento de campanhas publicitárias, divulgação de eventos, campanhas de mídias de redes sociais e outros elementos de divulgação para atender a demanda do município de Cristalândia - TO, conforme termo de referência. Data: 04/03/2026. Horário: 09:00h. Na sede da Prefeitura, setor de Licitações.

Giselma Dias Silva Maciel  
Pregoeiro (a)

**DUERÉ****EXTRATO DE CONTRATO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026**

Processo Administrativo Nº 017/2026

Contrato Nº 003/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DUERÉ-TO; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DUERÉ-TO; FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUERÉ-TO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUERÉ-TO

Contratada: POSTO ALIANZ DUERE LTDA, CNPJ nº 31.231.138/0001-25  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DUERÉ/TO, SECRETARIAS VINCULADAS E FUNDOS MUNICIPAIS PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Data da Assinatura: 16/01/2026

Preço: R\$ 2.565.271,98 (dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil duzentos e setenta e um reais).

Signatários: DIDA MOREIRA - PREFEITURA MUNICIPAL DE DUERÉ - TO; SOLANGE FERNANDES MOREIRA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; ROZILENE BORGES MONTELO CARVALHO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; VÂNIO RODRIGUES DE SOUZA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ÓRGÃOS CONTRATANTES/ POSTO ALIANZ DUERE LTDA, NOME FANTASIA: POSTO ALIANCA (CNPJ Nº 31.231.138/0001-25) - FORNECEDOR.

**JUARINA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - LEI FEDERAL 14.133/2021  
PROCESSO Nº 135/2026**

O Município de Juarina/TO torna público que entre os dias 12/02/2026 até 20/02/2026 empresas poderão apresentar proposta de preços para contratação de hotelaria para futuros e eventuais serviços de hospedagem para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Juarina - TO e seus departamentos no exercício de 2026. De acordo especificações do Termo de Referência, disponíveis no Portal da Transparência do Município de Juarina - TO [https://acessoainformacao.juarina.to.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes\\_mg](https://acessoainformacao.juarina.to.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_mg).

A proposta deverá constar o Papel Timbrado da Empresa, ser entregue entre os dias 12/02/2026 até 20/02/2026 no setor de compras, situada na sede da Prefeitura Municipal, ou via e-mail no seguinte endereço eletrônico: [departamentodecomprasjuarinato@gmail.com](mailto:departamentodecomprasjuarinato@gmail.com). O critério de julgamento será o menor preço global;

Juarina - TO, 10 de fevereiro de 2026.

EDIVALDO VIEIRA DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**LUZINÓPOLIS****AVISO DO EXTRATO DA ATA DO TERMO  
DE CREDENCIAMENTO 005/2025 -  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 167/2025,  
INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 005/2025**

A Prefeitura Municipal de Luzinópolis/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.631.059/0001-40, com sede na Avenida Goiás, nº 362, Centro, Luzinópolis/TO, torna público para o conhecimento dos interessados, o credenciamento da empresa AUTO POSTO PEREQUETE PALMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 56.102.541/0001-85 sociedade limitada com endereço empresarial à Quadra ASR SE 75, Alameda 1, S/N, Lote PAC 02, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP 77.022-424, para o fornecimento de combustíveis, para atender o Gabinete do Prefeito, Secretarias municipais, Fundo de Saúde, de Educação e de Assistência Social do município de Luzinópolis/TO, Valor estimado do credenciamento: R\$ 2.418.786,80 (dois milhões quatrocentos e dezoito mil setecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos). Data da vigência do contrato de credenciamento: 12 (doze) meses, podem ser prorrogados nos termos da Lei nº 14.133/2021. Data assinatura do contrato de credenciamento: 09 de fevereiro de.

Luzinópolis/TO, 10 de dezembro de 2025.

JOÃO MIGUEL CASTILHO LANÇA REI DE MARGARIDO  
Prefeito Municipal

**AVISO DO EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 005/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 167/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025  
CREDENCIAMENTO Nº 005/2025**

A Prefeitura Municipal de Luzinópolis/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.631.059/0001-40, com sede na Avenida Goiás, nº 362, Centro, Luzinópolis/TO, torna público para o conhecimento dos interessados, o credenciamento da empresa AUTO POSTO PEREQUETE PALMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 56.102.541/0001-85 sociedade limitada com endereço empresarial à Quadra ASR SE 75, Alameda 1, S/N, Lote PAC 02, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77.022-424, para o fornecimento de combustíveis, para atender o Gabinete do Prefeito, Secretarias municipais, Fundo de Saúde, de Educação e de Assistência Social do município de Luzinópolis/TO, Valor estimado do credenciamento: R\$ 2.418.786,80 (dois milhões quatrocentos e dezoito mil setecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos). Data da vigência do contrato de credenciamento: 12 (doze) meses, podem ser prorrogados nos termos da Lei nº 14.133/2021. Data assinatura do contrato de credenciamento: 09 de fevereiro de.

Luzinópolis/TO, 10 de dezembro de 2025.

JOÃO MIGUEL CASTILHO LANÇA REI DE MARGARIDO  
Prefeito Municipal



## PARANÁ

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paranã, CNPJ: 01.126.556.0001-91, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia, de Instalação e Operação, para o Cemitério Municipal, localizado na Chácara 10, situada na Avenida TO 242, zona de extensão urbana de Paranã - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237-87 e CONAMA nº 001/86, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental.

## PUBLICAÇÕES PARTICULARES

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Agenor Diniz Ferreira Junior, inscrito no CPF: 159. XXX.201-XX, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para as atividades de Agricultura de Sequeiro (pequeno porte) e Obra Cívica Não Lineares - Barramento (pequeno porte), localizada na Fazenda Esperança II e III, zona rural do município de Dueré/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA Nº 237/1997 e do COEMA Nº 007/2005, as quais dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa AGROPECUARIA PAULA XAVIER LTDA, CNPJ 21.\*\*\*.\*\*\*/0001-10, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) para a atividade de Bovinocultura com endereço Fazenda Santa Rita de Cássia, sobre a matrícula 774, Mun. de Araguaçu-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA 007/2005, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

ALEXANDRE PIRES DO NASCIMENTO, CPF nº 931.903.\*\*\*-\*\*, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), Outorga, para a Atividade de Pecuária e Agricultura Irrigada, com endereço, na Fazenda Nego Veio, matrícula 9740, Zona Rural, Formoso do Araguaia - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/97 e Resolução COEMA/TO nº 07, de 9 de agosto de 2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

AAMGUIMARAES PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ nº 27.869.XXX/0001-57, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença de Manejo de Animais Silvestres (AMAS) para realização de EIA/RIMA com finalidade de exercer a atividade de Agricultura de Sequeiro, na fazenda Santa Rosa, no município de Sucupira - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental das atividades.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

ATMA MEDICINA DA DOR E TERAPIAS INTEGRADA LTDA, de CNPJ: 42.566.032/0001-07, torna público que requereu à Fundação Municipal do Meio Ambiente de Palmas - FMA, Licença Municipal Prévia - (LMP), de Instalação - (LMI) e de Operação - (LMO) para atividade de Serviços de Saúde, com endereço, Quadra ACSO 11 (103 SUL), Av. LO-03, Conjunto 04, Lote 12, Palmas - TO.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa AUTO POSTO CENTRAL LTDA, inscrito no CNPJ 23.979.576/0001-48, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Renovação da Licença de Operação (LO) para a atividade de Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, localizado na Rua GETULIO VARGAS, nº 175, no Município de Recursolândia - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/97 e Resolução COEMA-TO nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa CEREAIS VALE DO JAVAÉS AGROINDUSTRIAL SA, CNPJ: XX.355.888/0001-XX, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Autorização de Manejo de Animais Silvestres - AMAS, para o levantamento, resgate e monitoramento de fauna silvestre no empreendimento Fazenda Canadá, situado na zona rural do município de Formoso do Araguaia/TO. As atividades enquadram-se nas Resoluções COEMA/TO nº 07 e nº 08, de 2005 e IN Naturatins nº 02/2008.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa Cooperativa Mista Rural Vale do Javaés LTDA CNPJ: xx.873.xxx/0001-xx, tendo como representante legal, Vilson Silva Nogueira, CPF n. xxx.018.xxx-53, localizada às coordenadas 11°48'54,18" S e 49°34'09,43" O, as margens da BR 242, torna se público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, a Autorização (A.A), para a atividade de Extração de Cascalho (Mineração) instalado na Gleba Agrovila II, Loteamento Pato Assado, Zona Rural do município de Formoso do Araguaia/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/97 e COEMA 07/05, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa Ferreira Neto Comércio Varejista de Combustíveis LTDA, CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, torna público que requereu da Fundação Municipal de Meio Ambiente do município de Palmas - TO, a renovação da Licença Municipal de Operação - LMO, o empreendimento está localizado endereço na Quadra 308 Sul, Avenida LO 07, s/nº, Sala 03, Plano Diretor Sul, no Município de Palmas - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA 273/00, que dispõe sobre licença ambiental.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Land Agropecuária LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 06.xxx.xxx/0001-30 torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para regularização de Obras Cívicas não lineares, no município de Cariri do Tocantins - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental da atividade.

## EDITAL DE COMUNICAÇÃO

LOCADORA TRANSPOSIÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ 21.\*./0001-\*\*, torna público que requereu ao NATURATINS, o pedido de renovação de LO 76-2022 para extração de Areia, com descarga na propriedade Chácara Boa Vista, em Tocantinópolis - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e COEMA-TO nº 07/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

MOHABY CIRQUEIRA COELHO, inscrito no CNPJ - 070.\*\*\*.\*\*\*.\*\*, torna público que requereu ao NATURATINS, o pedido de LP, LI e LO, para extração de Areia e Cascalho no Leito de Rio Tocantins, nos limites do município de Itapiratins - TO, com descarga na Chácara Machado, neste município. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e COEMA-TO nº 07/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A PALADIUM PORTO SERVICOS E EMPREENDIMENTOS SPE LTDA, CNPJ nº 45.XXX.XXX/0001-XX, torna público que requereu à Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Porto Nacional a emissão da Renovação da Licença Municipal Prévia para a atividade de Microparcelamento do solo no Lote 03/02 (subdivisão do lote 03) do Loteamento mangues 3ª Etapa, zona rural do município de Porto Nacional/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº FF237/97, Resolução Coema/TO nº 007/2005 e Lei Municipal nº 2.360, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental da atividade.

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

WALDERY BARREIRA MIRANDA FILHO, brasileiro, casado, CPF 263.\*\*\*.\*\*\*-49, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a emissão das Licenças Prévia (LP), Instalação (LI) e Operação (LO), para atividade de Bovinocultura de Corte, localizado na Fazenda Alto Bonito, Zona Rural do Município de Araguatins - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/1997 e COEMA-TO nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental.

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO****DAS CHAPAS E CANDIDATURAS REGISTRADAS****ELEIÇÕES GERAIS DO SISEPE-TO  
QUADRIÊNIO 2026/2030**

A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins - SISEPE/TO, designada pela Portaria SISEPE-TO/GABPRES nº 027, de 04 de dezembro de 2025 (com republicação no dia 05/12/2025), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em especial as conferidas pelo artigo 55 do Estatuto Social da entidade e pelos artigos 2º e 3º do Regimento Eleitoral (RIPE/Nº 001/2026), por seus membros Danielle Felix Delmondes Figueiredo Lima (Presidente da Comissão Eleitoral), Israel Souza e Silva (Secretário da Comissão Eleitoral) e Daurizan Souza Carvalho da Silva (Secretária da Comissão Eleitoral) vem, por meio deste edital, tornar pública a relação nominal das chapas e dos respectivos candidatos que requereram registro para concorrer ao pleito destinado à renovação dos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o quadriênio, de 1º de junho de 2026 a 31 de maio de 2030.

Considerando o encerramento do prazo para o registro de chapas, estabelecido no Edital de Convocação das Eleições e em conformidade com o artigo 9º do Regimento Eleitoral, e após análise preliminar da documentação apresentada pelos requerentes, bem como os requisitos de elegibilidade, e formalidades previstas no Estatuto Social, notadamente em seu artigo 57, e no artigo 10 do Regimento Eleitoral, esta Comissão delibera por dar publicidade às composições submetidas ao seu crivo, em estrito cumprimento ao disposto no artigo 11 do Regimento Eleitoral, que determina a divulgação da relação nominal de todos os componentes das chapas que requereram registro, para conhecimento de todos os filiados e para os fins de direito. Desta forma, a Comissão Eleitoral RESOLVE tornar pública a relação das chapas e seus candidatos, conforme se segue:

**CHAPA 01 - RESPEITO, DIÁLOGO E TRANSPARÊNCIA****COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

I - Presidente do SISEPE-TO: MARCOS ROBERTO SANTOS;  
II - Vice-Presidente do SISEPE-TO: ALINE NEPOMUCENO AGUIAR;  
III - Secretário Geral: ELE PEDRO ALVES BARBOSA; IV - Suplente de Secretário Geral: PAMYLUIK RÊGO DE MATOS; V - Diretor Financeiro: FABIO LIMA DA SILVA; VI - Suplente de Diretor Financeiro: HAROLDO SOARES DE ALMEIDA; VII - Diretor Administrativo: THIAGO VIANA REGO; VIII - Suplente de Diretor Administrativo: MARCIO NAVES MATOS; IX - Diretor de Assuntos Jurídicos: JACK WILD PEREIRA SOARES; X - Suplente de Diretor de Assuntos Jurídicos: AGAEDSON RODRIGUES DE SOUSA; XI - Diretor de Comunicação e Relações Públicas: WARLY DOS SANTOS; XII - Suplente de Diretor de Comunicação e Relações Públicas: DEYDJANE DA LUZ; XIII - Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional: WAGNO BARBOSA OLIVEIRA; XIV - Suplente de Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional: JOSÉ WILSON S. DA CRUZ; XV - Diretor de Assuntos Parlamentares: VANILDA COLOMBARI; XVI - Suplente de Diretor de Assuntos Parlamentares: MARIA CLAUDIA DA COSTA MARQUES SILVA; XVII - Diretor de Aposentados e Pensionistas: LILA QUEIROZ AMARAL; XVIII - Suplente de Diretor de Aposentados e Pensionistas: WAGNER COSTA NOLETO; XIX - Diretor Regional da Região Central: LEVIH STENIO PINTO BASTOS; XX - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Central: VANDERSON MACHADO CORREIA; XXI - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Central: JOELTON LUIZ SOARES; XXII - Diretor Regional da Região Centro-Sul: DIAN CARLOS AMORIM DO NASCIMENTO; XXIII - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Centro-Sul: EDSON OSMAR DA SILVA SERGIO; XXIV - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Centro-Sul: JUVANDI SOBRAL RIBEIRO; XXV - Diretor Regional da Região Sul: MARCOS WELLITON RIBEIRO; XXVI - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Sul: RONALDO FRANCISCO DOS SANTOS DIAS; XXVII - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Sul: DIEGO FELIX SANTOS; XXVIII - Diretor Regional da Região Sudeste: ZUMA APARECIDA C. BARBOSA; XXIX - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Sudeste: CÁSSIO ALVES DE ARAÚJO; XXX - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Sudeste: EDSON BITZCOF DE MOURA; XXXI - Diretor Regional da Região Norte: EDUARDO SOARES NEVES; XXXII - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Norte: IAN ESPINDOLA DIAS; XXXIII - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Norte: RAYFRAN QUARESMA PRAÇA LEAL; XXXIV - Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: MAXSUEL LIMA CARVALHO; XXXV - 1º Suplente de Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: WILLIAN FERREIRA DE SOUSA; XXXVI - 2º Suplente de Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: JONATA SOARES DA SILVA

**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

I - Conselheiro Presidente do Conselho Fiscal: FERNANDO LOPES PEREIRA; II - Conselheiro Vice-Presidente do Conselho Fiscal: OSVALDO ROSADAGAMA; III - Conselheiro Relator e Revisor do Conselho Fiscal: EDITE DE FATIMA F. BORBA; IV - 1º Suplente do Conselho Fiscal: FERNANDA PEREIRA SOARES; V - 2º Suplente do Conselho Fiscal: VALÉRIA CRISTINA LOPES DOS SANTOS; VI - 3º Suplente do Conselho Fiscal: MANOEL ALVES MENDES.

**CHAPA 02 - COMPROMISSO COM QUEM FAZ O TOCANTINS  
ACONTECER!****COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

I - Presidente do SISEPE-TO: KELISMENE DA SILVA GOMES; II - Vice-Presidente do SISEPE-TO: ANDRES CATON KOPPER DELGADO; III - Secretário Geral: ITAMAR SOUSA CARDIM; IV - Suplente de Secretário Geral: JOSÉ CARLOS BOTELHO MARTINS; V - Diretor Financeiro: ADEMAR ANDRADE DE OLIVEIRA; VI - Suplente

de Diretor Financeiro: WILLAMS MORAES DE LACERDA; VII - Diretor Administrativo: YGUARAN RODRIGUES REIS; VIII - Suplente de Diretor Administrativo: JOAO GONCALVES NETTO; IX - Diretor de Assuntos Jurídicos: GEBSON ALVES DOS REIS; X - Suplente de Diretor de Assuntos Jurídicos: ROMULO ROGERIO JACOME MASCARENHA; XI - Diretor de Comunicação e Relações Públicas: ADILSON MARTINS BARROS; XII - Suplente de Diretor de Comunicação e Relações Públicas: PAULO PEREIRA DE ALVIM SOBRINHO; XIII - Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional: CINCINATO DE SOUZA LUZ; XIV - Suplente de Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional: GEUVANIO GOMES SOARES; XV - Diretor de Assuntos Parlamentares: CARLOS HENRIQUE MELO BABO; XVI - Suplente de Diretor de Assuntos Parlamentares: AILSON ARAUJO RIBEIRO; XVII - Diretor de Aposentados e Pensionistas: MANOEL FERREIRA BRINGEL; XVIII - Suplente de Diretor de Aposentados e Pensionistas: EDINAM FERNANDES DE AQUINO; XIX - Diretor Regional da Região Central: ANA PAULA SILVA DE OLIVEIRA LINO; XX - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Central: CHARLES DIAS DA SILVA; XXI - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Central: VANDERLEY CARLOS LEMOS; XXII - Diretor Regional da Região Centro-Sul: WAGNER BARBOSA LIMA; XXIII - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Centro-Sul: EDIMILSON REIS GAMA; XXIV - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Centro-Sul: EDILSON NASCIMENTO DA SILVA; XXV - Diretor Regional da Região Sul: ANTONIO CANDIDO DE JESUS; XXVI - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Sul: LAESON DIAS FERREIRA; XXVII - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Sul: WELLINTON COSTA COELHO; XXVIII - Diretor Regional da Região Sudeste: GEIKLA LEONCIA GODINHO GONCALVES; XXIX - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Sudeste: JOAO DE ALBUQUERQUE FILHO; XXX - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Sudeste: AMAURI ALVES NUNES; XXXI - Diretor Regional da Região Norte: SIMONE DE JESUS ALVES FERNANDES; XXXII - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Norte: NILDA FRANCISCO COSTA; XXXIII - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Norte: FRANCISCO DE PAULA DA SILVA RAMOS; XXXIV - Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: SAIMON LIMA DE BRITTO; XXXV - 1º Suplente de Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: RAIMUNDO PEREIRA FILHO; XXXVI - 2º Suplente de Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: DOGIVAL DA SILVA MARTINS.

#### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

I - Conselheiro Presidente do Conselho Fiscal: PELAGIO SAUTER RABELO CARDOSO; II - Conselheiro Vice-Presidente do Conselho Fiscal: VANDY FERREIRA DE SAMPAIO; III - Conselheiro Relator e Revisor do Conselho Fiscal: RAPHAEL DA CUNHA GOMES; IV - 1º Suplente do Conselho Fiscal: GEUVANY GOMES DE MELO; V - 2º Suplente do Conselho Fiscal: ESTEMIR DE SOUSA PEREIRA; VI - 3º Suplente do Conselho Fiscal: WALTERLUZIO GOMES DE AZEVEDO.

#### CHAPA 03 - RUMO CERTO, CAMINHO SEGURO.

#### COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

I - Presidente do SISEPE-TO: ELIZEU DOS SANTOS DE OLIVEIRA; II - Vice-Presidente do SISEPE-TO: MARIA JULIA SILVA NETA; III - Secretário Geral: DANIEL DE MORAIS BRITO; IV - Suplente de Secretário Geral: PATRICK DIAS DA SILVA; V - Diretor Financeiro: JACKSON FERNANDES SOARES; VI - Suplente de Diretor Financeiro: SILVANIA MIRANDA PORTO; VII - Diretor Administrativo: NATAL CESAR ALVES DE CASTRO; VIII - Suplente de Diretor Administrativo: LAURINDO AIRES FILHO; IX - Diretor de Assuntos Jurídicos: KLEBER JARDIM CERQUEIRA MARTINS; X - Suplente de Diretor de Assuntos Jurídicos: RUBEM VINICIUS MADUREIRA JACUNDA; XI - Diretor de Comunicação e Relações Públicas: ALINE DINIZ DE OLIVEIRA; XII - Suplente de Diretor de Comunicação e Relações Públicas: WENNDER PARENTE DE OLIVEIRA; XIII - Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional: WILMA LUCIA NECAE SILVA; XIV - Suplente de Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional: MARIO

ROBERTO POMBAL REBELLO; XV - Diretor de Assuntos Parlamentares: CARLOS EDUARDO RODRIGUES NERES; XVI - Suplente de Diretor de Assuntos Parlamentares: FABRICIO SILVA CAMARGO; XVII - Diretor de Aposentados e Pensionistas: YOUSSEF REVY RIBEIRO DE CARVALHO; XVIII - Suplente de Diretor de Aposentados e Pensionistas: PAULINO BEZERRA DE SOUZA; XIX - Diretor Regional da Região Central: GLEVERSON PEREIRA DOS SANTOS; XX - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Central: VANDERLISA BANDEIRA LIMA PIMENTEL AVELINO; XXI - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Central: CLEITON LIMA E SILVA; XXII - Diretor Regional da Região Centro-Sul: MAURICIO MACHADO BARROS; XXIII - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Centro-Sul: JOSÉ CARLOS DE SENA SOARES; XXIV - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Centro-Sul: MARIO RODRIGUES DA SILVA; XXV - Diretor Regional da Região Sul: PABLO BORGES LEITÃO; XXVI - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Sul: VALDIVANIO BARROS GOMES; XXVII - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Sul: EMILIO POVOA WOLNEY; XXVIII - Diretor Regional da Região Sudeste: ELDA CRISTINA ALMEIDA MARTINS RODRIGUES; XXIX - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Sudeste: KESSIA AUGUSTA GOMES DE SANTANA SOARES; XXX - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Sudeste: CLEVERSON DE FRANÇA CARDOSO; XXXI - Diretor Regional da Região Norte: WELLITON ARAUJO CORREIA; XXXII - 1º Suplente de Diretor Regional da Região Norte: VANGELA AZEVEDO DOS SANTOS; XXXIII - 2º Suplente de Diretor Regional da Região Norte: HILARIO DIAS FERNEDES FILHO; XXXIV - Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: WILASMAR SILVA LIMA; XXXV - 1º Suplente de Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: ELIZETE PEREIRA DA SILVA; XXXVI - 2º Suplente de Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio: LAMARCK RODRIGUES PIMENTEL MARINHO

#### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

I - Conselheiro Presidente do Conselho Fiscal: MANOEL SOBRINHO CHAVES DOS SANTOS; II - Conselheiro Vice-Presidente do Conselho Fiscal: CINTIA SUSANE DE SOUSA; III - Conselheiro Relator e Revisor do Conselho Fiscal: VALDIANE FERREIRA VIEIRA; IV - 1º Suplente do Conselho Fiscal: JEOVANE RIBEIRO MACIEL; V - 2º Suplente do Conselho Fiscal: DIRCE BORGES DA SILVA; VI - 3º Suplente do Conselho Fiscal: ROMULO DE ARAUJO RIBEIRO.

#### DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO

Com fundamento no artigo 12 do Regimento Eleitoral e no artigo 58, §1º, do Estatuto Social do SISEPE-TO, fica aberto o prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, contados da publicação deste edital, para que qualquer sindicalizado que se encontre em pleno gozo de seus direitos estatutários possa apresentar impugnação fundamentada contra o registro de qualquer das chapas ou de candidatos. As impugnações deverão ser formalizadas por escrito, devidamente motivadas e instruídas com as provas pertinentes, para análise e deliberação desta Comissão Eleitoral.

O presente edital será publicado no sítio eletrônico oficial do SISEPE-TO e no Diário Oficial do Estado do Tocantins, para que alcance a mais ampla divulgação e produza todos os seus efeitos legais.

Cumpra-se e publique-se.

Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2026.

Danielle Felix Delmondes Figueiredo Lima  
Presidente da Comissão Eleitoral

Israel Sousa e Silva  
Secretário da Comissão Eleitoral

Daurizan Souza Carvalho da Silva  
Secretária da Comissão Eleitoral